

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JULIO MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS - FFC
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

CLAUDIA CAROLINE ROBLES RIBEIRO

**MULHERES SILENCIADAS:
VIVÊNCIAS DE VIUEZ FEMININA NOS ANOS DE CHUMBO (1970-1980)**

MARÍLIA
2015

CLAUDIA CAROLINE ROBLES RIBEIRO

**MULHERES SILENCIADAS:
VIVÊNCIAS DE VIUEZ FEMININA NOS ANOS DE CHUMBO (1970-1980)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências, da Universidade Estadual Paulista – UNESP – Campus de Marília, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais (Área de Concentração: Cultura, Identidade e Memória).

Orientadora: Prof. Dra. Lúcia Maria Vianna Possas.

MARÍLIA
2015

Ribeiro, Claudia Caroline Robles.

R484m Mulheres silenciadas: vivências de viuvez nos anos de chumbo (1970-1980) / Claudia Caroline Robles Ribeiro. – Marília, 2015.

170 f. ; 30 cm.

Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, 2015.

Bibliografia: f. 137-149

Orientador: Lúdia Maria Vianna Possas.

1. Brasil – História – 1964-1985. 2. Mulheres. 3. Viuvez. 4. História oral. I. Título.

CDD 306

CLAUDIA CAROLINE ROBLES RIBEIRO

**MULHERES SILENCIADAS:
VIVÊNCIAS DE VIUEZ FEMININA NOS ANOS DE CHUMBO (1970-1980)**

DISSERTAÇÃO PARA A OBTENÇÃO DO TÍTULO DE MESTRE EM CIÊNCIAS
SOCIAIS

BANCA EXAMINADORA

Orientador: _____
Profª Drª Lúcia Maria Vianna Possas – orientadora
(Universidade Estadual Paulista – Campus Marília)

2º Examinador: _____
Profº Dr. Antônio Mendes da Costa Braga
(Universidade Estadual Paulista – Campus Marília)

3º Examinador: _____
Profª Drª Cristiana Scheibe Wolff
(Universidade Federal de Santa Catarina)

SUPLENTE

1º Examinador: _____
Profª. Drª. Larissa Maués Pelúcio Silva
(Universidade Estadual Paulista – Campus Bauru)

Marília, 24 de fevereiro de 2015.

*Dedico este trabalho a meus pais Sandra e Hélio que não tiveram a oportunidade de chegar a
Universidade, mas me proporcionaram essa experiência.
Aos meus irmãos H. Ricardo. e J. Louise por todo amor e a minha outra mãe Claudia Moreno
pelo carinho de sempre.*

AGRADECIMENTOS

Agradecer a todos aqueles que colaboraram direta ou indiretamente com minha formação tornou-se uma tarefa mais difícil do que imaginei. Jamais poderei expressar todo amor e gratidão aos que aqui citarei. Agradeço primeiramente aos meus pais, Sandra e Hélio, pela vida e pela educação que muito sofrida se fez. Através de seus esforços durante uma vida toda, permitiram que eu me dedicasse aos estudos e chegasse onde eles não puderam chegar. A esses não tenho como oferecer maior prova de minha gratidão do que os frutos de meu trabalho e o amor que a eles dedico. Aos meus irmãos tão amados, H. Ricardo e J. Louise agradeço pelas vivências e pelo companheirismo que me fizeram forte quando mais precisei. Com afeto dedico a amiga/mãe Claudia M. Moreno por todos os momentos partilhados, conselhos, conversas e pela amizade que nos une.

Agradeço a pesquisadora/prof^a/mãe/avó/feminista/MULHER Lidia Possas que com todo carinho se dispôs a enfrentar ao meu lado essa jornada chamada *Mestrado*. Como exemplo a ser seguido, caminharei segura de que me espelho em uma das historiadoras mais competente, íntegra e apaixonada que tive o prazer de conhecer.

Meus sinceros agradecimentos aos professores do Programa de Pós Graduação que tive o prazer de conhecer durante o curso das disciplinas mas, especialmente, aos professores(as) Paulo Teixeira e Cristina S. Wolf por todas as considerações tão pontuais que fizeram a pesquisa antes e depois do Exame de Qualificação.

Não seria possível realizar essa pesquisa sem a colaboração de algumas pessoas. Elas são as protagonistas dessa investigação e nunca poderei expressar o quão gratificante foi conhecê-las. Com essas mulheres aprendi não apenas história(s) mas, também o amor ao próximo, a paixão, a maternidade, e a força para continuar lutando por suas convicções que proporcionaram meu amadurecimento intelectual e pessoal. A Damaris Lucena, Denise Crispim, Pedrina de Carvalho e Isaura Coqueiro agradeço pela colaboração com a pesquisa e pela luta que mantiveram a favor da democracia, da verdade e da justiça no Brasil. Agradeço também aos que permitiram o primeiro contato com essas mulheres: Antonio Pedroso Jr, Ivan Seixas, Telma Lucena e Célia Coqueiro.

Aos amigos/professores(as) Nair Nassarala, Roger M. Gomes, Lourdes C. G. Feitosa, Fábio P. Pallotta e Juliana de Souza pela formação, colaboração e pela amizade. Aos amigos Gustavo Moretti, Filipe Cesar e Isabella Serrano pelo apoio, conversas e sugestões em todos os momentos apesar da distância. Em especial ao meu amigo Thiago Oliveira que apesar das dificuldades me auxiliou a desbravar a cidade de São Paulo, me apoiou nos momentos difíceis

e me presenteou com o carinho de suas primas Arlete, Amanda e Stephany a quem dedico minha eterna gratidão.

Aos que passaram por minha vida e muito colaboraram em minha formação, agradeço a Maria Fassina (*in memoriam*/Bruno), Audria (Northon), Eli e toda família que me apoiaram e incentivaram para que eu continuasse buscando meus sonhos. Aos amigos de Bauru que por serem muitos não poderei integrar cada um mas, saibam que me sinto grata por tê-los por perto. Aos amigos que fiz em Marília Diego, Maicon, Carol, Aline, Felipe, Zuleika, Camila, e tantos outros que deram forças tornando o caminho mais leve nos momentos de solidão e tristeza.

Por fim agradeço a todos os funcionários da UNESP/Marília que permitem o funcionamento dos departamentos que nos auxiliam nos bastidores da pesquisa e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoas de Nível Superior (CAPES) pelo auxílio financeiro concedido que foi imprescindível para a realização dessa pesquisa.

*“Memória é onde se guardam as coisas do passado.
Há dois tipos de memória, sem vida própria e com vida própria.
As memórias sem vida própria são inertes. Não tem vontades. Sua existência é semelhante a
das ferramentas guardadas numa caixa. Não se mexem. Ficam imóveis nos seus lugares, à
espera. À espera de quê? À espera de que a chamemos. [...]*
*As memórias com vida própria, ao contrário, não ficam quietas dentro de uma caixa. São
como pássaros em vôo. Vão para onde querem. E podemos chamá-las que elas não vêm. Só
vem quando querem. Moram em nós, mas não nos pertencem. O seu aparecimento é sempre
uma surpresa. [...]*
*‘Alma’ é o nome do lugar onde se encontram esses pedaços perdidos de nós mesmos. São
partes do nosso corpo como as pernas, os braços, o coração. Circulam em nosso sangue,
estão misturados com os nossos músculos. Quando elas aparecem o corpo se comove, ri,
chora... [...]*
*Elas aparecem por causa da saudade. A alma é movida pela saudade. A alma não tem o
menor interesse no futuro. A saudade é uma coisa que fica andando pelo tempo passado à
procura dos pedaços de nós mesmos que se perderam. [...]”*

*(ALVES, Rubens. O velho que acordou menino [infância]. São Paulo: Planeta do Brasil,
2005. p.14-15)*

RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo compreender práticas e representações culturais a respeito da viuvez feminina e como a viuvez “compulsória institucionalizada” no período da Ditadura Brasileira nos anos de 1970 a 1980 rompe com os padrões instituídos socialmente. Partindo da construção da educação feminina e os modelos pré-estipulados para os padrões exigidos as chamadas “moças de família”, analisamos como os papéis sociais femininos influenciaram na construção de representações estereotipadas de viuvez feminina. Trata-se de retomar o estado civil dado como naturalizado, bem como os valores atribuídos que reforçam estereótipos, que obscurecem a participação das viúvas enquanto atores sociais, relegando-as aos resmungos e representações incômodas, o que as manteve invisíveis como objetos de pesquisa. A partir da perspectiva da História Cultural, a pesquisa baseia-se na análise empírica de uma realidade, através de relatos orais de mulheres no Estado de São Paulo (oficialmente casadas ou não), que possuem vivências díspares diante da perda dos maridos/companheiros por intervenção dos órgãos de repressão. Busca ainda analisar informações que não foram devidamente analisadas pela historiografia tomando como premissa inicial a ressignificação da viuvez, dos relatos orais e análise de fontes múltiplas para considerar as distintas vivências de viúvas que, revendo papéis tradicionais, construíram novas identidades transformando-se em sujeitos de poder e protagonistas na História. A partir das distintas experiências, procuramos destacar as alterações nos rituais da morte e a influência que esses tiveram na manutenção da memória de seus maridos/companheiros. Partimos da construção de uma identidade feminina estereotipada dos manuais de boas maneiras e da educação familiar desde a infância, passando pela juventude e focando na vida adulta para compreendermos como essas mulheres idealizaram sua vida a partir do casamento e como a morte foi a quebra de planos e projetos de uma toda uma vida. Como militantes oficiais (ou não-oficiais) de organizações de esquerda, essas mulheres vivenciaram situações limites que fraturaram seus cotidianos e modificaram suas identificações de forma que essas buscaram a sobrevivência para promover o bem estar de seus filhos e lutar por seus direitos como cidadãs atingidas pela repressão.

Palavras-chave: Viuvez. Mulheres. Ditadura no Brasil. Práticas e Representações. História Oral.

ABSTRACT

This research aims to understand cultural practices and representations of the female widowhood and widowhood as "institutionalized compulsory" in the period of the Brazilian dictatorship in the years 1970 to 1980 breaks with the standards established socially. From the construction of female education and pre-stipulated models for the standards required so-called "family girls", we analyze how women's social roles influenced the construction of stereotypical representations of female widowhood. This is to resume the marital status given as national as well as the assigned values that reinforce stereotypes that obscure the participation of widows as social actors, relegating them to the grumbling and uncomfortable representations, what remained invisible as research subjects. From the perspective of Cultural History, the research is based on empirical analysis of a reality through oral histories of women in the State of São Paulo (officially married or not) who have disparate experiences at the loss of their husbands / partners by intervention of the enforcement agencies. Search also analyze information that were not properly analyzed by the historiography taking as initial premise the redefinition of widowhood, oral reports and analysis from multiple sources to consider the different experiences of widows who, reviewing traditional roles, built new identities turning into subjects power and protagonists in history. From the different experiences we seek to changes in the rituals of death and the influence these have in maintaining the memory of their husbands / partners. We start with the construction of a woman from childhood through youth and focusing on adulthood to understand how these women conceived his life from the marriage and how death was breaking project plans and a family life. As official militant leftist organizations or not, these women experienced situations that limits their daily fractured and changed their IDs so these sought survival to promote the well being of their children and fight for their rights as citizens affected by repression.

Keywords: Widowhood. Women's. Dictatorship in Brazil. Practices and representations. Oral History.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AI	Ato Institucional
CENIMAR	Centro de Informações da Marinha
CIA	Central Intelligence Agency
CIE	Centro de Informações do Exército
CISA	Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica
CODI	Centro de Operações de Defesa Interna
DOI	Destacamento de Operações de Informações
DOPS	Departamento de Ordem Política e Social
EUA	Estados Unidos da América
IBAD	Instituto Brasileiro de Ação Democrática
IPES	Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais
MRT	Movimento Revolucionário Tiradentes
OBAN	Operação Bandeirantes
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
POLOP	Política Operária (Organização Revolucionária Marxista)
REDE	Resistência Democrática
VAR-PALMARES	Vanguarda Armada Revolucionária Palmares
VPR	Vanguarda Popular Revolucionária

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 REMINISCÊNCIAS DA INFÂNCIA: ENTRE O <i>LEMBRAR</i> E O <i>ESQUECER</i> ...	21
1.1 RECONSTRUIR A INFÂNCIA: Um olhar a partir do presente	23
1.2 TRANSIÇÃO DA INFÂNCIA PARA JUVENTUDE: o lar, a escola e o trabalho ...	27
2 REVOLUÇÃO DOS COSTUMES <i>versus</i> BONS COSTUMES: AMORES, COTIDIANO E LEMBRANÇAS	38
2.1 NAMORO E AS <i>MOÇAS DE FAMÍLIA</i> : Amores e reminiscências	39
2.2 ATÉ QUE A MORTE NOS SEPARE: O casamento como instituição indissolúvel e a militância como parte das vivências matrimoniais	48
2.2.1 NEM SEMPRE O CASAMENTO É UM <i>MAR DE ROSAS</i> : Militância, Pré Golpe e a Ditadura Militar no Brasil	53
3 A VIUEZ E OS RITUAIS DA MORTE: VIUEZ FEMININA NOS ANOS DE CHUMBO	82
3.1 <i>VIUEZ</i> : Da morte às Práticas e Representações de viuvez feminina	83
3.2 VIÚVAS E AS MEMÓRIAS DO EXÍLIO: A sobrevivência fora da pátria	100
3.3 VIUEZ FEMININA: Padrões e vivências diante das identificações	111
3.4 <i>REPRESENTAÇÕES DA MORTE</i> : O luto e os rituais da morte	124
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	133
5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	137

6	ANEXOS	150
A.	Síntese biográfica: Damaris Lucena	151
B.	Síntese biográfica: Antonio Raymundo de Lucena	153
C.	Síntese biográfica: Denise Peres Crispim	155
D.	Síntese biográfica: Eduardo Collen Leite	157
E.	Síntese biográfica: Isaura Silva Coqueiro	159
F.	Síntese biográfica: Aderval Alves Coqueiro	162
G.	Síntese biográfica: Pedrina José de Carvalho	164
H.	Síntese biográfica: Devanir José de Carvalho	166
I.	Modelo de entrevista semi-estruturada	167
J.	Organograma das hierarquias dos órgãos repressores	168
K.	Militantes libertos pelo sequestro do embaixador alemão Ehrenfried Anton Theodor Ludwing Von Holleben	169
L.	Militantes libertos pelo sequestro do cônsul japonês Nobuo Okuchi	170

INTRODUÇÃO

Iniciar uma investigação é partilhar publicamente parte da subjetividade de um(a) pesquisador(a). A presente pesquisa partiu de meus primeiros contatos com a questão da memória como reconstrução da história. Em uma simples investigação para as aulas de História no 3º ano do Ensino Médio, a busca por relatos sobre a Ditadura Militar tornou-se um desafio. Entre os funcionários da escola, uma professora sexagenária remanejada para a biblioteca despertou grande interesse. Dona Darci Gasparini¹ se autoproclamava feminista e comunista, relatava com detalhes as experiências de sua vida e contava-me sobre a infância, adolescência e rebeldia que faziam dela uma mulher “a frente de seu tempo”. A família, o casamento, as tradições religiosas rompidas (ou não) e a *viuvez* também faziam parte do discurso, mas o foco de sua fala sempre foi a luta pela democracia e a igualdade entre as pessoas.

Os primeiros contatos com a história de vida e com a questão gênero surgiram anteriormente a graduação, mas ainda assim, como pesquisadora, não compreendia como isso se desenvolvia no processo da investigação histórica. Não pude registrar as experiências vivenciadas por dona Darci Gasparini pois a morte silencia o *contar-se* de quem protagoniza a História. Outros poderão contar a história na qual dona Darci esteve inserida ou reconstruir através dos documentos sua trajetória política pela cidade de Bauru. Infelizmente uma lacuna se fez e não poderemos conhecer como ela, enquanto sujeito, rememoraria suas vivências. Desta forma, através de minhas memórias e das emoções relato as influências iniciais e assim homenageio a Darci Gasparini (*in memoriam*).

¹ Darci Gomes da Silva Gasparini (15/10/1941 – 16/08/2014) formou-se em Letras pela antiga FAFIL (Faculdade de filosofia e Letras hoje conhecida como USC/Universidade Sagrado Coração) e lecionou como professora efetiva da rede Estadual de Educação/SP. Em 1962 participou da organização da primeira Associação Feminina de Bauru, foi militante do Partido Comunista Brasileiro e após 1964 foi perseguida (cassação do mandato do marido que era vereador). Criou cinco filhos, engajou-se em diversas lutas (participou de intervenções sociais como o Lata d’água na cabeça em prol da população sem água na década de 1970) e foi presidente do PMDB em Bauru. Angariou esforços pela instalação da Delegacia de Defesa da Mulher, do Conselho Municipal da Condição Feminina e do Centro Integrado de Atendimento a Mulher em Bauru. (JANDREICI, Majô. **Darci, uma mulher de luta**. Participi, 19/ago/2014. Disponível em: < http://www.participi.com.br/Editorias/artigo.php?&tabela=tb_opiniao&id=157&artigo=Darci_uma_mulher_de_luta >. Acesso em: 17/dez/2014.

Diante dos eventos que relembrou no ano de 2014 os *50 Anos do Golpe Militar*, nota-se que no campo científico das humanidades esse tema recebeu (e ainda recebe) aprofundamentos e renovações nas reflexões sobre as diversas possibilidades de abordagem sobre a Ditadura Militar. Os sujeitos abordados, os recortes temporais e espaciais, as perspectivas, as problemáticas e suas diversas combinações possíveis já abordadas (em pesquisas em diversos níveis e não apenas no Brasil), explicitam que o período Ditatorial Brasileiro vem recebendo grande atenção dos pesquisadores nas últimas três décadas. Mesmo sendo bem explorado, o foco que prevaleceu nas investigações foi o do campo político como forma de análise.

Optamos por trabalhar o tema da viuvez feminina a partir dos anos de 1970 a 1980 por marcar um período de grande repressão militar que culminou na prisão, tortura, morte e/ou desaparecimento de grande parte dos militantes de organizações de esquerda. Através de um olhar histórico poliédrico e multidisciplinar ressaltamos as complexidades e diversidades (CATELA, 2001:41) de discursos que não fizeram parte da cristalização dos discursos hegemônicos tanto dos *vencidos* como dos *vencedores* (militares *versus* militantes). A proposta foi de deixar de “reproduzir uma tendência do discurso” (SOUZA-LOBO apud KERGOAT, 2001:123), priorizando temas que focam a vida privada e o cotidiano dessas mulheres enviuvadas. Evidenciamos como esses discursos foram expressivos na luta por visibilidade e empoderamento para que elas se mostrassem como sujeitos ativos na luta por direitos em esfera pública. Preocupamo-nos em realizar uma pesquisa qualitativa que compreendesse profundamente o grupo escolhido, utilizando uma metodologia própria e específica que abordasse “as emoções, valores [e] subjetividades” através das singularidades dos sujeitos. Esses casos particulares fazem parte de um contexto amplo que não são padronizáveis, nos fazendo enxergar sobre outra perspectiva (GOLDENBERG, 2009:14,17, 50) sujeitos que tiveram papel significativo nas lutas contra a Ditadura brasileira.

Através de novas interpretações possibilitadas pela categoria gênero², tratamos de “armar o olhar de uma nova lente capaz de enxergar” (WOLFF; POSSAS, 2005:587) na questão da viuvez feminina, um momento de complexo e heterogêneo de ser vivenciado. As

² Joan Scott propõe o gênero como categoria de análise para compreender a relação entre “experiências masculinas e femininas no passado”, mas principalmente “a ligação entre a história do passado e as práticas históricas atuais.” Introduzindo a categoria gênero é possível evidenciar as construções sociais dos papéis que os sujeitos incorporam como próprios e naturais. A proposta é que no campo de pesquisa histórica o “Gênero” tenha ação de análise hábil para “interrogar (e mudar) os paradigmas históricos existentes” afim de promover a igualdade social e política que inclua o sexo, a classe e a raça como forma de redefinição. (SCOTT, 1995:72,74,93).

ações femininas foram inseridas na história na esfera política, econômica, social, cultural, etc, evidenciando que os problemas domésticos são públicos e, desta forma, alterando as imagens que as mulheres tinham de si mesmas. (RAGO, 2013:24,25). O silêncio foi rompido! Escrever a história das mulheres, como já destacava Perrot, é sair do confinamento e envolver “o continente perdido das vidas submersas no esquecimento.” O silêncio das fontes também foi um dos motivos da invisibilidade feminina na História. A ausência de fontes e consequentemente de informações precisas sobre as mulheres se deu porque elas

[...] deixaram poucos vestígios diretos, escritos ou materiais. Seu acesso à escrita foi tardio. Suas produções domésticas são rapidamente consumidas, ou mais facilmente dispersas. São elas mesmas que destroem, apagam esses vestígios porque os julgam sem interesse. Afinal, elas são apenas mulheres, cuja vida não conta muito. Existe até um pudor feminino que se estende à memória. Uma desvalorização das mulheres por si mesmas. Um silêncio consubstancial à noção de honra. (PERROT, 2013:16,17)

Frente a essa situação, é necessário que outras fontes sejam alvo de investigação. Cartas, diários, fotografias, objetos diversos que são intimamente guardados, e os próprios relatos das mulheres podem ser valiosas fontes de pesquisa.

Segundo Patai em sua obra *História Oral, feminismos e política*, a história de vida de mulheres apresenta significados, muitas vezes as relações ali presentes permaneceram obscuras, pois não foram abordadas por serem vistas como triviais. As experiências contidas nessas histórias são como documentos únicos e valiosos que não podem ser negligenciados (PATAI, 2010:19,21). Reivindicando a fala de mulheres, seus lugares no passado são redefinidos, adentra-se a uma luta contra padrões estabelecidos e pontos de vistas (SCOTT, 1992:77-78) que não foram *ouvidos*. O limite de investigar apenas a exclusão feminina ou a reprodução hierárquica das relações entre os sexos não fomentam discussões que possam abranger a opressão presente nos mecanismos estruturais e estratégicos que instituições (“Família, Igreja, estado, escola, etc) e agentes perpetuaram na história das mulheres (BOURDIEU, 2000:105,106).

Refletindo sobre esses mecanismos e instituições de perpetuação da dominação social da mulher, inferimos que a viuvez feminina permaneceu abafada por valores interiorizados como naturais. As viúvas se encontram em uma posição estereotipada e enquadrada

socialmente. O estado civil se entrelaça e se mistura com as múltiplas identificações de uma mulher, fundindo um padrão no imaginário social que é exibido como a personificação do luto através da viúva. As mudanças que a viuvez trás à vida de uma mulher é um movimento ímpar a ser analisado. O período que corresponde a Ditadura no Brasil (1964-1985) possui especificidades que são essenciais para que se compreenda como a vivência de viuvez feminina foi alterada através das intervenções repressivas do Estado. Partindo da noção de *viuvez compulsória institucionalizada*³ cunhada por Possas, desenvolvemos uma análise pontual que permitiu observar as alterações sofridas nas questões da morte e do morrer como fatores cruciais para observarmos as experiências de viuvez feminina na Ditadura.

Diante de múltiplos sujeitos abordados no tema da Ditadura, as viúvas permaneceram como sujeito de segunda categoria, porta-voz da história do cônjuge e invisíveis como protagonistas. Ivan Seixas⁴ destaca a necessidade de evidenciar a história dessas mulheres:

As mulheres tem um papel que não é bem justo com o que tem de reconhecimento. As viúvas de revolucionários, elas tiveram um papel fantástico. As viúvas carregaram as famílias, porque em uma sociedade machista naquela época o pai de família não ter dinheiro para colocar comida dentro de casa é uma problema. (SANTOS, 2010)⁵

³ O termo *viuvez compulsória institucionalizada* foi utilizado por Possas ao entender uma viuvez provocada pela violência da repressão militar que, através da instituição Estado que sequestrou, fez desaparecer e assassinou pessoas na justificativa de estar defendendo a Pátria dos inimigos internos (subversivos) e externos (comunismo internacional) (POSSAS, 2014:01,02).

⁴ Ivan Seixas foi preso e torturado ao lado de seu pai Joaquim Seixas nas dependências do DOI-CODI/SP. Presenciou o anúncio da morte de seu pai que ainda se encontrava vivo no momento da notícia transmitidas em jornais e telejornais. Sua mãe Fanny (também militante de esquerda) e suas irmãs foram alvo dos órgãos repressivos que as mantiveram presas. Hoje Ivan é presidente do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (Condepe-SP) e colaborou com a presente pesquisa ao ser intermediador entre a pesquisadora e as mulheres entrevistadas. Disponível em : , <http://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2012-07-17/nasci-na-luta-diz-ex-presos-politico-torturado-ao-lado-do-pai.html> >. Acesso em: 17/dez/2014.

⁵ Documentário: Paredes Pintadas (extras com Ivan Seixas). O jornalista Pedro Santos, em um intercâmbio na Argentina, teve a oportunidade de conhecer movimentos sociais que surgiram durante a Ditadura no país e percebeu que a memória desses grupos é algo muito explorado na Argentina. Desta forma, surgiu o interesse de fazer um vídeo (documentário) que abordasse mulheres brasileiras que atuaram como militantes na luta armada contra a Ditadura Militar. A escolha de focar as mulheres como protagonistas veio pelo destaque que estas tiveram durante a década de 1960, época do auge da emancipação feminina. Disponível em: <<http://noticias.ufsc.br/2010/07/paredes-pintadas-documentario-sobre-mulheres-guerrilheiras-estreia-na-tv-ufsc/>>. Acesso em: 17/dez/2014.

Os papéis que essas mulheres assumiram possuem aspectos particulares que, através da autobiografia⁶, podem expressar de forma mais precisa como elas se veem como sujeitos de suas próprias histórias. A História Oral como método de investigação dá valor a fontes orais e através da memória, insere subjetividades elaboradas e interpretadas pelos próprios sujeitos que as vivenciaram (TEDESCHI, 2014:09,14,19). Desta forma, buscamos relatos de mulheres que se encontravam na condição de viúvas na década de 1970 para que essas narrassem suas vivências e assim pudéssemos penetrar em uma realidade que teima em se manter silenciada. Quanto às questões da memória e a crescente utilização da História Oral como método de trabalho foi possível evidenciar a presença de disputas entre a memória oficial e as memórias individuais, subterrâneas (clandestinas) que ao serem captadas possibilitam olhar protagonismos antes silenciados (POLLAK, 1989:04,05). Por isso, é significativo evidenciarmos os discursos “inaudíveis”, trabalhando em conjunto (entrevistador e o entrevistado) para que a narrativa dialogue (ou não) com a história que já constitui um discurso oficial (THOMPSON, 1992).

Como sujeito histórico, ser viúva era assumir uma identidade jurídica dada, naturalizada pelas convenções legais e jurídicas sendo pouco explorada como categoria analítica. Debruçar-se sobre a história do cotidiano é vislumbrar os distintos movimentos e condutas reinventados diariamente por essas personagens. As mulheres tiveram uma inserção significativa como militantes e guerrilheiras, no entanto, suas condições de viuvez, diferentes de outras relações de parentesco, permaneceram silenciadas, como se estivessem “fora do tempo e dos acontecimentos” (BANDEIRA; MELO, 2010:08).

Procuramos ir além do significado tradicional de viuvez, herança de fortes raízes religiosas e normativas que objetivavam amenizar comportamentos femininos com códigos de comportamento, de modelos dados por instituições burguesas e dominantes (POSSAS, 2014:26, 27). Ao tomar os relatos de vivências de mulheres enviuvadas, captamos como as normas e situações de convivência eram apropriadas e se transformavam, na sociedade de 1960/1980, conturbada por novas ideias sobre relacionamentos sexuais, casamentos e uma maior inserção feminina em diversos âmbitos do espaço público. A viuvez entendida como “aquela mulher reclusa” diante dos impactos políticos, social e cultural de um tempo de

⁶ O discurso autobiográfico que pode ocorrer por entrevistas escritas ou orais como destacou Rago, revelam que os relatos estão fortemente relacionados com a reinvenção de si. O *contar-se* possibilita questionar identidades e assumir-se como sujeito múltiplo (RAGO, 2013:32).

transformações correntes, levaram muitas delas a assumirem papéis diversos para conseguir sobreviver a Ditadura.

Trabalhar com as experiências pessoais é adentrar a formas mentais e principalmente emocionais que o relato emite e nos permite a articulação de “trajetórias e representações” onde as “dicotomia[s] [como] objetividade-subjetividade” são capazes de ultrapassar “a objetividade dos acontecimentos da subjetividade em que são vividos”. (SOUZA-LOBO, 2011: 82) Uma de nossas preocupações era de desnaturalizar a viuvez feminina e evidenciar que o estado civil não homogeneiza as experiências em situação de enviuvamento, embora estejamos diante de práticas arraigadas no senso comum e que se aparenta quase unívoca. Isto posto, partimos para olhar as multiplicidades que as subjetividades e os conflitos vivenciados deixam vir à tona. A análise minuciosa dos relatos nos permitiu localizar posicionamentos e discursos reinventados pelas práticas ou estratégias que angariaram força diante das escolhas e condutas (CHARTIER, 2002: 17) feitas por essas mulheres entrevistadas.

As entrevistas realizadas proporcionaram uma maior nitidez de um quadro de representações dessas viúvas como agentes de suas histórias, a cada momento adensando e construindo novas identidades. Suas falas oscilavam e reposicionaram seus *status* sociais ao enfrentarem as estruturas que foram impostas (CASTELLS, 2000: 22-24). Trabalhar com a memória, seja a individual como a coletiva, de um período, liberta novas interpretações (POLLAK, 1989: 10; HALBWACHS, 1990:53,54), uma vez que expõe realidades complexas não muito aparentes por falta de enxergarmos os indícios que já estavam ali, mas que não receberam devida atenção (GINZBURG, 1990:152). A memória é um elemento de identidade, tanto de um indivíduo como de um grupo, importante no sentido de dar continuidade e coerência na “reconstrução de si”; (POLLAK, 1992: 05) e analisar essa reconstrução permitiu-nos dar “lugar a teorias espontâneas” que são versões da realidade e que estão carregadas de significações (JODELET, 2001: 17-22). Combinando abordagens teóricas e empíricas, ajustamos os conceitos para elucidar de forma mais adequada as implicações ali contidas (BARTH, 1998:189).

A entrevista possibilitada pela História Oral é uma alternativa para estudar a sociedade, preenchendo espaços e dando sentido “a uma cultura explicativa dos atos sociais” que nos liga ao direito de cidadania. Ela é a “subversão do saber ‘disciplinado’”, populariza a História no sentido de democratizar as participações de sujeitos colaboradores como discorrer Meihy (2002:14,20):

[...] a história oral se apoia exatamente na adesão de pessoas atentas a pensar a vida social em sentido público. Sem se isolar do contingente acadêmico, é para o exercício da democracia e do conhecimento que ela se faz. [...] A história oral tem forte apelo público, de divulgação e reconhecimento.” (2002:21)

Assim sendo, focamos as entrevistas como ponto crucial das análises de forma a explicitar as experiências dessas mulheres enviuvadas como parte integrante da resistência no Brasil.

Os depoimentos de Damaris Lucena⁷, Denise Crispim⁸, Pedrina de Carvalho⁹ e Isaura Coqueiro¹⁰ se entrelaçam não apenas no contexto nacional e internacional o qual estão relacionados, mas também em vivências e episódios diretos ou indiretos que perpassaram a história de cada uma delas. Os cônjuges transitavam no cotidiano das famílias, as esposas/mães militantes oficiais (ou não) de esquerda, percorriam essas movimentações rotineiras de resistência a Ditadura e assim teciam inconscientemente redes que ligam umas histórias com outras de forma fluida. Essas histórias se cruzaram na guerrilha urbana, no cotidiano dos afazeres domésticos, nas prisões e torturas, nas lutas pela sobrevivência e no exílio. Nossa proposta não foi intencional nesta pesquisa, restringimos apenas um recorte espacial para termos atenção apenas ao Estado de São Paulo. As entrevistadas foram indicadas pelo presidente do Condepe, Ivan Seixas, que foi um dos intermediadores para que os contatos entre entrevistadora e entrevistadas fossem possíveis. Questões geracionais, espaciais e contextuais interligaram suas histórias e assim nos possibilitou cruzar experiências que se completavam para melhor compreendê-las nesse *caleidoscópio* da História (AURELL, 2010:162).

O testemunho nem sempre vem carregado de certezas e memórias acabadas. As entrevistas caminharam por diversos períodos da vida dessas mulheres. Idas e vindas da memória reconstruíram, nesses depoimentos, fatores que ligam a família, os estudos, os sonhos, os amores, as amizades e tantos outros fatores rememorados e reinterpretados pelas mulheres que hoje permitem *contar-se*. Destaca-se contundentemente o quão dolorida ainda é

⁷ Ver síntese biografia de Damaris Lucena Anexo A p. ??.

⁸ Ver síntese biografia de Denise Crispim Anexo C p. ??.

⁹ Ver síntese biografia de Isaura Coqueiro Anexo E p. ??.

¹⁰ Ver síntese biografia de Pedrina de Carvalho Anexo G p. ??.

a lembrança; o sofrer e as lágrimas surgem em meio as palavras que não desejam mais serem ditas. As viúvas se veem na obrigação de relatar as atrocidades que o Estado cometeu, não desejam vingança, mas que a verdade seja revelada. As inquietudes que as lacunas ocasionam em suas histórias não as deixam calar. Para algumas dessas mulheres, o interesse por suas experiências e não pelas histórias dos maridos assassinados chegou a ser vista com surpresa. Por muitos anos essas mulheres reproduziram incessantemente os dolorosos fatos da morte de seus companheiros, hoje reconstroem suas identidades e fazem um balanço geral de suas vidas. Cada uma delas se fez sujeito a sua forma, cada uma pontuou suas identificações e mostrou-se a partir de como querem ser vistas.

Realizamos entrevistas semi-estruturadas¹¹ com o objetivo identificar em suas vivências as subjetividades que constituem a construção de suas identidades. No desenvolver dos depoimentos respeitou-se a liberdade das entrevistadas de expressar espontaneamente os relatos. Revindicar a fala dessas mulheres foi manter em sua forma e conteúdo os discursos produzidos. Optamos por manter fielmente os relatos de forma que pudéssemos enxergar suas identificações no *falar*, os regionalismos, sotaques, vocabulário e vícios de linguagem que expressam parte das experiências vivenciadas desde a infância até o exílio durante a vida adulta. Foram incluídas outras questões relacionadas a viuvez e outras experiências para que pudéssemos ter uma visão mais ampla de como elas vivenciaram a infância, a escola, o namoro, o casamento, a militância, a morte do cônjuge e por fim, como reconstruíram suas vidas após esse episódio traumático. Após mapearmos o trajeto pelo qual essa pesquisa percorreu, indicamos como foi estruturada a convergência entre o *teórico* e o *empírico* para que a organização do texto ordenasse de forma cronológica a vida das entrevistadas.

O primeiro capítulo é iniciado tematicamente pela questão da *Infância*. Nele introduzimos questões relacionadas a Memória como o *lembrar* e o *esquecer*, para que pudéssemos nortear como os depoimentos se formam enquanto consciência do passado rememorado através de concepções do presente. A situação geracional também está inclusa nas discussões para que se faça pertinente pautar as redes que as histórias formam não apenas

¹¹ O modelo de entrevista semi-estruturada buscou pautar diversos períodos da vida das entrevistadas para que fosse possível captar desde a educação familiar na infância até as rupturas e permanências ressignificadas por essas mulheres em diversos períodos da vida adulta. O foco principal foi a viuvez mas os diálogos foram deixados abertos para que as entrevistadas pudessem expressar livremente os episódios de suas vidas que mais se fossem importantes. Ver Modelo de entrevista semi-estrutura, Anexo I.

nos contextos nacionais e internacionais, mas ainda como parte integrante de experiências partilhadas (direta ou indiretamente). Elaboramos inclusive elementos da construção do feminino como parte da educação para a vida doméstica delas enquanto mulheres em formação. Salientamos as influências que a classe social na qual elas estiveram incluídas receberam ênfase em suas falas quanto ao motivo da inserção na luta pela democracia e pelos direitos a igualdade tanto no período da Ditadura quanto na atualidade.

O capítulo seguinte tem como propósito evidenciar o transcurso da juventude à vida adulta e os papéis assumidos por essas mulheres enquanto trabalhadoras, esposas e mães no período pré-golpe. Nas fronteiras entre o público e o privado, as entrevistadas relataram o namoro, o casamento, o contexto nacional e como a clandestinidade se deu nos anos de maior repressão da Ditadura. A complexidade constituída pelos depoimentos nos permite analisar as relações entre as temporalidades que se faziam presentes entre o *novo* e o *tradicional*. A efervescência da década de 1960 com a chamada *Revolução dos Costumes* permanecera em constante contado com os chamados *Bons Costumes* evidenciados principalmente nos chamados *Anos Dourados* no Brasil, período no qual essas mulheres haviam sido educadas.

No terceiro capítulo introduzimos a questão da viuvez vivenciada por essas mulheres e como a morte do cônjuge alterou as estruturas do cotidiano dessas mulheres no período de constantes perseguições no período do governo do general Médici. Buscamos analisar como os rituais da morte e a viuvez transitam no imaginário e também nos costumes sócio-culturais do Brasil. As vivências relatadas revelam as rupturas dos enlaces familiares e cotidianos em prol da fuga pela sobrevivência para exílio. Esse capítulo é composto ainda pelas experiências vivenciadas no exílio, o retorno ao Brasil e a luta pela *justiça, verdade e memória*. Nesta parte optamos por evidenciar a reconstrução da vida dessas mulheres no Brasil num contexto de *Anistia* e a busca pela verdade a partir da instituição da *Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos* em 1995. A partir de então analisamos como a manutenção da memória individual e coletiva se fez através da responsabilidade que essas mulheres acreditam ter sobre a história de seus cônjuges “*para que não se esqueça, para que nunca mais aconteça*”. Os *lugares da memória* e os lugares privados da memória nos auxiliaram a compreender como as viúvas mantiveram a lembrança de seus companheiros presentes na família como forma de reconhecimento de seus feitos no luta contra a Ditadura no país.

Essa pesquisa buscou trabalhar em uma perspectiva não determinista de uma visão *a priori*, mas voltada para os aspectos múltiplos presentes nas representações, afastando-nos de formas unívocas e a cada momento renovando nossos procedimentos na base multidisciplinar. A reflexividade introduzida no conceito de viuvez defendeu um exame à luz da informação renovada, alterando seu caráter sempre formal (GIDDENS, 1991:45) e ampliado para período da Ditadura. Adentrar as identificações assumidas (HALL, 2000:105,112) pelas construções de si (RAGO, 2013:45) que as entrevistas evidenciaram nos permitiu enxergar como essas mulheres se veem como sujeitos de suas histórias. As vozes de mulheres, reconhecendo as diferenças e semelhanças entre elas, visibilizaram as resistências e as complexidades das fluidas experiências ainda ocultas nos discursos hegemônicos.

1.

REMINISCÊNCIAS DA INFÂNCIA:
ENTRE O LEMBRAR E O ESQUECER

“A infância é certamente maior que a realidade. (...) É no plano do devaneio, e não no plano dos fatos, que a infância permanece em nós viva e poeticamente útil. Por essa infância permanente, preservamos a poesia do passado.” (BACHELARD, 1998)¹²

Como *sombras tênues no teatro da memória* as mulheres receberam mais destaque enquanto entidade coletiva¹³ em vez serem analisadas como mulheres singulares. A memória feminina muitas vezes esteve ligada a família e assim vista como semi-oficial. As mulheres de mais idade geralmente foram incumbidas da transmissão da história familiar, conservando desde “os rastros das infâncias por elas governadas” até “o culto aos mortos” de forma a manter a memória do privado (PERROT, 1995:09,10,14,15). E as histórias de suas vidas, quando são contadas? Como elas se expressam como sujeitos e não apenas a partir dos papéis que assumiram como mães/esposas/filhas? Por que a “*memória feminina*” se constitui muitas vezes dessa forma?

O gênero delinea a memória e as narrativas, não através do biológico mas pelas especificidades determinadas a partir dos papéis femininos assumidos pelas mulheres. As experiências fazem referência à ação e engajamento do sujeito que reflete, interpreta e transforma suas ações. É no presente que as reflexões e interpretações ocorrem e através do exercício do rememorar, as experiências são transformadas. A memória é reconstituída pelo lembrar, esquecer e/ou o silenciar. Nesse jogo das reminiscências, as experiências são recriadas por quem as vivenciou (KOFES; PISCITELLI: 1995:345,347,348). Os depoimentos concedidos por Damaris, Denise, Pedrina e Isaura, as *viúvas*¹⁴, transmitem suas reflexões sobre a ação; as experiências são um grande arsenal dos protagonismos até então *silenciados*.

¹² BACHELARD, Gaston. **A Poética do Espaço**. Tradução de Antônio de Pádua Danesi. São Paulo: Martins Fontes, 1998. p.35.

¹³ Destacam-se como iconografia comemorativa como em alegorias ou símbolos [democracia, justiça, revolução, etc] (PERROT, 1995:09)

¹⁴ Para que a referência sobre as entrevistas seja feita de forma simplificada, utilizarei a forma genérica viúvas. Essa ressalva se faz necessária para que reafirmemos nossa posição sobre o protagonismo dessas mulheres que vão além da morte do cônjuge.

A concorrência entre a história e a memória faz do passado um momento conflituoso. Isso se dá tanto pela história oficial, quanto pelas memórias hegemônicas e/ou pelo silêncio das memórias marginalizadas. As *novas visões do passado* nos auxiliam a ver os novos sujeitos; a ausência nos relatos de sujeitos relegados a margem da história necessitam de *novas* exigências de método como o *testemunho* para restituir “a confiança nessa primeira pessoa que narra sua vida (privada, pública, afetiva, política) para conservar a lembrança ou para reparar uma identidade machucada.” (SARLO, 2007:09,10,16,17,19). As narrativas possuem três tempos: o *tempo antigo* (passado distante), o *tempo das mudanças essenciais* (tempo dos acontecimentos que são relevantes ou que tomam destaque na fala do narrador[a]) e o *tempo da narrativa* (momento em que o depoimento é captado) (MEIHY, 2002:83). A memória não é *possível* mas *percorrível*, de forma que o sujeito narrador(a) se movimenta de forma elástica em profundidade de acordo com o que é colocado em pauta (SEIXAS, 2002:46). As lembranças e as narrativas não são lineares ou cronológicas, essas surgem repentinamente e desordenadamente de forma que a construção do pensamento não possui um caminho a percorrer, mas recua e prossegue no ritmo do *lembrar*.

O silêncio não ocasiona o esquecimento, mas age como resistência em contraposição aos muitos discursos oficiais encontrados em uma sociedade. Essas lembranças são dissidentes, podem ser encontradas presente nas “redes de famílias e amigos” esperando para receber visibilidade diante dos jogos políticos e ideológicos que socialmente se colocam. Essas memórias são subterrâneas, ou seja, de grupos minoritários que não encontraram na sociedade englobante espaço para partilhar suas experiências (POLLAK, 1989:04,05). Através dessas memórias subterrâneas podemos analisar outras possíveis “versões da realidade”, já que a “realidade é complexa e multifacetada” nos permite recriar “a multiplicidade original de pontos de vista”. Com a História Oral torna-se propícia a reconstrução de um passado mais realista e imparcial (THOMPSON, 1998:25,26) das histórias em que *algumas* viúvas estiveram presentes mas não tiveram voz. Essas narrativas estão em constante deslocamento, movimentando-se entre o dizível e o indizível (POLLACK, 1989:09) agregando percepções sociais “do contexto em que são obtidos.” (THOMPSON, 1998:145).

A História Oral acentua os debates que ficaram pendentes quanto a participação de alguns sujeitos na história. A própria subjetividade nos auxilia a atingir outros “modelos interpretativos” através da valorização das experiências (TEDESCHI, 2014:25,27,28) das viúvas entrevistadas. Essas viúvas estão na faixa etária entre os 65 e os 85 anos. A questão

geracional promovida pela “cultura intelectual” e pelas situações político-sociais, envolvem as histórias delas, não em um tempo apenas cronológico mas nas situações de similaridades existentes. As similaridades presentes em idades e situações socioeconômicas próximas, posicionam essas mulheres em uma conexão geracional como explicita Mannheim:

A situação de classe e a situação geracional (o pertencimento mútuo a anos de nascimento próximos) tem em comum – como consequência de uma posição específica ocupada pelos indivíduos por ela atingidos no espaço de vida sócio-histórico –, a limitação desses indivíduos a um determinado campo de ação e de acontecimentos possíveis, produzindo, dessa forma, uma forma específica de viver e de pensar, uma forma específica de intervenção no processo histórico (MANNHEIM apud WELLER, 2010:209,210).

A conexão geracional está intimamente ligada ao presenciarem os mesmos eventos e principalmente por “processarem os acontecimentos de forma semelhante” (Ibidem, 213). Desta forma, organizamos suas vivências subdivididas em categorias sociogeracionais iniciando de forma cronológica pela *Infância*.

1.1 RECONSTRUIR A INFÂNCIA: Um olhar a partir do presente

“ ‘A infância [...] levanta o problema de toda a sua vida; cabe a idade madura encontrar-lhe a solução.’ Bachelard” (ALVES, 2005:21)¹⁵

Enquanto categoria, a infância é socialmente construída através do contexto histórico em que está constituída. Distante de um fenômeno meramente natural, as expectativas de conduta e os valores morais determinados direcionam o modelo ocidental de infância baseada na dependência e obediência em troca de proteção (NASCIMENTO; BRANCHER; OLIVEIRA, 2008:01,02,07) que não necessariamente se faz rígida mas fluida. Para tanto, as relações e as condições sociais de uma criança são fatores que compõem esse período. Mesmo enquanto crianças, os sujeitos são marcados histórico e socialmente (BERNARTT,

¹⁵ ALVES, RUBEM. **O velho que acordou menino** [infância]. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2005.

2009:4227). Nas experiências registradas pelas viúvas sobre a infância, a condição social é um elemento de extrema importância para a tomada de consciência quanto à questão das divisões existentes entre os seguimentos sociais:

Damaris:

Olha, eu sou de origem muito pobre desse país, nordestina né. O nordeste sempre foi muito discriminado, muito abandonado, não é porque nós não desmereça nossos trabalhador, eu imagino que o nordestino é muito trabalhador e que as necessidades são tão grande que obriga você trabalha, por exemplo com a minha família do Ceará. Trabalhadores duro, com aquela necessidade de chuva a gente aprende a trabalhar mesmo aí duro [...]. Quando minha mãe morreu, eu tinha de 3 pra 4 anos, minha mãe morreu de fome [...]. minha mãe coitada ficou doente porque tinha morrido o filho de febre paratifo. O menino deu uma febre de 3, 4 dias o menino morreu. O menino já tinha nove anos e minha mãe ficou muito triste e ficou muito desolada e não queria comer e minha mãe ficou doente, deu pneumonia e aí meu pai levou ela na farmácia e ele [farmacêutico] falou: “Olha...”, não tinha médico, “...a senhora tem que se alimentar um pouco mais, tomar leite e comer alguma carne”. Meu pai não recebia o pagamento da estrada, o diretor da estrada não pagava. Tinha lá um barracão que ia lá comprar uma farinha, comprar carne seca tudo cheio de bicho, toucinho rançoso. Meu pai comprava aquilo, mas minha mãe coitada não podia e ela deitada na cama. Tinha meu irmãozinho que tinha um ano e pouco e ainda mamava, e o menino chorava, eu lembro, eu lembro que o menino chorava. [...] Depois que minha mãe morreu, morreu o pequenininho. O menino praticamente morreu sem comer também, porque ele mamava, minha mãe não tinha leite doente foi morrendo, morreu de fome praticamente, morreu a mímica a minha mãe morreu a mímica. Você veja bem a minha rebeldia desde o começo da minha vida. Veja bem minha ... rebeldia, minha ... como chama não é bem rebeldia, minha repulsa, meu ódio, meu desejo de melhorar a situação. Eu sofri tanto de como criança, “Puxa vida vamo fazer alguma coisa”. Então eu vi minha mãe morrer daquele estado e meu irmão meus dois irmãos morrer. A gente fica desolada, a gente fica triste né. Aí não é que você é rebelde, você fica revoltado de tanta injustiça e eu fui crescendo naquela revolta. (Damaris LUCENA, 2014)

Para Damaris as adversidades da vida foram a causa de sua constante busca por justiça, enquanto que nos relatos de Denise, o contexto em que sua família se encontrava, motivaram a conscientização e vivência em condições sociais mais restritas:

Eu nasci em 1949, tenho 64 anos. Em 49 o Partido Comunista tinha sido destituído, em 46 já tinha acabado, quer dizer, o Partido Comunista já tinha entrado em... já tinha sido cassado e meu pai já viva na clandestinidade. Então eu nasci na clandestinidade. [...] E eu praticamente nasci prematura [...] muito pequenininha, nasci na Santa Casa de Misericórdia em Porto Alegre [...]. Meu pai foi expulso do partido em 1952 por umas teses que ele escreveu com divergência com o comitê central. [...] Em 52 eu tinha três anos. Eu não tenho memória daquela época. [...] eu tenho memória de episódios, de coisas, de crianças que eu conheci, de relações que eu tive

humanas, ou com algumas figuras de alguns companheiros ou então com campanha de escola, naquele mundo com pouca gente. Morava em lugares bem pobres porque a clandestinidade do meu pai ela ia, vamos dizer assim, ela ia... ela se adaptava bem em lugares mais de zonas mais pobres, de certa maneira a gente não tinha o status econômico pra poder viver em zona da classe média, da classe média alta, não tinha. E por outro lado, quer dizer, quando você está no meio do povão ali ninguém muito tá procurando identidade, tem sempre alguém lá que roubou laranja, galinha, alguma coisa, passou um fumo por aí, entendeu?! Nós não tínhamos nem televisão em casa, a gente não tinha nada. Eu lembro que minha mãe em determinado momento comprou uma geladeira porque achava que era importante ter a geladeira, porque as coisas perdiam e tudo mais. A geladeira passou o tempo todo vazia e minha mãe teve que vender a geladeira, não tinha nada para por dentro da geladeira porque aquilo que se ganhava e se comprava para comer, se fazia, mal chegava no fim do mês. (Denise CRISPIM, 2014)

Em uma família de imigrantes que já partia de um histórico de envolvimento com o movimento operário espanhol e com a vida político-partidária de seu pai, Denise vivenciou experiências em classes populares e sua memória da infância foi marcada por esses elementos. Os relatos de Pedrina possui uma conexão que se aproxima das experiências de Damaris e Denise pelos fatores ligados as dificuldades financeiras e os contatos partidários da família:

Então, eu nasci em Volta Redonda no estado do rio, ate uns quatro anos fiquei em Volta Redonda. Meu pai era do PC do B e ele também mudava muito, ai ele foi para o Rio, moramos em Nilópolis depois voltamos para Lorena. Moramos em Lorena também ai depois viemos para São Paulo que tinham muitos filhos meus pais. Nós éramos em doze, doze irmãos, nove mulheres e três homens. Chegou a idade, como tinha muitos filhos, meu pai era pintor de parede, ai os filhos começaram logo a trabalhar novinhos, 14. Inclusive eu tinha 11 anos e comecei a aprender o ofício de tecelã. Ai depois em Lorena, estava muito fraco o trabalho, cidade do interior né, meu pai falou “Nós vamos para São Paulo”, daí viemos para cá. [...] A gente [...] trabalhava o dia inteiro, não tinha uma alimentação boa. Era o feijão com arroz, um café... ai eu me lembro que minha mãe fazia o café... era um café forte. Primeiro era tirava um cafezinho para ela e para meu pai e depois passava a água no coador, que saia mais fraquinho para a gente e as crianças que mamavam, desmamavam e o leite era para eles. O que estava já com um aninho, então leite que comprava era para os pequenininhos. Então os que já cresceram não tomavam leite. (Pedrina CARVALHO, 2014)

Em uma família consideravelmente extensa, Pedrina vivenciou a necessidade da colaboração entre os indivíduos para a superação das dificuldades que encontravam. De forma

semelhante aos demais depoimentos, Isaura¹⁶ relata sua infância vinculando à morte do pai e a sobrevivência da família diante das necessidades de manter o sustento de todos:

IS: Eu nasci em Minas Gerais, a última mineira, a única mineira da família sou eu porque tudo é baiano. Minha mãe mudou da Bahia para Minas e ela estava me esperando e eu nasci lá. Depois voltou de novo para o sul da Bahia e eu fui criada no sul da Bahia. Fica depois de Medeiros Neto [...]. Ai meu pai vendeu e a gente mudou para outro lugar da Bahia, ai ele morreu, eu era menina ainda. Ai meu pai morreu, minha mãe comprou mais uma terra (inaudível), ai eu acabei de me criar. (CL: Quantos irmãos a senhora tinha?)

IS: Seis. Dois homens e quatro mulheres. Eu sou a mais nova [...] passei a minha infância e eu não fazia nada porque eu era menina naquele tempo, [...] naquele tempo eu não fazia nada, [fazia] serviço de casa, o pessoal de casa trabalhava em roça...

(CL: Como sua mãe sustentava os filhos? Alguns já trabalhavam?)

IS: É, porque tinha meus irmãos solteiros que já eram maior de idade, trabalhavam com roça, todo mundo trabalhava na lavoura. Naquele tempo era lavoura, minha mãe, minhas irmãs que eram maior trabalhavam. As outras grandes iam para a roça e eu era pequena então ficava fazendo o serviço de casa, porque eu nunca trabalhava assim na roça porque era a mais nova... no tempo em que eles tinha terra, nesse tempo eu era muito pequena e não trabalhei na roça, quem trabalhou foram as mais velhas, minhas irmãs, meus irmãos. (Isaura COQUEIRO, 2014)

As experiências vivenciadas destacam a necessidade do trabalho como forma de contribuição financeira ou na manutenção do lar. Essas mulheres eram parte de uma rede familiar onde os lugares e as funções eram divididos de acordo com a idade e com o sexo. Notamos que a *família*¹⁷ aparece em cada discurso de forma variada tanto em organização quanto em desenvolvimento das soluções para as contrariedades da vida cotidiana. Dentro das relações de parentesco a divisão sexual do trabalho distribui as posições e as funções que os sujeitos devem exercer, delimitando fundamentalmente através do gênero e da idade os elementos da “unidade doméstica.”. Segundo Vitale, a identificação que a criança tem ao absorver os papéis sociais na primeira infância se mantêm na consciência em um movimento de socialização (CARVALHO, 2003:74, 91). Desta forma, nota-se que as funções designadas para as viúvas enquanto crianças já apontavam para a construção da feminilidade muito presente na educação das mulheres.

¹⁶ A entrevista com Isaura ocasionou algumas ressalvas necessárias a serem feitas. Por sua restrição em falar de si mesma e pelo menor ênfase no período da infância, optamos como descrever o diálogo da entrevista.

¹⁷ O conceito de família que utilizamos foge dos modelos rígidos e de caráter normativo. Partilhamos da proposta de Gomes (citada por SZYMANSKI) que considera a família como um “grupo de pessoas, vivendo em uma estrutura hierarquizada que [...] uma proposta de ligação afetiva duradoura, incluindo uma relação de cuidado entre os adultos e deles para com as crianças e os idosos [...]” (CARVALHO, 2003:26)

Em sua pluralidade de conceitos, a infância foi analisada enquanto uma condição da criança. Essas vivências são representações das relações sociais (ANDRADE, 2010:55) que, após relatadas pelas viúvas, vemos como produtos da história. A análise crítica da infância dos sujeitos nos ampara a localizar as “aspirações truncadas, injustiças prepotentes, [e] a hostilidade habitual contra os fracos” que permeiam seus discursos. As lembranças da infância são fortes e espontâneos (BOSI, 1994:83,453), sempre contextualizadas no tempo, espaço e cultura. Ela se faz plural! A infância é a construção social da criança através das relações (ANDRADE, 2010:67) e as lembranças são as releituras das experiências do sujeito que narra e insere seu *olhar* crítico ancorado no presente sobre os fatos do passado. A partir da projeção no passado é que essas mulheres enxergam na infância momentos de dificuldades de diversos tipos, que para elas foram cruciais, aos *olhos* de hoje, para que elas se engajassem politicamente e adentrassem a militância contra a Ditadura.

1.2 TRANSIÇÃO DA INFÂNCIA PARA JUVENTUDE: o lar, a escola e o trabalho

A vida cotidiana feminina é construída mediante sua restrição primariamente ao espaço privado. A permanência por certo tempo em casa sendo vigiadas e aprendendo os afazeres domésticos em convívio constante com a mãe ou alguma figura feminina, auxiliam na construção do *ser mulher*. A casa é o espaço que define o íntimo e o privado (DAMATTA, 1985:13), nesse espaço as mulheres são cuidadas e resguardadas dos “perigos” latentes do espaço público. A educação feminina se dá muito cedo, as meninas aprendem a lavar, passar, cozinhar e etc. Entendemos que nem todas as mulheres passam meticulosamente por essa construção mas alguns aspectos são encontrados nos depoimentos das viúvas. O relato de Isaura nos mostra exatamente uma construção do feminino, uma educação para o lar e a falta de oportunidade de receber uma educação escolar:

Não estudei nessa época porque a gente morava num lugar que não tinha escola. Naquele tempo não tinha escola não é como agora que toda cidadezinha do interior tem escola. Naquele tempo não tinha, era na cidade grande, era longe, não tinha condições da pessoa ir para lá. [...] Eu tinha vontade de estudar, quando eu ia na cidade com a minha mãe que a

gente via as menininhas tudo com aquelas pastasinhas na mão, indo para a escola com uniforme. Eu achava tão bonito, eu tinha vontade de estudar, eu tinha vontade de estudar, demais. [...] Falava mas meu pai falava “não...”, porque naquele tempo meu pai era vivo ainda, “É longe, não dá para vocês ir, como é que vai levar vocês? Vocês não podem morar lá, ninguém tem casa lá na cidade.” Então para ir todo dia e voltar não tinha condições . [...] (Isaura COQUEIRO, 2014)

A educação para o lar se fazia necessário e era introduzida de forma naturalizada no cotidiano de Isaura, sua permanência em casa propiciava o desenvolvimento de atividades voltadas para as funções que exerceria em sua residência como trabalho em colaboração com a família e mais tarde, como parte dos papéis que deveria assumir como esposa e mãe:

Lavar, passar, cozinhar, essas coisas a gente sabia fazer porque as mães falavam “vai lavar roupa”, aquelas coisa, “vai limpar a casa, vai lavar roupa, vai passar roupa.” [...] E eu sempre ficava mais em casa, aquela coisa. (COQUEIRO, 2014)

Essas lembranças de Isaura remetem mais a sua experiência fortemente ligada ao privado enquanto as de Damaris focam-se mais no público.

Damaris perdeu a mãe ainda muito criança e seu pai não permaneceu viúvo por muito tempo pois ainda tinha duas filhas para cuidar. As madrastas aparecem em seu depoimento não como representações maternas, mas como companheiras de seu pai. A figura feminina na qual Damaris se espelhava aparece sempre relacionado as tias. Em um episódio interpretado como cômico por ela, notamos como desde muito cedo o trabalho doméstico já estava imbricado em seu cotidiano e a ênfase na figura da tia como acolhedora nos momentos de dificuldade:

Ai meu pai casou com aquela senhora e nós fomos pra lá com aquela senhora, mas a senhora era danada botava os córneos em meu pai (risos) e meu pai na cidade trabalhando e mandava as coisas pra ela né. Mandava as cestas de mercadoria pra nós comer e ela também. Mas ela botava os córneos em meu pai e nós não sabia nós era criança, não tava , eu minha Irmã tinha onze anos e eu tinha seis, sete não tava dando importância praquelas coisas que ela fazia, a gente nem reparava. E um dia meu pai mando uma cesta grande de muita coisa de carne, carne seca, de feijão, de arroz, e naquela noite e ela fugiu e levou a cesta de coisa, ela fugiu com o namorado dela e foi embora e nós ficamos , eu e minha irmã. Meu Deus do céu! Eu tinha seis, sete anos e minha irmã tinha onze. Meu Deus do céu!

Nós tinha tão pouca roupa, veja bem... ai nós tava suja ai nós fomos lavar, um poço fundo acho que tinha mais de trinta metros de fundura e a gente tinha que pisar assim na beradinha do poço, o poço não tinha uma coisa grande assim (TELMA: - Um beral) pra puxar a água, ai menina aquilo era uma tristeza. Ai nós tiramos a roupa e passamos um sabão e botamo lá pra quará e a vaca veio e comeu a roupa (Telma: - comeu o vestido, cada uma tinha um vestido) a vaca comeu o vestido, e a gente com um pau batendo na vaca e a vaca remoendo... fomos pra casa chorando minha tia que era casada com o irmão da minha mãe andou arrumando umas roupas lá, costurando diminuindo pra nós vesti, nós ficamos sem roupa. (Damaris LUCENA, 2014)

A vida no interior do nordeste não era fácil, o emprego mal remunerado do pai e a falta da mãe levaram Damaris a passar por situações extremamente difíceis. Em seu relato a valoração da educação escolar e a facilidade do aprendizado receberam destaque em sua fala que permeia entre lugares, pessoas e situações que estão marcados em sua memória:

Olha, quando eu era criança eu tinha muita vontade de estudar, demais. Mas nunca foi possível. Quando eu fui pra escola, eu fui pro segundo ano eu já sabia ler nos jornais e pedaços de papeis que eu achava na rua eu olhava e via as letras, que eu via as pessoas falar o nome das letras e eu olhava. Eu já sabia o nome das letras, as pessoas falavam e eu sabia o A, o B, o C. ai eu danei a soletrar sozinha, soletrando as letras e soletrando os nomes, e já fui aprendendo. Quando eu fui pra escola, ai cheguei lá na escola a professora falou ah você já pode estar no segundo ano e eu já fui para o segundo ano, já sabia ler. Catava papel na rua, catava jornal velho, revista velha na rua. Lendo nas ruas eu aprendi a ler sem ter , sem mais. [...] Eu me atravessei que nem braço de cruz e fui lá me matricular na tal da, no grupo escolar. Tinha que ter sapatinho, tinha que ter uniforme, tinha que ter tudo e eu não tinha. Mas ela disse esse ano você ainda fica aqui, o ano que vem você tem que ter uniforme e sapatinho, tudo. E eu tinha um chinelinho e uma roupinha limpa, eu mesma lavava minha roupinha e ia pra escola limpinha, não ia suja, meu chinelinho, penteava o cabelo, ia direitinho pra escola. Onde eu sentava? Junto com o Zé Sarney, parece mentira moça mas é realidade, uma carteira duas crianças. Nós escrevia na mesa da professora, dona Constância de Assis chamava a professora irmã do delegado da cidade. Uma moça bonita, uma solteirona. E eu ficava, eu, o Sarney, ele sempre com aquele narizinho levantado, aquela calcinha curta porque era moleque. O pai dele era o promotor público da cidade Dr Sarney. Um sujeito magrinho assim e a dona Quiola que era a mãe dele. De vez em quando ela mandava uns pratos de doce pra professora e ele comia e eu olhava praquela doce pra vê se eu ganhava um mas, que nada. Ele nem me olhava, nem a professora e nem ele, eu olhava pro doce só faltava cair a bolota dos olhos em cima. (Damaris LUCENA, 2014)

O curto período em que cursou o primário (Ensino Fundamental) é marcado pela ênfase no esforço que fazia para estar em uma escola, as dificuldades envoltas de uma atividade que hoje se faz simples mas que, naquele período, necessitava de certos sacrifícios. As exigências

administrativas da escola não puderam ser cumpridas, por não ter condições financeiras de arcar com material escolar e as peças do uniforme, Damaris foi obrigada a deixar a escola. Apesar de não ter concluído o quarto ano do primário (ensino fundamental), os anos que cursou a escola foram de dedicação e aprendizado. Para a viúva, o aprendizado era muito bem aplicado no cotidiano. Em um país em que apresentava 56,8%¹⁸ de analfabetos no ano de 1940, uma criança letrada na família teria funções como Damaris relata em mais um de seus episódios cômicos:

Na segunda guerra eu já tinha quatorze anos, quando começou a segunda guerra eu tinha doze anos e eu já sabia ler, já sabia escrever tudo, eu já sabia. E meu pai comprava o jornal duas vezes por semana, meu pai muito curioso pra gente ler pra saber da Segunda Guerra, eu lia muito sobre a Segunda Guerra e sabia muito sobre a Segunda Guerra. É muito engraçado que eu não sabia inglês, não sabia que o Churchill chamava Churchill, chamava o homem de Curchiu. “Papai o Curchiu é o ministro da Inglaterra” e ele acreditava, eu tava lendo o Curchiu. Depois que eu cheguei aqui em São Paulo fui saber que era Churchill (risos). Não sabia inglês, não sabia nem português direito imagina o inglês. E aí assim fui, minha vida sempre foi muito atribulada de luta e de sacrifício, de necessidade, mas eu sempre resisti todas essas necessidades da vida. (Damaris LUCENA, 2014)

Esse *lembrar* de Damaris não representa o *reviver* e nem a *repetição* dos fatos mas a reflexão e compreensão do “agora a partir do outrora” como nos adverte Bosi (1994:20). Essas recordações a floradas remetem a sonhos que na juventude permeavam os pensamentos da viúva. Por vezes deseja-se o que por ventura está distante da realidade vivida e assim Damaris vê seu sonho de mocidade diante da rememoração de um acontecimento marcante em suas vivências:

Mas eu queria ser atriz (Telma: Conta pra ela de quando você foi ser atriz na igreja) Quando eu era criança eu ia... passava os filmes do Charles Chaplin com aqueles pezinhos e eu aí... a janela do cinema ficava aberta, a porta era trancada mas a janela ficava aberta e ficava passando os filmes e as crianças pobres tudo sobia na janela pra olhar e eu era das crianças pobre se ficava lá olhando e eu via [...] ficava doidinha eu falava aí... que vontade de eu ser atriz, “ai se eu pudesse eu ia ser atriz”. Eu via aquelas mulher, o Charles Chaplin eu achava bonito o filme, adorava as mulher. Mas eu queria ser atriz, mas como criatura?! Analfabeta, pobre e miserável como é que eu iria arrumar para ser atriz? Eu nem botava na minha cabeça

¹⁸ Dados referentes ao analfabetismo das pessoas de 10 anos ou mais de 10 anos ou mais de idade no Brasil (IBGE, 2007). Disponível em: < <http://saladeimprensa.ibge.gov.br/noticias?idnoticia=892&t=estudo-revela-60-anos-transformacoes-sociais-pais&view=noticia> >. Acesso em: 17/dez/2014.

aquelas mulher, era nem brasileira, as mulher era lá da Inglaterra, da Alemanha sei lá da onde, elas eram inglesas... (Damaris LUCENA, 2014)

Damaris continua seu relato sobre a vez que participou de um teatro na comunidade religiosa que frequentava com as tias ilustrando seu grande desejo em ser atriz:

Isso aconteceu... eu era crente da igreja Assembleia de Deus (risos). Tinha que fazer um teatro e eu me atravessei feito braço de cruz pra fazer a principal atriz do teatro. "Você vai ser a principal" e me deram uma coisa desse tamanho pra mim ler e decorar. Ai eu li aquilo e decorei em poucas horas, aquilo já foi muito pouco pra mim e tinha que cantar um hino da igreja, você sabe que ainda hoje eu me lembro do hino que dizia assim "Estarás presente ali pertinho de Jesus ali ali". Olha, eu tenho uma lembrança assim... aquilo eu aprendi rapidinho e fizeram a árvore de natal e tinha muitos brinquedos e tinha as bonecas de louça. Eu falei "Eu vou ganhar uma boneca de louça dessas daí com o meu trabalho". Menina, eu fiz um trabalho tão bonito que bateram tanta palma pra mim... quê que me deram...? Me deram um hinário (TELMA: - Que ela já sabia todos os hinos, ela ficou com tanto ódio) eu já sabia tudo aquilo (risos) eu fiquei doidinha, chorei porque me deram aquela e não me deram a boneca de louça. Olha minha filha eu chorei tanto, eu fiquei tão triste. Eu já passei muita dureza nessa minha vida por isso que eu virei o que uma guerrilheira, uma ... uma... uma... uma rebelde? Não sei. Eu parti pra luta. (Damaris LUCENA, 2014)

As reflexões entre os ocorridos em sua vida justificam os fatos vivenciados. Algumas questões sobressaem dentro do discurso quando mantêm através da narrativa um elo entre o passado longínquo e o presente imediato. A interpretação que a viúva faz das experiências caminha para a autoanálise das decisões que tomou em sua trajetória. O espaço privado na infância e juventude está muitas vezes ligado ao ofício do pai e a necessidade de colaborar com o sustento da família. Desta forma, Damaris dá ênfase em sua introdução ao mercado de trabalho como inevitável diante das exigências cotidianas:

Então com isso foi crescendo e tal, ai foi o tempo que depois de moça eu fui trabalhar nessa cidade, ai foi que trabalhei cinco anos na fábrica do Zezinho Guimarães. [...] Eu tenho, ó veja bem, minha idade verdadeira eu nasci em 1926 mas quando eu queria trabalhar e que eu completei dezesseis anos eu sai da cidade que eu morava junto com meu pai, a cidade onde minha mãe morreu, e fui para outra cidade e quando eu cheguei lá eu fui trabalhar na fábrica e quando eu cheguei na fabrica disseram que me pagavam o salário mínimo naquela época, que já não sei... não lembro bem se já foi a época... eu acho que foi a época do Getúlio, já tinha decretado o salário mínimo e me pagava 4.400 era cruzeiro não, era réis. E eu não queria ganhar aquilo que era muito pouco e eu queria ajudar meu pai e eu falei que eu tinha dezoito anos e eu pesava uns 39 quilos, por ai assim. Me olharam bem... eu falava "Eu tenho dezoito anos". Ai eu falei para meu pai me registrar

como dezoito anos. Eu não era registrada naquela época, meu pai me registrou com dezoito anos aí eu fui ganhar 8.800 que era pra ajudar meu pai que era um homem muito pobre, trabalhador, ferreiro, batia ferro e tinha uma renda de filho. (Damaris LUCENA, 2014)

A riqueza de detalhes que Damaris transpõe em sua fala nos permite percorrer entre os contextos em que essas vivências se passaram. Observamos que o período destacado nos relatos quanto a Era Vargas e a Consolidação das Leis Trabalhistas nos leva a refletir sobre a consciência do sujeito diante de seus direitos. Como veremos mais adiante, a questão de documentos forjados tanto para demandas trabalhistas quanto para os estudos foram relevantes nos relatos de outras viúvas. A ausência de cartórios nas áreas rurais e nas pequenas cidades faziam com que as crianças fossem registradas apenas em momentos de necessidade ou outras situações singulares como veremos no relato de Denise.

O depoimento de Denise nos mostra outra perspectiva da questão de documentos forjados. A família Crispim encontrava-se na clandestinidade no momento de seu nascimento, não era possível registrá-la com os nomes verdadeiros dos pais pois isso poderia ocasionar na prisão dos mesmos. O desenvolver da questão é relatada por Denise que evidencia os trâmites necessários para que uma identidade fosse forjada socialmente mas que ocasionou traumas identitários:

Ai minha mãe tinha... estava usando um nome falso, meu pai estava perseguido; então meu primeiro nome foi Laura Santos, eu fui registrada lá nessa maternidade como Laura Santos. De lá a gente veio para o Rio, eu não sei te dizer exatamente quanto tempo, acho que foi um ano depois. Eu fui para o Rio e do Rio, sempre com esse nome falso, documento falso... nem tinha documento. E do Rio, acho que ficamos dois anos e fomos para São Paulo. Em 1953, meu pai ainda sempre caçado, procurado, a minha mãe... eu estava com quatro anos, a minha mãe estava desesperada porque não tinha documentação para me colocar numa escola. Eu precisava ir no maternal porque ela estava voltando a trabalhar numa fábrica, então tinha problema. [...] Ai minha mãe começou a insistir com meu pai desesperadamente que o filho precisava de um registro de nascimento e meu pai falou com um cara do partido, um tal de Varela que estava lá e que era amigo de um dono de Cartório e ele ficou de fazer meu registro de nascimento. Então ele fez Denise Peres *Chripim* com *CH*, com uma ortografia antiga que no nome do meu pai não tinha, meu pai tinha esquecido de dizer minha data de nascimento, ele inventou uma porque não sabia o que dizer: dois de dezembro. O ano ele acertou, 49. E aí ficou. Eu fiquei com um registro de nascimento um pouco manco porque era... não era exatamente... e isso foi algo que modificou tudo... que me criou problema porque... não cede quando eu era criança, mais tarde, porque você começa a procurar, vamos dizer assim... a... a identificar suas próprias

identidades com a dos irmão e tudo mais. É eu era a única que tinha o nome da minha mãe, o Peres, que nem era do meu avô paterno, era da minha avó que eles erraram, eles colocaram o Peres. Que eu era muito orgulhosa de ter o nome da minha avó, mas a única coisa que eu não me conformava era ter o *Chrispim* com *CH* e o dia do nascimento errado. Eu tinha nascido dia oito de agosto, então eu sempre... meu aniversário era sempre dia oito de agosto. Bem, eu passei anos assim entre a clandestinidade, minha mãe sempre foi... minha família foi sempre entre a clandestinidade total e a semi-clandestinidade. (Denise CRISPIM, 2014)

Ante uma infância marcada pela clandestinidade, Denise analisa o hoje em uma perspectiva de fatores que construíram e desconstruíram parte de sua identidade. O registro de nascimento ocupou posição significativa em sua vida por sinalizar diferenciações na compreensão da identidade de seus familiares. Viver a clandestinidade desde o nascimento colaborou para que sua identidade ocasionasse diversos questionamentos desde a infância. O público e o privado eram fluidos, a clandestinidade era algo inconcebível na infância, mas interpretável no presente. Algumas evidências são pinçadas do passado e reavaliadas de forma que, as inquietudes da infância sejam colocadas:

Então eu não lembro, eu não tive uma infância onde as crianças tem uma família, as portas abertas, tinha amigos. Minha mãe tinha essa capacidade de se relacionar com os outros, ela sabia gerenciar um aparelho da organização, do partido. Porque ela mantinha boa relação com as pessoas e ela sempre foi chamada de dona Maria, minha mãe chamava Encarnación e meu pai José Maria Crispim. Meu pai era o seu Carlos, seu Carlos e dona Maria. Eu cresci pensando que meu pai chamasse Carlos, quer dizer, eu tinha interiorizado tanto que eu estava convencida que meu pai era Carlos e minha mãe era Maria. [...]a gente era normal. Era uma coisa... eu nasci e cresci com isso, então o fato de ter minha mãe se chamado dona Maria era tão normal que eu interiorizei como se fosse. Porque eu lembro quando a gente ia passar as férias em Sorocaba, onde tinha a família da minha mãe, que eles chamavam Ercarna a minha mãe, as irmãs e tudo mais. A gente vivia nesse duo de identidade mais ou menos normal, natural. (Denise CRISPIM, 2014)

Nos diálogos com Denise a questão de seu cotidiano não foi muito pontuada já que viveu em um meio diferenciado por sua mãe e seu pai serem militantes. Essa questão permitiu que sua infância fosse marcada por brincadeiras no espaço público para que esta pudesse também vigiar a movimentação externa em momentos de reunião de militantes de esquerda em sua casa. Suas vivências com as crianças do cortiço onde morava e da escola que frequentou marcam seu discurso, pois Denise acredita que, para ela, não havia diferenciação

entre a sua vida e a das demais crianças em relação ao cotidiano de uma criança. Os sentimentos de igualdade, de infância comum, das brincadeiras e do cotidiano escolar permaneceram em suas lembranças. O rememorar revisa a infância e justifica a identidade construída, essa questão é ressaltada por aquilo que Denise chama de *rebeldia*. Seus *sonhos de adolescente* permeiam entre suas lembranças e o presente, as referências construídas e significadas pelo hoje:

A gente foi morar num lugar que ficou famoso na vida da gente que foi o Cortiço do Cardoso, [...] eu tenho memória de episódios, de coisas, de crianças que eu conheci, de relações que eu tive humanas, ou com algumas figuras de alguns companheiros ou então com campanha de escola, naquele mundo com pouca gente. Eu entrei na escola regular com os meus irmãos mas é... era uma escola do bairro que não era muito... sabe quando era uma escola popular [...]. Eu parei no ginásio. Eu vivi 40 anos fora do Brasil, na Itália, então não tenho muita... já nem lembro mais como era a escola do Brasil. Mas eu sei que era o ginásio, eu parei no ginásio. Meu sonho de adolescente... eu queria ser bailarina, eu adorava dançar. Eu ficava louca com a música, eu tenho uma neta que ela é o máximo e agora ela está fazendo balé mas não é só balé é dança moderna e minha filha disse “mãe, é igualzinha você”. Meu sonho era esse, era ser atriz, eu fazia interpretação, eu fazia show na escola, fazia um barraco na escola, confusão... era bem rebelde. Eu era considerada rebelde porque eu era muito... é. Meu irmão por exemplo queria ser médico, o sonho dele era ser médico. E a minha irmã pra te dizer a verdade eu não sei, ela lia muito era meio intelectualizada. Ela era muito destacada, ela se isolava da zona que a gente viveu no cortiço, ela vivia completamente isolada. E eu não, vivia lá no cortiço com as crianças, eu corria tudo, sabia tudo o que era e o que não era. Eu tinha uma relação de amizade, de afeto com as crianças ali incrível. (Denise CRISPIM, 2014)

A infância é vista como “*um mundo com pouca gente*”, com relações, pessoas e lugares que constituíram suas vivências e permeiam as reminiscências. O *esquecimento* diante do trauma do exílio (que será tratado no terceiro capítulo) sobrecolocou as lembranças das experiências de educação escolar na Itália e obscureceu as lembranças da juventude. Essas lembranças estão em “zonas de ‘sombras, silêncios’ e ‘não-ditos’” (POLACK, 1989:09) que percorrem os discursos das viúvas. A educação escolar é substituída por sua introdução no mercado de trabalho. As lembranças do privado, as casas em que residiu e as atividades que participou adensam o cotidiano regular da clandestinidade ou da semi-clandestinidade que mantinha a família em sentido de alerta. O golpe de 1964 reflete rupturas nas relações pessoais de sua família e assim, a necessidade de auxiliar no sustento da familiar torna-se uma responsabilidade a ser cumprida:

Então era isso, essas eram as condições da gente, depois meu pai foi para o exterior nós fomos morar um pouquinho mais para cima, numa subida que chamava rua Britano e era uma casa de esquina, era inclusive estratégia a casa. Ela não parecia que tinha duas entradas, ela tinha um portãozinho nos fundos que dava para uma rua e tinha a entrada da casa na praça. Então era muito boa, você entrava pela frente e saía por trás, parecia a entrada de uma outra casa e a gente foi lá. De lá minha mãe saiu, meu pai foi exilado político em 64, quando teve o golpe e nós ficamos trabalhando. Eu fui trabalhar como balconista. Deixei a escola porque a gente não tinha como sobreviver, minha mãe estava com uma asma terrível e não tinha conseguido ainda a aposentadoria dela por invalidez mas depois ela conseguiu. Mas levou muito tempo e a aposentadoria era uma miséria, então eu e meu irmão fomos garantir a sobrevivência da família. A minha Irma estava muito chocada, muito traumatizada com essa história do meu pai, ela era muito ligada a ele [...]. (Denise CRISPIM, 2014)

Outros trabalhos surgiram e Denise passou a dedicar-se a construção de uma identidade em que a vida fora da clandestinidade se fizesse possível. Denise retomou os estudos através do supletivo, mudou para outra residência e viveu com os amigos do trabalho. Auxiliando um cenógrafo, Denise tornou-se aderencista do teatro Ruth Escobar em diversas peças que fizeram retomar e estender o sonho de adolescente:

Ai eu comecei a estudar de dia fazer o supletivo de noite [...]. Depois eu saí de casa, eu fui morar por minha conta, ligada com um pessoal que trabalhava com teatro Ruth Escobar. Comecei a trabalhar lá, a fazer acessórios de cena, então comecei a fazer a... aquilo que eles chamam de... agora não me vem a cabeça, que é objetos de cena. Não era figurino, você completava cenário, fazia cenário eu trabalhava com colaboração com o cenógrafo. Era carreira na época, era carreira de cenógrafo, começava assim e tinha quem já era arquiteto e já podia iniciar. O cenógrafo mesmo, a profissão, vinha do aderencista. Você fazia adereços, começava a trabalhar junto com o cenógrafo e depois acaba virando cenógrafo, na época não era obrigado um título de estudo. Tanto é verdade que eu fui anistiada depois como cenógrafa, porque eu trabalhei em várias peças de teatro. De certa maneira sim, era um mundo que me fascinava. Eu era bastante criativa, então eu tinha uma facilidade. Eu tinha conhecido um cara que trabalhava, eu nem me lembro mais como, ele era muito cotado no teatro Ruth Escobar. Ele faleceu em 72, eu nem sabia, eu soube depois quando eu voltei. E ele me ensinou a trabalhar, fazer objetos de cena e tudo mais. Eu fazia também, eu era muito atrevida, eu fazia também algumas coisas de figurino, eu fiz um chapéu para Ruth Escobar, para uma cena dela. De certa maneira sim, era um mundo que me fascinava. Eu era bastante criativa, então eu tinha uma facilidade. Eu tinha conhecido um cara que trabalhava, eu nem me lembro mais como, ele era muito cotado no teatro Ruth Escobar. Ele faleceu em 72, eu nem sabia, eu soube depois quando eu voltei. E ele me ensinou a trabalhar, fazer objetos de cena e tudo mais. Eu fazia também, eu era muito atrevida, eu fazia também algumas coisas de figurino, eu fiz um chapéu para Ruth Escobar, para uma cena dela. (Denise CRISPIM, 2014)

Precisamente descentrada e fragmentada, a identidade de Denise desenvolvia-se fluidamente de forma a alcançar a aceitação de *um outro modo* de experienciar a vida. Tornou-se necessário o rompimento com as vivências de clandestinidade da infância para que algumas lacunas do cotidiano pudessem ser preenchidas.

O depoimento de Pedrina é composto de um misto entre os eventos de âmbito privado e os de âmbito público que influenciaram sua reconstrução da infância. As lembranças da participação de seu pai no PCdoB e as questões relacionadas ao campo de trabalho remetem as constantes mudanças de residência que marcaram os primeiros anos de sua vida. É no município de Diadema que os fatores de mais significância em sua fala ocorrem. Parte da infância, namoro, casamento e até mesmo a atual residência se encontra em Diadema, espaço que é ponto de referência da memória que remete sentimentos de “filiação e origem” além das lembranças sensoriais que são estimuladas pelas cores, odores e barulhos (POLLACK, 1989:12) que, a cada esquina, escola ou pessoas aguçam as reminiscências do relato:

Ai viemos morar em São João Climaco, depois viemos para o ABC. E estava começando aqui Diadema, ai os irmãos arrumaram trabalho, um foi para o quartel, outro foi para fabrica e depois foi para o quartel também. [...] [Morava] Com meus pais. Então, a gente mudava muito então era muita... não dava para estudar, repetia. Porque as vezes mudava e não fazia a transferência por causa do problema do meu pai. Depois passou muitos anos, ai que ele ficou aqui e [...], tinha que trabalhar e ficar num lugar fixo. Mas os mais velhos foram os mais prejudicados, os mais novos estudaram, agora nós terminamos só... naquela época se falava... o primário né. Agora eu não sei se é primeiro grau, segundo grau mas no nosso tempo era primário. Ai eu sai no quarto ano para poder trabalhar. Eu comecei a trabalhar com onze anos, ai meu pai, o que ele fez, tinha que ter quatorze anos, ele foi e tirou o registro com quatorze anos porque eu tinha onze e eu ia aprender a profissão que foi em Lorena. Ai eu comecei a trabalhar com onze anos, eu tinha onze anos, não tinha quatorze ai foi difícil ate para aprender. Era muito criança né?! A minha irmã já era tecelã, eu fui aprender com ela na fabrica de tecidos. [...] (Pedrina de CARVALHO, 2014)

A educação escolar precisou ser interrompida para que a dedicação ao trabalho pudesse ser exercida. Assim como Isaura, Pedrina desejava estudar. Ainda jovem aprendeu o ofício de tecelã mas seu sonho era ser professora. Entre brincadeiras na infância e o frequentar das aulas, Pedrina relembra de suas vivências da educação escolar:

a gente tentou estudar a noite mas não aguentava porque trabalhava o dia inteiro, não tinha uma alimentação boa. [...] Parei de estudar, tentei a noite mais não deu e não estudei mais. Em Portugal também tentei, depois eu paguei tudo para estudar... para fazer um curso mas o pessoal já estava adiantado, falava inglês e tudo e nós boiando [risos], eu e uma chilena. [risos] foi demais. O sonho que eu tinha quando eu estudava... meu sonho era ser professora, brincava muito em casa de lousa com as menorzinhas. A minha irmã conseguiu de pois de adulta, ela estudou, mas eu com essas correrias não deu. Depois você desanima também. (Pedrina de CARVALHO, 2014)

As lembranças não são cronológicas e percorrem os caminhos dos temas relatados. A infância se mistura as vivências do exílio e do *hoje*, por diversos caminhos a memória rapidamente é percorrida e reavaliada por Pedrina.

A infância reconstruída nos relatos das viúvas é parte da realidade multifacetada do cotidiano vivenciado por cada uma. Isaura evidencia o âmbito privado como principal forma de educação recebida enquanto os relatos de Damaris e Pedrina percorrem o mercado de trabalho como parte da necessidade de colaborar com as despesas da família. A fala de Denise destaca a clandestinidade vivenciada por sua família e a influência desta em seu cotidiano. Cada uma das viúvas reinterpretou um passado distante, algumas deram pouca ênfase neste período enquanto outras detalharam minuciosamente de forma quase saudosista um período de reminiscências que fizeram parte da construção de identidades e papeis, mais tarde, assumidos por elas. Pontualmente, as experiências relatadas caminham em um processo de desenrolar para que se compreenda como se deu o namoro, casamento, maternidade e militância na vida dessas mulheres.

2.

REVOLUÇÃO DOS COSTUMES *versus* BONS COSTUMES:
AMORES, COTIDIANO E LEMBRANÇAS

“Lembro um olhar
 Lembro um lugar
 Teu vulto amado
 Lembro um sorriso
 E o paraíso
 Que tive ao teu lado
 Lembro a saudade
 Que hoje invade
 Os dias meus
 Para o meu mal
 Lembro, afinal
 Um triste adeus”¹⁹

A educação feminina remete a moral e aos *Bons Costumes* a fim de não “macular” a imagem de uma *moça de família*. Essas eram concepções pelas quais os papéis dados as entrevistadas foram embasados. Os *Anos Dourados* (1945-1964 no Brasil,) que corresponde ao pós-guerra e vai até o Golpe Militar, foram vivenciados pelas viúvas no período correspondente a transição entre a juventude e a vida adulta. A educação auxiliou para que elas experienciassem o namoro, o casamento e a maternidade dentro de perspectivas que preservassem sua moral. Em uma sociedade em que a mulher é vigiada desde a infância, a moral deve ser preservada assim como o corpo que carrega grandes cuidados para que não seja violado (sexo antes do casamento). O namoro proibido, as experiências pré-conjugais, a gravidez fora dos padrões conjugais e tantas outras questões que pudesse desviar o caminho tão desejado a uma *moça de família* (o casamento) era espreitado cuidadosamente.

A *Revolução dos Costumes* está intimamente ligada aos movimentos de contracultura. O novo *rock*, a propagação do uso das drogas alucinógenas, o *amor livre*, a nova esquerda e os diversos movimentos que surgiram nesse período auxiliaram na construção de novos (outros) paradigmas sociais. Os movimentos tinham como pauta questões como a sexualidade

¹⁹ Trecho da música *Lembranças*, composição de Benil Santos e Raul Sampaio, gravada inicialmente por Miltoninho no LP “Miltoninho e o samba” mas também interpretadas por diversos cantores como Ângela Maria, Maria Betânia, Emilio Santiago, Núbia Lafayete e Nelson Gonçalves. Disponível em: < http://www.paixaoeromance.com/60decada/lembrancas/h_lembrancas.htm >. Acesso em: 17/dez/2014.

feminina e os papéis aos quais foram submetidas, manifestações contra guerras, discriminação racial e em favor da valorização da educação e da formação qualificada para a massa popular, entre tantas outras reivindicações. Esse momento traduz-se na transgressão como reafirmação de novos limites, negação dos valores instituídos anteriormente. O movimento de contracultura iniciado nos E.U.A e direcionados aos demais países através de músicas, artes plásticas, cinema, educação, e nas “relações intersubjetivas” (família, amor sexo, comunidade) assumiu novas expressões na “experiência de revolta” que questionava as práticas e concepções tradicionais historicamente construídas. Esse período marca de forma inédita a incursão internacional dessa Revolução dos Costumes. Essa geração, diferente do que foi construído sobre os anos 1960, é profundamente complexo, heterogêneo e seus conflitos e heranças necessitam de contextualização histórica para que se compreenda como cada movimento irrompeu naquele momento (CARDOSO, 2005:93-95,98,101,103).

Diante dos depoimentos que veremos a seguir, veremos que a década de 1960 foi caricaturada e simplificada de forma a homogeneizar uma geração que na realidade dos cotidianos explanados, pluralizam a construção dessa figura identitária dessa década. Desta forma, algumas questões surgem quanto as vivências dessas constantes relação entre o *novo* e o tradicional. Quais relações podemos estabelecer entre os *Bons Costumes* e a *Revolução dos Costumes* na fluidez vivenciada pelas viúvas? Existe uma ruptura entre o Tradicional e o era visto como Moderno? Essas viúvas incorporaram os papéis tradicionais? Essas são algumas questões pelas quais os relatos perpassaram.

2.1 NAMORO E AS MOÇAS DE FAMÍLIA: Amores e reminiscências

Os chamados *Anos Dourados* (1945-1964) no Brasil correspondiam as “esperanças” de modernização do país e aos papéis sociais bem definidos e seguros que promoviam a valorização da família. Nesse período considerado como um “intervalo democrático” com o fim da ditadura Vargas e o posicionamento do país que cortou relações com a União Soviética, o desenvolvimento acelerado, urbanização e industrialização do país propiciaram um aumento na migração para os grandes centros. O aumento da classe média e de

trabalhadores industriais foram reflexos das transformações que a bipolaridade trouxe para os países designados como “terceiro mundo” (PINSKY, 2014: 15,23).

O “perigo vermelho” propagado pelo Brasil já era um incômodo antes mesmo do início da Guerra Fria. O posicionamento brasileiro quanto ao regime comunista iniciou-se em 1918 quando o regime bolchevique passa a destruir as classes dominantes ocasionando um rompimento diplomático por parte do Brasil. A elite brasileira via com maus olhos o exemplo que a União Soviética poderia ser em um contexto que os trabalhadores industriais encontravam-se em uma grande onda de greves. A construção de uma imagem de barbárie e destruição divulgada no período pela imprensa brasileira e também por meio das imigrações de russos desertados ao Brasil (SÁ MOTTA, 2007:230,231) podemos encontrar no depoimento de Damaris mais um episódio cômico sobre o período especificamente:

Um dia, eu lembro que eu tinha uns... nesse lugar que essa mulher de meu pai foi embora tinha os donos daquele lugar era... eles eram russos. Eu sabia [por] que eles falavam português mas não falavam bem assim o português, dona Julia e seu Oscar. E um dia ela falou pra meu pai assim “olha seu Manuel nós saímos da Rússia porque os vermelhos tomaram o governo lá”. Eu era menina escutei aquilo “vermelho?!”. Pensei que era gente da pele vermelha. Eu quis perguntar mas eu era... não podia me meter na historia dos adultos. “Os vermelhos tomaram o poder e nós tivemos que fugir de lá”, meu pai também coitado, analfabeto, também não sabia o que eram os vermelhos, nem amarelo, nem branco. “Os vermelho tomaram o poder”, bom deixa pra lá. [...] Falavam em comunismo lá no Maranhão, comunismo? Nossa! O que será isto? Ai diz que toma a mulher dos outros, os comunistas. Come criança. Eu ficava, eu ficava meio espantada assim. Come as crianças, tomam as mulher dos outros. Toma as coisas da gente. Ai eu escutei o homem falar a meu pai que os vermelhos tinha tomado o poder. (Damaris LUCENA, 2014)

Formou-se um imaginário que trabalhava o medo e a crença no mal. Relacionando os comunista com bárbaros, assassinos, ladrões e anti-cristãos o aparecimento e circulação de livros anticomunistas cresceu no Brasil entre as décadas anteriores as experiências de Damaris. Entre a década de 1920 a 1950 o imaginário social foi trabalhado por uma avalanche de informações contrárias aos regimes socialistas e aos ideais comunistas que se formavam. Em contrapartida, a experiência ousada da “pátria dos trabalhadores” atraiu a atenção de simpatizantes no Brasil provocando um “surto editorial” a favor das ideias do movimento comunista. As pressões advindas de opiniões contrárias aos ideais comunistas como o Exército, o Itamaraty, a Igreja e os segmentos sociais dominantes resultaram em uma força

anticomunista que resultou na criação da polícia política para reprimir os simpatizantes e censurar o Partido Comunista Brasileiro²⁰ criado em 1922 e que permaneceu mais na ilegalidade do que legalidade. Após 1946 o Brasil recebeu apoio internacional na campanha anticomunista mas torna-se equivocado analisarmos que a situação interna se deu por apenas por influência externa. O Brasil já possuía seu próprio anticomunismo antes mesmo do início da Guerra Fria. Na segunda metade da década de 1940, o PCB cai novamente na ilegalidade e em 1948 aqueles que foram eleitos por essa legenda foram cassados (SÁ MOTTA, 2007:233-237). O pai de Denise, José Maria Crispim, foi perseguido e teve seu mandato como deputado cassado e mais tarde o pai de Pedrina também fugiu da repressão por seu contato com o PCdoB.

Nos *Anos Dourados* foi que os namoros das entrevistadas se iniciaram com exceção de Denise que experienciou o namoro após o Golpe Militar. Damaris, Pedrina e Isaura foram educadas como moças de família, ou seja, moças que se comportavam bem, não eram mal faladas, possuíam gestos contidos, preparadas para o casamento, obedientes aos pais, recatadas e preservadas sexualmente. Para que as *moças casadouras* mantivessem a inocência e a virgindade, elas recebiam desde a infância uma educação moral rígida seguida de constante vigilância. Os *Bons Costumes*, isto é, os códigos de moralidade de *domínio geral* eram bem conhecidos através de modelos de garotas e os limites das atitudes “condenáveis”, que poderia variar entre uma cidade interiorana e metropolitana mas que regiam os comportamentos das jovens (PINSKY, 2008:610,613). O namoro não envolvia apenas o rapaz e a moça mas todos os laços entre os familiares, os “parentes, os “vizinhos fofoqueiros” etc, que mantinham extrema vigilância sobre o casal como verdadeiros “guardiões ‘da moral e dos bons costumes’”. Os códigos de moralidade tinham seus conteúdos propagados através de revistas, jornais, manuais de boas maneiras mas principalmente através dos ensinamentos cotidianos. O *Jornal das Moças*, por exemplo, “colocava-se explicitamente a serviço dos ‘bons costumes’ e da ‘família estável’, esse material começou a ser publicado na década de 1910 e na década de 1950 era sucesso de venda entre mulheres de diversos segmentos sociais. Sua proposta era disseminar matérias que abarcavam questões do “universo feminino” focando no “lar, casamento e a maternidade”. Seu conteúdo advinha de revistas especializadas

²⁰ O Partido Comunista Brasileiro (PCB) foi fundado em 1922 vinculado as concepções Internacionais comunistas fundadas por Lênin. Os períodos de legalidade do partido foram apenas três, sendo duas breves fases na década de 1920 e dois anos no final da Segunda Guerra. Em 1962 um rompimento ocorre no partido por questões envolvendo o posicionamento político de seus membros e assim a ala liderada por Maurício Grabois, Jçao Amazonas e Pedro Pomar formam outro partido, o Partido Comunista do Brasil (PCdoB) (ARQUIDIOCESE [tomo III], 1985:14,17).

norte-americanas que permitiam que as brasileiras mantivessem-se informadas sobre as tendências vivenciadas por mulheres do norte. (PINSKY, 2014:24,53,68). Além das revistas e jornais, a difusão de livros-manuais que perpassavam passo-a-passo essas normas padronizadas, eram publicados de forma a manter o *respeito* as tradições, a moral e aos bons costumes. Essas normas possuem um caráter padronizante, mas que especificava e reforçava os papéis de gênero presentes nas tradições²¹.

Os livros de etiqueta, conhecidos também como manuais de boas maneiras ou de bom tom, foram obras destinadas a moças e senhoras – responsáveis pela educação das crianças e a organização no lar. O intuito era de auxiliá-las comportamentalmente nas atividades sociais cotidianas abordando questões referentes a cortesia, educação, etiqueta a mesa e no *portar-se* diante de situações de nascimento, namoro, casamento e de morte. O *vestir-se* também fazia parte do conteúdo abordando roupas, sapatos, adereços e inclusive as cores desses itens, que poderiam ser utilizados em ocasiões distintas segundo seus significados dentro das tradições sociais. Os manuais possuíam um caráter “pedagógico” e modular na educação feminina, utilizando da etiqueta e da *finésse* para abarcar as “necessidades” que as mulheres de segmentos médios e altos tinham para manter o *status* relativo à classe e a elegância. Todos esses materiais entre jornais, revistas e livros-manuais, refletem perspectivas que fazem parte da realidade de uma época e não necessariamente que esses materiais estivessem disponíveis a todos os segmentos sociais mas que estavam de acordo com as tradições ensinadas no lar de geração em geração. Isso se dá pela não confiabilidade que as tradições orais passaram a ter, além de que, a escrita outorga caráter de registro e assim possibilita maior propagação das normas de forma a padronizar os modelos de etiqueta e moral. A mãe ou outra figura feminina era responsável por dá conselhos “práticos para a vida de casada” e zelar por sua reputação (PINSKY, 2014:67). Desta forma, podemos considerar que mesmo as mulheres que não possuíam acesso aos materiais modulares de educação, eram educadas pelas gerações anteriores que traziam as tradições e os valores para as moças mais jovens.

Nas primeiras décadas do século XX destacam-se as mudanças nos comportamentos femininos nas camadas médias e altas. Essas alterações que podiam ser desde passeios solitários pelas ruas até à escolha de um pretendente que lhes agradasse. Anteriormente, as moças não saíam desacompanhadas e o namoro era uma escolha que os pais faziam visando o

²¹ Entende-se como tradição como “formas particulares de manifestação” e também como sistemas de valores baseados em experiências advindas do passado e que são utilizadas para orientar e advertir os mais novos (HELLER, 2000:89).

futuro de suas filhas. A ordem era disciplinar “toda e qualquer iniciativa” que pudesse prejudicar a organização familiar, designada como principal “suporte do Estado” e “instituição social capaz de represar as intimidadoras vagas da ‘modernidade’” (MALUF, 1998: 371-372). O namoro passou por diversas transformações de acordo com o período em que foi vivenciado. Nos *Anos Dourados*, as mulheres já podiam escolher qual o pretendente que mais as agradava e pelo qual se apaixonavam. As experiências vivenciadas pelas entrevistadas foram de amores escolhidos e não arranjados, em seus depoimentos podemos acompanhar como se deu os primeiros contatos e o início de namoro:

Isaura:

Então, conheci lá na Bahia também, conheci ele numa festa. Tinha uma festa... o irmão do meu cunhado fez a festa e eu fui na festa, aí chegou lá e ele estava lá, só que a minha mãe já conhecia ele. Meu pai era primo... meu pai já tinha família com ele. Meu pai era primo longe mas era da mãe dele, mas eu não conhecia. Aí minha mãe já conhecia ele, conhecia a família dele, aí ele começou a querer namorar comigo. Eu também comecei a namorar com ele, namoramos seis meses. [...] eu gostei dele, foi o primeiro namorado meu. Na verdade, eu tive um namoradinho, namoradinho não, gostava dos caras mas não cheguei a namorar, naquela época eu era muito menina. Mas foi o primeiro namorado que eu gostei mesmo assim... parecia que tinha que ser para casar, porque eu gostava dele demais também, ele gostava muito de mim e eu gostava demais dele (COQUEIRO, 2014).

Pedrina:

acho que eu tinha uns dezessete anos... comecei a namorar o Devanir, ele era torneiro mecânico e morava no Planalto, uma vila aqui pertinho. Era vizinho da minha irmã, de vez em quando eu ia visitar a minha irmã e foi aí que eu conheci a família. [...] Então quando eu conheci ele, ele estava fazendo o tiro de guerra. [...] Aí a minha irmã era vizinha, aí eu fiquei conhecendo ele. Um dia que eu fui, que era um feriado de abril, até falei “Poxa conheci ele em abril e perdi ele em abril!”. Aí eu fui na casa da minha irmã, aí ele veio e tal e eu tinha machucado a mão, estava enfaixada. [...] O contra-mestre estava bêbado. Eu entrava as duas as dez e depois das seis horas o escritório fechava, só ficava a seção trabalhando. Aí eu fui catar as espulas e aí eu tive o azar de enfiar a mão para catar a espula e ele ligou o tear só que não ligou de uma vez, ele só deu uma volta. Aí quando eu conheci ele estava com a mão enfaixada e não estava trabalhando, ele ficou sabendo porque conhecia a minha irmã. Aí eu estava até junto com a minha irmã e ele falou “Ah, eu ia te visitar, mas a tua irmã falou que você era noiva e que o noivo era ciumento” aí eu vi e falei para ele “Eu nunca fui noiva!” [risos]. A minha irmã ficou puta. (CARVALHO, 2014)

Damaris:

moça eu fui trabalhar [...] na fábrica do Zezinho Guimarães. Lá encontrei meu marido [...]. O Antonio eu conheci na primeira fábrica que eu trabalhei, ele trabalha lá também, um homem muito rebelde também. Um homem também que gostava de justiça, foi um casal que deu certo na questão política e ideológica. [...] Ele tinha outras namoradas mas eu fui entrando na vida dele, fiz amizade com a irmã dele. Porque eu morava na casa do pastor. O pastor tinha um irmão que era paratítico lá em Colinas, na terra onde ele nasceu, meu marido nasceu. E esse pastor mandou buscar o irmão para vim se tratar em Coroatá, em Caxias. Trouxeram esse irmão dele e esse irmão dele era casado com a tia do meu marido e todo dia quase eles iam visitar o velho doente e a casa era muito grande. O irmão mandou buscar o outro irmão doente, o Tita tinha uma filha de criação e eles ficavam lá e eu dormia lá também no outro quarto. A casa era enorme, aí ele começou a ir lá visitar o Tita, “É esse... é com esse que eu vou”. E comecei insistindo, como politicamente nós tinha os mesmos ideais a gente conversava questão, não questão política mas conversava sobre carestia, se conversava sobre governo, de vez em quando que ele também entendia um pouco né de vez em quando a gente conversava sobre religião, a gente sempre conversava coisas assim mas não tinha conversa assim de namoro aí eu falei, aí eu fiz amizade com a irmã dele e a prima dele, pronto! Foi o bastante e elas começaram, elas chamavam ele de Tindin: “Tindin casa com ela, ela é tão legal”, “Tindin casa com ela”. E começou a coisa... não bem forçado mas aí não sei se ele gostou de mim, sei lá. Eu gostei demais dele (risos), aí não deu muito tempo e a gente juntamos os trapos e demos certo. (LUCENA, 2014)

Denise:

Eu já tinha tido uma parte de militância, tinha conhecido o Eduardo. [...] Eu tava numa casa, num aparelho onde não estavam, onde a gente ia lá para discussão e tudo mais. Aí não haviam começado as ações armadas. E aí quando ele chegou e entrou na casa, estava com os óculos escuros e uma moça que estava lá na casa disse pra gente “esse companheiro vocês esquecem ele, não é pra lembrar mais.” Ele tirou os óculos, aí eu pensei ‘meu deus do céu com os olhos desse menino como é que você não vai lembrar dele, isso é muito difícil.’ Que nada, voltei a encontrar com ele muito tempo depois, quando voltei a militância [...] Só vi aquela vez, depois eu voltei a vê-lo um ano depois mais ou menos, 67-68. [...] Aí em 68 eu comecei a ter contato com ele mas ao mesmo tempo estava ainda fora da organização, até que um dia ele disse para mim “nós não podemos continuar assim, porque eu estou clandestino”. (CL: Você já estava namorando com ele?) Estava. Aí ele me disse “eu não vou poder continuar assim, ou dentro ou fora”, aí eu obviamente disse dentro. Aí eu deixei aquilo que eu estava fazendo, abandonei o teatro, eles estavam fazendo Balcã na época, aquela famosa peça de teatro. (CRISPIM, 2014)

Em cada um dos relatos é possível notar o sentimento que são transmitidos nas falas e que nos possibilitam compreender como o namoro estava intimamente ligado ao amor e não ao arranjo matrimonial. As viúvas não indicam apenas a beleza ou o *gostar* como os únicos

motivos que as levaram a se apaixonar por seus cônjuges. Damaris evidencia características de Antônio²² que chamaram sua atenção e que se fizeram próximas de suas próprias convicções como as vivências de dificuldades similares, as perspectivas ideologias e seu senso de justiça. A fala de Pedrina trás com detalhes os motivos pelos quais se apaixonou por Devanir²³ durante o namoro:

A sinceridade, ah sei lá é difícil né, mas ele era uma pessoa muito boa. Eu me lembro que a minha irmã tinha um machucado, ela era pequenininha, e a vida sempre difícil sabe Claudia, aí ele viu aquela feridinha inflamada no braço da minha irmã. Você vê, ele era jovem também, ele veio e fez o curativo na minha irmã e eu nunca me esqueci disso. Agora a diferença nossa é de dez anos e era uma das caçulas, ela também... ficou a marca ate hoje, cresce né, estava uma ferida feia. Você vê a preocupação com o ser humano... ele já tinha uma coisa muito especial, diferente. Eu sempre atacava a garganta e as mais velhas sempre trabalharam para ajudar em casa, aí um dia fiquei muito mal e a infecção foi para o intestino. Aí foi no médico e o médico disse "Vai ter que operar a garganta, está muito...", aí você acredita, namorado, ele pagou a cirurgia?! Hoje é muito difícil né, as pessoas são muito individualistas. Tudo isso você vê na pessoa... e além de tudo ele era um rapaz bonito. (CARVALHO, 2014)

O depoimento carregado de emoção vem justificar através de atos simbólicos expressados por Devanir como Pedrina sentia-se diante das qualidades que evidenciam sua admirava por seu amado. Da mesma forma, notamos no discurso de Isaura sua admiração por Aderval²⁴ que se deu pelo esforço e pela inteligência que se destacava entre suas qualidades:

Ele não estudou muito mas ele tinha vontade de estudar também. Mas ele estudou um pouco e o pouco que ele estudou ele sabia muito, ele era muito inteligente ele lia demais, ele lia muito, ele lia demais, ele era muito interessado nas coisas. Depois que ele entrou para a política então... dobrou, Aquele coisa dele que ele tinha de saber das coisas, ler... muito curioso para saber da verdade... Ele sempre foi assim né. (Isaura COQUEIRO, 2014)

Denise também evidencia quais virtudes de Eduardo²⁵ se destacavam além de sua inenarrável beleza:

²² Síntese biografia de Antonio de Lucena, ver Anexo B p. 153.

²³ Síntese biografia de Devanir de Carvalho, ver Anexo H p. 166.

²⁴ Síntese biografia de Aderval Coqueiro, ver Anexo F p. 162.

²⁵ Síntese biografia de Eduardo Leite, ver Anexo D p.157.

Eu tive uma estima grandíssima por ele, eu o considerava um homem muito inteligente, para mim a inteligência foi uma das coisas mais importantes. Não sei porquê mas sempre foi assim. A primeira coisa que me chama a atenção em um homem, em um ser humano é a inteligência, mulher, homem tudo. Mas eu nunca pensei em me envolver com um homem que fosse burro ou com uma inteligência medíocre, uma inteligência curta. Eu não podia imaginar minha vida com um ser humano (inaudível) porque eu acho que a inteligência é algo que te dá uma dimensão, dá uma grandeza da própria existência, te abre espaço para o mundo, para as coisas, reconhecimento para um monte de coisas. Mas você olha nas fotos e vê, ele era lindo, era lindo, mas foi uma consequência. Não foi a primeira coisa... foi, ele me *cupio*, me *cupio*, não que é italiano, ele me... foi uma atração muito grande né de ver esse cara bonito desse jeito mas não era... eu não teria vivido com ele e não teria... só porque ele era bonito. Ele tinha um senso de humor, uma bondade, uma humanidade, ele era uma pessoa particular, que também era um homem muito bonito. Então quando eu penso, a minha irmã diz assim “Você sempre soube escolher muito bem” e eu digo “Não, não sou de escolher muito bem.”. Sou de escolher no sentido que o destino colocou no meu caminho, eu cruzei com pessoas especiais. Eu sempre disse que eu tive a... se sei se chamar de desgrça ou infelicidade de ter conhecido os piores seres humanos que existem que são os torturadores. São aqueles homens que praticaram aquela perversidade humana, aquela monstruosidade humana mas eu também tive o privilégio de ter conhecido os melhores seres humanos. Eu considero ele um dos melhores e muita gente que me ajudou, ele um dos melhores seres humanos, eu considero ele um dos melhores seres humano. (Denise CRISPIM, 2014)

O sentimento de Denise e das demais viúvas enfatizam a inteligência e o senso de humanidade que seus cônjuges possuíam. O amor pelo próximo e o senso de justiça, segundo Denise, marcam as qualidades também de um guerrilheiro que lutava no período ditatorial por um bem comum. Analisando os discursos a partir dessa visão de coletividade, é possível considerar que as qualidades descritas sobre os companheiros faziam desses homens (segundo os relatos) bons namorados/maridos, pais, filhos, mas principalmente bons guerrilheiros que pensavam no bem comum.

O amor como sentimento estava apoiado em “valores seguros” que perpassava pelas características que melhor mantivesse a harmonia entre “uma união conjugal aceitável e à estabilidade conjugal”. A busca pelo bom partido ainda está presente pelas qualidades que as viúvas ressaltam sobre seus amados, já que, para ser um “bom partido” um homem deveria demonstrar sua honestidade, responsabilidade, respeito, ser trabalhador, (PINSKY, 2014:67,71,72) entre outras virtudes para que esse pudesse manter uma família financeira e afetivamente. Podemos observar parte da valoração dessas virtudes e do respeito à moral e aos bons costumes nos discursos de Pedrina e Isaura:

Isaura:

a gente levou uns seis meses ou sete para casar porque naquele tempo a gente casava muito cedo. Os pais não deixavam a gente namorar, porque a gente nem namorava sozinho com os maridos, ele ia lá em casa só no sábado e no domingo, voltava lá... [...] Ele morava em outra cidadezinha pequena, aí ele ia lá visitar a gente no sábado e no domingo ele voltava para a casa dele, era assim. [...] Aí, sentava um lá outro aqui e a mãe sempre olhando, sempre assim aquela coisa. Não tinha condições de sair, nem arredava o pé de casa. [...] Aí começou a namorar e a minha mãe “ah não, é melhor casar logo...”, aquela coisa né, com medo de acontecer alguma coisa, o povo naquela época era aquela coisa. Ah não, mas ia ficar namorando para que? Então era melhor casar, aí já aquela coisa. (COQUEIRO, 2014)

Pedrina:

Foi aí que começou, ele vinha aí e a gente ficava na pracinha conversando até que um dia ele falou “não, eu vou falar com seu pai, não fica bem.” Aí começamos a namorar, aí casamos logo. (CL: Mais ou menos em que ano?) Isso foi em 62, daí casamos em 63, setembro de 63. (CARVALHO, 2014)

A preocupação da mãe de Isaura com a reputação da filha e a de Devanir em respeitar as regras de um “namoro de família” são salientados nos relatos que nos possibilita compreender que as tradições ainda permaneciam sendo reproduzidas nas famílias das entrevistadas. Apesar dos códigos morais instituídos aos papéis designados a moças e rapazes, nem sempre as normas eram seguidas a risca. A realidade se faz muito mais complexa e fluida do que as normas possam instituir. As experiências de Damaris, por exemplo, nos ajuda a analisar como as tradições poderiam ser contornadas. Suas vivências não seguiam o padrão instituído pelo namoro, noivado e casamento, a necessidade a levou a “juntar os trapos”, ou seja, ir morar junto a seu cônjuge.

Distante de uma visão unívoca sobre a realidade vivenciada entre a tradição e a modernização dos costumes, se assim podemos chamar, compreendemos que a fluidez existente entre as temporalidades nos permitem aproximar o olhar as múltiplas realidades encontradas nesse período e no cumprimento das normas morais. Não existe uma ruptura entre uma ou outra norma mas a existência de uma flexibilidade entre as atitudes tomadas por cada entrevistada. O sujeito e a realidade em que está inserido permitem que as relações e as vivências tomem as formas necessárias favorecendo a essas mulheres estratégias para

contornar os padrões e regras impostas a elas. As temporalidades que instituem os Bons Costumes e o surgimento da Revolução dos Costumes não são rupturas delineadas nas experiências aqui expostas, elas são temporalidades que assumiram uma forma particular de permear entre tradicional e o moderno, entre a permanência e a ruptura, são zonas mistas, zonas fronteiriças. Nas zonas fronteiriças é possível notar mudanças sutis de comportamentos que alteraram o cotidiano e a reinterpretaram os papéis impostos (POSSAS, 2012:04,05) ultrapassando as normas e nos aproximando da realidade. O casamento foi um período que recebeu grande destaque nos discursos das viúvas e através dele poderemos compreender como a construção do cotidiano e da militância se fizeram em um momento em que a Revolução dos Costumes tomava grandes proporções e o Golpe Militar ocorria no Brasil.

2.2 ATÉ QUE A MORTE NOS SEPRE: O casamento como instituição indissolúvel e a militância como parte das vivências matrimoniais

*“[...] para o melhor e o pior,
na riqueza e na pobreza,
na doença e na saúde,
para amar-te e honrar-te,
até que a morte nos separe [...].”²⁶*

No ano de 2013 o Conselho Nacional de Justiça editou a Resolução de nº 175 autorizando o casamento entre pessoas do mesmo sexo no Brasil (BRASIL, 2013). Essa habilitação reflete a transformação mais recente, em questões jurídicas, da celebração do casamento civil. As mudanças de padrões foram processos que se desenvolveram de forma lenta para com a instituição casamento. Para além das questões jurídicas, o casamento comporta valores e costumes de acordo com a cultura na qual está inserido. Segundo o

²⁶ Trecho retirado do discurso litúrgico da celebração do matrimônio. Disponível em: <http://justus.anglican.org/resources/bcp/Portugal/marriage.htm>. Acesso em: 30/jul. 2014.

dicionário Aurélio, o casamento é a “união solene entre duas pessoas de sexos diferentes, com legitimação religiosa e/ou civil.” (FERREIRA, 2000: 137).

Por muito tempo, a legitimação religiosa foi, no Brasil, uma celebração muito importante (senão a mais importante) perante a sociedade. O Ocidente cristão construiu as bases do matrimônio pelo meio das doutrinas da Igreja que designava o enlace como indissolúvel. A união através do sacramento tinha como objetivo o pagamento dos débitos conjugais, a procriação e a luta contra o adultério. Como instituição secular, o casamento tinha por finalidade a transmissão de patrimônio e as alianças entre famílias (PRIORI, 2006: 26-27). O enlace matrimonial religioso, que determinava o estado civil das pessoas, foi substituído no ano de 1870 pela Lei de nº 1829 que organizava o registro civil como responsabilidade do Estado e não mais da Igreja como era anteriormente. No ano de 1890 o decreto de nº181 é promulgado, tornando o casamento civil independente do religioso e sendo o “único a ter validade jurídica e civil” (BERQUÓ, 1998:412). A dissolução do casamento, segundo artigo 93, apenas ocorreria diante da morte de um dos cônjuges (BRASIL, 1890). Apesar do casamento religioso não receber mais valor oficial, as cerimônias eram muito realizadas, principalmente, em meios *rurais* pela ausência de cartórios (BERQUÓ, 1998: 420) e pelo significado que a *benção* religiosa continuava (ou continua?) a ter entre os *fiéis*.

Segundo Van de Velde (citado por MALUF), a instituição matrimonial era para os religiosos um *sacramento*, para o Estado e a sociedade um *consórcio*, e uma instituição necessária para a *progenitura*; essa fala marca as tendências padronizantes nos livros-manuais ou manuais de *bom tom*. Essas são formas de forjar modelos e funções aos sujeitos (1998: 388, 420), assim como várias normas de cunho moral estavam designadas no Código Civil de 1916. Apesar das transformações, a implementação do Código mostrava-se tradicional e defendiam “bravamente contra as investidas do progresso” (BRASIL, 1959). O compromisso com o “Direito Canônico” e a “indissolução do matrimônio” permaneceram em seu conteúdo (PRIORI, 2006: 246). O casamento na Igreja tem significado pois é simbólico diante de seu valor como sacramento e também porque ele institui o enlace entre o casal mesmo que esses não possuam registro diante das Leis. O caso de Isaura vem amparado pelo *status* que o casamento religioso possibilitaria diante do impedimento de casar-se antes dos dezoito anos:

Eu casei primeiro no religioso. Naquela época eu era de menor, não casava no civil. Então eu casei no religioso [...]. Casei de noiva, naquele tempo

tinha que ser de noiva minha filha. Naquele tempo, pena que eu não tenho foto mais né, foi uma festa... Minha mãe morava na roça, morava no sítio né, porco, frango, peru, biscoito... a minha mãe fez aquela festa. E lá, toda vez que casava uma moça assim na cidade pequena era aquela festa. Então, casei de noiva sim, de véu grinalda, naquele tempo tinha que casar minha filha, Deus me livre, se não casasse não era virgem. Ainda tinha essa... ainda era falada. Mas naquele tempo, ainda mais no religioso tinha que ser, eles não aceitavam casar assim de qualquer jeito, hoje não tem mais isso, mas antigamente tinha (Isaura COQUEIRO, 2014).

Seguindo a tradição e as normas de moralidade social que eram vigentes na época, Isaura casou-se dentro dos padrões aludidos nos manuais de boas maneiras, revistas, jornais, etc visto com um casamento tradicional. A experiência de Damaris não coadunou com as normas estipuladas mas caminhou de acordo com a necessidade do casal naquele momento. Como ela mesma relata “a gente juntamos os trapos e demos certo”, ou seja, foram morar juntos independente do casamento no civil ou no religioso. Como o casamento é um sacramento e designa um status social, a necessidade se faz diante do outro que vigia e disciplina a partir das normas. Isso ocorreu com Damaris quando descobre que está grávida e o casamento se torna necessário para que a criança esteja dentro de uma família reconhecida perante Deus e da mesma forma, pela sociedade:

Eu casei na igreja porque eu trabalhava na creche e as freiras sabia que eu não era casada, e eu fiquei grávida do primeiro filho, do segundo filho, o primeiro morreu aqui em São Paulo. E as freiras falou você tem que casar, eu falei irmã não precisa, “Não (TELMA: -O menino vai nascer em pecado) o menino vai nascer, você não é casada”. Ai as freiras compraram um vestido verde pra mim ... [...] o vestido verde bem aqui com um véu preto, fizeram o casamento. Na igreja. Ah tudo bem não tem problema, fui e casei na igreja. (Damaris LUCENA, 2014)

O casamento de Damaris foi oficializado diante da lei em outubro de 1950 e em seu relato fica evidente traços que nos remetem a tradicional figura masculina como chefe de família e a esposa que está responsável pela manutenção “da ‘felicidade do lar’” que dependem do comportamento da mulher e do cumprimento de suas funções como tal (PINSKY, 2014:216). Damaris relata a forma ainda tradicional que seu marido mantinha mas que é interpretada por ela hoje como machista:

ele era muito... ele era machista mas ele não era de judiar. Mas tinha quer vestir o vestido comprido, tinha que cobrir os braços, não podiam andar assim... conversar com qualquer homem, o homem era meio danado, mas não me espancava, não era valente assim, me tratava com muito respeito.(Damaris LUCENA, 2014)

Nas complexidades que o cotidiano ocasiona, vemos como é frequente a tendência em estar em situações fronteiriças que não se enquadram totalmente nem dentro dos padrões, mas que também não os deixam completamente. Socialmente os costumes demoram algum tempo para se modificarem, mas as múltiplas realidades nos permitem enxergar fraturas entre as realidades do cotidiano. Diante das leis e as funções civis nas quais somos enquadrados, as modificações ocorrem diferentemente quanto aos direitos das mulheres e o Estatuto da Mulher Casada que é promulgado em 1962 e emancipa a esposa judicialmente²⁷. Sob as considerações no Código de 1916 a mulher era tida como relativamente incapaz de exercer os atos da vida civil, pois era tida como inferior, devendo manter-se submissa e auxiliar o esposo nas obrigações familiares. Atividades como administração de bens e “exercer profissão” só poderiam ser realizadas pela mulher sob autorização do marido, essa concessão era um “instrumento” (ou documento) público ou particular que deveria ser autenticado e que poderia ser revogado a qualquer momento (BRASIL, 1959: arts. 6, 233, 240, 242, 243,244). No ano de 1942 algumas mudanças foram realizadas no Código Civil que, através do artigo 315, estabeleceu o desquite que comportava a separação, mas não a dissolução do vínculo matrimonial. No mesmo ano regulamentou-se, pela Lei nº 4529, a anulação do casamento (BERQUÓ, 1998: 412) o que curiosamente se destaca por ressaltar as questões das quais o *homem* poderia pedir a anulação e não a mulher²⁸.

No período conhecido como *Anos Dourado*²⁹ (1945-1964) as distinções entre homens e mulheres eram significativamente visíveis. A família conjugal modelo composta por pai, mãe e filhos continuava a dominar. Tradicionalmente, os padrões de casamento mantêm-se com muita força até meados de 1965 (PINSKY, 2014: 09,18). No ano de 1973 as mulheres

²⁷ A lei 4.121 de 1962 passa a considerar a mulher plenamente capaz de seus atos civis, apesar do estatuto manter os artigos 178, 218, e 219 que possibilitava a anulação do casamento em casos de defloração (BRASIL. Lei nº 4.121 de 27 de agosto de 1962.)

²⁸ Um dos exemplos que podemos destacar é a questão do defloração. Após o casamento, se o marido constatasse que casou-se com uma mulher deflorada, – ou seja, que não era virgem – poderia recorrer a anulação do casamento. O mesmo não se dá para a mulher, já que o homem era, sendo os costumes, estimulado a ter relações sexuais antes de casar. (BRASIL, 1959: art. 178, 220; BASSANEZI, 2008:614),

²⁹ O termo se refere ao fim da Segunda Grande Guerra e o desenvolvimentos econômico que os países tiram após 1945. No caso do Brasil evidencia-se como um período democrático e de desenvolvimento econômico e tecnológico no país (PINSKY, 2014:15,17).

receberam o direito de exercer os *atos da vida civil* como plenamente capazes e no ano de 1977, por fim, a dissolução do casamento é aprovada mediante a implementação do divórcio através da Lei nº 6515 (BERQUÓ, 1998: 413). Apesar da aprovação da lei do divórcio no ano de 1977, o matrimônio contraído a partir das disposições religiosas da Igreja continuava “indissolúvel, sendo aceito a sua anulação em casos específicos através de um rigoroso processo na própria igreja dentro das normas do direito canônico.” (ALVES, 2012).

As experiências de Pedrina e Denise também são complexas diante dos padrões propostos. Pedrina realiza o casamento apenas no civil o que significa que foi reconhecido judicialmente o seu *status* de mulher casada diante da sociedade. Denise vivência o casamento na forma amasiada (hoje considerada união estável), contexto em que o casamento permanecia fortemente considerado uma instituição primordial para a mulher, mas que em um momento histórico em que o *amor livre* e a *liberdade sexual* feminina estava em pauta. A decisão do casal de morarem juntos se dá em um momento de efervescência tanto cultural quanto política. 1968 é o ano que a Revolução dos Costumes, Revolução Sexual e da Contracultura se dá fortemente no Brasil através da mediatização dos movimentos, propagando suas ideias, valores e práticas (CARVALHO, 2002:01). O momento também é do início de um período de maior repressão por parte dos órgãos do Estado brasileiro, os governos de Costa e Silva e posteriormente o de Médici:

ao mesmo tempo a gente começou a iniciar uma militância, ligada com os grupos que vivam de Paris. Que tinham um contato com meu pai lá, meu pai saiu daqui e foi para o México exilado. [...] Da França, ali teve 68 famoso, 67-68, aí começaram os brasileiros que estavam lá voltar para o Brasil para querer fazer a revolução no Brasil. E eram todos contatos com ele, aí vinha através da minha casa, tinha o contato e aí começou a se formar os grupos. [...] Eu não estava assim... digamos... clandestina, eu não estava vivendo 100% total na organização, mas claro que para mim era... de um lado eu estava fascinada por esse mundo novo que eu tinha conhecido e estava desenvolvendo e que eu não queria perder. Mas por outro lado eu tinha essa necessidade de realizar alguma coisa de social, eu tinha o sentido da justiça social ou da injustiça muito forte. Eu não podia resistir a qualquer forma de injustiça, porque eu era um pouco contraditória porque por um lado eu queria fazer minha vida e por outro tinha essa... essa realidade que no Brasil era muito forte, muito difícil. Então eu fiquei com um pé dentro e um pé fora, mas o pé fora mais era porque na verdade eu não queria ficar clandestina completamente, eu queria militar mas ao mesmo tempo fazer minhas coisas. Era muito difícil na época porque era um risco terrível, muita gente conseguiu mas depois foi presa, teve problemas né. E eu até que eu voltei a militar mas eu comecei ter mais contato com o Eduardo. E voltando o contato com ele, de repente aí, nasceu uma história entre eu e ele, aí ele estava preocupado porque ele estava completamente clandestino, ele estava sendo procurado. [...] Aí ele me disse “eu não vou poder continuar

assim, ou dentro ou fora”, ai eu obviamente disse dentro. (Denise CRISPIM, 2014)

O casamento e a militância estiveram intimamente ligados nos relatos das viúvas. Como esposas/companheiras elas vivenciaram (diretamente ou não) a guerrilha urbana. Em momentos de extrema perseguição política, essas mulheres e também seus maridos se posicionaram contra a Ditadura no Brasil. Para compreendermos essa situação é preciso entender como o contexto político-econômico brasileiro foi vivenciado por essas mulheres.

2.2.1. NEM SEMPRE O CASAMENTO É UM *MAR DE ROSAS*: Militância, Pré Golpe e a Ditadura Militar no Brasil

Retomando o conceito de experiência que Kofes e Piscitelli nos trazem sobre o *sujeito em ação*, seu engajamento e participação nessas ações etc, recorreremos também aos sentimentos e as reflexões que os sujeitos operam na questão das experiências vivenciadas. Essas narrativas de experiências reinterpretadas pelas viúvas são a reconstituição do passado através da memória feminina que mantém algumas peculiaridades. As diferenciações contidas no gênero está ancorado nos papéis sexuais que marcam as tradições e as memórias. As “práticas socioculturais presentes nas operações que constituem a memória” estão interligadas nas relações de gênero, assim sendo, a memória mantém-se extremamente sexuada (KOFES; PISCITELLI, 1997:345,349; TEDESCHI, 2014:21). Essas questões pontuais nos auxiliam a observar meticulosamente como os sentimentos afloram nos relatos e como as viúvas vivenciaram suas próprias histórias e como o presente contribuiu com a reinterpretação de suas vivências e as colocou posicionadas como portadoras da memória de seus cônjuges. Recuperar a memória e reconstituir os fatos é a luta travada por essas mulheres que desejam a justiça que lhes foi negada pelo Estado; a “violência e o arbítrio” daqueles que são os “detentores do poder” (MORAES, 2009:12,13).

Damaris e Antônio permaneceram trabalhando na fábrica de Zezinho Guimarães mais algum tempo até que Antonio decide ir para o Ceará em busca de um emprego que pudesse

melhorar a situação de sua família que estava passando por necessidades financeiras. O primeiro filho do casal, Ariston, não podia ser alimentado adequadamente pela falta de recursos e sua saúde estava debilitada. Damaris resolve ir ao Ceará em busca do marido. Os desencontros que e a falta de recursos para sobreviver no Ceará fizeram com que Antônio mandasse Damaris de volta para o Maranhão e logo após esse evento, ele partiu sozinho para São Paulo. O sentimento de tristeza que Damaris vivenciou nesse episódio foi lembrado em seu relato:

Ai voltei pro Maranhão, duas semanas depois ele partiu pra São Paulo, quando eu soube ele já estava em São Paulo. Ele escreveu que estava em São Paulo , ai eu fiquei tão triste , ai eu pensei “iiiih nunca mais eu vejo ele. Porque ele foi pra São Paulo, São Paulo é muito longe”. Nossa Senhora! Mas eu fiquei lá lutando, tinha perdido o emprego da fábrica, uma luta muito grande pra dá comida pro menino. Ai quando ele estava com 4 meses em São Paulo ele mandou me buscar. (Damaris LUCENA, 2014)

A tristeza por medo de ser abandonada pelo marido não a manteve inerte diante das dificuldades, Damaris continuou buscando formas de sobreviver longe de Antonio. Quando Damaris vai ao encontro de seu marido em São Paulo, seu filho Ariston, já com a saúde comprometida, acaba falecendo. Em 24 de outubro de 1950 Antonio e Damaris casam-se no civil e associam-se ao sindicato dos metalúrgicos e dos têxteis respectivamente. A militância de Damaris é iniciada no sindicato e seu depoimento evidencia como ela se desenvolveu como mulher autônoma em suas decisões enquanto militante:

Com pouco tempo já me elegeram a delegada dos têxteis, [...] eu já comecei a ... sindicalizar as mulheres porque na época o sindicato era bom. [...] O sindicato naquela época era muito bom e quando nós fazia uma greve era pra valer, era pra valer, nós fazia greve era pra valer. Ai tinha meus filhos que pegaram uma revista por acaso e tá lá minha foto lá no meio do pessoal naquela confusão toda. Menina, olha nós fazia cada uma... Elisa Branco que era líder sindical também, João Lousada, Chamorro, é... Martinelli era tudo gente de luta e a gente enfiado naquilo, greve brava, naquela época não se chamava inflação se chamava aumento de salário (TELMA: - Não não, isso era a carestia) A carestia de salário, contra a carestia, a favor de reforma agrária, a favor de reforma urbana, era uma coisa a favor da educação. [...]tinha uns deputados, um dos deputados era tio do Eder Jofre aquele lutador de boxe o tio dele era deputado estadual, um homem lutador, Ralph Zumbano, assim progressista um homem humano e teve uma greve danada, nesse tempo Janio Quadros era o governador, fizemos uma greve de dez dias paramos São Paulo por dez dias, foi uma coisa medonha e eu tava lá na porta das linhas correntes que tinham acabado de queimar (TELMA: -Queimaram as linhas correntes daqui

essa semana) Nós tava lá na porta fazendo... agitando, fomos presas eu e a Elisa Branco. “Leva essas duas vagabundas na cadeia, essas duas fia da puta (risos)” ai a Elisa Branco cuspiu na cara do homem, falei “Elisa nós não vamos sair daqui agora, você cuspiu na cara do soldado, agora que nós vamos ficar aqui” [...] Ai ficamos lá presas, ai o deputado suberam que tinham duas mulheres presa no Ipiranga, falou o governador, telefonaram pro governador ‘tem duas mulher presa no Ipiranga se vocês não mandar soltar as mulher nós vamos lá já soltar as mulher na delegacia soltar as mulher, tem duas mulheres presas lá’ não sabia nem quem era. Ah na mesma hora, ficamos umas quatro, cinco horas lá dentro da prisão daqui a pouco o soldado “Ah vão embora suas vagabundas, xau”. (Damaris LUCENA, 2014)

Após ser liberada da delegacia, Damaris foi proibida pelo esposo de ir a praça da Sé onde haveria uma agitação muito grande em favor da greve. Diante da afirmação do deputado Ademar de Barros contra as mulheres dos trabalhadores - ele afirma que as esposas não lapoiavam seus maridos nas greves e não permitiam que eles participassem – Damaris vai até a praça para posicionar-se como militante e esposa:

Nós estava lá no hipódromo, [...]. Um amigo dele (Antonio) e eu já estava lá discursando, subi numa cadeira e fui discursar. Os deputados tavam lá (TELMA: - É porque o Ademar falou que as mulheres dos trabalhadores daquela época não queriam que eles fizessem greve e ela subiu na tribuna pra falar) Fui falar, quando meu marido chegou lá junto com o amigo dele “Mas não é a voz da Damaris” ele falou “Não, ela tá em casa”, que nada era eu minha filha que tava lá discursando que nem uma louca. Eu sempre tive muita facilidade de me comunicar . [...] Ah falei que era mentira: “Oh [...] nós estamos aqui do lado dos nossos maridos, ajudando na greve por uma aumento de salário, pela carestia, contra a carestia”. Olha que aquilo era uma coisa maluca. Ai saímos correndo de lá para não sermos presas. (Damaris LUCENA, 2014)

Damaris coloca sua função como sujeito tanto que analisa suas ações diante da sociedade que molda seu papel como esposa e do marido que a adverte a não participar da greve. Esse relato nos permite ver que ela se coloca como protagonista nesses momentos e a militância tem influência no discurso do sujeito como responsável por sua história. Ainda falando sobre sua militância, Damaris retorna ao episódio em que escuta pela primeira vez sobre os comunistas e como ela passou a identificar-se com a ideologia e passa militar no PCB:

Ai eu falei “Gente o que é comunismo? no sindicato. “Companheira, comunista é as pessoas que luta pelo estado pelas pessoas ter moradia descente, pra ter comida, pra ter hospital, pra ter escola”. “É isso que é ser comunista? É isso que é ser vermelho?” “É!” “Bom então eu sou comunista e ou vermelha também”. (risos) Veja bem, veja bem, eu fui militante do Partido Comunista até 67. [...] De 50 ate 67 eu fui militante do Partido Comunista. Depois a gente discordava de determinadas posições do Partido Comunista, ai a gente saiu. Falou “Olha, a gente vamos sair por tempo indeterminado. O dia que a gente achar que quer voltar vocês aceitam?” “Aceita”. Quer sair? Vamos sair. Eu e meu marido e um senhor que a gente tinha amizade. Saímos os três. [...] Eu vendia os jornais do partido, eu vendi tanto livro do Partido Comunista que ganhei até um prêmio da União Soviética de tanto livro que eu vendi. Eu vendi livros, eu vendia jornais, eu fazia campanha eleitoral, eu fazia de tudo que era movimento político eu tava no meio. O partido apoiava fulano e eu tava lá. Eu vivia enfiada no movimento político. (Damaris LUCENA, 2014)

Na década de 1950 enquanto Damaris estava casada, era mãe e também militava em sindicatos e partidos, Isaura estava vivenciando suas primeiras experiências como esposa e mãe aos dezessete anos. Logo após casarem, Aderval passou a trabalhar em um comércio que havia montado no centro da cidade e durante algum tempo conseguiram sobreviver através desta fonte de renda. Isaura tem sua primeira filha, Sueli, nesse momento Aderval resolve vender o comércio e partir para Brasília em busca de um emprego que pudesse manter sua família dignamente. Durante oito meses Isaura morou junto com a filha e o sogro enquanto Aderval trabalhava em Brasília. A construção da Capital Federal do país mobilizou uma grande quantidade de migrantes para essa região em busca de trabalho. A preferência por jovens saudáveis, sem família e com qualificação era ambicionado pelos contratantes para que o trabalhador se mantivesse subordinado a esfera produtiva. As famílias poderiam gerar uma fixação de uma população não desejável para a capital do país (RIBEIRO, 2008:185). Como “pioneiro” ou “calango” nas obras de construção civil, era preciso apresentar a documentação correspondente ao casamento para o contrato empregatício, foi nesse momento que Isaura oficializou seu casamento no civil:

Ai chegamos lá e casamos. Já tinha a menina, a minha filha Sueli, já tinha a Sueli que ela nasceu na Bahia. Ai chegou lá em Brasília a gente já casou logo porque ele trabalhava e tinha de estar legalizado, casamento de igreja é só para... somente religioso, mas papel mesmo não vale nada. Sabe que não vale, sabe que até hoje eu tenho o meu ai e olha, nunca precisou para nada. (Isaura COQUEIRO, 2014)

Durante esse período Isaura manteve sua atenção nos cuidados com a casa e com a filha. Aderval inicia sua militância e participa de várias reuniões partidárias enquanto residia em Brasília. Isaura partilhava de algumas informações sobre o partido e aprendia sobre as ideologias, mas não tinha tempo de frequentar as reuniões, também pelo fato de que seu marido acreditava que poderia ser perigoso e desta forma acabava poupando Isaura de adentrar a militância como ela mesma nos relata:

Ele falava para mim mas não entrava muito na minha cabeça naquele momento, fala, ele explicava para mim a luta e o pessoal que quer defender o pobre, quer fazer melhorias, ele explicava mais ou menos para mim as coisas. Não falava tudo detalhado porque não podia também, ele sabia que eu não podia saber. Mas eu mais ou menos sabia que ele estava integrado no partido, aí quando chegou aqui em São Paulo que eu soube. Eu não achava... [ruim] não sei se era porque tinha muitos amigos dele também que estava integrado nas políticas que eu comecei a achar normal, normal a luta deles, por quê que estavam lutando, por quê e que queria... Começou a fazer greve nas fabricas por melhores empregos para os operários, para ganhar mais, aquela coisa né. Aí comecei a entender tudo, porque disso. Eu achava que tava certo, em defesa do pobre do trabalhador, então eu achava que estava certo, devia defender mesmo. Eu sempre apoiei, eu nunca fui contra não, eu não militei mas também não... (CL: Ele te chamava?) Não, naquele momento não, ele não chamava e não era todas as coisas que eu podia saber também, ele não falava tudo porque não podia, nem entre eles mesmos não podia saber as vezes todas as coisas né. Dependendo que cada reunião, do que estava fazendo na reunião. Sabia que eles se reunia a demais, discutia viajava mas não sabia o que naquele momento estavam discutindo e quando era coisa que ele podia falar ele falava, quando era coisa que ele não podia, ele não falava. (Isaura COQUEIRO, 2014)

Nos finais de semana os passeios ao ar livre reunião a família, durante a semana Isaura ficava encarregada dos afazeres domésticos e do cuidado com as filhas já que Célia, sua segunda filha havia nascido. Durante dois anos a família Coqueiro residiu em Brasília até que o cunhado, marido da irmã de Aderval, decide ir tentar a vida em São Paulo. Durante três meses Isaura, seu sogro, sua cunhada e suas filhas ficaram em Brasília até que Aderval obteve condições de buscá-los. Aderval como trabalhador no ABC paulista entra para o sindicato dos metalúrgicos e conhece os Irmãos Carvalho³⁰. Isaura relata poucas atividades individuais, sua

³⁰ Conhecidos como Irmãos Carvalho, Joel, Jairo, Derley, Daniel e Devanir participavam do sindicato dos metalúrgicos, do Partido Comunista Brasileiro e Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Descontentes com o posicionamento ideológico do Partido, os Irmãos Carvalho criam uma organização de esquerda dissidente do partido chamada Ala Vermelha (1969) e mais tarde MRT (. Aderval também passa a fazer parte da organização que age em conjunto com outras organizações como VPR e ALN. Devanir é o primeiro dos irmãos a ser assassinado pelos órgãos da repressão em 1971. Daniel e Joel são exilados mas voltam para o Brasil no intuito de fazer a guerrilha latino-americana a partir da luta camponesa (guerrilha rural). Em 1974 Daniel e Joel adentram ao país clandestinamente pela Foz do Iguaçu juntamente com outros militantes da VPR, foram atraídos em uma

fala é carregada das atividades que envolviam Aderval e ressalta principalmente os atributos dele como pai e esposo:

As vezes o marido da Dina ia em casa para se reunir em outro lugar, quando não tinha reunião ele me levava para passear com as meninas, a gente sempre saía no domingo para visitar os parentes ou ir no zoológico levar as crianças, num parque levar as crianças, sempre ele me levou, ele era muito bom. Ele era baiano, mas daquele baiano inteligentíssimos que ele era, muito inteligente que ele era e ele não era daquele baianos machistas, porque tem uns baianos que são muito machistas com a mulher. Ele era bem mais liberal. [...] que a gente viveu muito bem porque não teve esse negócio dele mandar, dizer “não faz isso”, não existiu. (Isaura COQUEIRO, 2014)

As histórias passam a se cruzar e perpassar por caminhos próximos nos depoimentos das viúvas. Quanto a experiência de Pedrina, mais conhecida como Dina, completa os relatos relacionados ao casamento no período anterior ao Golpe Militar. Seu relato consiste em experiências que partem do nascimento do seu primeiro filho em 1964 quando o Golpe é dado no Brasil. Antecedentes nos auxiliam a compreender como esse contexto foi composto por ações que foram base para o desenvolvimento de alguns episódios experienciados pelas viúvas.

A Revolução Cubana ocorrida em 1959 foi um incômodo a ala anticomunista no Brasil que já estava apreensiva com as lutas populares constantes que de 1962 a 1964 cresceram consideravelmente. O governo de João Goulart encampou algumas dessas demandas e sua agenda reformista (voto do analfabeto, reforma agrária, nacionalismo econômico, legalização do PCB) em conjunto com o crescimento das organizações populares com grande capacidade de mobilização ligados a presidência, desencadeou enorme agitação da direita Golpista (UDN, empresários ligados as multinacionais, etc). Esse clima de efervescência se intensifica com a situação econômica que o país se encontrava em 1963 como a inflação em alta e a mobilização de segmentos médios em favor de um governo forte para conter as Reformas de Base³¹ e os demais “problemas” que cercavam o país (ARQUIDIOCESE, [tomo I] 1985:17-

cilada e executados na região de Medianeira (PR) próximo a mata do Parque Nacional do Iguaçu (BRASIL, 2007:385-390; DOPS/SP relatório de 26 de maio de 1969. Disponível em: < <http://www.nucleomemoria.org.br/textos/integra/id/3> >. Acesso em: 17/dez/2014).

³¹ As Reformas de Base promovem alterações nas estruturas econômicas, sociais e políticas, afim de promover o desenvolvimento do país. Jango propôs iniciativas ligadas a reformas fiscais, agrárias, universitárias, bancárias, administrativas, entre tantas outras regulamentações para amenizar as desigualdades no Brasil, o que causou

19). Os movimento populares e a esquerda também passaram a criticar o governo de Jango por sua falta de consistência política e posicionamento frente as lutas dos trabalhadores. A crise política se acirra e os militares se rebelam contra um governo que possuíam laços com partidos e confederações de esquerda (NAPOLITANO, 2014:40,43). Damaris rememora em um de seus relatos um evento simbolicamente marcante que ocorreu em março de 1964, a *Marcha da Família com Deus pela Libertação*:

E outras coisas que acontecia no país e eu ficava revoltada, eu achava que não tava certo. Eu achava que se eu me lançasse na luta com outras pessoas a gente podia vencer aquilo. Ai naquela luta de reforma e tudo, a burguesia nacional, alta *society* nacional, com a alta *society* da igreja, a grande maioria da igreja, com o senhor dos Estados Unidos seu Lincoln Gordon que era o representante dos Estados Unidos aqui no Brasil e outros bichos da CIA que vivia enfiado aqui dentro, ainda vivem, ta tudo ai. E daí? “Essa gente tão fazendo muita coisa, essa gente tão fazendo muita coisa.” A burguesia jogou as domésticas no meio da rua em São Paulo, Rio de Janeiro, Pernambuco. “Não! Querem trazer o comunismo, querem trazer o Fidel Castro, querem trazer Hugo Chávez.” Ninguém pensava nisso. Nossa luta era tão grande em melhorar a situação de nossos irmãos que ninguém pensava em partido, ninguém pensava em comunismo, não se pensava em nada disso. O que nós pensava era em melhorar a situação da população abandonada, ninguém pensava: “Vamo criar um partido!” Que partido... “Vamos trazer o comunismo!” Que comunismo?! Nos estávamos lutando pelo bem estar das pessoas. Ninguém falava em comunismo, ninguém falava em partido. Quando a alta *society* brasileira viu isso daí minha filha pularam pra rua. Pernambuco, Rio de Janeiro, São Paulo. A burguesada trazia as domésticas rezando com crucifixo deste tamanho no pescoço, fizeram uma passeata, os comunistas querem tomar o poder, quer tomar nossa casa [...]. Revolta, senti tanta revolta que ai eu tive vontade de pegar em arma. Ai Foi a vontade de pegar em arma, de ver tanta injustiça e tanta demagogia e tanta mentira e tanta injúria e tanta barbaridade. Fiquei muito revoltada. (Damaris LUCENA, 2014)

A *Marcha da Família com Deus* foi apenas reflexo de um completo amplamente efervescente que ocorria no Brasil na década de 1960. A partir de 1962 destacou-se surpreendente representatividade feminina em espaços políticos de destaque sob a presença ativa e posicionamento rígido. Muitas mulheres estavam na “linha de frente” de diversas manifestações em papeis de liderança rompendo com as visões de passividade política das mulheres. Essas mulheres lançaram-se a esfera publica a partir de seus papeis como pessoas de âmbito privado, como esposas, mães e donas de casa buscando através de atividades políticas defender os interesses econômicos e morais que afligiam o país. A situação de

grande resistência da elite brasileira e descontentamento nos movimentos sociais que não viam suas demandas atendidas (NAPOLITANO, 2014).

“perdas sociais e econômicas”, a inflação fora de controle e a baixa capacidade de consumir e poupar dos segmentos médios e altos levaram a mobilização feminina em prol da defesa de seus interesses socioeconômicos. O surgimento de grupos femininos como a Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE-Guanabara), a União Cívica Feminina (UCF-São Paulo), o Movimento de Arregimentação Feminina (MAF-São Paulo), Liga da Mulher Demopcrata (LIMDE-Minas Gerais), Ação Democrática Feminina Gaúcha (ADFG-Rio Grnade do Sul) e também a Cruzada Democrática Feminina (CDF-Pernambuco) (SIMÕES, 1985:09,19,20,26) são exemplos de mobilizações significativamente importantes para o fortalecimento da oposição golpista contra Jango. Atualmente, discute-se a condução de civis e militares na promoção desses grupos, no financiamento e na logística dos mesmos pela elite empresarial-militar. Essa sensação de “espontaneidade” e de “clamor popular” manteve grande importância no forjar de um apoio popular a *Marcha* e ao Golpe Militar (AMORIM; MACHADO, 2014; POSSAS, 2012:35,36).

Apesar da forte inflação do período, muitas greves ajudaram os trabalhadores (as) a alcançar reajustes salariais, as Ligas Camponesas presentes em 20 Estados cresciam vertiginosamente causando medo nos “fazendeiros conservadores por conta da reforma Agrária” (ARNS, 1986:58) e deixando os segmentos dominantes cada vez mais descontentes. O país encontrava-se em “processo de ‘desenvolvimento dependente’” por conta da associação e cooperação entre a elite empresarial brasileira e o capital estrangeiro, além da concentração de renda e do achatamento dos salários. Os interesses internacionais em penetrar a economia brasileira foi o cenário principal para o golpe sob o governo de Jango. Suas propostas de nacionalização de empresas estrangeiras, controle dos lucros das multinacionais e os pagamentos de royalties uniram interesses de civis e militares contra seu governo (ALVES, 2005:24; ARQUIDIOCESE, [tomo I] 1985:22). Ainda que Jango fosse acusado de promover um governo reformista, as opiniões da esquerda sobre seu governo também eram de críticas para com suas ações vistas como muito restritas em favor das reformas de base (NAPOLITANO, 2014:14,15). A aliança entre “oficiais-generais, oficiais superiores, governadores, parlamentares e empresários havia se estreitado e em finais de março de 1964 intensificou-se as “atividades conspiratórias contra Jango (FICO, 2004:15). Com ajuda da CIA, do governo americano e instituições como IPES (Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais) e IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática)³² forjou-se um plano para

³² IBAD e IPES foram dois institutos independentes entre si, mas que formaram um complexo amparado em “setores da sociedade civil e internacional”. O embasamento teórico anticomunista desses institutos promoveram

desestabilizar o governo Goulart (ALVES, 2005:28). A oposição antigovernista e antirreformista da direita propagou a ideia de “golpe repressivo” insinuando que a esquerda gestava um golpe comunista no Brasil, desta forma foi possível justificar o Golpe Militar (NAPOLITANO, 2014:48-50).

Nas primeiras horas do dia 31 de março de 1964 levantes nos Estados de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro, encabeçados pelas Forças Armadas em com auxílio da CIA, davam os primeiros informes sobre o fim do governo de João Goulart. A imprensa fortaleceu o levante publicando diversas informações sobre a situação nacional em busca de posicionarem-se ao lado da luta contra Jango³³. O caos se instaura e surgem e boatos de que o golpe não passaria de uma quartelada, hierarquicamente instável as Forças se digladiavam entre os que eram a favor de Jango e os que se colocavam contra seu governo. O edifício do Ministério da Guerra no Rio de Janeiro cercado por carros-de-combate, Juiz de Fora era tomada por panfletos com notícias sobre o “espírito legalista das Forças Armadas”, até o anoitecer daquele dia, a rebelião parecia perder forças. A Câmara e o Senado encontravam-se em total desordem, as sessões noturnas evidenciavam o discurso do “sacrifício” pela pátria e contra Jango. Na tarde de 1º de abril de 1964 o governo de João Goulart é efetivamente deposto e a emblemática imagem de tanques de guerra pelas ruas no antigo Estado de Guanabara marcaram a heroica lenda de salvação do Brasil (GASPARI, 2002:56,57,64,71,72,75,76,108). Esse episódio é relatado por Damaris que destaca seu sentimento de medo por estar do lado oposto ao golpe, a esquerda:

Deu o golpe de 64, as tropas tomaram o poder, todo mundo correndo, eu queimando muitos livros, jogando fora com medo de ser presa, com medo de ser assassinada e prendendo gente a toda hora, em São Paulo, Rio de Janeiro. E matando gente e nós ficamos apertados, ninguém falou mais

seus posicionamentos políticos através de livretos e folhetos que auxiliaram no processo golpista por intermédio da propaganda. A proposta desses institutos na teoria, deveria exercer suas funções a partir da agremiação apartidária, mas a realidade de sua representação estava embasada em objetivos “educacionais e cívicos [...] orientado por dirigentes de empresas e profissionais liberais democráticos [...]”. Os representantes receberam recursos financeiros na articulação entre os institutos e a CIA para influenciar e propagar o anti-janguismo como base para o Golpe (OLIVEIRA, 2008:02,05).

³³ O Jornal da Manhã do dia 31 de março de 1964 trazia um artigo escrito pelo jornalista Carlos Castello Branco que registrava a situação das lideranças oposicionistas, a discussão sobre a sede do Congresso e a possibilidade de renúncia de forma teatral pelo então presidente João Goulart. Por diversas páginas do jornal o foco é a crise econômica e política no Brasil, o respaldo militar a deposição de Jango, principalmente depois de seu posicionamento “desrespeitando” a hierarquia das Forças Armadas e o medo de uma “dominação comunista na Brasil” que assolava os E.U.A (jornal do Brasil, Rio de Janeiro, p.1-6, 8, 12,13. 31/mar. 1964. Disponível em: <<http://news.google.com/newspapers?nid=0qX8s2k1IRwC&dat=19640331&printsec=frontpage&hl=pt-BR>>.

Acesso em: 17/dez. 2014.

nada, o que que nós ia falar? Lutar com as tropas no meio da rua, com os tanques de guerra? O que que nós tinha? Nós tinha um lápis, a caneta e os cadernos. E a ideia e mais nada. Nós não tinha mais nada. Ia lutar com o que? Com os tanques de guerra? O que os Estados Unidos, a costa brasileira minha filha, tava coberta de navios, vocês não sabem porque vocês não eram nascidos, mas a costa brasileira tava coberta de navios para nos atacar. [...] não mataram João Goulart porque ele foi embora. Ficamos tudo de pernas cruzadas, braços cruzados, não fizemos mais nada. (Damaris LUCENA, 2014)

João Goulart voou para o Rio Grande do Sul e o Congresso declarou vagância da Presidência da República. O cargo foi assumido por Ranieri Mazzili até então presidente da Câmara; a posse foi inconstitucional, pois Jango ainda se encontrava em território brasileiro. A “situação jurídica discutível” da posse de Mazzili, evidenciada pelo presidente dos EUA Lyndon Johnson que acompanhava o desfecho do Golpe no Brasil, só foi regularizada no dia quatro de abril quando Jango pousou em terras uruguaias (GASPARI, 2002:109,110,113). Neste contexto nacional e internacional de efervescência política encontramos as experiências latentes das viúvas que relatam suas vivências em um cotidiano nada habitual. Marcadas pela insegurança, medo e revolta, suas falas buscam reaver circunstâncias traumáticas que permaneceram realçadas em suas histórias.

Em 1963 Pedrina já se encontrava casada com Devanir e logo engravidou. A participação de seu esposo nas reuniões no sindicato dos metalúrgicos vão se tornando cada vez mais constantes e após o golpe, enquanto Pedrina se recuperava do nascimento de seu primeiro filho, as perseguições e cassações começam a ocorrer:

Daí casamos e logo também eu estava grávida do Carlos que é o mais velho, ele nasceu em 64 e o golpe foi em 31 de março. Ai a gente já estava... já frequentava as reuniões, meu cunhado Denir mais velho ele era diretor do sindicato de São Bernardo, inclusive quando eu estava de dieta do Carlos teve a interferência, fecharam o sindicato. Começaram a buscar ele para prender, ele teve que sumir do ABC, se esconder ai nós fomos lá na casa dele tirar as coisas, fizemos a mudança e trouxemos para nossa casa e ai foi continuando a luta. Ele militava no Rio, a gente foi para o Rio acho que em 65, o Carlos nasceu em 64 e tinha 8 meses e nós fomos para lá, era do PCdoB. Ai tinha um taxi, trabalhava no taxi, as organizações tinham as reuniões em casa e depois voltamos para cá em 69, não 68 nós voltamos. Ficou DOIS anos no Rio, 68 nós voltamos, foi quando eu tive meu segundo filho. (Pedrina de CARVALHO, 2014)

Segundo o depoimento de Pedrina, a perseguição aos sindicalistas e o agravante de Devanir participar também do PCdoB motivaram uma saída estratégica para outro Estado para que seu esposo não fosse preso. O período inicial do Golpe Militar ficou conhecido como legalista e com ações repressivas brutais veladas, ou seja, momento que ainda não era vivido uma Ditadura “escancarada”. A posse de um novo presidente ocorreu por escolha do Congresso Nacional em 11 de abril de 1964. A perseguição aos sindicatos, ligas camponesas, militares, políticos e civis ligados ao reformismo de Estado de Jango e destruir a “elite reformista de esquerda e centro-esquerda” eram os objetivos primevo do Regime Militar (NAPOLITANO, 2014:69,70). A busca pela legalidade foi uma maneira para justificar o golpe que foi dado com o intuito de manter a democracia que encontra-se ameaçada. Esse primeiro momento os sindicatos, partidos e movimentos sociais foram os mais atingidos já que algumas conquistas trabalhistas foram revogadas, mandatos cassados, muitas prisões e aberturas de inquéritos policiais foram realizados, empenhando-se entre a força e a legalidade para manter-se no poder (RIDENTE, 2014:30). A família de Isaura também sofreu com alterações em seu cotidiano após o golpe, as perseguições e prisões tonaram-se mais frequentes e o medo de que esse flagelo alcançasse todos os membros da família, foi preciso partir para a clandestinidade:

Ai eu fui para a Bahia, morei mais ou menos um ano, ai ele foi lá, me pegou de novo, ai me levou para o Mato Grosso porque ele tinha uns tios em Mato Grosso. A gente morou no Mato Grosso uns dois anos, mas ele vinha para São Paulo porque o negócio dele era aqui. Ai ele veio para São Paulo e depois eu ainda falava para ele “Só eu que estou clandestina, você está em São Paulo e eu tenho que estar aqui.” Ai ele falava “Para mim sozinho é mais fácil, agora com a família é difícil.” (Isaura COQUEIRO, 2014)

Já em 1964 a oposição ao Regime Militar já se formava. Dissidências em diversos partidos ocorreram pelas discordâncias principais entre a tentativa de derrubada da ditadura de forma legal ou através da luta armada. A formação de organizações de esquerda deu-se por todo país diante da fragmentação dos partidos que foram colocados na clandestinidade^{34 35}. A

³⁴ A partir da instituição do Ato Institucional de número 02 legalizava a extinção dos partidos políticos e a cassação de mandatos de forma a manter o regime Militar no poder. O AI-02 foi a resposta dos Militares a ameaça que os parlamentares se tornaram nas eleições de 1965 em que o PSD-PTB obtiveram resultados muito superiores nos Estados de maior aceitação ao Golpe, o que poderia ocasionar em uma ameaça a “continuidade da ‘nova ordem’” (RIDENTE, 2014:34,35).

³⁵ Ver Anexo J com organograma (ARQUIDIOCESE, [tomo III] 1985:134) das organizações de esquerda que representa as dissidências ocorridas em cada partido e organização e a criação de outras no período ditatorial.

diversidade dessas organizações advinha da posição política assumida pelo grupo que visava acabar com a ditadura e alguns também desejavam fazer a “revolução” no Brasil, mas esses grupos variavam na atuação para o alcance desse objetivo. (RIDENTI, 2014:33). Partidos políticos como o PCB tentaram através da legalidade o reestabelecimento da democracia, alguns políticos se engajaram na *oposição consentida* ao Regime, ou seja, o MDB (Movimento Democrático Brasileiro) para que seus membros partidários tomassem frente no Congresso Nacional. Aqueles que acreditavam que por vias pacíficas não seria possível derrubar o regime e tão pouco trazer a “revolução” ao país obtaram pela guerrilha armada. As organizações partidárias clandestinas em sua maioria possuíam concepções marxistas e eram fragmentações de uma mesma origem o PCB. As dissidências ocorriam por conta das divergências que podem ser destacadas como questões de ordem *tática* (aplica a cada momento histórico), *programática* (ordem de realização e prioridades) e o *caminho estratégico* (vias a serem cursas para realização de transformações na sociedade) (ARQUIDIOCESE, [tomo III] 1985:09).

Os dois primeiros anos de atuação do Regime Militar foram de grande empenho de seus gestores nas questões relacionadas a legalidade para que a legitimidade do Golpe não pudesse ser questionada. A Ditadura Militar no Brasil desenvolveu-se como um governo autoritário mas que preservou o funcionamento do sistema Judiciário diante da preocupação com a “‘aquisição pseudolegal do poder’”. A forma inconstitucional com a qual o Golpe foi dado permitiu a manipulação do Judiciário de forma que o autoritarismo se firmasse através da cooperação entre o “ato oficialato das forças armadas” e organizações estatais. Através da legalidade de instituições que foram criadas pela Ditadura ou reformulações de instituições já existentes agregou ao governo grande relevância no forjar de uma “legalidade democrática” (PEREIRA, 2010:10-12,14,26). A introdução dos ideais da Doutrina de Segurança Nacional foi a proposta criada por Castello Branco para a sociedade brasileira. Essa era a ideologia oficial da Ditadura que tinha por objetivo combater os “inimigos internos” (“as forças internas de agitação”) que estavam apoiados pelos “inimigos externos” (comunismo internacional) (ARQUIDIOCESE, [tomo I] 1985:58,59).

Os órgãos criados dentro do Estado e a hipertrofia de órgãos já existentes foram enrijecidos para investigar e combater toda e qualquer oposição ao Regime. O construtor institucional da Ditadura foi Castello Branco, pois em seu governo foram editados quatro Atos Institucionais, “a Lei de Imprensa e a nova Constituição”. A institucionalização de um Estado autoritário foi um processo para a normalização autoritária que afirmava a posição de

tutela assumida pelo Estado. Com o aumento dos poderes do presidente, instituído pelo AI-1, a cassação de mandatos e dos direitos dos cidadãos por dez anos ocasionou descontentamento não apenas na esquerda mas também aos que a primeiro momento apoiaram o Golpe Militar. O AI-2 estruturou o Regime no autoritarismo, reforçou os poderes do presidente em medidas que posteriormente fortaleceria a repressão (possibilidade de decretar estado de sítio, fechar o Congresso, Assembleias Legislativas e Câmara dos Vereadores e os poderes punitivos da Justiça Militar). Aos poucos, a Ditadura foi firmando-se e mostrando que não seria um governo transitório e temporário. Com a implementação do AI-4 que promulgou uma nova Constituição, Castello Branco finalizou sua parte como estruturante das bases jurídicas do Regime promovendo sua visão de “ação política institucional e de longo prazo” (NAPOLITANO, 2014:79-81).

Durante o governo de Castello Branco, a apuração atividades tidas como subversivas envolvendo membros das forças armadas, políticos, sindicalistas, estudantes, jornalistas, religiosos, etc permitiram mobilizações significativas contra o Golpe e o governo militar estruturado e fortalecido (ARQUIDIOCESE, [tomo III] 1985:135). Setores de segmento médio, a imprensa, a Igreja, artistas e demais civis encontram em profundo descontentamento o que acenderam os levantes dos movimentos estudantis, sindicalistas e das ligas camponesas. 1968 foi um ano de destaque internacional com a Guerra do Vietnã, a Primavera de Praga, os movimentos efervescentes de contracultura, greve geral em *Maio* na França, entre tantos outros episódios que também estavam em processo no Brasil com mobilizações contra a Ditadura. A morte do estudante Edson Luís, a perseguição a artistas e jornalistas impulsionou conflitos constantes com os Militares; a Passeata dos Cem Mil foi a uma das mais expressivas mobilizações populares e que evidenciou o repúdio contra a Ditadura Militar. O clima de crescentes revoltas foi o pretexto para um maior endurecimento do Regime que estava sob o governo de Costa e Silva representante da corrente dos radicais e intolerantes que intensificaram o combate a subversão. Como pretexto para decretar o Ato Institucional de número 5 o Executivo repudiou o discurso do deputado Márcio Moreira Alves considerado provocador e subversivo, ele deveria ser processado mas o pedido foi negado pelo Congresso Nacional. Esse foi um motivo para que o AI-5 que já estava sendo desenvolvido a alguns meses, pudesse ser decretado pelo por Costa e Silva. Com vigência ilimitada de tempo e introduzido como parte complementar da Nova Constituição, o AI-5 representou a evolução do Aparelho Repressivo com elevação da repressão e consequentemente, o aumento na resistência armada por parte das organizações de esquerda (ARQUIDIOCESE, [tomo I])

1985:27,28). O regime quebra sua própria legalidade quando decreta o AI-5 e possibilita poderes ilimitados ao presidente (RIDENTI, 2014:36)

O relato de Denise nos permite observar sua vivência com a efervescência internacional e nacional de 1968, a formação das organizações e suas escolhas quanto a sua vida de semi-clandestinidade e a decisão de adentrar a clandestinidade para sua sobrevivência:

a gente começou a iniciar uma militância, ligada com os grupos que vivam de Paris. Que tinham um contato com meu pai lá, meu pai saiu daqui e foi para o México exilado. Do México ele foi para a Argélia, que ele tinha contato com o governo de Ben Bella mas Ben Bella caiu quando ele esteve lá e de lá ele foi para França. Da França, ali teve 68 famoso, 67-68, aí começaram os brasileiros que estavam lá voltar para o Brasil para querer fazer a revolução no Brasil. E eram todos contatos com ele, aí vinha através da minha casa, tinha o contato e aí começou a se formar os grupos. Tava a lara, aquela que era a companheira do Lamarca, ela não tinha [inaudível] ela tava aqui. E tinha todo esse pessoal. Naquela época eu conheci também o Eduardo. Eu fiz decoração eu fiz muita coisa, mas ao mesmo tempo eu tinha contato com meu irmão e algumas coisas eu fazia na organização. Eu não estava assim... digamos... clandestina, eu não estava vivendo 100% total na organização, mas claro que para mim era... de um lado eu estava fascinada por esse mundo novo que eu tinha conhecido e estava desenvolvendo e que eu não queria perder. Mas por outro lado eu tinha essa necessidade de realizar alguma coisa de social, eu tinha o sentido da justiça social ou da injustiça muito forte. Eu não podia resistir a qualquer forma de injustiça, porque eu era um pouco contraditória porque por um lado eu queria fazer minha vida e por outro tinha essa... essa realidade que no Brasil era muito forte, muito difícil. Então eu fiquei com um pé dentro e um pé fora, mas o pé fora mais era porque na verdade eu não queria ficar clandestina completamente, eu queria militar mas ao mesmo tempo fazer minhas coisas. Era muito difícil na época porque era um risco terrível, muita gente conseguiu mas depois foi presa, teve problemas né. E eu até que eu voltei a militar mas eu comecei ter mais contato com o Eduardo. E voltando o contato com ele, de repente aí, nasceu uma história entre eu e ele, aí ele estava preocupado porque ele estava completamente clandestino, ele estava sendo procurado. [...] eu voltei a militância depois através do meu irmão que continuou a militância, mas aí eu tinha feito aquela pausa de um período e voltei a militância. Eu estava com um pé dentro e um pé fora, a verdade era isso. (Denise CRISPIM, 2014)

Denise encontrava-se em momento de sua vida entre a busca por uma identidade desconectada das experiências familiares constantes com a militância e a clandestinidade. Joelson Crispim³⁶, irmão de Denise, foi o elo que a manteve em contato com os grupos de militantes de esquerda; a tomada de consciência quanto a necessidade de firma-se na luta

³⁶ Nascido em dezoito de 1948 filho de Encarnacion Peres e José Crispim, Joelson Crispim foi operário desde muito cedo e militante da Vanguarda Popular Revolucionária. Vítima de uma emboscada Joelson foi pego pelo DOI/CODI torturado e morto (22 de abril de 1970). Sepultado como indigente no Cemitério de Vila Formosa, os restos mortais de Joelson nunca foram encontrados. (BRASIL, 2007:123)

contra a Ditadura se deu após a promulgação do AI-5 e como as influências internacionais de lutas estavam presentes nos pensamentos que aderiam a guerrilha:

A gente começava a ter consciência, que já tinha passado o ato institucional numero 5, de que era pesado. Então a gente sabia que quem caía, morria ou corria o risco de morrer. Porque eles não estavam brincando mais, então era pesado. [...] O que a gente tinha era a ideia de que se fazia uma revolução, aí a revolução a gente ia um mundo novo. Cuba para gente era um exemplo de uma sociedade nova com uma serie de contradições que depois vieram [inaudível] mas era aquilo que movia a gente. E acreditar num mundo novo. (Denise CRISPIM, 2014)

Diante de um momento de profundo recrudescimento na repressão, as temporalidades vividas pelos personagens que experienciaram a Ditadura foram seguidos de intensidade, medos, amores, tristezas, dúvidas que em um discurso meramente político talvez não fosse possível integrar as emoções que o cotidiano complexo e múltiplo proporcionava as experiências. Denise prossegue seu relato ao enfatizar como esse misto entre militância familiar, busca de viver na legalidade e sua relação com Eduardo transformaram rapidamente seu cotidiano diante da repressão:

Eu tinha uma formação ideológica forte, era aquela do meu pai. Meu pai era um comunista convicto, que o socialismo era a única alternativa para a sociedade. Eu não tinha essa convicção, porque eu não tinha a formação ideológica do meu pai, a minha formação era empírica, eu não tinha aprendido assim. Ouvindo aqui, ouvindo ali, o comportamento coerente do meu pai que era uma pessoa que não se vendia por nada. Era um cara... a gente estava em dificuldade econômica e ele não cedia a nenhuma tentação de arrumar uma forma de ganhar dinheiro paralelo, de reconciliar algumas coisas para poder... as ideias dele eram ideias dele e não estava disposto nem a vender e nem a trocar. Então isso era já um elemento que dava força de formação muito grande. E depois, Cuba era um sonho, era o Che Guevara, era esse mundo novo, essa ilhazinha que desafiava os Estados Unidos, a grande potência americana. Era um negócio um pouco assim romântico, era fascinante. Era uma historia, era fantástico. [...] Olha, é tão... não era que você dizia assim "passei para a clandestinidade", não tinha um raciocínio lógico imediato, claro e tudo mais. Era tudo consequencial, você fazia uma opção e a partir daquele momento você entrava em contato com uma pessoa que era plena clandestinidade [Eduardo Leite] e você não podia se permitir o luxo de ficar fora, porque você podia ficar fora porque você podia fazer cair a pessoa entendeu?! De qualquer maneira podia cair seu nome, podia acontecer alguma coisa e você podia revelar. Era tão natural as coisas, era consequencial, você tomava uma atitude, tomava uma posição e aí era como consequência era assim. Você não colocava nem como sendo uma reflexão, a gente era muito jovem, a gente era muito atrevido inclusive. Tinha um atrevimento muito grande, se não fosse assim a gente não teria feito tanto que a gente fez.

Porque só, digamos assim, a força e essa coisa jovem que é inconsciência entre aspas, a gente não era inconsciente, a gente era muito consciente daquilo que a gente queria para o país. Uma das coisas, a coisa fundamental era a ditadura militar, reestruturar o Estado democrático, essa era a coisa fundamental. O socialismo e tudo mais era como consequência depois, era uma coisa que a gente aspirava ter um país para construir uma sociedade mais justa. Já que estava numa democracia então vamos fazer uma democracia mais justa. Alguns eram mais ideológicos, outros menos mas era relativo essa coisa. [...] Os tempos ali eram tão breves mas tão intensos que você não podia avaliar em termos de distancia de tempo, era vida vivida com uma intensidade muito forte. Então era tudo muito breve porque as vidas eram breves, os riscos eram violentos e as vidas eram precárias, eram breves. Você estava hoje com um companheiro, amanhã você tinha notícia de que ele tinha morrido. Estou falando de uma geração de vinte anos, então quer dizer que... eu não sei te dizer se foi um ano ou quase mais ou menos que eu vivi. (Denise CRISPIM, 2014)

O relatar dos fatos que Denise nos trás partem de sua interpretação das experiências vividas, analise a partir do presente quanto a conjuntura atual e passada da história do país e também, sua relação com Eduardo diante de momentos laboriosos. Como parte da juventude contemplada pela Revolução dos Costumes e advinda de uma família comunista, Denise não apresenta em sua fala uma forma tradicional de casamento e relacionamento. Seu relato busca sempre enfatizar que o período ditatorial não permitiu que as vivências se desenvolvessem em etapas estabelecidas previamente (namoro, noivado, casamento, filhos, etc), os momentos vivenciados estavam muito mais ligados a intensidade das emoções e o pensamento voltado para o presente. O futuro não era pensável, o futuro era incerto, diante de tantas incertezas Denise se posiciona no presente com uma interpretação muito mais realista do que foi vivenciado e não apenas uma forma romântica de ver a luta armada e os ideais de esquerda. Engajada como militante Denise iniciou na luta armada pela organização POLOP entre 1967 e 1968 que mais tarde diante das dissidências, transformou-se em VPR. As discordâncias entre os membros dos grupos traziam constantes “rachas” e como companheira de Eduardo, decide sair da VPR para fundarem a REDE, nesse momento Denise decide adentrar a total clandestinidade e atuar firmemente na luta armada. Denise nos explica como foi sua atuação nas organizações:

Olha, eu participei de ações, não é que eu tinha uma função, eu era uma militante um pouco genérica. Eu podia fazer qualquer coisa, se tivesse ido para o campo eu teria sobrevivido no campo, porque eu era uma pessoa que se adaptava muito bem. Eu era muito forte, tanto de caráter como o físico, fisicamente, então se eu tivesse ido para o campo para fazer a guerrilha eu teria sobrevivido lá, eu teria enfrentado. E nem tinha medo disso, que o medo não era ligado a militância em si, o medo é claro... você

tinha medo de ser preso porque ser preso significava tortura, significava morte. (Denise CRISPIM, 20014)

A militância e a luta armada também foram parte do cotidiano de Damaris que já havia passado por diversas ações e movimentos como sindicalista e membro do PCB. As experiências de Damaris como sindicalista nos mostra como não é possível interpretar suas vivências desvinculando os outros vértices de sua vida como o esposa, mãe e mulher na luta por seus direitos como trabalhadora. A pluralidade de identificações assumidas se encontram e convivem concomitantemente como podemos compreender a partir do relato de Damaris:

Os companheiros dava muito apoio, porque era pouco mulher que tava né. E as poucas que tinha eles apoiava. [...] Os movimentos sindicais tinham muito respeito pela gente né. Isso pra nós foi muito importante, os companheiros dava muita importância, o Chamorro, o Martinelli que ainda hoje ele milita daí pela estrada de ferro, e outros companheiros Dalélio, Daulo que foram presos também, então a gente tinha muito apoio dos companheiros já que era pouca mulher que tava. Por que sempre as mulher, sempre coitada nós somos humilhadas, somos espezinhadas, nós somos desprezadas e as mulheres coitadas tinha medo, ainda hoje mulher tem medo ainda de entrar porque os homens são violentos né. A grande maioria, imagina que nós tivemos em Pernambuco eu e minha filha fomos lá passear, em Pernambuco. A moça que foi jun to com a gente pediu uma cerveja e eles não quiseram vender porque não tinha homem na mesa, em Pernambuco em Recife minha filha. Você imagina, você imagina. E continua, eles estão engolindo a Dilma mas ao mesmo tempo eles estão emputecidos. Eles estão emputecidos, até aqui com a Dilma. E a gente dá todo apoio pra ela se for preciso ir pra rua a gente vai de novo, vamo de novo. Se nós morrer não tem problema a gente tinha que morrer disso daí. [...] Levava os filhos pro movimento, jogaram uma bomba dentro do, nós tava lá no movimento lá na rua Roberto Simas um movimento sindical e eu com um menino com três anos, jogaram uma bomba de lacrimogêneo lá dentro e o menino pequenino e meu marido pegou o menino e tapou a cara do menino e descemos escadas a baixo e eu atrás. Ia para os comícios e levava o menino, o menino pendurado junto com a gente nos comícios, nos movimentos. (Damaris LUCENA, 2014)

O *lembrar* percorre a memória de forma desordenada mas que pinça fatos do passado e do presente que se relacionam. A experiência como uma mulher sindicalista foi interpretada por Damaris como incentivo a mulher como sujeito integrante da luta, nesse caso, sindical. Damaris destaca sua visão sobre algumas situações em que mulheres são subjugadas e como a posição de uma mulher no mais alto cargo de representação de um país pode ainda nos tempos atuais incomodar. Seu papel como mãe se mistura ao da militância pois nenhum deles poderia ser deixado de lado, para que a realização de ambos fosse possível, Damaris conciliou

e integrou ao seu dia a dia suas atividades políticas. No contexto do Golpe e o endurecimento do aparelho repressor, associando com outros episódios de sua vida, Damaris evidencia como participou da criação de uma das organizações que muito incomodou os agentes repressores da Ditadura:

Prenderam muita gente, mataram muita gente, desapareceu muita gente, que ainda hoje tá aí muita gente desaparecida. Muita gente assassinada, muita gente deportada. E aí, bom, quando foi em 67, 68 começou a sair a sargentada da cadeia, aí o sargento Darcy foi um dos que saiu naquela época, que ele tinha... ele tinha feito uma revolta né, junto com outros companheiros militar, aí começaram a sair a sargentada e como eu tinha a o os contatos sindicais, os contatos sindicais fizeram contato com a sargentada. Aí começou a sargentada ir lá em casa, e o pessoal do sindicato e tudo. “Vamo criar uma organização? Vamo criar.” Mas nós não tinha base pra isso, nós não tinha condição. Não tinha condição para criar um movimento contra o governo federal que tinha muita arma e tinha muito infiltrado americano. A CIA tava aqui dentro, FBI de unhas e dentes, porque esse Brasil é cobiçado não é de agora não e continua, o Brasil continua. [...] Nós entramos por intermédio do sindicato, a sargentada começou a sair da prisão e começou a frequentar nossa casa e criaram a VPR, já tinha a ALN, já tinha outras organizações. Tinha a COLINA em Minas Gerais, tinha umas organizações para outros estados. Nós começamos a nos mobilizar aqui em São Paulo com a VPR. Os movimentos sindicais, alguns líderes, a sargentada e as pessoas que simpatizava a luta e nós éramos algumas das pessoas que mais tinha ligação com eles, pelos movimentos sindicais eu e meu marido nós tínhamos muita ligação com o sindicato e com a sargentada, então se criou a VPR. Que foi uma organização que manteve o capitão Lamarca que saiu junto com o Darcy né e o soldado que foi assassinado também e um sargento, um sargento não era um cabo, cabo Mariano né. Mariano foi morto também, Mariano, Zanirato, o Darcy e o Lamarca. Outro sargento também (Telma: - e o Zé Nóbrega?) o Zé Nóbrega foi preso era sargento, foi preso. E o Pedro Lobo ele mora em São José dos Campos, ele era sargento bombeiro. Ele foi expulso e foi preso também. Passou um bom tempo preso. Tá até doente coitado, tá doente também. Todo esse pessoal tá doente, meu filho tá doente coitado, ele tá com diabetes arrancou todos os dentes semana passada, porque o dentes amoleceu tudo, apodreceu por causa da diabetes né. Tem até foto dele, busca lá foto dele para moça ver (TELMA: - Qual aquela que...). Aquela que nós tem aí, a foto do Ariston (TELMA: - Eu sei, mas eu to te perguntando, ah aquela que está no seu quarto?) Sim aquela menininho. E aí o movimento de luta armada e tudo quando começou a cair os companheiros presos, que nós tava muito envolvido. (Damaris LUCENA, 2014)

Damaris relembra um episódio de grande significância sobre a participação dos militares na luta armada e a ligação dos sargentos com a fundação da organização VPR³⁷. A

³⁷ A Vanguarda Popular Revolucionária teve origem em 1966 partir da fusão entre “uma ala esquerda da POLOP” (Organização Revolucionária Marxista Política Operária), setores do projeto de criação do MNR (Movimento Nacionalista Revolucionário) e demais membros ex-militantes do PCB e militares das Forças Armadas. A organização já existia sem nome em meados de 1968 quando a batizaram de VPR, marcando o

movimentação dos sargentos possuía antecedentes de luta antes mesmo do Golpe ser dado, segundo Darcy³⁸ que ao contrário do que Damaris pensou está vivo e residindo na cidade de Bauru. Em finais da década de 1950 e na década de 1960 o movimento dos militares era a primeiro momento corporativo, tendo por objetivo modificar seus estatutos. A conscientização política que, segundo a percepção vinha do engajamento no Poder Legislativo para colocar representantes dos militares nas câmaras e assembleias, diante dos movimentos populares no período do governo de Jango poderia ser o momento para buscar os direitos de “democratização dos regulamentos militares e reivindicações políticas” (direito ao voto). A tentativa de elegibilidade dos sargentos com uma forte revolta em Brasília e o Movimento dos Marinheiros na luta pelos direitos civis foram dois episódios que evidenciam a efervescência corrente nas Forças Armadas no período anterior ao Golpe. A politização de militares nesse intervalo permitiu após o Golpe uma tomada de posição em favor da democracia e dos direitos dos cidadãos, além de que, o golpe marcou o “rompimento na mobilização e na participação política, pois seguiu-se um processo de cassações e prisões em todas as Forças” (MACIEL, 2013:65,66,69,71,74,76). É nesse contexto em que as ligações que Damaris possuía com o sindicato e consequentemente com os sargentos, possibilitaram o agrupamento de membros para Fundação das VPR. A memória de Damaris percorre entre o passado e o trás como presente consequencial dos fatos ocorridos de forma a buscar personagens como amigos e também o filho a fim de evidenciar o sofrimento no passado e no presente e a fotografia como parte material da memória.

Como integrante da VPR, Damaris desenvolve funções para que fosse possível a realização das ações armadas pelo grupo. A realidade da divisão sexual do trabalho pode ser encontrada nas vivências de Damaris como militante, as funções relacionadas com os afazeres domésticos, o cuidar como função feminina e os papéis assumidos em ações armadas como parte de um disfarce que precisava reafirmar a feminização da mulher como padrão social foram algumas das questões que podemos encontrar nos relatos de Damaris:

início de muitas ações (expropriações, assaltos a banco e sequestros) realizadas por esse grupo. Em 1969 a organização passou por uma fusão com o Colina (Comando de \libertação Nacional) que resultou na fundação da VAR-Palmares. Algumas dissidências ocorrem e a VAR e a VPR se desvincularam. Em 1971 dissolução da organização ocorre pelos diversos membros presos e mortos através de informações passados por um infiltrado (Cabo Anselmo) do DOPS na organização (BRASIL, 2007:472,473).

³⁸ Darcy Rodrigues (19/nov. 1941) é um militar do Exército brasileiro que integrou o 4º Regimento de Infantaria (RI) de Quitaúna (Osasco). Sua história está comumente ligada a de Carlos Lamarca pois ambos deixaram ao mesmo momento o quartel de Quitaúna. A ação realizada pelos sargentos visou levar armas e munições do quartel para iniciar a guerrilha urbana contra a Ditadura Militar. Atualmente sargento Darcy reside na cidade de Bauru onde desde 1983 exerceu cargos públicos. (CAMARGO, 2014). Disponível em: < <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/03/1429216-minha-historia-capitao-que-deixou-exercito-para-entrar-na-luta-armada-lembra-de-atritos-com-dilma.shtml> >. Acesso em: 17/dez.2014.

Eu tinha uma função de atender os companheiros. Chegava eu conversava, recebia se tinha que almoçar eu fazia almoço. Se tinha que dormir eu tinha que arrumar. Eu era uma espécie de governanta da organização. Eu era uma espécie de governanta, atender eles se tinha que ir pro médico, se tinha que ir atrás de remédio, aos companheiros clandestinos. Meu ex-genro foi preso por acaso e quase mataram ele no pau e mandaram ele lá pra casa pra eu cuidar dele, que ele ficou muito doente e ele foi lá pra casa. Minha tarefa era de atender os companheiros, se precisasse comprar remédio eu ia comprar e fazer uma consulta médica sem ter que levar a pessoa lá eu ia lá. E falava que a pessoa era meu parente, era minha função. E guardar toda aquela papelada e dinheiro e livro, era minha função de organizar. Era um a espécie de governanta da organização. Levava arma pros companheiros no vale da ribeira, levava recado pros companheiros, sozinha. Eu vestia uma mini-saia, eu vestia umas meias compridas assim umas calça meia, pintava a boca aqui por fora e saía parecendo uma louca. Parecia uma prostituta e os caras ainda olhava. Fazia ação tudo, levava recado pros companheiros, trazia recados, escondia gente lá em Atibaia, levava gente pra lá de noite, meia noite, eu não tinha medo não, de jeito nenhum. Carregando arma dentro do carro pra lá e pra cá, não tinha medo. Medo eu tive quando cercaram a minha casa, ai sim, ai eu tive medo, ai eu vi que a coisa era feia. (Damaris LUCENA, 2014)

Ao interpretar seu passado Damaris faz algumas considerações o que poderiam ter sido diferentes, o que faria de outra forma para poupar sua família dos traumas que houve durante o percurso da luta. Em tempos de perseguição, segundo Damaris, foi necessário partir para a clandestinidade a fim de não serem pegos pelos agentes da repressão, nesse momento da vida estava entre as prioridades de manter seu ideal e lutar *ou* manter-se viva:

Então, ai a coisa ficou feia. Porque ai nós entramos para a clandestinidade. [...] Ai a gente entrou de uma vez e começou a cair os companheiros. A delação, a delação... também a Dulce Maia que é de uma família muito rica aqui em São Paulo, [...], e quando ela caiu presa foi que nós ficamos clandestino porque ela ia em nossa casa e ela falou "Gente eu vou aguentar três dias, se eu não aguentar três dias vocês vão embora, não fique aqui não porque..." e ela só não foi morta porque o Abreu Sodré era amigo do pai dela, da família dela, não deixou matar ela, senão ela tinha morrido. [...] Eu era identificada como Damaris, todo mundo chamava meu nome, todo mundo sabia meu nome. Foi um erro grave que nós fizemos (risos), nós tinha que morar numa casa que ninguém soubesse onde a gente morava e a gente fazia as coisas da gente, mas fizemos um erro tão grande, mas assim, se for preciso eu voltar de novo para fazer aquilo que eu fazia, eu volto só que com outra cabeça, outra organização. Eu não quero... "Eu me chamo Maria Tereza" ou "Eu me chamo Joana, eu não quero que ninguém vá na minha casa. Eu encontro vocês no meio da rua, por favor não vão na minha casa". Se for preciso eu faço. Claro que agora não tem mais ânimo pra isso, minha idade já não... mas se ainda for preciso eu ainda faço, eu ainda faço, alguma coisa eu faço. [...] Em 69, em fevereiro de 69 nós tivemos de ficar clandestinos, mas eu não tinha medo não. Eu não tinha

medo de jeito nenhum, nós fomos pra Santos, depois fomos pra Embu-Guaçu, dentro do mato tinha duas casas. Tinha um senhor que morava lá e o sítio que nós compramos. Tinha duas casas, só tinha aquele senhor. Era um senhor já velho que morava sozinho e nós. E cobra, aos montes de cobras, mas era um lugar bom assim, saudável né?! Tinha muita água. Tinha uns minerador de água, e os meninos se davam muito bem, eu tinha muita galinha muito bicho que eu tinha lá. Os meninos se davam muito bem e nós não tinha, nós não tinha preocupação não, nós não tinha preocupação de jeito nenhum. Nós tava lá feliz da vida, depois tivemos que sair de lá porque veio, trouxeram dois companheiros que estavam clandestinos e ficaram lá e um dos companheiros caiu preso e nós tivemos que sair com medo do companheiro abrir e deles encontrar nós lá. Ai nos fomos pra Atibaia, lá que foi nossa perdição lá em Atibaia. Porque lá já tava sendo vigiado e nós não sabia. (Damaris LUCENA, 2014)

O cotidiano da família de Damaris está profundamente entrelaçado com a militância do casal. As crianças brincavam entre panfletos e notas expropriadas em ações de bancos para manutenção da organização VPR e também recebiam a atenção e os carinhos de militantes que frequentavam a casa da família. A clandestinidade e as frequentes fugas para aparelhos³⁹ que não expusesse a militância da família Lucena.

Outras experiências de mulheres que resistiram a repressão de finais da década de 1960 podem ser encontradas nos relatos de Pedrina e Isaura que não foram militantes diretas de organizações. Elas são as mulheres que não foram a guerrilha armada mas que marcaram a história do período ditatorial como sujeitos que lutaram de formas múltiplas (esfera pública e privada) com discursos protagonistas e que hoje são relatados para serem integrados a História da Ditadura no Brasil.

Pedrina deixou o trabalho como tecelã para que pudesse dedicar-se a maternidade e aos afazeres domésticos. Após o nascimento de seu primeiro filho em 1964 e toda perseguição que estava ocorrendo nos primeiros meses de instalação da ditadura aos sindicalistas, foi preciso afastar toda a família de uma possível perseguição a Devanir. Passaram a residir no Rio de Janeiro, mas por pouco tempo. Em 1967 Devanir desistiu do trabalho como taxista no e retornou a São Paulo com Pedrina grávida do segundo filho, Ernesto em homenagem a um dos líderes da Revolução Cubana, Ernesto Guevara, que tanto influenciou militantes brasileiros. Apesar de Pedrina não ser uma militante vinculada a organização, seu cotidiano

³⁹ A definição de *Aparelho* segundo a obra “Guerrilheiros e Terroristas” publicado pela Biblioteca do Exército (1980:27), designa que *Aparelho* era um imóvel que os militantes de organizações realizavam “suas atividades” podendo “ser uma casa ou apartamento” em área urbano ou suburbana ou “casa, chácara, sítio ou fazenda” em área suburbana ou rural.

foi alterado pela militância de Devanir que precisou ficar clandestino como notamos nos relatos:

quando ele começou e ia nas reuniões eu ficava né, eu tinha um filho pequeno e tudo. Mas depois Cláudia, ele começou... nós tivemos um problema, acho que já estava envolvido e tivemos que ficar clandestino. Ai tínhamos reuniões em minha casa, ai já não frequentava mais a casa de minha mãe. Teve que me afastar porque era perigoso eles irem a casa de minha mãe, dia das mães aniversário dela e sabiam tudo, meu aniversário, do meu pai, das irmãs, tudo eles estavam ai. Então sempre eles estavam de olho, ai nós tivemos que nós afastar mesmo. [...] voltamos do Rio e começou a voltar assim rapidinho e voltava. Fazia uma visita [para a família], não dava para ficar almoçando e nada. [...] A gente tinha medo de tudo. Quando ficamos clandestinos, sentávamos no carro, menina... via um carro da polícia [...] dava um mal estar. Ele falava “Calma, calma.”, ele era muito calmo, nunca pararam nós, com as duas criança e passava né?! Mas eu já ficava passando mal quando via. (Pedrina de CARVALHO, 2014)

As alterações tornavam-se cada vez mais significativas no cotidiano de Pedrina que já foi preciso mudar e depois romper com a família para mantê-los em segurança. O medo era uma constante, a incerteza preocupava e Pedrina entendia que era melhor recuar diante de tantos militantes que estavam sendo pegos pela repressão. Como esposa, Pedrina acreditou que deveria apoiar Devanir e muitas vezes colaborou com atividades para a organização. Em seu discurso é possível encontrar a aceitação das ideias a luta mas que o medo do que poderia acontecer com sua família tomava ênfase a cada notícia de “companheiros caídos”. Diante dessa aceitação Pedrina colaborava a sua forma para atividades de infraestrutura da organização em uma vida clandestina como nos relata:

A casa alugada era da organização. Quando tinha as reuniões as pessoas iam de olhos fechados, então tinha conselho, não ia abrir o olho. A pessoa não tinha interesse de saber onde era. Então colaboravam com os companheiros. [...] eu ficava mais na infraestrutura. Então, eu militava porque eu era a esposa. Igual, participar de reuniões eu não participava, mas estava ali, eu estava ouvindo e tal. Mas muitas vezes vinha os companheiros e você nem via, para não conhecer, não podia. Se precisava lavar a roupa de um companheiro eu lavava, eu fazia comida e as vezes você nem via quem era. Falavam “Dá para você fazer isso?”, eu fazia. Eles vinham, traziam as coisas para eu fazer. Então eu fazia com carinho, por quê? Porque era o amor que eu tinha por ele e até quando meus cunhados foram banidos, acho que foi nos anos 70 que eles foram. Ai falaram para ele, acho que uma advogada falou “Está na hora de parar”, mandou recado falou que ele tinha que sair do país e tal porque estava o cerco fechando e tinha que parar. Ele falou “Não, agora que seus cunhados foram embora você quer ir também? Não, eu não vou deixar.” Como que eu ia embora e

deixar ele né? Ai não tinha jeito, só deixei mesmo quando aconteceu tudo, quando ele foi morto. (Pedrina de CARVALHO, 2014)

O amor pelo esposo foi o que permitiu com que Pedrina continuasse a auxiliar a organização e permanecer no Brasil em vez de pedir asilo político. As atividades desenvolvidas para a organização estavam ligadas intimamente aos afazeres designados às relações de gênero e aos papéis que uma mulher deveria assumir. Assim como Damaris, Pedrina desenvolvia atividades ligadas ao âmbito doméstico e aos papéis de mãe e esposa. As emoções que permeiam seus relatos envolvem o presente e o passado de amores interrompidos e a dedicação a partir dos sentimentos de amor e carinho. Como esposa sua militância estava restrita à manutenção do “bem estar” dos companheiros para que esse continuasse na luta, pois essas atividades se cruzavam às suas atividades exercidas cotidianamente como responsável pelas atividades domésticas. A situação de militante não-oficial não a excluiu das vivências da luta contra a ditadura, sua vida por completo estava vinculada à resistência que após a morte do marido se intensificara.

Assim como Pedrina, Isaura não tornou-se militante oficial na guerrilha contra a repressão. Suas vivências nos primeiros anos foram de clandestinidade e cuidados com a família, sua posição quanto à militância de Aderval era a favor da luta por mais que não fosse possível compreender o que ocorria no interior da organização. Isso se dava pelos cuidados que Aderval dedicava às filhas e a Isaura, as incertezas que rondavam a vida de um militante deixava a família em vulnerabilidade quanto aos atos criminosos cometidos pelos agentes da repressão.

Ai quando ele foi para São Paulo ele foi para a Ala Vermelha, era onde o Devanir estava, o Derly que era irmão do Devanir. Depois é que eles saíram da Ala, rachou, aquele racha que tem, briga, saiu e criaram outro. Ele e o Devanir, marido da Dina, criaram outro. [...] queria reunião lá em casa, podia fazer que eu não ligava. Eu saía com as meninas e deixava eles lá tomando conta da casa e fazendo a reunião que eu não ligava. [...] Conheci as pessoas que iam lá, eu conheci. Iam reunir em casa né, ele [Aderval] achava melhor [não militar] porque a gente não tinha condições naquele momento de estar. Não era só eu não, era a Dina, era um monte né, porque a gente não estava preparada para militar, para ajudar. Porque tinha mulher que estava preparada, já entrava na luta com eles, um monte foi presa. A Dulce Maia, um monte de gente, a Damaris mesmo era uma que militou mais que o marido dela, é diferente, mas a gente eles [Aderval e Devanir] achavam que por enquanto a gente tinha as crianças para cuidar, tinha que dar.... se eles fossem presos ou morressem né, como ficavam essas crianças né?! (Isaura COQUEIRO, 2014)

A vida na clandestinidade era cada vez mais imprecisa e o cotidiano envolto ao medo não permitia que a família fosse capturada pela repressão caso Aderval fosse preso. Era corrente que familiares dos presos pelos órgãos repressivos fossem ameaçados e torturados como forma de coibir os militantes a entregar informações sobre a organização e sobre os demais companheiros ligados a mesma. O cuidado com os vizinhos e demais pessoas que estão presentes na sociedade era de extrema importância, pois a repressão estimulou a “suspeita” e “medo” contra aqueles que eram tratados como terroristas. Nas diversas esferas da sociedade encontravam-se informantes e infiltrados da polícia política que eram treinados para serem recrutados pelas organizações (ORTIZ, 2014:166). Desta forma, a vida na clandestinidade era algo de extremo pesar para Isaura que após deixar o marido militando sozinho em São Paulo, continuou a cuidar das filhas na incerteza da prisão e sobrevivência de Aderval:

[...] Ai ele ficou procurado, 67 ele já teve que sair para a clandestinidade porque eles estavam procurando ele nas fábricas, ai já ficou todo mundo clandestino. Ai eu fui viver minha vida com ele, clandestina indo para um lugar e para outro, ai começou a fazer as políticas né, começou a integrar na política, depois ele mandou para a Bahia de novo e eu fui porque o negocio tava muito apertado aqui em São Paulo. Se ele estivesse sozinho era melhor, com a família era mais difícil, eu já tinha duas filhas. [...] E realmente, depois que eu... que ele mandou que eu... para mim vir para São Paulo que eu vim, logo eu cheguei no mês de fevereiro, em fevereiro a gente muda para São Paulo e quando foi em março, fevereiro, março, abril, maio, Maio, 29 de maio ele foi preso. Ai você viu, ele já estava clandestino, já estava fazendo política, já estava trabalhando na política integrado, já estava procurado e ai foi preso. Quando ele foi preso, os companheiros... dois companheiros falaram “Você vai sair daqui senão vai ser presa.” Ai me mandou para procurar os parentes, ficar lá com os parentes dele no Mato Grosso, ai peguei as duas meninas e fui para o Mato Grosso. (Isaura COQUEIRO, 2014)

Isaura ficou responsável pelo bem estar das filhas enquanto Aderval mergulhava em uma empreitada juntamente com os Irmãos Carvalho e demais militantes na luta contra a ditadura. No ano de 1969 diversos militantes haviam sido presos e as constantes torturas faziam com que muitos não suportassem e falavam sobre os demais companheiros. Isaura conta como ocorreu a prisão de Aderval assim que retornou do Mato Grosso onde havia residido por alguém tempo para manter as filhas em segurança:

Ele [Aderval] foi preso só uma vez em 69. Ele caiu, como é que chama lá em São Paulo gente?... em Itaí. Eles botaram um caminhão, ele e outro amigo dele, já tinha sido preso um bocado de gente [...].Então a gente sabia, a gente teve que sair da casa da gente, morávamos numa casa em

santo Amaro que fazia acho que seis meses que a gente tinha alugado aquela casa quando viemos do Mato Grosso. Tivemos que sair correndo, tivemos que deixar tudo para ir para outra casa desse companheiro que morava lá em São Miguel, perto de São Miguel, porque a polícia podia achar a nossa casa porque tinha sido preso um bocadinho de gente já e podia saber onde era a nossa casa. Ai meu marido falou “Olha...”, a gente pegou só umas coisas, foi com a roupa do corpo, o resto largou tudo e saímos. Dormimos na casa desse companheiro lá, que guardou a gente essa noite lá. Ai eles foram alugar uma casa, uma casa pequena para a gente mudar, para botar eu que eu estava com a minha mãe lá comigo e as duas filhas e a mulher do Daniel que estava preso, a Maria. Ele estava preso e a Maria com duas crianças pequenas Cristina e o Magno, falei para ficar com a gente porque ela não podia aparecer para a família naquele momento. Depois que ela foi para lá mas naquele momento ela não podia ir. O quê que aconteceu né, eles saíram colocaram o caminhão no posto de gasolina para no outro dia pegar o caminhão e ir comprar um fogão para gente, porque estava agitado, uns presos e outros correndo... Quando eles chegaram lá com o caminhão, a chapa do caminhão já estava no jornal e ai a polícia localizou, localizou a chapa do caminhão e ficaram lá dentro do posto a noite toda esperando. De manhã eles vão lá pegar o caminhão para comprar um fogão para gente, porque o nosso a gente tinha deixado na outra casa, para fazer ao menos comida para as crianças e eles iam para outro negócio lá. Encontrar com outra turma que estava também fugida para saber o que a gente ia fazer da vida, quando eles foram buscar o caminhão lá de manhã estava lá a polícia, ele e o outro no tiroteio com a polícia. Ai ficaram presos né, e a chapa do caminhão já tinha saído no jornal. Eu esperei, esperei, deu meio dia e ele não apareceu. Como aquela época estava assim, prendendo um atrás do outro, ai na hora eu fiquei pensando, falei ‘não, não é possível. Acho que ele foi preso. Não é possível, não chega, nada’. (Isaura COQUEIRO, 2014)

Isaura encontrava-se em uma situação em que não sabia como resolvê-la, o paradeiro do marido era desconhecido, sem uma casa estruturada para cuidar das necessidades básicas das crianças e sem informações de como proceder, Isaura decidiu recorrer aos companheiros militantes que lhes havia dado abrigo a pouco tempo:

Pegamos o ônibus e eu falei “Maria vamos lá na casa da Cida” que era esposa de um camponês que estava morando em São Miguel, que apoiou a gente duas noites para dormir lá até a gente sair da nossa casa. “Vamos lá que a Cida deve saber de alguma coisa que eles falaram que iam pegar o caminhão lá no posto 13”. 13? 7? Alguma coisa assim o nome do posto. Eles iam pegar o caminhão lá, “A Cida deve saber de alguma coisa, vamos lá”. E ela também, o marido dela estava fugido e ela estava tendo contato com um companheiro para poder sair de casa também, correndo abandonar a casa, os filhos já tinham até saído. Não, era uma vida que eu vou te contar... Ai chegamos lá e a Cida falou “O Coqueiro acabou de ser preso agora de manhã”, falei ‘foi?’ e ela falou “foi. O menino do vizinho viu quando eles foram presos ali e chegou aqui correndo me contando que tinha tido um tiroteio no posto e falou que o Coqueiro tinha sido preso.” E o Anselmo que era o rapazinho que estava com ele, ai eu fiquei sem saber se ele estava vivo ou se estava morto você entendeu?! Teve um tiroteio, ninguém falava em morte, não falavam em prisão, quem comparava o jornal não dava nada, não dava nada. (COQUEIRO, 2014)

Isaura teve medo de que a polícia chegasse até a casa onde estavam suas filhas, sua mãe e as crianças de Maria (esposa de Daniel Carvalho). O lugar era de conhecimento de Anselmo, militante que estava com Aderval no momento em que foi pego em uma emboscada e isso poderia colocar o restante da família em risco. Sem dinheiro, sem contatos com militantes e sem notícias sobre Aderval, Isaura decidiu recorrer ao único contato que possuía, Cida:

Eu falei “A gente está sem dinheiro e a gente não sabe o que vai fazer e eu não tenho contato com ninguém”, falei para ela: “E eu preciso sair daquela casa, eu preciso sair hoje com a Maria e com as crianças porque não pode ficar lá. Porque se eles foram presos eles podem abrir, não aguenta e abrir a casa e vai preso todo mundo.” Ai a Cida falou assim para mim “Eu tenho um contato hoje, agora a tarde com um rapaz que morava até com a gente, nessa hora ele tinha saído até fugido.” Ela tinha um contato do cara que estava trabalhando com o meu marido, “Eu tenho contato com o Roberto hoje.”. Falei “Então você fala para o Roberto pelo amor de Deus.” Daí a gente pegou o nome da casa, eu não sabia nem o endereço da rua, quando nós fomos para lá eu peguei o nome da rua mais a Maria e anotamos num papel e o numero da casa, para saber onde era o lugar que eu estava que eu nem sabia, que eu tinha ido de noite para lá, de manhã ele foi preso. Nem sabia onde eu estava, “Vamos pegar o nome da rua e vamos levar”. Peguei o nome da rua e o número da casa e o lugar que era estrada de São Miguel. Cheguei e falei para a Cida “Então você leva esse papel e entrega para ele, pelo amor de Deus, pede para ele me tirar hoje daqui, hoje porque senão vai todo mundo preso.” Ai ele encontrou com ele e passou o papel para ele, quando foi meia noite ele chegou lá com uma perua e outro amigo, que morreu em Recife depois, para tirar a gente”. Ai eu fiquei acordada de pé na janela, com a janela fechada olhando para a rua para quando eles chegassem para eu abrir a porta e eles entrarem correndo e pegar as crianças e a gente sair. E eu vi quando eles chegaram, eu conhecia os dois, corri abrir a porta e eles entraram, cataram as crianças, botaram no braço, saímos correndo e entramos nessa perua e me deixou lá no centro da cidade que até hoje eu não sei onde é que eu dormi. Botaram nós num hotel no centro de São Paulo e ele falou “Amanha você vai para o Mato Grosso e a Maria vai para a casa de um padre, aqui para uma igreja.” A Maria disse que não queria ir para o Mato Grosso [...]. Deixou nós lá e foi embora, no outro dia ele apareceu só para me levar na rodoviária, me deu o dinheiro do táxi, pagou o táxi, deu um dinheiro para comprar a passagem, “Vai para o Mato Grosso”, foi assim a minha viagem. (Isaura COQUEIRO, 2014)

Isaura relata que viajou pensando em Aderval, nenhuma notícia sobre sua morte era divulgada, apenas sobre sua prisão. Não sentia vontade de comer ou dormir, sua dedicação estava nos cuidados com as filhas, motivo pelo qual estava fugindo de São Paulo. Durante três meses Isaura ficou sem notícias sobre Aderval, após retornar contato com seu sogro que continuava a residir em São Paulo pode saber sobre o estado de seu marido:

Ai eu não sabia se ele estava morto ou se tava vivo, porque a notícia no jornal só dava a prisão dele não se ele estava morto. Não falava se ele estava morto, só que ele tinha sido preso, mas eu fiquei sabendo que saiu

um tiroteio na hora que ele foi preso, comentou que teve um tiroteio muito grande, que eles não sabiam se ele estava vivo. Eu viajei com a cabeça para trás né, não sabia se eu estava sendo viva naquele momento ou se ele estava vivo ou se tava morto. É duro né, mas fui, tive que ir né, era uma missão que eu tinha que cumprir, ir para lá com as filhas. Ai depois de muito tempo meu primo veio aqui em São Paulo, meu sogro não sabia, meu sogro morava aqui em São Paulo, a família dele não sabia onde eu estava, só sabia que ele foi preso. A polícia foi lá na casa de meu sogro, revirou tudo pensando que o meu sogro sabia dele e meu sogro não sabia dele desde que ele estava clandestino, não sabia onde nós morava senão podia falar. E o quê que aconteceu? Ai meu sogro também não sabia onde eu estava com as meninas e como o primo dele veio aqui em São Paulo falou “olha ela está lá com nós no mato grosso”. Ai foi que o meu sogro falou para ele que estava visitando ele [Aderval] no Dops, ai ele estava preso, ai meu sogro estava visitando ele e mandou uma carta para mim falando que ele estava preso no Dops e muito torturado mas que estava preso. Ele estava visitando ele, para eu vir para São Paulo com as meninas porque né... ai eu vim com as minhas meninas e comecei a visitar ele no Dops. (Isaura COQUEIRO, 2014)

O retorno a São Paulo se dá pouco tempo depois que seu sogro descobrir onde Isaura e suas filhas estavam escondidas. O cotidiano de Isaura sofreu grandes alterações após a prisão de seu esposo, já que a vida na clandestinidade impedia que a família pudesse desfrutar de certas liberdades como permitir que as filhas estudassem. As visitas passaram a ser semanais na prisão onde Aderval estava, a filha mais nova acompanhava a mãe frequentemente, enquanto a mais velha estava estudando e visitava o pai quinzenalmente. A militância de Isaura iniciou-se quando passava a frequentar o presídio levando e trazendo informações da organização para Aderval:

[...] Eu não fazia isso [militar], mas quando ele foi preso, ai sim, eu tinha que fazer isso e eu tinha que encontrar com eles que não estava presa, estava trabalhando para tirar eles da cadeia e ai eu passava para os que estavam fora, os companheiros, o marido da Dina que mais encontrava comigo e sempre mandava recadinho, bilhetinho e eu levava na barra da saia, costurado assim no vestido. Aquela coisa que não podia entrar porque era muito revistado na cadeia, ai passava pessoalmente e mandava eu falar, quando não queria que eu soubesse escrevia, enrolava e dizia “não abre”. Ai eu botava na barra do vestido e dava uma costuradinha, tirava lá dentro da cadeia. (Isaura COQUEIRO, 2014)

As visitas a Aderval duravam cerca de uma hora e em datas comemorativas (Natal) era possível ficar o dia todo com a família no presídio. O cotidiano que envolvia a organização e a família deixava Isaura inquieta pela incerteza de não saber “quando [voltaria] a ter vida normal [...] com as filhas e ele [Aderval]”. O misto de sentimentos que Isaura viveu foram intensos principalmente quando o nome de Aderval saiu na listas dos militantes escolhidos

para serem exilados. O sequestro do embaixador alemão Von Holleben foi a estratégia encontrada para libertar diversos militantes que estavam presos, em um ponto nevrálgico as histórias se cruzam pois Eduardo Leite e Devanir de Carvalho estavam envolvidos na ação que ocorreu no dia 06 de junho de 1970 e que libertou 40 militantes que foram exilados na Argélia. O sequestro durou cinco dias e as exigências que as organizações (VPR, ALN, MRT) envolvidas fizeram como a libertação dos 40 militantes⁴⁰ e a divulgação em diversos veículos de comunicação de um manifesto, foram facilmente atendidas (PALMAR, 2012). Isaura nos relata como se sentiu após o nome de seu marido ter constado na lista daqueles que seriam exilados:

Eu fiquei contente quando saiu o nome dele, mas por outro lado fiquei preocupada porque ele falava para mim dentro da cadeia “Eu quero sair daqui, que quero botar meu pé lá fora” ele falava, “eu atiro até na minha sombra” ele dizia para mim, “eu quero matar esses desgraçados todinhos que me torturaram tanto, quero matar todo mundo que está aí torturando”. Então quando ele saiu por um lado eu estava contente, por outro eu ficava preocupada dele voltar como voltou, porque ele falava isso para mim “eu quero voltar”, ele falava para mim. “Eu vou sair mas eu vou voltar, não vou demorar muito. Eu quero sair para eu botar o pé aqui no Brasil.” Então eu fiquei naquilo, só pensando nele voltar, pensando, pensando mas depois de oito meses ele lá, pensei “Quem sabe ele vê que as condições não estão dando para entrar, entra morre porque está todo mundo sendo preso e morrendo gente, um atrás do outro. As vezes agora ele fica lá um tempo, vai saber.” Aí ele botava na carta que talvez a gente ia para lá, que ele ia mandar buscar, mas ele falava assim para descartar os policiais porque passava pelas mãos dele. Todas as cartas que ia para a gente o Dops pegava, lia primeiro para depois passar, era assim. Então ele botava assim “Não, eu estou pensando em mandar buscar vocês, vocês virem para cá.” Então eu ficava pensando “Tomara, pelo menos vai ficar vivo né.” (Isaura COQUEIRO, 2014)

Durante os oito meses que Aderval ficou no exílio, Isaura viveu em São Paulo com as filhas e o sogro. Em seu relato é possível notar a ênfase na manutenção que a organização manteve mesmo diante da guerrilha urbana em situação de constantes ações e prisões de militantes. Isaura não ficou desamparada financeiramente, pois a organização disponibilizou uma ajuda de custo já que seu sogro não possuía condições de manter o sustento da família toda. Entre os enlances das histórias, Isaura fala sobre a pessoa que mais ajudou sua família nesse momento, Devanir de Carvalho. Damaris, Pedrina, Denise e Isaura estiveram com suas histórias entrelaçadas não apenas com o contexto nacional da Ditadura, mas na ligação que as

⁴⁰ Fotografia dos militantes libertos com o sequestro do embaixador alemão onde indica a presença de Aderval como um dos prisioneiros enviados ao exílio. Ver Anexo K p.169.

organizações que seus maridos, ou também no caso de Damaris e Denise que foram integrantes de organizações, mantinham entre a militância e as famílias que necessitavam de amparo para a sobrevivência.

A repressão alterou os projetos que essas mulheres fizeram sobre o casamento/relação e os filhos, sendo que, as alterações de seus cotidianos desestruturaram a normalidade da escola em que os filhos (as) frequentavam, os empregos, a estabilidade financeira, os passeios em família e tantas outras atividades cotidianas que foram abortadas pelo medo e pela vigilância para que as famílias permanecessem em segurança. O tão sonhado casamento para umas, as relações de extremo afeto para outras embalsamaram um momento em que os amores foram vividos e defendidos diante do apoio que essas mulheres deram às organizações mas a seus maridos/companheiros e a família como um todo (WOLF; PEDRO; VEIGA, 2011: 398,401). Elas escolheram continuar na luta, elas assumiram suas responsabilidades em momentos de dificuldade e mantiveram a frente da luta para proteger aqueles a quem mais amavam, os filhos (as) e os maridos/companheiros. O casamento como instituição indissolúvel e forte relação afetiva descrita por essas mulheres, só foram interrompidas no momento traumático da morte de seus maridos/companheiros.

3.

A VIUEZ E OS RITUAIS DA MORTE:**VIUEZ FEMININA NOS ANOS DE CHUMBO**

*“Chora
A nossa Pátria mãe gentil
Choram Marias e Clarices
No solo do Brasil*

*Mas sei que uma dor assim pungente
Não há de ser inutilmente
A esperança
Dança na corda bamba de sombrinha
E em cada passo dessa linha
Pode se machucar*

*Azar!
A esperança equilibrista
Sabe que o show de todo artista
Tem que continuar.”⁴¹*

A morte era a única forma de dissolver o matrimônio religioso e os significados fortemente arraigados nas tradições continuavam presentes nas práticas sociais. O evento de falecimento atribuía ao cônjuge que permanecesse vivo a mudança de estado civil. Desta forma, as transformações do *status* que o casamento confere aos consortes quando contraem o matrimônio também acarretam modificações quando a morte rompe o enlace e, juridicamente, transforma o *status* do cônjuge vivo a situação de viuvez. O estado de viuvez, por sua vez, arroga a viúva ou ao viúvo representações díspares que correspondem aos papéis de gênero (SCOTT, 1995:73,74) que homens e mulheres receberam ao longo da história.

Como pensar o status de viuvez feminina, suas representações e papéis diante de um período em que o cotidiano é rompido por vivências de repressão e abusos por parte do Estado que arroga a fase mais violenta da Ditadura Militar? Quais foram as experiências que

⁴¹ Trecho da música O Bêbado e o Equilibrista composta por João Bosco e Aldir Blanc em 1978 como homenagem a morte de Charles Chaplin mas que possui em seu conteúdo reflexões sobre o momento histórico em que a obra foi escrita. As referências que estão nas estrofes da música são alusões às atrocidades cometidas pela Ditadura militar e a introdução do nome de Clarice Herzog como forma de ressaltar os assassinatos ocorridos durante os Anos de Chumbo.

as viúvas passaram diante de tempos de fuga e sobrevivência no exílio? Como essas mulheres encararam a morte e seus rituais diante da falta do corpo do cônjuge? Perante as injustiças cometidas pela ditadura, como essas mulheres reconstruíram suas vidas e permaneceram lutando por verdade e justiça? Essas e outras questões serão retomadas neste capítulo.

3.1 VIUEZ: Da morte às Práticas e Representações de viuvez feminina

O casamento como “complexo de normas sociais” constrói “um sistema de obrigações” entre os cônjuges para que se reconheçam perante a sociedade – tanto jurídico, quanto social e econômico – os laços estabelecidos entre eles. O casamento trás consigo um estado civil novo (TORRES, 2006: 20, 139) que, segundo a Igreja e do Código Civil, só pode ser dissolvido através da morte de um dos cônjuges (até 1977). Esse rompimento ocasionado pela morte não gera apenas a perda de um cônjuge mas a alteração do estado civil do enlutado que torna-se um/uma viúvo/ viúva. A morte como determinante para o status de viuvez torna-se parte significativa para compreensão de práticas do luto que tomam destaque nas representações de viuvez, principalmente feminina.

A morte vem sendo estudada por diversas áreas do conhecimento e seu estudo compreende perspectivas multidisciplinares que abarca vários aspectos desse fenômeno que não é apenas biológico, mas também social (COMBINATO: 2006:214). Para compreendermos a viuvez, a morte necessita ser analisada em seus usos sociais (BARROS, 2004:24) visto que os valores e significados socialmente produzidos são próprios de cada *tempo e espaço* (COMBINATO, 2006:209). A morte é entendida no campo dos *estudos tanatológicos*⁴² como a suspensão do funcionamento do corpo, mas isso nada mais é do que uma “contraposição contraditória” do conceito de vida que, segundo Vigotski, acaba por não conseguir explicá-lo (COMBINATO: 2006: 213; VIGOTSKI, 1996:265). O rompimento da vida é visto por Elias como um problema dos vivos e dos humanos já que, são os únicos seres da Terra que constituem um problema sobre a questão da morte (ELIAS: 2001:07, 10). Refletindo que os seres humanos diferem seus pensamentos de acordo com o tempo e a

⁴² Estudo que analisa a morte a partir de perspectivas psicológica, legal, histórica, filosófica, cultural e psicoterapêutica, que tornou-se referência com os trabalhos de Elizabeth Kubler-Ross. (QUIROZ, 2001) No Brasil, encontra-se trabalhos significativos como os de Wilma Torres que, em 1980, com programa pioneiro de *Estudos e Pesquisas em Tanatologia* (FGV); os estudos de Maria Helena pereira Franco, especialistas na área e coordenadora do *Laboratório dos Estudos sobre o Luto* (PUC); além da professora Maria Júlia Kovács, do *Laboratório de Estudos sobre a Morte* (USP) (COMBINATO, 2006:210).

sociedade em que estão inseridos, a morte foi "banida" da vida cotidiana de grande parte das sociedades ocidentais. Vista como um assunto desagradável e temeroso, a morte deixou as conversas cotidianas e tornou-se "indizível", ou melhor, dizível em momentos de homenagens aos mortos (dia de finados) ou de ameaça à existência (doença ou acidente). Como parte do cotidiano doméstico, a morte foi analisada por Ariès como sendo *domada* entre o século V d.c até meados do século XVI no Ocidente cristão, pois esse fenômeno fazia parte das práticas familiares de convívio com a pessoa que adoecia ou da manipulação dos corpos dos entes que faleciam. Nos dias atuais ela é analisada como *selvagem*, segundo o autor já que a morte foi "invertida"⁴³ e expulsa da sociedade (ARIÈS: 2000: 20, 40) e as pessoas passam a repudiar o contato com o cadáver, mesmo que esse seja um de um membro da família.

Como parte do desenvolvimento humano, a morte é um fenômeno que será experienciada por todos os seres humanos vivos um dia e que poderá chegar em qualquer momento da vida. Nas sociedades industriais, em sua maioria, a morte chega no final da vida adulta, os indivíduos compreendem racionalmente que o processo da vida é findado pela morte mas, mesmo que essa lógica seja absorvida, lidar com a questão da morte de um ente querido não é, para muitos, uma situação fácil. A perda de uma pessoa querida pode afetar psicologicamente, ou até mesmo fisicamente, os sujeitos enlutados. Viuvez não é apenas um estado civil, mas é também a transformação de relações e dos papéis sociais de quem enviúva (BEE, 1997:585). Para homens e mulheres o enviuvamento dispõe de representações distintas, determinando práticas de enlutamento próprias para cada sexo. A morte de um marido ou esposa, "constitui uma mudança importante" na vida do cônjuge enlutado (BEE, 1997: 584, 599,600).

As mudanças principiam assim que a morte é anunciada, pois os rituais de passagem da vida para a morte devem ser organizados. As vestimentas e formas de porta-se diante dos rituais de despedida do cônjuge falecido eram passados de geração a geração, mas através da propagação dos livros-manuais (já abordados no capítulo 2) a padronização e a manutenção da tradição se fizeram presentes até mesmo na abordagem sobre o evento da morte. As experiências de viuvez de Damaris, Denise, Pedrina e Isaura passaram por reformulações diante das atribuições advindas do período ditatorial. O cotidiano da morte é alterado e desta forma, as visões de interpretar o morrer. Nesse sentido podemos observar que a tortura, a

⁴³ A morte deixar de ser algo natural e doméstico, após a transformação do ato de lidar com a morte e o morrer, essa foi transferida para os hospitais. Esses "novos" locais proporcionam um "conforto" a família que já não precisa vivenciar a doença e o processo de enfraquecimento do moribundo (ARIÈS: 2000:29,130)

morte e o desaparecimento, práticas corriqueiras nas ações policiais dos órgãos repressores, modificaram o olhar daqueles que viviam com a morte muito mais próxima de suas vivências. A morte trás consigo diversas emoções como a raiva, a tristeza, o medo etc, a dor da perda do cônjuge e a responsabilidade em manter a prole a salvo das atrocidades dos agentes da repressão foram a questões que mais receberam ênfase nos relatos das viúvas. A primeira a ter o marido assassinado foi Damaris que também era militante da VPR, fator que interessava aos investigadores do DOI/CODI, pois ela poderia ser utilizada para encontrar outros membros da organização. Damaris presenciou a morte do marido e o medo passou a tomar sua mente já que seus filhos estavam juntos no momento que ocorreu um tiroteio em sua casa como nos relata:

Eu tive muito medo por que cercaram a casa assim em questão de segundos, dez ou doze policiais. Meu marido tava dormindo e era um dia chuvoso e eu tava ensinando a lição pros meninos porque eu não podia nem botar os meninos na escola com medo do homem sair e aquela confusão toda e alguém prender a gente. E naquela cidade tinha um informante da polícia e nós não sabia. E o cara vivia lá e era informante da polícia. E ai cercaram a casa exatamente por informação do cara. [...] Ai eu tive medo. Eu ver o meu marido morto e eles pequeninhos, ela em meus braços, ele já tava quase morto. [...] Eu falava que aquele momento eu ia morrer, porque eu sentei numa cadeira e um dos filhos do meu casal de gêmeos sentou um aqui e o outro aqui e eu com ela no braço e eles diziam “Mata ela e a família dela toda, mata esses filhos dela tudo”, ai eu tive medo. Antes de eu sentar na cadeira eu peguei a menina e sai na porta e eles deram o tiro de misericórdia na cabeça de meu marido e ela deu um grito e se atracou comigo. Ela viu quando mataram o pai dela, ela deu um grito, se agarrou comigo assim, eu vim pra dentro e eles invadiram a casa. Ai eu já me sentei, um aqui e outro aqui. E eles lá fora já tinha visto o pai morto, ai eu fiquei com medo. ‘mata ela e os filhos dela, mata ela’, tinha um que gritava “Mata ela e os filhos dela, mata ela, mata ela”. E eu ali, dura, com medo e eu fiquei com medo. [...] Foi um tiroteio violento, eu tive muito medo, aquele instante lá eu tive muito medo e mais medo eu tive foi quando, isso era umas três e meia da tarde, quando foi mais ou menos 7 horas da noite quando nós saímos na rua, a rua tava repleta de policial. Do exercito, não sei quantos carros do exercito. Só tinha três casas naquela região ali. [...] Eu tive medo de ser morta junto com meus filhos, eu falei dentro de mim: ‘ai meu Deus, eu vou ser morta neste instante e os meus filhos’. Ali eu tive muito medo. Ai quando nós saímos, veio um fusca e levou tudo nós. (Damaris LUCENA, 2014)

Damaris foi levada a delegacia e seus filhos tirados de seus braços a força e mandados ao Conselho Tutelar. Nesse momento ela foi espancada por vários policiais até a madrugada. Já na Operação Bandeirantes, Damaris foi presa em uma cela onde havia uma socióloga que também havia sido espancada, ambas as mulheres posicionaram defensivamente pelo medo que as cercavam. Durante horas mantiveram-se em silêncio até que as suspeitas diminuíram e passaram a conversar. No final da tarde um prato de comida chega para Damaris se alimentar,

mas como ela nos relata, era impossível de comer algo tão asqueroso quando um alimento que era alvo de policiais que jogam pontas de cigarros, restos de qualquer tipo de lixo e cuspiam no prato que era disponibilizado para as detentas. Em um sinal de amizade, a socióloga que hoje vive na Bahia, mas que não teve o nome divulgado, divide com Damaris algumas frutas que sua família havia lhe enviado. Por ser mulher e militante, Damaris sofreu com as agressões e torturas. Com medo de ser violentada ela se colocou firmemente diante dos torturadores e não permitiu que eles a estupassem, nem mesmo que a despissem como nos conta:

Nossa senhora! Aquilo ali era um desprezo, era um desprezo muito grande ser mulher na mão daquela gente. Eu falei pra ele “Não tire minha roupa, não tire minha roupa, vocês podem me matar mas não tire minha roupa porque eu não aceito!”, aí eu virava um bicho. [...] Eu tive muito medo, foi um momento que eu tive medo. Eu tive muito medo mesmo de ser estuprada e tirarem minha roupa. Eu tive muito medo e eu falei para eles “Não tire minha roupa, eu sei aqui que vocês tiram a roupa das pessoas mas não tire a minha roupa”. E sabe, quando eu cheguei lá, “Sua puta, sua vagabunda, sua cretina, sua ordinária, sua puta.” Eu ficava calada, não dizia nada. Aquele monte de homem, o quê que eu ia fazer meu Deus do céu?! Se eu fosse abrir minha boca, eu já tinha apanhado feito uma desgraçada lá em Atibaia, um monte de delegado, cada um queria me dar uma bofetada, eu aí brigar com aqueles tarados?! Eu ficava quieta escutando. Três dias depois eles trouxeram toda documentação, que até hoje eu não recebi, ficou tudo na mão deles a certidão de casamento da igreja, a certidão de casamento do civil, todo o registro dos meus filhos, toda documentação da aposentadoria do meu marido tudo, tá lá, eles nunca entregaram. Aí foi que eles viram que eu era casada, tava toda documentação, casada no civil, casada na igreja, aí pararam de me chamar de puta. Mas enquanto não chegavam os documentos, “Sua puta, sua vagabunda, sua rapariga”. [...] Aí viram que eu era casada. (Damaris LUCENA, 2014)

O *status* do casamento ofereceu a Damaris um “respeito” após identificarem nos documentos sua posição social. Por mais que ela fosse uma militante, eles consideraram que ela era uma mulher que foi casada segundo os trâmites legais e religiosos, possuindo filhos com esse cônjuge. A forma que ela se colocou diante dos homens que a torturavam também demonstrou sinal de que ela era *uma mulher de família*, que não permitia que outros homens a vissem sem roupas. Damaris acredita que não foi estuprada, pois não se encaixava nos padrões de beleza do período. Por ela ser uma mulher nordestina viu nesse estereótipo a rejeição por parte dos torturadores. Damaris diz que “Muitas foram [estupradas], inclusive a Dulce Maia, eles estupraram. ‘Ah você é bonita, então venha cá’”. Os traumas de ver o marido ser assassinado, os filhos enviados ao juizado e por ter sido barbaramente torturada

não permitem que no relato de Damaris seja encontrada uma viuvez feminina estereotipada/padronizada. Da mesma forma, vemos como ocorreu a viuvez de Denise que foi a segunda a ter seu companheiro assassinado pelos agentes da repressão.

Para que a relação de Denise e Eduardo pudesse continuar sem colocar em risco a vida do casal, foi necessário que Denise abdicasse de sua vida legal e adentrasse a clandestinidade total. A intensidade da relação, dos tempos de repressão e a clandestinidade contribuíram para que Denise e Eduardo passassem a morar em um mesmo aparelho e decidirem por ter um filho. A decisão foi tomada em conjunto pelo casal, diversos militantes tinham filhos durante o período de repressão, além de que, Denise desejava ser mãe e Eduardo sempre gostou de crianças por isso que recebeu um apelido muito conhecido por todos, Bacuri:

eu fiquei grávida em plena clandestinidade. Eu fiquei grávida por volta de janeiro de 70, minha filha nasceu em outubro, janeiro fevereiro, então você faz as contas. [...] foi planejado. Foi planejado porque eu coloquei em discussão esse fato de que... eu nunca fui de fazer um filho autonomamente, eu sempre achei que um filho se faz em dois. Então, pra mim a ideia de que o cara não tivesse a convicção era pesada, não era uma coisa que... não era que eu pensava no amor eterno e nada disso mas para fazer um filho se faz em dois. [...] Eu acho que eu sempre tive uma veia materna muito forte. Tanto é verdade que eu tenho essa vocação de adotar, o jovem sobretudo, eu adoto muito.[...] As minhas convicções eram aquelas que a gente ia transformar o país, que a gente ia conseguir mudar. Era possível que eu não visse mas alguém teria visto. Eu quando fiquei grávida, eu não... eu quis a gravidez. O Eduardo era um pouco preocupado, ele queria mas ele era um pouco preocupado porque ele dizia “como é que a gente vai fazer? Como é que a gente vai ter um filho nessas condições?” e eu dizia ‘Como todos os outros companheiros tem filhos.’ (Denise CRISPIM, 2014)

Em meio a militância, Denise não viu a maternidade como um impedimento, mas como parte daquilo que sempre pensou em desenvolver em sua vida. A morte e a vida possuem conotações díspares segundo o período em que são vivenciados, assim sendo, mesmo estando no ápice do símbolo da emancipação sexual feminina com a propagação da pílula anticoncepcional, Denise estava certa de que gostaria de ser mãe e não apenas isso, queria que Eduardo participasse sendo pai. A morte é a quebra das expectativas que se criam em vida, ela interrompe vivências e suspende projetos, a Ditadura alterou a perspectiva de Denise e de muitos outros militantes quanto a morte. Diante da forte repressão que envolvia prisão, tortura, riscos para toda a família, etc, a morte era vista como melhor solução para a “queda” de um militante:

Você preferia... você preferia a morte, não medo da morte tinha medo de ser torturado. É como se a gente tivesse interiorizado a nossa militância como sendo uma coisa de uma vida que podia ser interrompida a qualquer momento, a toda esperança é que não fosse assim. Você esperava que ao fosse assim, mas você considerava a possibilidade que fosse assim. (Denise CRISPIM, 2014)

A fragilidade da vida perante a tortura fazia da morte uma opção viável contra o sofrimento e também contra a delatção. “A concepção da morte revela a concepção da vida” (MARTINS, 1983:09), ou seja, a intensidade das experiências vividas refletiam nas interpretações sobre a morte. Com a posse do General Emílio G. Médici em outubro de 1969 e a propagação do lema “Segurança e Desenvolvimento”, os Anos de Chumbo foram instalados a partir da extrema “repressão, violência e supressão das liberdades civis” (ARNS, 1986:63). Segundo o *Plano de Segurança Nacional*, o país foi dividido em Áreas de defesa Interna (ADI) que era de responsabilidade de cada comandante do Exército, outros órgãos de segurança foram criado como a Divisão de Segurança e Informações que foram instalados em cada Ministério civil através de um decreto do presidente, o Centro de Operações de Defesa Interna (CODI), além dos Centros de Informação do Exército, Marinha e Aeronáutica (CIE, CENIMAR, CISA), Destacamentos de Operações de Informações (DOI), Operação Bandeirantes (OBAN) entre outros órgãos⁴⁴ que já estavam em pleno funcionamento no momento da posse de Médici. O presidente apenas complementou sua meta de Segurança e combate aos militantes vistos como “inimigos” do Brasil e frequentemente chamados de terroristas. A *Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade* (TFP) conhecida como uma seita de ultradireita promoveu campanhas, propagandas e edições de livros contra a infiltração comunista no país (ARQUIDIOCESE, [tomo I] 1985:72,73,76), assim como a editora Biblioteca do Exército que publicou livros como *Guerrilheiros e Terroristas*⁴⁵ no intuito de manter a sociedade informada para “proteger-se da ação coerciva de uma minoria terrorista, [...] proteger a vida e os cidadãos de bem”, necessitando “de grande cooperação por parte do público, da polícia e das forças armadas” como alerta as palavras na contra capa do livro. Diante de diversos órgãos repressores em busca dos terroristas que eram a escória da sociedade, um mal que poderia destruir a pátria e a família, os militantes de esquerda encontravam-se em uma situação em que a tortura seria não apenas sevícia física

⁴⁴ O organograma disponibilizado no Anexo J corresponde a hierarquia dos órgãos repressivos e a complexidade de aparatos voltados a investigação, infiltração, tortura, repressão da sociedade, censura e tantas outras especialidades criadas para manutenção da polícia política. Ver Anexo J p. 168.

⁴⁵ CLUTTERBUCK, Richard. **Guerrilheiros e Terroristas**. Tradução de Virgínia Bombeta. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1980 (Coleção General Benéfico, v.183, publ. 503).

mas o transtorno psicológico e o medo por aqueles que não estavam envolvidos na luta como os familiares.

As histórias cruzadas entre as viúvas ocorrem em diversos episódios, um deles se dá na libertação de Damaris com o sequestro do cônsul-geral do Japão e que Eduardo, Denise e Devanir (marido de Pedrina) estavam envolvidos. A VPR foi responsável pela ação de sequestro do cônsul japonês, ele foi levado ao aparelho de Denise e Bacuri. Os militantes visavam libertar companheiros que estavam em “estado físico alarmante” por terem sido brutalmente torturados. Um dos membros cotados foi Damaris, que a pedido de Bacuri foi incluída na lista com seus três filhos pequenos. A carta que a organização enviou para as autoridades divulgando suas exigências estava assinada em letra de forma como Comando A. Raimundo de Lucena companheiro (marido de Damaris) que havia sido assassinado a pouco tempo pela repressão (AMORIM, 2008). O cônsul permaneceu alguns dias no aparelho sob os cuidados de Bacuri, dois militantes e Denise que ficou responsável pela alimentação do mesmo. Quando as exigências foram atendidas pelas autoridades, Damaris foi enviada com os filhos para o México como exilados políticos.

Retornando a história de Denise, sua relação com Bacuri não chegou a ser oficializada, mas a convivência intensa entre o casal propiciou momentos de planejamento familiar. Bacuri desejava ter muitos filhos (com o fim da revolução que acreditavam que ocorreria no Brasil), ensinou Denise a cozinhar, faziam ações e manutenções no aparelho em que viviam juntos. Em um dia comum, Denise trazia uma bandeja com morangos e uma receita de torta quando ouvir os policiais chegarem. Eduardo passava de carro com alguns companheiros próximo ao aparelho exatamente no momento da prisão de Denise que foi levada para a OBAN (MEDEIROS, 2013). A queda de Denise era a possibilidade de pegarem Eduardo pois era considerado um terrorista procurado, sua chegada a OBAN foi de muita violência mesmo ela estando grávida de seis meses:

logo que eu fui presa me pegaram, me bateram dizendo, quem me prendeu foi a operação Bandeirantes e a primeira coisa que ele fez foi me dar um bofetão na cara o Albernaz, o capitão Albernaz, dizendo “Então essa é a famosa Célia” [pá/ barulho do tapa]. [...] Eu ali fui massacrada de pancada, estava de seis meses. [...]. Eu me salvei porque o Eduardo não foi preso naquele momento, ele passava em casa no momento de minha prisão, incrível. Ele junto com outro companheiro que era o Carlos Eugenio Coelho da Paz e junto com a companheira dele, que é aquela Ana não sei o que, Nacinovic era alguma coisa assim. E ela foi morta naquele bar em que o

Yuri morreu, foi o Yuri que morreu lá?! Não sei, acho que o Yuri que morreu lá e outros dois companheiros. Um escapou, foram massacrados eles lá, pois é, esse cara estava lá no meu aparelho, eu não lembrava. Eu tive um pane completa, eu esqueci, eu apaguei tudo quando fui presa. Eu não tinha mais nenhuma recordação. [...]Me passou pouco, duas coisas me passaram pela cabeça, uma que eu soube da morte do meu irmão, que eu não sabia. Naquele momento eu soube que meu irmão havia sido morto. A outra é que eu não queria que o Eduardo fosse preso, o terror meu era que se ele fosse preso. E o Eduardo que conseguiu ficar um mês ainda livre, ele começou a ameaçar, a fazer mil coisas. Ai eles rederam publicamente a minha prisão, se não fosse por isso, eu ao teria tido minha filha, teria morrido lá. Ia ser um dos tantos, não sei se eu ia perder a gravidez, ou se eles esperavam que eu tivesse a gravidez e depois desaparecessem com minha filha. (Denise CRISPIM, 2014)

Os agentes da repressão tentaram por diversas formas atingir Eduardo por intermédio de Denise, eles sabiam que a situação de companheira e ela estando grávida faria com que Eduardo se entregasse ou tentasse resgatá-la. Eduardo foi pego em uma emboscada em 21 de agosto de 1970 na cidade do Rio de Janeiro. Denise também estava detida em um centro clandestino disfarçado de hospital. A última vez que Denise viu seu companheiro com vida foi em um episódio em que ele estava sob poder dos agentes do Fleury, um dos mais cruéis torturadores da repressão, e Eduardo não falava nada enquanto não tivesse notícias de sua companheira:

Eu fui ver ele, eles me levaram grávida para ver ele. O Fleury. Fui tirada do Dops, me vendaram os olhos, me puseram dentro de um carro e me fizeram girar são Paulo com os olhos vendados ate que chegou no local, aonde eles me fizeram entrar, subir escadas, virar e tudo mais. Sempre com os olhos vendados e depois em determinado momento eles me tiram a venda. E eu tenho na frente um cara enorme, ai ele disse para mim “Você sabe quem eu sou?” eu falei para ele não, “Eu sou o famoso Fleury. O teu marido está lá dentro, ele não quer falar porque não sabe se você está viva ou não, você está bem ou não. Vai lá agora e você tem um minuto de tempo para falar com ele.” Ai eu entrei, a porta ficou aberta, o Eduardo estava sentado atrás de uma escrivaninha e estava tudo coberto assim. Uma escrivaninha clássica mesmo, uma escrivaninha fechada e ele me pede para tocar minha barriga e o Fleury não deixa. E o Fleury diz assim “Não não . Um minuto já passou, pode sair que um minuto já passou.” Ele estava algemado, estava com hematomas, uma cara muito sofrida. Você vê que ele tinha sido massacrado. E nada, daí eu sai de lá. Ali, eu não sei o que te explicar o que eu provei. Uma dor da impotência sabe?! (emocionada). Porque até mesmo quando você prova esse sentimento de dor e... você estar gerenciando o seu sentimento e a tua dor, mas uma pessoa como ele, que você vê naquelas condições, é um negócio terrível e você não pode fazer nada, e você sabe que vão matar ele. (Denise CRISPIM, 2014)

As emoções percorrem o discurso e transbordam pelos olhos em forma de lágrimas, a memória é percorrida e encontra seu ápice na tristeza da impotência do relato de um passado que deixou marcas profundas em sua história. Entre as complexidades existentes nas vivências do período ditatorial, muito além da dualidade entre o bem e o mal em experiências tênues são muito mais intrincados nessa “luta”. Um carcereiro trouxe um poema a mando de Eduardo em homenagem a sua filha. Denise retribuiu o carinho lhe enviando duas latas de leite condensado que havia ganhado de uma enfermeira e um bilhete avisando que a criança ainda não havia nascido. Em resposta Eduardo envia uma carta e no verso frases poéticas. Nesse momento Denise teve a ilusão de que eles sairiam dessa situação e que seriam uma família feliz, o que eles não sabiam é que ambos estavam condenados a morte mas apenas Denise escaparia.

Uma estratégia utilizada pela repressão foi coibir o pai de Eduardo a ir visitar Denise a fim de que doasse sua filha para o sogro que registraria a criança em seu nome e a levaria para longe da militância de Denise e Eduardo, pois para eles “não [havia] mais esperança”. Denise entrou em pânico e segunda ela, encontrou o propósito da maternidade:

Que em um segundo momento eles tentaram, usando a família do Eduardo, o pai dele. Ele veio lá no hospital onde eles tinham me levado, que não era um hospital, era uma fachada de um centro de tortura, e eles me levaram lá, pensando que o Eduardo fosse lá me buscar, coisa que não aconteceu. [...]E o pai dele veio buscar a menina, ele disse para mim “eu vi aqui resolver o problema da criança, eu levo ela comigo, eu registro no meu nome, ela vai ter um nome e vai ter uma família, para vocês não tem mais esperança.” Ai eu vi o propósito da maternidade, ai eu tive uma crise, eu estava rodeada de polícia. Naquele momento eu tive a sensação... acho que foi a terceira vez de pânico mesmo, que eu tive a sensação de que eu podia perder minha filha. [lágrimas] Ai eu disse para ele ‘o senhor entrou por aquela porta, pode sair porque aqui não pariu cachorro.’ Eu mandei ele para fora, pois uma semana depois, 2 dias depois ele voltou, com a esposa dele chorando dizendo assim “mas não a gente quer você também.” E eu não tinha para onde ir, e eles estavam me pondo na rua, eles não tinham nenhum interesse em me manter ali. Eles queriam me colocar em liberdade, porque colocando em liberdade depois teria uma segunda prisão. Como eles diziam “A primeira não foi possível desaparecer com você mas na segunda... aqui não tem segunda.” Então era fácil depois que eu fosse para fora, me pegavam um dia ou outro, eles iam me buscar sempre lá na casa do pai do Eduardo. (Denise CRISPIM, 2014)

A estratégia para deter Eduardo e a intenção de prender Denise novamente, mas fora da legalidade, era o intuito dos agentes para assassinar o casal de militantes. Denise foi colocada

em liberdade e a notícia foi publicada nos meios de comunicação. Ela e a filha foram para a casa dos pais de Eduardo e conviveram com Edna, irmã de Eduardo, que muito ajudou Denise nos diversos interrogatórios aos quais era convocada quinzenalmente a comparecer na auditoria sob escolta dos agentes do DOPS para assinar o ponto. Sem familiares próximos que pudesse ajudar, Denise encontrou na família de Eduardo grande ajuda para sobreviver após o nascimento de sua filha apesar dos conflitos com o pai de seu companheiro. Assim como em sua infância, a filha de Denise também passou por dificuldades para ter a certidão de nascimento registrada em cartório. Por diversas vezes Denise foi a busca de Eduardo nos presídios, delegacias e tantos outros lugares possíveis que ele poderia estar detido mas sem sucesso de encontrá-lo, a tentativa de registrar a filha com o nome do pai foi em vão. Os agentes da repressão mantinham a muito tempo grande mobilização para encontrar um dos mais ativos militantes do período, Eduardo Leite (Bacuri). Por mais de cem dias Eduardo permaneceu sob o poder dos agentes repressivos da CENIMAR onde foi severamente torturado. O sequestro do embaixador suíço Giovanni Eurico Bucher ocorreu no dia sete de dezembro de 1970, ação desenvolvida por militantes da VPR (PALMAR, 2012). O nome de Eduardo Leite era o mais cotado para ser libertado da prisão, mas Bacuri era um militante muito odiado pelos militares e não seria fácil tirá-lo do poder dos agentes da repressão. O nome de Eduardo foi retido da lista emitida pela VPR e no dia oito de dezembro de 1970 Eduardo é assassinado nas dependências do CENIMAR que justificou a morte a partir de uma falsa publicação que afirmava que Eduardo havia sido morto em um tiroteio. O que restou a Denise foi, juntamente com o pai de Eduardo, buscar o corpo sequestrado de seu companheiro assassinado:

Não teve um atestado de óbito, eles entregam o corpo nesse cemitério de Areia branca. Eles jogaram lá o corpo, vem com uma barba desse tamanho, eles cortam a barba tiram tudo e colocam ele numa espécie de caixão que o pai dele tinha comprado e dão uma autorização... e o cemitério faz dizendo "Na quadra tal número tal vai ser sepelido esse aqui." Não tem certidão de óbito, tem a certidão do Instituto Medico Legal, falsa onde diz que ele morreu de tiro de arma de fogo. E depois ele vem colocado nesse cemitério, eu quando estava lá eu comecei a gritar e dizer para eles que liguei para o Estado de São Paulo e dizia "Venham ver como se morre em tiroteio, venha ver o corpo de uma pessoa que morreu em tiroteio." E aparece alguém com uma maquina fotográfica, eu acho que era da policia. Numa mais eu soube disso, nunca mais eu pode apurar isso. (Denise CRISPIM, 2014)

As marcas de tortura violavam a beleza que um dia Eduardo possuiu. As sevícias ocorridas demonstram, segundo Denise, o ódio que os militares sentiam por Bacuri. Marcas de espancamento, uma orelha decepada, hematomas diversos, um profundo corte na testa que pode ter sido a casa de sua morte (sua cabeça foi violentamente batida contra uma pia de banheiro) e seus olhos extremamente azuis que foram furados. Denise acredita que a força que Bacuri teve enquanto militante e o fato de ser um homem jovem e belo que dedicou sua vida a luta armada incomodava os militares. Eles não permitiriam que Eduardo, um militante que participou de diversas ações de grande destaque fosse libertado no sequestro do embaixador. O sequestro libertou 70 presos políticos⁴⁶ que foram enviados ao Chile, o nome de Denise também foi retirado da lista pois os militares afirmavam que ela não estava detida e por isso não poderiam colocar em liberdade alguém que já a possuía. O nome de Encarnación Lopes Peres, mãe de Denise foi incluso e em janeiro de 1971 os militantes saem do Brasil rumo ao exílio no Chile. Denise desejou que Eduarda fosse para o exílio com sua mãe mas essa não aceitou pois ela seria o motivo pelo qual Denise sobreviveria. O pedido de exílio político requerido por Denise na embaixada chilena foi negado pois ela era considerada um terrorista, assim não teria o direito de sair do país. O ministro das relações exteriores Mário Gibson Barbosa consegue exílio para Denise que embarca rumo ao Chile.

No início do mês de janeiro de 1971 cerca de 95 militantes já haviam sido assassinados pela ditadura, alguns ainda militavam no Brasil e diversos outros estavam exilados em vários países pelo mundo. Um dos que havia sido exilado foi Aderval Coqueiro, marido de Isaura que ficou mais de oito meses fora do Brasil e foi o primeiro exilado político a conseguir adentrar ao país clandestinamente. Isaura continuou no Brasil cuidando de suas filhas e morando com o sogro que a auxiliava financeiramente, assim como os companheiros da organização em que Aderval era militante (MRT). Durante vários meses seu marido enviava cartas dizendo que buscava a família para que todos saíssem do país mas tudo não passava de mentiras para despistas os agentes da repressão que interditavam todas as cartas antes de chegarem até Isaura. No dia 31 de janeiro, Aderval retorna ao Brasil com ajuda de militantes de outra organização de esquerda (VAR-PALMARES) e foi morar em um apartamento no bairro Cosme Velho no Rio de Janeiro. Uma semana depois a localização de Aderval foi reconhecida pelos militares que montaram um cerco com 50 policiais que adentraram o prédio em que Aderval estava escondido. Nos jornais (*Jornal da Tarde* e *Jornal do Brasil*) foram publicadas fotos de Aderval e descreveram como a operação foi realizada. A versão de

tiroteio não foi confirmada pelo zelador do prédio em que Aderval foi assassinado. A cena do crime foi criada pelos agentes que assassinaram Aderval pelas costas, colocando uma arma próxima de seu corpo que havia sido arrastado do local de onde havia do morto para outro estrategicamente elaborado para confirmar a versão de tiroteio (BRASIL, 2007:145).

Por algum tempo Isaura havia ficado sem notícias de Aderval, nenhuma carta foi recebida e a preocupação passou a aumentar. Isaura sabia que Aderval desejava vingar-se de todos os torturados que o haviam seviciado mas não imaginava a notícia que receberia:

Quando ele entrou que morreu, achei que ele estava lá, dão a noticia na TV que mataram. Foi o que mais me marcou na vida, isso aí foi uma coisa que nunca mais saiu da minha cabeça, me marcou para sempre essa morte dele. Ai eu ficava preocupada com ele mas, enquanto eu estava recebendo carta ele estava lá, quando ficou uns dois meses sem entrar correspondência eu já fiquei preocupada, pensei 'será que ele está voltando? Será que ele está voltando? Porque não mandou mais noticias, todo mês chegava carta, meu deus o que será quê está acontecendo?', ficava preocupada. Daí a pouco a morte dele, ele estava voltando mesmo. Eu vi a noticia, a vizinha que viu a noticia pela televisão me avisou na hora, aí quando eu liguei o radio estava a noticia da morte dele. Ai teve que ligar para a advogada dele de São Paulo e orientação para gente ir para o rio de janeiro, ai eu meu sogro, peguei as duas meninas e fomos para o rio de janeiro procurar o corpo dele. Que não foi fácil, para mim não foi fácil, não só para mim mas para todas que passaram por isso também. O meu foi um choque muito grande porque ele estava fora, ele não estava aqui, não sabia que ele estava aqui, então foi um choque muito grande da morte. Quando ele estava aqui não me dava tanto... fora do Brasil já foi. (Isaura COQUEIRO, 2014)

O exílio de Aderval era a esperança que Isaura tinha em unir novamente toda a família e voltar a ter uma vida “normal”. Longe dos agentes da repressão, seu marido estava não estaria correndo risco como no Brasil durante a clandestinidade, mas o seu retorno surpreendeu não apenas Isaura mas também os companheiros da MRT que não sabiam de sua volta. A morte de seu marido foi algo inesperado já que Isaura permaneceu vários dias sem informações sobre Aderval. O pai de suas filhas, primeiro namorado e marido fora assassinado e apenas lhe sobrara o apoio do sogro em recuperar o corpo para que os rituais fúnebres pudessem ser realizados. A situação financeira da família era restrita, Isaura estava com duas filhas pequenas e diante de um trauma que causou grande abalo emocional. Imediatamente após a notícia da morte de Aderval, foi necessário buscar informações para a retirada do corpo:

Daí meu sogro ligou para a advogada e a advogada orientou “Vocês vão para o Rio de Janeiro e procura lá o Dops porque eles tem que dar conta do corpo dele”, ele foi morto pelo... ai fomos, pegamos um táxi e fomos direto no Dops, ai estava com a documentação dele, mostramos os documentos. Eles falaram “não, a gente vai ver se é ele”, assim “a gente vai ver...”, “nós vamos ver se é”. Naquela hora eu fiquei pensando, mataram outro e botaram o nome dele, não é ele. Na hora veio isso na minha cabeça, ‘não foi ele, foi outro’, já fiquei naquilo, “Foi outro, não foi ele. Botaram o nome dele porque confundiram com ele”, que nada. Ai levaram meu sogro para reconhecer o corpo, ai meu sogro foi coitado, não me deixaram reconhecer o corpo, meu sogro foi reconhecer o corpo. Ai não podemos enterrar o corpo naquele dia porque era um final de semana, um sábado, era domingo já quando a gente chegou no rio, ate pegar aquela coisa toda, o medico não estava porque era domingo e não podia liberar o corpo. Tivemos que viajar de lá no domingo para são Paulo e deixar todas as documentações lá para o medico fazer a liberação, mandaram nós voltar no outro sábado, ai voltamos de novo no outro sábado. Foi eu meu sogro e o tio dele e as duas meninas, chegamos no sábado, viajamos a noite e chegamos de manhã ai fomos sepultar, ai que eu fui ver o corpo dele, que eu não tinha visto ainda. Só me mostraram na hora do enterro que eles me deixaram, não me deixaram ver antes. Eu estava muito fora de si, estava assim... um susto muito grande, eu não estava boa. Ai enterramos, voltamos para são Paulo e eu fiquei a vida inteira sem saber como que ele entrou no Brasil, quem que recebeu ele no Brasil porque a organização dele não sabia que ele estava aqui que era o marido da Dina, falou para mim, eu nem sabia... ele voltou com outra organização, ele voltou com outra mesmo, voltou com a Val-Palmares do amigo dele da Val-palmares que estava lá em Cuba. Ele veio na frente e fez a documentação e sabe quando que eu fui saber disso? Agora o ano passado, 40 anos, como eu fiquei sabendo da morte dele e como que ele entrou Aquino Brasil, que eu não sabia, sabia como ele morreu, sabia assim... da noticia que deu na televisão, via como é que fuzilaram e tudo. Localizaram mas não sabia quem foi que recebeu ele aqui no Brasil, por qual organização ele tinha entrado eu também não sabia, ai fiquei sabendo agora depois de 40 anos. (Isaura COQUEIRO, 2014)

Durante vários anos Isaura não soube como seu marido havia retornado ao país, mas em 2011 a pesquisa da jornalista Cristina Chacel sobre a biografia de Carlos Alberto Soares de Freitas⁴⁷ trouxe a tona informações sobre o retorno de Aderval. A ligação de Carlos Alberto com Aderval possibilitou esclarecimentos que retomaram memórias sobre a VAL-Palmares e que permitiu que Isaura conseguisse mais informações sobre os contatos e organização com as quais ele manteve contato no exílio e que viabilizou o seu retorno clandestinamente ao Brasil.

Segundo o relato de Isaura, o desespero pelo qual foi tomada marcou definitivamente sua vida. A clandestinidade e sua estadia no Brasil se deu por conta de Aderval, ele era seu motivo para isso. Depois de tantos dias sem receber notícias sobre seu marido, o sofrimento ocasionado pela surpresa de seu assassinado fez com que Isaura decidisse permanecer no país.

⁴⁷ A obra *Seu Amigo esteve Aqui: A história do Desaparecido Político Carlos Alberto Soares de Freitas, Assassinado na Casa da Morte* relata os tempos da ditadura e a morte e desaparecimento do fundador e dirigente das organizações POLOP e COLINA em Belo Horizonte. A morte de Carlos Alberto ocorreu em quinze de fevereiro de 1971, poucos dias após a morte de Aderval. É possível encontrar na obra os contatos que explicam o retorno de Aderval ao Brasil com ajuda da VAR-Palmares.

A organização, inclusive Devanir (marido de Pedrina) foi um dos companheiros que acreditava que a melhor opção seria a de Isaura exilar-se no exterior. A necessidade de sair do país se deu por medo que a repressão perseguisse Isaura por conta dos contatos que ela havia feito durante o período em que Aderval esteve preso. Durante esse tempo ela conviveu com diversos companheiros e auxiliou na troca de informações entre o marido e os membros da organização. Rapidamente Isaura foi enviada ao Chile com suas duas filhas e lá foram mantidas pela organização até conseguirem se reestabelecer financeiramente.

Cada vez mais as possibilidades de ser pego pela repressão parecia algo mais próximo. Pedrina atentava-se a isso pois temia pela segurança de sua família. Seus cunhado Daniel, Derly, Jairo e Joel havia sido exilados através do sequestro do embaixador suíço e Pedrina pensou na possibilidade de parar, mudar de vida e tentar reconstruir a história de sua família em outro lugar. Devanir acreditou não ser possível largar tudo pois estavam muito comprometidos. A memória é percorrida como em um filme que corre diante dos olhos de Pedrina, a imagem de um fusca que ela observou até sumir de suas vistas em Itapecerica da Serra. Devanir foi até o aparelho de um companheiro conhecido como camponês para avisá-lo que um ponto estava sob suspeita e poderia ter sido descoberto pela repressão. O que Devanir não sabia, segundo Pedrina, é que o aparelho ao qual ele se dirigia estava sendo vigiado pelos agentes do Fleury o mesmo delegado responsável pela morte de Bacuri:

era uma rua sem saída, é perto do horto florestal. Ele chegou e entrou, entrou com o carro, eles tinha o portão assim aberto e ele entrou. Ai nisso, eu não sei se é Fleury, não lembro, mas tinha uns policiais lá e ai já começaram a atirar. Então ele voltou para o carro, ai uma estudante que foi presa na época: “Quem é Pedrina?”, eu estava na Operação Bandeirante, tiraram ela do DOPS e levaram ela para a Operação Bandeirantes. Ela falou assim para mim: “Pedrina, não chora, o Devanir morreu com honra”. Ela falou... ela disse que quando o Fleury chegou perto dele diz que ele xingou, chutou, ele já estava ferido. Diz que ele cuspiu sangue, essa é a versão, essa moça eu não sei o nome mas ela tinha dito para mim que não era para eu chorar porque ele não havia sido torturado, que ele não foi para a prisão, mas tem outras versões. Que eles levaram ele ferido e que ele morreu dentro do DOPS. [...] que torturaram e feriram. (Pedrina de CARVALHO, 2014)

Pedrina construiu uma versão sobre a morte de seu marido a partir de uma testemunha diz ter visto, mas existem outras versões que afirmam que Devanir havia sido preso no dia cinde de abril de 1971, levado para o DOPS onde foi torturado pelo delegado Fleury e morto (BRASIL, 2007:155,156). Durante o ocorrido, Pedrina estava em casa com seus dois filhos e não sobre de nada até que passou a estranhar a demora de Devanir em retornar. A noite foi passada em claro a espera de seu marido, as crianças dormiam e Pedrina pensava em uma

solução para esse problema. Quando amanheceu, ela lembrou-se de uma instrução que Devanir havia dado a ela para manter a família em segurança caso ocorresse algo com ele:

Ai eu lembrei que tinha um ponto, ele falava “Dina, se eu não voltar você vai no Borba gato”, que é uma estátua que tem no Santo Amaro, “Ai você vai no ponto as 9 horas, você vai nesse lugar que alguém vai encontrar com você.” Ai a noite inteira pensando foi que eu lembrei e ai eu fui, peguei uns documentos e os meninos, nem roupa. Eu falei “Eu vou lá...” eu imaginava... mas eu imaginava que eu ia encontrar ele, não imaginava encontrar outra pessoa. Ai quando eu cheguei, nossa... veio o Dimas, Edmiro e outra pessoa, não sei se era o Ivan, eu acho que era o Ivan que era molecão, eu acho que era ele que estava junto com o Dimas. Foi daí que eu fui para a casa do Dimas, ai depois falou “Vamos ter que ir lá na casa, tirar documentos que tem e as armas.” Tinha panfletos, tinha um monte de coisas né. Já sabiam que ele tinha caído. (Pedrina de CARVALHO, 2014)

Pedrina e seus filhos foram levados ao aparelho em que Dimas residia com seu filho e sua esposa, eles ficaram escondidos para que os vizinhos não suspeitassem o movimento de outros moradores na casa. Pedrina sabia apenas que Devanir havia sido preso, mas, no dia dezesseis de abril, em um anúncio televisionado descobre da morte de seu marido ao qual se referiam como terrorista. No dia dezessete de abril de 1971, Dimas se preparava para sair com sua esposa quando alguns policiais chegam em sua casa e renderam a todos. Dimas foi baleado e Pedrina correu para o quarto onde estavam as armas da organização, apenas fechar a janela e proteger os filhos mas agentes da repressão não sabiam qual era sua intenção e passaram a gritar com ela. A recordação do desespero com os tiros e os gritos fazia com que Pedrina pensasse apenas em seus filhos:

nesse dia que o Dimas foi morto, eu fui presa, a Maria helena que era a mulher do Dimas, ai nós não... fomos lá para a operação bandeirantes. Poxa era terrível né, porque daí você fala ‘acabou tudo, perdi o marido e agora? O que vamos fazer?’. E não podia ir para a casa da minha mãe [...].eles falavam “Vamos levar as crianças para o juizado!”. Daí eu falei “Não, eu tenho mãe e tenho a sogra e sogro.” Meu pai já tinha falecido, como minha sogra tinha perdido o filho e os outros presos, ai eu falei “Não...”. Daí eles levaram, já estavam satisfeitos, já tinham matado o Dimas, então eles já estavam bem mais... ai eu fui numa variante que eles usavam. Daí eu fui na variante com as duas crianças, ai quando chegou lá não descí. Daí chamou, veio o meu sogro tremendo tadinho, já velhinho, ai começou a chorar quando me viu. Ai pegou os meninos, ai levaram... [emocionada.] ficaram lá e eu fui presa, fiquei lá na Operação Bandeirantes. (CARVALHO, 2014)

Na Operação Bandeirantes a tortura psicológica era grande, o medo diante dos gritos e silêncios que ecoavam pelos corredores assombram Pedrina com a possibilidade de ser

seveciada. Como esposa de um militante, Pedrina poderia ter informações que interessassem aos agentes da repressão que estava a procura de Lamarca. Nos anos de 1970 Lamarca ficou alguns dias escondido no aparelho em que Pedrina vivia mas naquele momento, após a morte de seu marido, ela já não possuía nenhum tipo de contato com Lamarca. Os cuidados de Devanir para que Pedrina não se envolvesse plenamente com a organização foi o que a manteve viva. Ela havia sido instruída para nunca falar nada para não se comprometer e nem comprometer os companheiros. Em um episódio relatado por ela, os policiais na OBAN a levaram em uma câmara de tortura onde presenciou um rapaz na *cadeira do dragão* que estava sendo torturado por algumas horas. Esse rapaz dizia que havia frequentado apenas uma reunião em sua casa e pedia para que ela confirmasse sua história, mas como Pedrina havia sido orientada por seu marido para nunca falar, desta forma, afirmou que não via as pessoas que participavam das reuniões. Pedrina ficou detida cerca de um mês, as atividades na OBAN eram distribuídas em forma de rodízio entre as diversas mulheres que estavam na cela que eram obrigadas a realizar afazeres ligados ao meio doméstico:

tinham varias moças, estudantes, que você nem imaginava. As duas irmãs do Ivan ficou, a mãe. Ai quando... eles falavam “A Pedrina vai lavar a louça.” As meninas que eram irmã do Ivan eles botavam para lavar o banheiro, eles falavam “Ah a Dina vai lavar a louça aqui no nosso aparelho”, ficava tirando sarro, aquele monte de homem mal encarado. Nossa, eu fiquei mau menina, me deu uma dor de cabeça que eu não podia botar o pé no chão, mas ai depois a mãe do Ivan começou a gritar “está passando mal, a menina está com muita dor”, daí chamaram um médico e deram uma injeção. Daí a menstruação desceu, ai eu fiquei bem mas passei muito mal. (Pedrina de CARVALHO, 2014)

Pedrina encontrava-se em uma posição desfavorável por diversos motivos, pois era mulher, havia sido casada com um militante de esquerda e era muito jovem, esse conjunto de características aumentavam as pressões as quais ela era submetida. Em certa ocasião Pedrina encontrou com o delegado Fleury, assassino de seu marido, que diz: “Nossa! Você é nova, [...] por que você não procurou sua família?”, sem medo de mais nada e diante de tantas situações atemorizantes Pedrina afirma a Fleury que não era “mulher de bandido”, a intimidação já não se faz válida pois seu pensamento estava nos filhos.. A tortura psicológica frequente através de ameaças de jogá-la de dentro de um avião no mar, assédios como acariciar a perna dela enquanto andavam de carro por São Paulo para tentar encontrar pontos de encontros de militantes, a intimidação de colocar uma mulher diante de vários homens eram formas de pressioná-la a relatar informações interessantes aos agentes. Pedrina não relatou nada que fosse importante aos policiais e então decidiram que ela seria liberada mas

que todas as terças feiras deveria comparecer a Oban para assinar o ponto. Incomodada com essa situação de perseguição cotidiana por parte dos agentes que a vigiavam, Pedrina encontra um companheiro que propõem que ela e os filhos se exilassem no Chile onde já estavam seus cunhados e sua sogra:

Um companheiro falou “Quer ir embora?” ai eu falei “Eu quero, não quero mais ficar aqui”. Ai não pensei em nada, em deixar a mãe... você fica muito transtornada. Minha sogra já estava no Chile, daí foi que eu resolvi pegar as crianças e sair também, ir embora. [...] então, eu pego um ônibus, vou até a rodoviária né, sai de casa e falei para a mãe “Vou para a casa da minha avó” e a minha mãe “Ah é bom você ficar lá um pouco, para você descansar, engordar um pouquinho que você está muito magra!”, minha mãe falou. Ai coitada, só que eu não podia falar a verdade, ai arrumei as coisas, pouca coisa que tinha né. A mala com as duas crianças, fomos para a rodoviária. Na rodoviária foi que chegou um policial perto de mim, ai pelo olho... estava com um bigode, disfarçado com um bigode, daí olhei assim e ele falou “Está fugindo Pedrina?”, eu falei “Não, eu vou para a casa de minha avó”. Imagina como eu fiquei! Ai falei para o meu filho mais velho “Olha para ver onde é que ele vai.” Ah imagina, na rodoviária? Não sei se ele deixou... ou se... “deixa essa coitada ir embora”. (Pedrina de CARVALHO, 2014)

O país reforçava seu slogan “Brasil: Ame-o ou deixe-o!” (BRASIL, 2007:22) e Pedrina resolveu que era hora de deixá-lo. Deixar para trás a pátria que já não lhe era acolhedora, de um governo que assassinara seu marido e mantinha sua família sob constante ameaça. O exílio seria a solução que traria maior liberdade para que seus filhos pudessem estudar e esquecer os momentos traumáticos vividos.

As viúvas estiveram em casamentos/relacionamento que propiciaram o contato parcial ou total com a luta armada e a construção da família nesse meio tempo, permitiu que outra visão de mundo fosse trabalhada por essas mulheres. Elas foram torturadas, ameaçadas e humilhadas não apenas por serem esposas/companheira de militantes mas por serem mulheres que adentraram de alguma forma a luta em busca de defender suas família. O ideal para algumas já estavam bem delineados mas para outras, foram sendo delineados a partir das experiências que o cotidiano turbulento de pressão e morte dos maridos, as levaram a vivência a luta contra a ditadura. Essa luta pela sobrevivência era a primeira maneira que elas possuíam para lutar mas com a prisão/morte dos maridos, a luta contra a ditadura foi traçada pois essa intervenção por parte do Estado afetou diretamente suas vidas familiares.

3.2 VIÚVAS E AS MEMÓRIAS DO EXÍLIO: A sobrevivência fora da pátria

“I wish to know things are getting better [...] Please send me a letter I wish to know things are getting better [...]”
(Eu gostaria de saber que as coisas estão melhorando [...] Por favor me escreva uma carta eu gostaria de saber que as coisas estão melhorando[...].)⁴⁸

A definição jurídica para degredo (exílio) é a “pena [...] imposta judicialmente em castigo de um crime” (SANTOS, 2001:72). A situação que abarca os exilados políticos do Brasil e outros países da América Latina (Argentina, Chile, Uruguai, etc) era uma violência que dividia indivíduos, comunidades e territórios que construíram parte da identidade de cada sujeito. Os exilados são aqueles que foram forçados a sair de sua pátria/comunidade e serem conduzidos a outro país. A viagem é o início das mudanças pois nela as reflexões sobre o ato de deixar um espaço e deslocar-se a outro pela necessidade de sobrevivência causa dor. A ruptura não é apenas emocional, mas também física; as mudanças de clima, alimentação, residência, língua, amigos e etc, uma série de características que são fraturadas pelo exílio (CATELA, 2012:02). Como “uma fratura incurável entre o ser humano e um lugar natal”, o exílio com punição política contemporânea deixou (deixa) muitos indivíduos em situações lastimáveis de desesperança, miséria e sem motivação diante da solidão de estar fora de um grupo/país. O exílio é descontínuo visto que separa as raízes da terra natal, na qual se possui um passado e retira-se o foco para que o exilado possa reconstruir de forma rápida sua vida (SAID, 2003:46,48).

Segundo Said, existem distinções entre “*exilados*, *refugiados*, *expatriados* e *emigrados*” sendo o *exilado* um banido estigmatizado por ser um forasteiro; os *refugiados* como categoria criada pelo Estado no século XX, refere-se a grupo de pessoas “inocente[s] e desnorteada[s]” que precisam de ajuda internacional; os *expatriados* são aqueles que saem de seu país “voluntariamente” “por motivos pessoais ou sociais”; e por fim, os *emigrados* são os que possuem situação ambígua pois emigram para outro país como escolha, vivem em exílio

⁴⁸A música *Maria Bethânia* composta por Caetano Veloso, integrou o álbum de 1971 com músicas composta na Inglaterra. O cantor encontrava exilado desde 1969 e que expos em suas obras a situação solitária de estar longe de seu país. Maria Bethânia foi interpretada de forma a demonstrar as dificuldades e a solidão de estar longe do Brasil, a saudade da família e dos amigos e como a irmã (Maria Bethânia) poderia ser “o lugar da resistência afetiva, da memória familiar e da força da [...] cultura.” (Gil e Caetano aos 70: ouça músicas que ajudam a entender o exílio. Notícias terra/Educação. Entrevista com profº Dr. Luís Augusto Fischer. 26/jun.2012). Disponível em: <<http://noticias.terra.com.br/educacao/gil-e-caetano-aos-70-ouca-musicas-que-ajudam-a-entender-exilio,f6da42ba7d2da310VgnCLD200000bbccceb0aRCRD.html>>. Acesso em: 17/dez.2014.

mas não foram banidos (2003:53). O exílio “deve ser pensado como uma das resultantes da situação do país”, que motivaram a saída de vários brasileiros(as) como “prisão, perseguição, punição, pressão psicológica, estreitamento de canais de expressão profissional, política e até mesmo familiar.” (COSTA *et al*, 1980:19). A repressão do período ditatorial militar brasileiro levou pesquisadores a utilizar do conceito *exilado* de forma ampla, já que o utilizamos para aqueles que foram perseguidos direta ou indiretamente pela Ditadura. Inclui-se também aqueles que saíram do país por discordarem com a proposta dos militares, os que acompanharam seus familiares banidos pelo governo (trocados em sequestros), os que fugiram “ilegalmente pelas fronteiras” (ROLLEMBERG, 2007:02,03), desta forma, compreendemos que a variedade de motivos que levaram as pessoas a saírem do Brasil constroem múltiplas histórias do exílio.

As experiências do exílio podem ser compreendidas como “coletiva e individual” de maneira que ambas se influenciem (ROLLEMBERG, 2007:03). Estar exilado é experienciar a “vida fora da vivência habitual” (“nômade, descentrada”) e também é a tomada de consciência de uma visão plural que compreende dimensões simultâneas (“consciência contrapontista”) entre sua pátria e o país em que está exilado (SAID, 2003:59,60). Os conflitos entre as experiências coletivas e individuais de um sujeito auxiliam na desconstrução e reconstrução da identidade de um sujeito, as transformações são trabalhadas a partir de relações “psicológicas, políticas e sociais” advindas da experiência do exílio. VAZQUEZ-BRONFMAN (1991:214-217) identifica três momentos que se destacam na experiência do exilamento: a fase inicial de confronto, o período intermediário de adequação e o período de confrontação entre os lugares e o indivíduo. Nas experiências narradas pelas viúvas, podemos notar o desenvolvimento desses principais momentos de vivência do exílio.

A primeira fase é revestida pelo trauma da partida que normalmente é imposta pela violência de governos autoritários. O exilado experiencia primeiramente uma situação esquizofrênica de chegada já que está fisicamente em outro país, mas seu pensamento e sentimentos se dirigem a realidade de seu país de origem. É uma realidade “multidimensional e contraditória” entre em um novo recomeçar e um “estado psicológico de ausência”. A tristeza do exílio aproxima-se do luto que possui também sua ambiguidade passando pelo desespero, pela derrota de um projeto abortado, pela vergonha ou sentimento de culpa por estar vivo e para outros a felicidade de ter sobrevivido. Os exilados ex-militantes latino-americanos do período das ditaduras, em sua maioria, são marcados por características como o sentimento de culpa por estar vivo e por compromissos pessoais e políticos projetados em

uma vida falsa (exílio) para uma vida real (país de origem) (VAZQUEZ-BRONFMAN, 1991:214-216).

Damaris havia ficado 23 dias presa, o cotidiano era de grande violência e tortura. A amizade que criou com a socióloga que estava na mesma cela ajudou a viúva a se fortalecer física e psicologicamente já que diante de severas sevícias, má alimentação e a tristeza de estar longe dos filhos, Damaris emagreceu extremamente e acabou ficando com sua saúde debilitada. Após o sequestro do cônsul japonês (11/03/1970), Damaris e seus três filhos foram incluídos na lista organizada para exilar os militantes (que incluía Shizuo Ozawa conhecido como Mário Japa, Diógenes José Carvalho de Oliveira, Otávio Ângelo e madre Maurina B. da Silveira)⁴⁹ que encontravam-se sob o poder dos militares. Sendo Damaris uma militante e viúvas de militante, Bacuri que era um dos organizadores do sequestro, incluiu o nome da viúva para que ela não fosse morta e deixasse seus filhos desamparados. No dia dezesseis de março de 1970 Damaris, seus filhos e os demais militantes embargam em um jato com destino ao México. As dificuldades começam quando Damaris soube que não poderia ficar mais de três meses nesse país:

“Eu não posso ficar com você aqui?” Ai meu deus o que será de mim? Eu sou analfabeta, o que eu vou fazer aqui? Ai a faculdade, universidade federal, disse “As crianças tá assegurada escola pras crianças”, e onde nós vamos morar? Debaixo da ponte? Onde nós vamos morar? Quem vai nos dar uma casa? Um país capitalista igual ao Brasil, um país bonito, o México é muito bonito mas um país capitalista que nem o Brasil, com todas as suas mazelas de pobreza. É vizinha dos americanos, eu falei ‘ai meu deus do céu’. A embaixada do Brasil bem assim em frente do hotel onde a gente tava, eu falei ‘eu to é frita, o que será de mim?’. O japonês que tinha sido preso junto, que tava lá, que ferido na perna, tava melhor. Levaram ele num médico lá, deram remédio tudo e ele tava melhor. Ai ele falou “eu vou lá no consulado cubano” e eu disse ‘vai mesmo quem sabe a gente não consegue algum lugar’. Ai o cônsul falou “olha, aqui tem uma carta do comandante Fidel Castro convidando a viúva se ela quiser ir pra lá que tem toda o direito de ir para lá, eles vão atender ela.’ Ai na mesma hora ele disse “eu já vou e tal”... Quando ele chegou: “Damaris o governo cubano está te convidando, se tu quiser ir pra lá”. E eu falei e vocês? “ah nós também”. Mas ele especificou se você quiser ir, “Mas meu Deus do céu claro que eu quero”. Ai eu já falei com uns policiais que estavam atendendo a gente, tinha um que falava português “a senhora vai sair daqui e nunca mais volta aqui porque ninguém mais quer a senhora aqui”, eu falei ‘não faz mal’. Dois dias depois já estava tudo arrumado, veio um avião cubano, que é duas horas só de viagem de cuba pra lá, do México. Duas horas só, fomos pra cuba. (Damaris LUCENA, 2014)

O México provocou medo e insegurança em Damaris que pensava apenas em ter um lugar para poder sustentar seus filhos. A mente permanecia em seu filho Ariston que havia

⁴⁹ Fotografia dos militantes libertos com o sequestro do cônsul japonês veiculada pelo *Jornal do Brasil* em março de 1970 em que relata o envio de Damaris e sua família ao exílio. Ver anexo L p. 170.

ficado preso no Brasil. Apesar da alegria de estar exilada em uma pátria que era exemplo de sociedade igualitária para Damaris, seu pensamento continuava no Brasil, pois seu filho mais velho estava preso e havia recebido a sentença de pena de morte. Ariston começou a treinar guerrilha no Vale do Ribeira aos 16 anos e companheiro de guerrilha com Cap. Lamarca. Aos dezenove anos foi preso, torturado e condenado a morte, pena esta que foi comutada a prisão perpétua (LAQUE, 2013). Presente no exílio e com os pensamentos e sentimentos (VAZQUEZ-BRONFMAN, 1991:215) no Brasil, Damaris tentou de diversas formas livrar seu filho da morte. Através de pedidos enviados por cartas a universidades norte-americanas, com ajuda de cubanos e entrando em contato com militantes exilados no exterior Damaris movimentou-se para que seu filho não fosse morto. Ariston permaneceu preso durante quase dez anos e foi liberto a partir da promulgação da Lei da Anistia em 1979. Aquele momento foi de rápidas transformações e pesar pela instabilidade da situação de sua família no exílio. A fase de transculturação pode ser compreendida nos relatos de exílio em Cuba pois Damaris dedicou quase dez anos de sua vida em um país que representava a realização de um ideal, o socialismo.

A segunda viúva a ir para o exílio foi Denise. Após pedir exílio político na embaixada e com a ajuda do ministro das Relações Exteriores, ela chega ao Chile e vai morar em uma casa/aparelho mantida pela organização. Ainda sensibilizada pela morte de Eduardo, Denise viu em sua filha a continuidade de Bacuri, a reconstrução de uma fisionomia destruída pela tortura e renovada pela vida de Eduarda que era idêntica ao pai. A ligação afetiva que Denise criou com Eduarda fez com que ela vivesse no exterior em função da filha. José Crispim, pai de Denise até propôs a filha que a neta fosse deixada em Cuba para que a militância pudesse continuar, mas Denise não permitiu que a guerrilha a separasse de sua filha. O ressentimento com a pátria, o medo e a tristeza que a luta acarretou, fez com que Eduarda fosse a fuga para uma realidade de amor e dedicação integral. O exílio no Chile foi para Denise um curto período que marcou o início da reconstrução de sua vida que estava em completo desarranjo pela morte de Bacuri, de seu irmão Joelson, o exílio de sua mãe e seu pai dos quais ela ficou certo tempo sem notícias. O período de luto que o exílio representa foi vivenciado por Denise e a dura “lei da sobrevivência” foi o que regeu seus dias no Chile.

O início de 1971 foi um momento de grande tristeza para Isaura que recebeu a notícia inesperada da morte de seu marido Aderval. O exílio foi uma manobra que a organização fez para que Isaura e suas filhas fossem mandadas para o Chile para não sofrerem como alvo de repressão. A vida no Brasil sempre foi de dedicação a suas filhas e a seus afazeres domésticos, Isaura não precisou preocupar-se com o sustento da família pois Aderval, e mais

tarde seu sogro, garantiam o amparo financeiro dela e de suas filhas. A chegada no Chile foi de grande tristeza para Isaura, pois ainda não havia se conformado com a morte de seu marido e o fato de ter de deixar seu país. A manutenção financeira era feita primeiramente por uma ajuda que vinha de diversos lugares do mundo para ajudar os companheiros e familiares. A filha mais velha estava foi matriculada na escola e a mais nova ficava o dia todo com Isaura. A viúva precisou modificar seu cotidiano para garantir as filhas uma boa alimentação e uma moradia. Isaura passa a trabalhar em um restaurante, ao lado havia um cômodo no qual Isaura foi morar com as filhas, os dias eram preenchidos pelo trabalho e as noites eram de tristeza e solidão. As lágrimas rolavam até Isaura pegar no sono, essa lembrança marcou a dificuldade de se adaptar a um país estranho e a ausência de seu marido. A falta da família, a língua diferente foram alguns dos incômodos relatados por Isaura:

Eu acho que foi o seguinte, porque eu sei que se eu estivesse no Brasil também não iria ser fácil para mim, mas pelo menos estaria com a família dele e as minhas minha estavam aí. A gente não tem muito apoio mas tem aquela coisa, estar em outro país com uma língua diferente, povo diferente. A sorte minha é que estava a Dina que era minha amiga e foi para lá também, os Carvalhos, a mãe, o pai, estava tudo lá. Se não fosse aquilo lá, se eu tivesse que ficar só com os estanhos, eu ao sei o que eu iria fazer. Não sei se eu iria me adaptar, não sei. Aí quando eu fui para Cuba foi outra coisa. (Isaura COQUEIRO, 2014)

A experiência de primeiro contato com o exílio foi de estranhamento para todas as viúvas. Os filhos são a resposta para a força que encontraram para sobreviver. Em uma situação bem próxima das já relatadas, temos a fala de Pedrina e suas vivências no exílio. Em uma viagem extremamente cansativa tanto para Pedrina quanto para seus filhos, eles saíram de São Paulo, foram até Voz do Iguaçu para o Paraguai onde permaneceram apenas um dia para continuar a viagem até o Chile. A língua e o dinheiro diferente eram uma das dificuldades, o medo de não ter dinheiro suficiente para alimentar seus filhos e mantê-los em segurança preocupava Pedrina. Por ser uma estrangeira, passou por situações em que tentaram extorqui-la pedindo mais dinheiro ou outros objetos de valor para serviços como de transporte. A chegada no Chile, pela fronteira foi de tensão pela falta de dinheiro mas mesmo assim Pedrina e seus filhos conseguiram chegar a seu destino. mais uma vez as histórias entre as viúvas se entrelaçaram indiretamente:

Chegamos lá na fronteira, quando chega lá deve ser a polícia federal, aí tinha que ter dólares. “10 dólares”, ‘ah, não tenho.’. aí contei a história, na época eles estavam recebendo pessoas exiladas, refugiando todo mundo. Aí deixou a gente passar, fomos até o lugar onde estavam os estrangeiros, tinha brasileiros, tinha uruguaios, um monte de gente. Daí foi que a minha

sogra já estava morando numa chácara, daí eu fui para lá com os meninos, na chácara. Essa noite eu fiquei lá, inclusive eu não conhecia a mãe da Denise, a Encarnación aí nossa... ela me abraçou, parecia que era gente da família, e era a gente era uma família. Aí quando... não dormi aquela noite, tão cansada, aí começou a contar e falar da Denise, do bacuri que é o genro né. Conversamos a noite inteira, ela falou do marido, do filho, ela também perdeu o filho. Sei que aquela noite foi demais, a recordação e o cansaço passou, só de conhecer ela já foi uma coisa. Era como se fosse a minha mãe Cida, me senti acolhida. (Pedrina de CARVALHO, 2014)

A vontade de Pedrina de deixar o país era grande, o Brasil trazia recordações de tristeza e segundo seu relato, por ela a viagem ao exterior já teria acontecido bem antes e talvez a morte de seu marido Devanir pudesse ter sido evitada. Pedrina precisava manter o sustento de seus filhos e para isso trabalhou em diversos empregos como em creches, restaurantes e em uma fábrica, lugar onde passou mais tempo e criou certo apreço pelos chilenos e pelo país. A primeira fase vivenciada pelas viúvas reflete a esquizofrenia entre estar em um país e ter seus pensamentos e sentimentos direcionados a seu país de origem. Após algum tempo, a aceitação do exílio leva essas mulheres a uma situação que corresponde a segunda fase dos principais momentos de aceitação da condição de exilado(a).

A segunda fase descrita por VAZQUEZ-BRONFMAN é a de transculturação, nesse momento em que as feridas e o sofrimento vão diminuindo por conta do tempo que está passando longe de sua cultura. Movendo-se de uma cultura para outra, o exilado sobre a transculturação aprendendo e praticando as normas, instituições e costumes que fazem parte da cultura daquela sociedade na qual foi acolhido (VAZQUEZ-BRONFMAN, 1991:216). A situação de reconstrução que as viúvas vivenciaram são divididas em dois períodos. O primeiro período corresponde ao contato inicial e temporário com o exílio, sendo no caso de Damaris o México (país capitalista e que não acolhia bem militantes de esquerda) e para Denise, Isaura e Pedrina, o Chile (permaneceram no país até o Golpe ser dado por Pinochet). O segundo período corresponde ao exílio que durou mais tempo, no caso de Damaris e Isaura o exílio em Cuba, para Denise foi a Itália e no caso de Pedrina foi Portugal.

Cuba era sonho revolucionário que havia se concretizado, o exemplo que os militantes buscavam para o Brasil. Antonio desejava em vida poder levar seus filhos para estudar em Cuba, mas esse sonho acabou se realizando sem ele. No exílio Damaris vivenciou a experiência tão sonhada do comunismo, educou seus filhos e adotou Ñasaindy⁵⁰ em uma pátria que ainda é vista com grande admiração pela viúva:

⁵⁰ Ñasaindy Barrett de Araújo, filha de José Maria Ferreira de Araújo (ex-militar que lutou em organizações de esquerda) e Soledad Barrett Viedma (militante de família comunista). O casal apaixonou-se e tiveram Ñasaindy em Cuba onde foi deixada pelos pais que voltaram ao Brasil para continuar lutando na guerrilha armada. Ambos

Ai quando a gente chegou em Cuba era março, o ano letivo dos cubanos começava em setembro. Ai ficamos abril, maio, junho, julho, agosto e setembro, ai a Telma fez 4 anos em outubro, ai botaram ela na creche, era pequena ainda. Lá em cuba eles tem uma casa, uma não, eles tem em cada Estado, em cada cidade tem as casas, as creches que é Os Filhos da Pátria. Os filhos da pátria são as crianças que morreram na época, que os pais morreram na época, já são criados, na época da Revolução do movimento. Os pais morreram e eles pegavam as crianças e ficavam naquela casa, chamava os filhos da pátria. [...] os meus dois gêmeos [...] foram tudo pra escola. [...] Eu levava ela domingo de noite e buscava sexta feira de noite, eles ficavam lá. Lá eles dormiam, comia, banhava, davam tudo. Depois do almoço cada um tinha seu colchãozinho e deitava e dormia, era a coisa mais linda do mundo, precisava ver. Tinha uma negrona forte e bonita que era diretora lá, muito boa e tinha quatro professoras. Quando as crianças saiam de lá com cinco anos já sabiam ler e escrever, da casa dos filhos da pátria. Ai quando a Telma saiu de lá, foi do outro ano em setembro, a Telma foi pra escola já sabendo ler e escrever, a Telma tinha cinco anos. A Telma foi alfabetizada em Cuba, ali a gente sentiu o que é solidariedade, o que é amor, o que é carinho, o que é ser humano, o que eu é ser pessoa. Ali uma viúva ali, tanto ser uma viúva de fora como uma viúva deles não sofre. Eu não sofri nada, nada, nada, nada, não me faltava nada. Nem pra mim e nem pra meus filhos, tinha tudo que eu precisava. Um país pobre, bloqueado. Cuba não tem riqueza, Cuba não tem água, eles tem dois rios. Cuba não tem minério, eles não têm minério. Agora que o Brasil tá ajudando eles a criar um porto, agora que o Brasil ta ajudando, o lula começou e a Dilma ta continuando, criar um porto, o porto de Mariel que vai ser muito bom pra eles. A única coisa que eles tinham era cana de açúcar, eles não tinham nada de riqueza. A riqueza dos cubanos é a generosidade deles, é a bondade deles, é o humanismo deles, é a solidariedade deles, o carinho que ele tem pelo ser humano. Não pelo povo deles mas por todo povo que bate o pé lá dentro e necessita deles. Ali você sente o que é humanismo, o que é solidariedade, o que é dignidade, em Cuba você sabe o que é dignidade, sabe o que é humanismo, você sabe o que é solidariedade, você sabe o que é respeito pelo ser humano. Em Cuba, como diz o caipira, só me faltou sarna pra mim me coçar, tinha tudo comida, roupa, apesar do bloqueio, apesar da libreta que é um caderninho que eles te dão pra tu fazer compra no mercado. Tudo é limitado, mas tu não passa fome. Cuba não tem miséria, tem pobreza mas não tem fome, não tem miséria. Você não vê uma criança no meio da rua jogada, você não vê um morador de rua, você não vê nada disso. Você chega em Cuba as crianças estão todas em suas escolas, eles chamam beca, escola interna. [...] eu nunca levantei uma palha pra dizer eu vou trabalhar aqui pra ganhar dinheiro e sustentar meus filhos. Sabe o que eu fazia lá que eu ficava morta de vergonha? Trabalho voluntário que eles tem muito, muito trabalho voluntario, sábado e domingo. O quê que eu ia fazer, eu ia pro trabalho voluntário, eu não trabalhava e eles me davam uma pensão tão monstra que quando eu sai de lá eu entreguei de volta o dinheiro que eu tinha na mão, de tanto dinheiro que eles me davam. (Damaris LUCENA, 2014)

Damaris estava acostumada a trabalhar duro desde muito jovem, a situação de viuvez e militante de esquerda, em Cuba, fez com que fosse muito bem recebida. os filhos eram o foco de sua dedicação, o exílio possibilitou uma boa educação a eles e permitiu que Damaris

foram assassinados pela repressão e Nãsaindy foi adotada por Damaris quando essa ficou exilada em Cuba (CAPRIGLIONE, 2012) Disponível em: < <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/43964-filha-de-guerrilheiros-quer-resgatar-memoria-dos-pais.shtml> >. Acesso em: 17/dez.2014.

pudesse se dedicar a outras atividades. As atividades voluntárias preenchiam parte do tempo de Damaris, ainda foi possível que ela se dedicasse a tão sonhada educação escolar que havia sido interrompida pela necessidade de trabalhar. Em Cuba Damaris aprendeu uma nova língua, fez diversos amigos e terminou seus estudos. Foram quase dez anos no exílio mas as mudanças no Brasil faziam com que o retorno fosse uma possibilidade.

O país regido por Fidel não foi admirado apenas por Damaris, Isaura também relata seu exilamento em Cuba. As viúvas acabaram se conhecendo no exílio e lá iniciam uma amizade que dura até os dias atuais. Com o golpe de estado no Chile, era arriscado para os exilados brasileiros continuarem no país. A alimentação estava precarizada, o medo de sofrer perseguição e a preocupação com o bem estar de suas filhas foi o que levou Isaura a exilar-se em Cuba. Com ajuda da organização Isaura e suas filhas são enviadas a Ilha. O principal destaque que a viúva dá ao novo exílio foi para a educação infantil. O impacto que a educação escolar em Cuba causou nas viúvas, marcam seus discursos que prevalecem o bem estar de seus filhos. Segundo os relatos, Damaris e Isaura receberam um convite direto de gabinete de Fidel para que fosse para Cuba como viúvas de militantes. Esse status permitiu que seu tratamento fosse igual ao que as viúvas dos guerrilheiros da Revolução Cubana receberam após o fim dos conflitos. Isaura auxiliava os cubanos em serviços voluntários nas colheitas e em fábricas. Para uma mulher que havia dedicado sua vida as filhas, ao marido e ao lar, a nova experiência no exílio permitiu que ela fizesse novos amigos, trabalhasse e até mesmo iniciou seus estudos no país. Todo o auxílio que recebiam do governo cubano era simbolicamente retribuído pelas viúvas através dos trabalhos que exerciam. Essa era uma forma de demonstrarem o respeito por toda ajuda que recebiam. Durante sete anos Isaura residiu em Cuba, apesar de toda admiração criada por esse país, o Brasil traduzia-se em saudade e pertencimento. As notícias sobre terras brasileiras chegavam ao exílio, a volta se fazia possível através da Anistia, isso motivou Isaura a retornar com suas filhas ao Brasil.

Isaura conviveu com a Pedrina e a família Carvalho no Chile. Quando o golpe ocorre no país, Pedrina em um momento de desespero resolve ir para a Argentina com os filhos e outros brasileiros exilados para tentar pedir exílio nas embaixadas. Pedrina gostaria de ter permanecido no Chile já que havia feito amizades, gostava do clima do país e por ser relativamente mais fácil para sua mãe visitá-la no exílio. Em um momento de medo de sofrer com a repressão novamente e colocar em risco a vida de seus filhos, Pedrina decide ir para a Argentina. Por mais que aprendesse a conviver com o fato de estar exilada, Pedrina sentia muitas saudades do Brasil como nos conta sobre o momento transitório antes de conseguir exílio em Portugal:

Gostava, os filhos... a gente foi bem recebido lá e o pessoal muito legal mesmo. Gente simples, que eu convivi, que eram operários também e operárias. Eu me lembro que eu olhava assim na hora do café, nada a ver com o Brasil, aquela cordilheira imensa, coisa mais linda. Quando vem o verão, começa a derreter e gelo e vinha aquela aguinha, parecia um chorinho descendo aquela água. Então quando eu olhava, ficava olhando, a chilena que ficou minha amiga, trabalhava junto e ela dizia “como vocês são tontos” e eu falei “Cada país tem sua beleza e essa é a beleza”. [...] O povo também, bem simples, o pessoal que eu fiz amizade na fábrica, então para mim lá estava bom. Claro que a gente gosta do Brasil, inclusive foi uma senhora lá que era mãe de um companheiro, aí ela me deu um maiô aí no maiô tinha areia dentro do maiô. Aí ela falou “Você não quer esse maiô para você? Eu não uso mais.” E tinha areia dentro do maiô, falei “Nossa...”, tirei areia do maiô, que fica naquele fundinho daí falei “Nossa, areia do Brasil.” É claro que a gente tinha saudade, quando nós estivemos no hotel quase perto, em Pedrado, você sentia o cheiro. Aquele capim gordura que não tem em todo lugar, é muito especial, aquele cheiro falei “Nossa, quando a gente vai voltar?”, poder voltar né. Aí você fica... tem saudade, ao mesmo tempo você tem medo. “Será que não vai ficar sendo perseguida de novo?”, tudo isso. [...] Depois fomos para... saímos no avião, aqueles aviões pareciam uma carroça no ar. O meu filho, a mãozinha dele toda molhadinha, o mais velho sabe?! Lembro como se fosse hoje, a mão suou de medo que o avião parecia uma carroça socando, um avião militar. Aí chegamos lá e descemos, como era fila, quem estava no avião, todo mundo chegou e queria comer. Chegando no aeroporto da Argentina, daí já era em Buenos Aires que nós chegamos. Quando a gente chegou até pensamos que poderia dar para ficar lá, arrumar trabalho, está pertinho do Brasil, não podia ficar. Tinha que arrumar lugar para sair, ficamos no hotel por conta das nações unidas, ficamos um bom tempo lá. Acho que quase um ano, meu filho começou a estudar assim, aprender a ler no meio da turma ali. Lá tinha uma professora, ela era do Rio, a gente chamava ela de Neuza, aí a Neuza falou “olha Dina eu vou dar aula para os meninos, vamos por horário para eles aprenderem”. [...] Foi bom que o tempo que teve ali não perdeu mais anos de escola. Daí foi a correria, “Que país vai aceitar?”. Uns França, Suécia, a Isaura tinha dado nossos nomes aí não conseguimos ir [para Cuba]. O avião chegou a Buenos Aires e nós não estávamos em Buenos Aires, estávamos em Pedrada, mandaram a gente quase na fronteira com o Brasil. Foi um absurdo, polícia lá entrando no hotel, começou a questionar né o pessoal “Aqui não tem segura para a gente, uma hora pode vir, pegar os companheiros e levar de volta.” Aí foi que voltamos para Buenos Aires, aí começamos ver qual país iria aceitar. (Pedrina de CARVALHO, 2014)

Como grande parte da família de seu falecido esposa estava exilada no Chile, Pedrina sentiu-se mais acolhida do que as demais viúvas na primeira fase do exílio. A fase de adaptação com a nova língua, os costumes e a busca por trabalho foram as mais difíceis mas logo Pedrina conseguiu habituar-se a novo cotidiano e transitou pela segunda fase descrita por VAZQUEZ-BRONFMAN, a transculturação. Durante esse tempo na Argentina, Pedrina tentava passar o tempo fazendo crochê, indo ao cinema, conversando com os companheiros pois o país não permitiu que os exilados criassem nenhum tipo vínculo. As atividades mais cotidianas como fazer comida, lavar roupas ou colocar as crianças em uma escola, não

podiam ser realizadas. A ida a Cuba foi abortada pela polícia política da Argentina que atrasou a ida dos brasileiros ao aeroporto onde estaria um avião cubano a espera. A situação acabou provocando uma proibição, por parte da embaixada cubana, de abrigar exilados brasileiros vindos da Argentina. O golpe no Chile e a estadia na Argentina reavivaram em Pedrina o sofrimento da perda de seu marido Devanir e o medo extremo que a repressão causou em sua vida. A pressão por parte do governo argentino e a vontade de ir para um lugar seguro, motivou a viúva a buscar a embaixada portuguesa. O exílio em Portugal se deu pelo fato da pouca procura pelo país e por ser uma língua próxima ao que Pedrina já conhecia. O primeiro contato com o país foi de grande aceitação e de reconstrução da vida. Os filhos voltaram a estudar, Pedrina conseguiu um novo emprego e até mesmo um novo companheiro com quem teve um filho:

Nossa, fomos bem recebidos. Chegamos em Portugal e fomos para um colégio de freira, aí as freiras tudo... comida boa, ali a gente estava no paraíso. Trataram bem a gente, até arrumar.... Depois nós fomos para uma colônia dos bancários, tinha as casas e as camas tudo direitinho e nas freiras foi só uma emergência até eles arrumarem. Aí de pouquinho as Nações Unidas botou um pouco no hotel, em outros né, depois também as Nações Unidas estavam ajudando, talvez até ficasse mais barato para eles casa. Aí você arruma o trabalho, foi melhorando né?! Trabalhei em creche, restaurante lá. [...] Então, em Portugal eu trabalhava, depois eu conheci um português tive o meu filho, esse de cá [aponta para a foto]. Aí foi indo e o português queria ir para os Estados Unidos, daí falei "Não, eu vou voltar para o Brasil". Ainda bem que não teve problema nenhum. Eu fiquei com medo no aeroporto né, na hora que não tinha autorização dele quando eu resolvi vir, aí fiquei com medo, mas não pediram não. Como mãe eles não falaram nada. (Pedrina de CARVALHO, 2014)

Pedrina e seus filhos ficaram fora do Brasil durante sete anos e todos os trânsitos pelos quais passaram possibilitaram grande aprendizado e admiração por outros países. Por mais que fosse necessário estar fora de seu país de origem, Pedrina sabia que o retorno seria inevitável e acabou voltando antes que a Anistia fosse promulgada no Brasil. Assim como Isaura e Pedrina que estiveram exilados no Chile, Denise também permaneceu certo tempo no país até conseguir exilar-se na Itália.

Denise descreve seu tempo no Chile como transitório e que a Itália foi um recomeço onde ela voltou a trabalhar, estudar e dedicar cuidados a sua filha, motivo pelo qual saiu do Brasil e sobreviveu a repressão. Ainda adolescente Denise deixou os estudos e dedicou ao trabalho como forma de ajudar no sustento da família. Seu último trabalho havia sido de aderencista no teatro Ruth Escobar e no exílio não foi possível prosseguir nessa profissão por

não ter contatos para adentrar aos teatros italianos. Para garantir o mínimo para a sobrevivência de Eduarda, Denise trabalhou como empregada doméstica, como cuidadora infantil em uma creche para funcionários de um banco e nesse momento a possibilidade de voltar a estudar e fazer uma especialização surgiu. Denise passou em um concurso e passou muito tempo trabalhando no maternal, depois de algum tempo foi chamada para o sindicato onde pode voltar a exercer algo que ela sempre buscou, a militância que a chama de militância do cotidiano:

a minha sobrevivência tinha uma militância, uma militância do cotidiano. Eu tentava ajudar cotidianamente as pessoas que estavam com... que tinham histórias de não reconhecimento trabalhista, essas coisas. E ao mesmo tempo cuidar da minha filha [...]. (Denise CRISPIM, 2014)

Em meio a essa reconstrução Denise conheceu seu atual companheiro, Leonardo. Assim que havia chego a Itália foi recebida por Leonardo e a relação deles foi construída a partir de toda a experiência traumática ocorrida no Brasil. a grande estima que Denise tem por seu atual companheiro é expressa pelas palavras de carinho e gratidão que ela expõe sobre o respeito que Leonardo teve pela história de Eduardo e o amor que ele dedicou a uma filha que criou como se fosse de seu próprio sangue. Diferentemente das demais viúvas, Denise não esperava ansiosamente para voltar ao Brasil. mesmo depois da Anistia ela continuou residindo na Itália e prosseguindo os planos que havia traçado para essa nova vida. As situações traumáticas que havia vivenciado no Brasil e o medo de ser perseguida impediram que Denise retornasse ao país. O contato com brasileiros através de cartas era constante e apenas em 1982 Denise retorna ao país, mas apenas para dar entrada na documentação referente ao reconhecimento dos mortos e desaparecido. O primeiro contato com o Brasil após a partida para o exílio foi de grande sofrimento para Denise que ainda carregava as marcas da tortura e seus traumas; o risco de ser morta era grande já que ela havia presenciado um “assassinato monstruoso”. Não ficar no Brasil garantiu sua sobrevivência para proteger sua filha e ajudou Denise a reconstruir de suas identificações como sujeito.

O contato com uma nova cultura, as mudanças propiciadas pelas vivências e as relações sociais experienciadas por quem está no exílio passam a desenvolver comparações, questionamentos e conflitos na reflexão sobre o país de origem e o país de exílio. A situação contraditória alarga as perspectivas do exilado, possibilitando avaliações sobre as culturas e respeitos pelas diferenças. Essa terceira e última fase descrita por VAZQUEZ-BRONFMAN

analisa a permanência demasiadamente longa do indivíduo no exílio. O exilado passa a analisar as mudanças determinadas pelo tempo vivido em outra cultura e retoma questionamentos relacionados a trajetória de sua própria vida. A auto-avaliação de um exilado político retoma a necessidade reaver seus projetos políticos e assim a vontade de voltar o mais rápido para o seu país. Mitos são criados (compromisso com os projetos políticos e o retorno ao país) através de processos inconscientes de impulsos de desejos que o indivíduo tem mas que não pode alcançar (VAZQUEZ-BRONFMAN, 1991:216-217). Desta forma, Damaris, Isaura e Pedrina experienciaram o exílio vislumbrando o retorno ao Brasil enquanto Denise permaneceu até o início da década de 2010 residindo na Itália. A Lei de Anistia promulgada em 28 de agosto de 1979 deu certa segurança para que Damaris, Isaura e Pedrina retornassem ao país visto que a situação decadente do governo militar permitia que elas pudessem resgatar seus lugares no Brasil.

O exílio expulsou muitos cidadãos de seus países causando transformações considerações na história coletiva. Apesar dos momentos de solidão e tristeza, o exílio possibilitou a reconstrução de vidas fraturadas e permitiu que fossem criadas redes de denúncias contra as ditaduras latino-americanas. O exilado por questões políticas é colocado em um espaço de estigma, o que acaba por desvinculá-lo do coletivo e condicioná-lo a “subterraneidade” através das ausências e dos silêncios (CATELA, 2012:02). As viúvas foram marcadas por esse estigma e foram mantidas a margem de uma sociedade que as via como terroristas ou esposas de terroristas. O retorno ao Brasil foi de dificuldade pela falta de documentos, moradia e emprego para manter financeiramente a família. O impacto causado pelo estigma do exilado somado a viuvez de um companheiro/marido guerrilheiro, acarretou bloqueios na inserção ao cotidiano social. As fraturas causadas pela perseguição política, torturas, mortes e desaparecimentos alterou os padrões da sociedade traduzindo-se em experiências traumáticas que hoje são contadas por essas mulheres, as sobreviventes de uma guerra do cotidiano.

3.3 VIUVEZ FEMININA: Padrões e vivências diante das identificações

A viuvez como representação social e cultural é constituída a partir do tempo e do espaço a qual pertence. As representações possuem grande importância para a vida cotidiana porque nos auxiliam nas tomadas de decisões e posicionamentos frente a realidade diária que

enfrentamos. As representações estão presentes nos discursos, nas palavras, nas imagens e diversas formas de mensagens que são veiculadas em um grupo/sociedade. Elas são formas de orientar e organizar as condutas sociais, intervindo na difusão e assimilação de conhecimentos que resultam no envolvimento da pertença social a um grupo. Suas implicações são modelos de conduta inculcados e transmitidos a um indivíduo para manutenção do desenvolvimento coletivo (JODELET, 2001:17,22). As representações quando passadas de geração em geração são interpretações similares dos conteúdos expressos, ou seja, a representação pública é uma interpretação similar da representação mental (SPERBER, 2001:93,94). Os conteúdos expressos pela proliferação dos costumes como nos manuais de boas maneiras, são reproduzidos através da interpretação que foram feitas das representações mentais e transferidas para os livros. A viuvez pode ser vista como uma representação cultural e social por estar “amplamente disseminada num grupo social, de modo mais ou menos duradouro.” (SPERBER, 2001:100). As representações foram disseminadas de forma contagiosa na sociedade brasileira mas não necessariamente corresponderam a realidade cotidiana das práticas.

A representação, segundo Chartier, é como a “presença” ou “apresentação” de algo ou alguém, que pode ser pensada também na relação simbólica através das imagens mas que não pode ser vista como “estável e unívoca”. As distinções entre “representação e representado” são transferidas para as “teatralizações da vida social” fazendo com que a identidade do sujeito não seja outra senão “a aparência da representação” (CHARTIER, 2002: 20-22). Viuvez não é apenas um estado civil, mas é também a transformação de relações e dos papéis sociais de quem enviúva (BEE, 1997:585). Para homens e mulheres o enviuvamento dispõe de representações distintas, determinando práticas de enlutamento próprias para cada sexo. Desta forma, pensar sobre o conceito de viuvez feminina que esteve (ou está?) envolto em significados e representações relacionados a personificação da morte, entramos em um complexo desacordo entre como as mulheres eram representações e como experienciavam a situação de viuvez na prática. Marginalizadas ou invisíveis, as viúvas receberam durante tempos estigmas que acabam por excluí-las socialmente. Essa situação acabou sendo caracterizada como naturalizada ou dada (POSSAS, 2014:29), de forma que muitas vezes, esse papel atribuído a mulher passa a ser interiorizado sem que nem mesmo haja uma reflexão que evidencie que essa representação não é, necessariamente, a única forma de experienciar esse evento.

O conteúdo sobre viuvez feminina expressa pela obra *Boas Maneiras: manual de civilidade* de Carmen D'Ávila (foi na década de 1940, um sucesso de vendagem) determinava os padrões instituídos como práticas a serem seguidas. O capítulo X intitulado *Testamento* introduz as atitudes que se deveria ter diante da morte, conduta que varia de acordo com o grau de parentesco com o(a) falecido(a). As atitudes são explicitadas por D'Ávila:

Uma mulher, uma viúva, e uma pessoa de idade, tem o direito de não comparecer a câmara ardente de um filho ou esposo e, assim, não se obriga a receber. Aliás, a encomendação do corpo, muitas vezes, os membros femininos da família se retiram da câmara ardente, e os homens sozinhos recebem os pêsames. [...] As senhoras apresentam-se de preto ou cores bem escuras, dão um shake-hands aos homens, abraçam as amigas; e quando rezam ao lado do caixão, não se devem ajoelhar. A questão das presenças femininas nos enterros obedece aos hábitos locais; mas, geralmente, entre nós, o elemento feminino não vai ao cemitério [...] (1942: 326, 237).

Chegando a sua 11ª edição no ano de 1958, podemos ponderar que a obra foi um livro que teve grande assenso de seu público (VILAÇA, 2008:01). A abordagem do conteúdo é focado para as determinações femininas no *portar-se* e como convenção social, o luto é constituído diferentemente quando abordam as normas instituídas para homens e mulheres. Na questão do luto de enviuvados é possível encontrar distinções ainda mais significativas e que reforçam os estereótipos que marcam a representação de viuvez. A personificação da morte através da viuvez feminina é evidenciada em trajes negros, o luto prolongado e reclusão, contrário do homem que já não veste preto e o período de luto e reclusão são menores. A questão relacionada ao luto possui duas etapas que delimitam sua duração. Dividido entre *luto pesado* e *luto aliviado*, D'Ávila explicita as “obrigações” correspondentes aos trajes e deveres sociais com a finalidade de demonstrar como deve ser conservado o respeito ao culto aos mortos e às tradições:

O luto forçado requer muitas vezes algum sacrifício, mas é preciso aceitá-lo, todo esforço é meritório e as conveniências sociais assim exigem. Deixar de usá-lo é um desrespeito as nossas tradições. [...]

Luto Pesado: vestido de lã, étamine e georgete etc... Sempre um tecido sem brilho, e levemente afeitado de crepe inglês. [...]

Chapéus – Para as viúvas o toucado a Maria Stuart, com um filete branco, em crepe inglês, ou mais comumente, em georgete. Um filete branco na

prega do véu, que passa sob o queixo, favorece muito as fisionomias jovens. [...]

O véu de viúva é obrigatório.

Os homens não são mais obrigados ao vestuário todo preto, mas não se deve apresentar num enterro com ternos claros e gravatas de cores berrantes. [...]

Para os homens, o luto é menos rigoroso. Poucas semanas após a morte do parente, eles podem frequentar os clubes e restaurantes. Alguns meses depois, podem fazer visitas e voltar aos teatros.

Um viúvo, porém, abstem-se dessas condescendências, durante o período de luto pesado. (D'ÁVILA, 1942:334-336)

As mulheres possuem uma quantidade maior de normas referentes a moda e ao *vestir-se*, enquanto aos homens as restrições são menores e simplificadas. A duração do período de luto variava de acordo com o sexo da pessoa enlutada e o grau de parentesco com o defunto(a). Segundo o manual de D'Ávila (1942), as viúvas vivenciavam um luto mais rigoroso com duração de dois anos. O primeiro ano correspondia ao *luto pesado*, período em que a mulher “não [deveria] comparecer em sociedade”, o véu era obrigatório, a não ser que a mulher trabalhasse. Nesses casos, excepcionalmente, a viúva pode “reiniciar os seus afazeres” (após a missa de 7º dia) e “abster-se do véu”, caso contrário, deveria permanecer em reclusão usando roupas pretas e evitando adornando-se com joias. Nos seis meses seguintes as saídas à rua eram permitidas apenas para ir à igreja, visitar parentes próximos e fazer *visitas de pêsames*; a vestimenta continuaria negra, mas o uso de joias discretas era permitido. Os últimos seis meses eram de *luto aliviado*, período que consentia o retorno a vida social e a vestir-se com cores mais claras, mas a autora aconselhava que antes de encerrar o luto “era de bom tom prolongar por mais alguns dias, antes de adotar cores vivas”. O luto correspondente ao homem viúvo tinha duração de 14 meses, ou seja, um ano e dois meses. O durante um ano o viúvo deveria guardar *luto pesado* que exigia vestir-se com ternos e gravatas de cores discretas e permitia, a partir do terceiro mês, que retornassem as atividades da vida social, mas evitando ir, por exemplo, ao teatro. Nos últimos dois meses o *luto* era *aliviado* permitindo o uso de ternos em tons claros e as atividades não possuíam restrições (D'ÁVILA, 1942: 337, 338, 340).

Outra obra que pode ser analisada é *O Livro de Etiqueta: um guia para a vida elegante* que apresentar uma *outra* perspectiva mas que, em alguns aspectos, continua a reforçar

alguns estereótipos de viuvez feminina. Publicado em 1952⁵¹ e traduzido em diversos idiomas, a obra de Amy Vanderbilt (1908-1974) vendeu milhões de exemplares. Vanderbilt tornou-se, como jornalista e escritora, referência de etiqueta e boas maneiras destacando-se como autoridade no assunto escrevendo vários livros, dando consultoria em programas de rádio e TV, auxiliando várias agências e organizações como por exemplo o Departamento Executivo Federal dos EUA (ABDULLAH, 2013). O capítulo *O luto* discorre sobre os rituais *pós velório* de forma diferenciada, salientando as novas formas de portar-se diante da situação de luto e não fazendo distinções entre homens e mulheres. De forma genérica a autora disserta sobre a questão do luto trazendo uma nova maneira de vivenciá-lo publicamente. A proposta é de uma nova configuração do luto, de modo a evitar o sofrimento em público e as vestes negras dando azo a uma forma de “viver a vida” mais levemente:

Vem se tornando este [o luto] muito discreto depois da Primeira Grande Guerra. Passaram de moda os “chorões” e crepes que pareciam uma ostentação da dor. Chorar um morto querido não significa cobrir-se de negro dos pés à cabeça, como se fazia outrora, até mesmo com as crianças. (VANDERBILT, 1958:78)

Os conselhos acabavam por privar a espontaneidade da vivência do luto em favor de silenciar a morte como se esta não existisse em público. Escondê-la nos hospitais e extinguir o luto foram algumas das transformações sociais para encarar a experiência da morte no último século (ARIÈS 2000: 29). As perspectivas sobre o processo de enlutamento que Vanderbilt reelabora transitam entre a renovação de práticas e o reforço de algumas tradições. O sofrimento está entre as práticas que foram reelaboradas visando restringir a dor e o pesar ao âmbito privado. Como reforço das tradições, adaptadas aos “novos tempos”, temos a questão da reclusão ou afastamento do convívio social:

Quem perde um parente próximo afasta-se, por algum tempo, é claro, da vida social. Mas, não é necessário que este afastamento dure meses seguidos. Há mesmo exceções, nas quais uma pessoa pode aparecer em público pouco depois de um luto: um casamento, por exemplo, para cuja ocasião se veste uma cor menos sombria.

⁵¹ A tradução para Língua Portuguesa foi feita por Abiah Lopes e publicada pela Distribuidora Récord em 1958.

Sem aparecer a bailes ou grandes cerimônias, nem por isso ficam vedados (após os primeiros meses) teatros, concertos, cinemas, reuniões íntimas, jantares em grupos íntimos e o jogo, para quem o aprecia. [...]

Quanto aos segundos casamentos, após a viuvez, realiza-se dentro do período de praxe exigido por lei. (1958:79)

As orientações da autora manifestavam a obrigatoriedade em respeitar as tradições, que exalta a reclusão como necessário em favor de honrar o ente falecido. Mesmo que esses fatores do afastamento social tenham sido modificados, permanece a ideia de que a viúva deve manter-se distante do convívio público e social para não associarem suas atividades com descaso a morte do cônjuge, ou seja, para não ser vista como uma *viúva alegre*. Os manuais analisados possuem em seus conteúdos características que divergem pelo fato de serem escritos em períodos e culturas diferentes. Apesar das diferenciações, nota-se que ambas as obras foram bem aceitas pelo público e, assim sendo, as orientações chegaram a um grande número de leitoras(es). As questões sobre viuvez feminina vão além de vestimentas, cores e reclusão, as experiências mostram-se complexas em comparação com modelos que foram construídos ao longo da história de sociedades ocidentais cristãs como o Brasil. A situação de viuvez feminina incluem comportamentos peculiares que não são enxergáveis apenas através de normas e modelos, a vivência da mulher enviuvada possibilita detalhes que conflitam com as representações.

As ressalvas feitas pelas autoras nos auxiliam a refletir sobre a situação de viuvez e como ela está significativamente imbricada em questões de gênero e que implicam em práticas e representações sociais distintas. O enviuvamento feminino foi constituído através de significados como liberdade ou isolamento, *alegria*⁵² ou melancolia, vida ou morte; binarismos que acabam por reduzir a complexidade das experiências de viuvez e que por muitas vezes traduziu esse evento como *a perpetuação da morte do cônjuge na vida da mulher*. O rompimento com costumes e princípios relacionados ao matrimônio acarretam

⁵² Refere-se ao título de *viúva alegre* que mulheres enviuvadas recebiam (talvez até hoje recebam) quando seguiam suas vidas, deixando a morte do cônjuge e até mesmo casando-se novamente, o que envolve também forte conotação sexual pelo fato da viúva ser vista como uma mulher experiente. Um exemplo sobre essa situação é encontrada na opereta de Franz Lehár (1870-1948), *The Merry Widow* (A Viúva Alegre,) que apresenta a história da viúva de um Barão, o homem mais do país, que logo após a morte do esposo é rodeada de pretendentes. Por medo da viúva Hana de Glawari casar-se com um estrangeiro, os representantes do país Pontevidro visavam encontrar um pretendente que continuasse a investir e salvasse o país que está economicamente abalado. A história também recebeu versão cinematográfica no ano de 1952 com direção de Curtis Bernhardt. Disponível em: <http://www.rtp.pt/antena2/?t=Franz-Lehar.rtp&article=1875&visual=11&layout=20&tm=26&autor=1876> Acesso em: 31/jul. 2014.

mudanças significativas na vida de muitas mulheres e as questões de gênero sobre a temática são significativas. Os viúvos são vistos como *bom partido* e experientes, enquanto as mulheres simbolizam o luto através das vestes negras e por vezes estão relacionadas com a morte como no caso do termo *viúva negra*⁵³ (TORRES, 2006:20). O oposto a essa imagem da morte está o “título” de *viúva alegre* que não é aceitável socialmente, pois a viúva representa o luto e a dor pela morte de seu cônjuge e ser uma *viúva alegre* romperia com o luto e desrespeitaria as convenções sociais. A solidão, a impotência e o abandono são algumas das representações citadas por Possas (2014:03) como herança das tradições religiosas e que possuem “forte poder simbólico sobre as pessoas” (POSSAS, 2014: 03, 26). A situação de viuvez feminina entrou em cada tempo e espaço na história, uma forma complexa de ser representada a partir de uma sociedade que instituía padrões de comportamento⁵⁴.

Os livros manuais destinados a etiqueta feminina também roboravam práticas do luto que acabavam por reforçar representações da viuvez feminina através da reclusão e das vestes negras como foi possível notar na obra de D’Ávila e em partes da obra de Vanderbilt. Essas obras era uma das formas de construir as representações, já que as tradições muitas vezes eram repassadas através das gerações por familiares que compartilhavam com os mais novos os ensinamentos que faziam parte do cotidiano social. Desta forma, podemos afirmar que esses manuais baseavam em tradições que já eram vivenciadas e de representações mentais que foram registradas em livros e receberam maior visibilidade e padronização na disseminação.

A viuvez feminina constitui a maioria dos casos de viuvez “em virtude de uma maior expectativa de vida” das mulheres, além de que por muito tempo existiu uma tendência de não casarem novamente. Diferentemente, os homens, em geral, faleciam-se mais cedo ou então quando ficavam viúvos, contraíam um novo matrimônio (BALDIN, 2008:44). A independência e capacitação são algumas das mudanças que algumas viúvas destacam em suas experiências de enviuvamento (BEE, 1997:604-605), sendo que o enviuvamento

⁵³ O termo *viúva negra* remete a uma espécie de aranha venenosa que após a cópula alimenta-se do macho. O termo popularizou-se para representar a mulher que ficava viúva e contraía outro matrimônio e, novamente, enviuvava. Atualmente, utilizá-se também para mulheres que assassinavam vários companheiros como o exemplo de Manuela González que foi condenada neste ano a 30 anos de prisão por assassinar 3 companheiros. Disponível em: <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2014/04/mulher-conhecida-como-viuv-a-negra-peg-a-30-anos-de-prisao-na-franca.html>. Acesso em: 31/jul. 2014.

⁵⁴ A situação de viuvez inclui a individualidade do sujeito, o tempo e o espaço em que este está incluso. Nem sempre as mulheres viúvas era vistas como representação da morte ou despresada socialmente, o status de viuvez varia também de acordo com o segmento social no qual a mulher está inserida. Um exemplo são as viúvas na cidade de Campinas no século XIX, essas mulheres caracterizam-se pela independência quando possuíam bens e eram disputadas pelos homens solteiros. Para as mulheres de segmentos baixos trabalhar era necessidade e desta forma tornavam-se chefes de família (TEIXEIRA, 2004:162,165).

feminino é vivenciado exclusivamente por cada pessoa de uma forma. Mas deve ser considerado que nem todas as mulheres passam por essas mudanças e que a situação de viuvez tornou-se questão necessária a ser compreendida e estudo. Pensando nessa necessidade de reconhecer as mais diversas demandas de mulheres enviuvadas em vários pontos do globo, as Organizações das Nações Unidas em 2011 declararam 23 de junho como sendo o Dia Internacional das Viúvas. O Secretário Geral da ONU destacou em seu discurso os papéis que as viúvas assumem após a morte do marido e os constantes casos de rompimento com os direitos dessas mulheres que pelo mundo:

Este primeiro Dia Internacional para as Viúvas é uma ocasião para chamar a atenção para os muitos “primeiros” que as mulheres têm de enfrentar quando seus maridos morrem. Além de lidar com a dor, podem encontrar-se pela primeira vez desde o casamento, sem qualquer rede de segurança social. Demasiadas vezes as viúvas não têm acesso à herança, à terra, emprego, e mesmo os meios para sobreviver.

Em lugares onde o status de uma viúva está ligada a seu marido, ela pode encontrar-se, de repente evitada e isolada. O casamento – se ela deseja ou não – pode ser a única forma de uma viúva recuperar sua posição na sociedade.

Das aproximadamente 245 milhões de viúvas no nosso mundo, mais de 115 milhões vivem na pobreza extrema. Em países envolvidos em conflitos, as mulheres são muitas vezes viúvas jovens e devem suportar o pesado fardo de cuidar de seus filhos em meio ao combate e deslocamentos sem ajuda ou apoio.

Algumas dessas viúvas são adolescentes – ou até mais jovens. A morte de seus maridos podem deixar um legado terrível que essas viúvas devem suportar ao longo dos anos restantes. Todas as viúvas deveriam ser protegidas pelos direitos consagrados na Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher e outros tratados internacionais de direitos humanos. Mas, na realidade, as interpretações dos códigos habituais, bem como os ritos tradicionais de luto e enterro, muitas vezes negam às viúvas praticamente todos os seus direitos universalmente reconhecidos. Apesar das muitas dificuldades, as viúvas fazem muitas contribuições valiosas aos seus países e comunidades.

Alguns assumem papéis de liderança nos níveis mais altos. Outros trabalham em suas famílias, acolhendo os órfãos, servindo como cuidadores e chegando em todas as linhas de conflito para consertar rasgos no tecido social.

Devemos reconhecer a importante contribuição das viúvas, e devemos assegurar que elas gozem dos direitos e proteções sociais que merecem. A morte é inevitável, mas podemos reduzir o sofrimento que as viúvas carregam elevando seu status e ajudando-as em sua hora de necessidade. Isto irá contribuir para promover a participação plena e igualitária das mulheres na sociedade. E que nos trará mais perto de acabar com a pobreza e promover a paz em todo o mundo.

As viúvas por todo o mundo estão entre os grupos que mais sofrem violações dos direitos humanos, em muitos casos vivem em “extrema pobreza”, lidam com o “ostracismo, violência, falta de moradia, saúde e discriminação na lei” (ONU, 2011; POSSAS, 2014:20). A criação do Dia Internacional da Viúva permite dar visibilidade a situação de viuvez feminina que como ressalta Possas, as viúvas foram instituídas como “sujeitos invisíveis” ou então “abjetos” (POSSAS, 2014:29) muitas vezes parecendo que a mulher enviúva perde com a morte do marido a sua própria identidade. As necessidades individuais de cada sujeito devem ser consideradas, pois, toda situação cotidiana, relações e sentimentos refletem o seu *eu* interior (PINCUS, 1989: 50, 156) e em a sua identidade.

A situação de enviuvamento no período dos Anos de Chumbo surge como uma variável que auxilia nas modificações de alguns costumes e práticas. As experiências de Damaris, Denise, Isaura e Pedrina refletem a intervenção da Ditadura Militar como fratura de seus cotidianos e como estrutura repressiva responsável pelo assassinato de seus maridos/companheiros. Refletindo sobre o Estado de exceção e a Força de Lei (suspensão da lei para aplicação da mesma) que Agamben destacou através da “ditadura comissária”, evidenciou-se a primeiro momento a suspensão da Constituição para defendê-la e depois a imposição de uma “ditadura soberana” com a criação de uma nova Constituição (2008:55) que no Brasil ajudou a construir um forte aparato repressivo. A suspensão dos direitos e a repressão contra os movimentos sociais, sindicatos e organizações clandestinas de esquerda movimentou uma complexa estrutura para extinguir o “inimigo interno” (tudo o que parecesse se relacionar com ideias comunistas) (ARQUIDIOCESE, [tomo I] 1985:58,59) . Através da Doutrina de Segurança Nacional, o Estado tornou-se uma “máquina de matar” juridicamente amparada. As relações entre o poder militar e o sistema de justiça (principalmente o judiciário) caracterizavam uma forma de legalidade que era aplicada em regimes autoritários. Deste modo, a legalidade autoritária e a institucionalização da repressão no Brasil generalizou a tortura, a morte e o desaparecimento dos que se colocavam em posição contrária a Ditadura (PEREIRA, 2010:34,36). Os métodos de violência de eram amplamente divulgados, mas desenvolviam essas práticas fora da legalidade com auxílio dos responsáveis pelo Poder (ORTIZ, 2014:165). As alterações promovidas pelo Estado como “máquina de matar” fez surgir no Brasil o que pode ser chamado de “viuvez compulsória institucionalizada” (POSSAS, 2011). As viúvas que perderam seus maridos/companheiros por intermédio dos

órgãos repressores foram atingidas pelas alterações, restringindo suas ações a fim de sobreviver a Ditadura para manter seus filhos em segurança.

Os livros manuais, os ensinamentos passados de geração em geração, as normas de etiqueta explorados pelas revistas e jornais femininas não puderam ser desenvolvidos pelas viúvas que encontravam-se em um momento de grande efervescência e ruptura dos planos que haviam feito para suas famílias e para suas vidas. Como militantes e/ou esposas de militantes, tiveram seus cotidianos alterados e suas práticas modificações pela rapidez em que os fatos ocorriam. A experiência de viuvez é considerada o evento mais estressante entre as mudanças negativas que as pessoas passam na vida, sendo que seus efeitos podem variar por diversos fatores como idade, sexo e a forma como ocorreu a morte do cônjuge (BEE, 1997:600, 604-605). Reconstruindo suas memórias, as viúvas entrevistadas puderam discorrer sobre como sentiram a situação de viuvez nos Anos de Chumbo e como elas interpretam no presente essa vivência:

Damaris

Sabia que eu nunca chorei por causa do meu marido? Você acredita? Nunca deu tempo de eu chorar por causa do homem. Eu nunca chorei por meu marido, não dava tempo, era um desespero tão danado que eu não chorava. Apanhei feito uma desgraçada e não chorava. [...] Não tinha lágrima, tava tudo seco. Pensava nos filhos. [...] Cê sabe que não deu tempo pra eu pensar. Não deu tempo de eu pensar na minha viuvez. Aquela violência que eu tava recebendo enquanto eu tava viúva aqui no Brasil não me deixava pensar em nada, eu só pensava em meus filhos, eu só pensava nos filhos. Não pensava se eu ia ficar presa, não pensava se eu ia ser morta, eu pensava só nos filhos. Eu pensava “Ai meu Deus, como é que vai ser?”. Mas eu não pensava que eu tava viúva, eu não pensava. Aquilo era uma coisa que aconteceu. “Será?”. Não parecia, parecia mentira. A violência foi tão grande que não deixou eu sentir, foi tão poucos dias que eu fiquei aqui no Brasil, 23 dias, não deixou eu senti que eu tava viúva, eu não senti. [...] Olha, eu não pensei sinceramente. Eu não pensei que eu tava viúva, eu sabia que eu tava numa luta dura e tinha perdido o marido mas eu não me chamava de viúva. [...] Eu dou muito valor ao meu marido, eu acho que ele não tá morto, eu acho que ele não tá morto [...], eu penso que ele tá vivo. Eu não [...] fico chorando não. Falei pra você criatura que eu nunca chorei porque não deu tempo e agora que eu tenho tempo pra chorar eu não choro. Não tem nem lágrima para chorar. Às vezes eu choro de emoção uma coisa assim, quando eu lembro daqueles crimes que eles cometeram comigo e com meus companheiros. Ai as vezes eu fico emocionada. Eu sei que eu sou viúva, mas eu não... eu respeito muito o meu marido, eu acho que ele foi um herói. Ele pegou em arma para defender aquilo que ele acreditava. Então eu não vou chorar, não vou andar chorando não. Eu tenho muita coragem pra viver ainda, porque se eu esmorecer, eu esmoreço meus filhos e eles também precisam viver. [...] você sabe que, eu só me considero viúva quando o povo me chama de viúva. Ai eu sou viúva, mas fora disso eu tô na minha. Eu tô na minha, eu não fico “Ai meu Deus eu sou viúva”, não,

eu tô na minha, eu vou andando. Eu sei que ele deu a vida por aquilo que ele acreditava e eu tenho que respeitar aquilo que ele acreditava. Então eu não posso dizer... eu acho que ele está vivo. Os mortos só são mortos quando o dono dos mortos quer que eles estejam mortos. (LUCENA, 2014)

Denise

Eu tinha perdido alguém que para mim era muito importante, o Eduardo foi uma pessoa na minha vida que... como ele [esposo atual] é hoje para mim. [...] baseada na lei de anistia a convivência vinha reconhecida, para todos os efeitos. Eu fui reconhecida. Quem recebeu a indenização dele fui eu e não a Eduarda, como a viúva dele. [...] Olha, viúva é um status que você adquire porque o teu companheiro morre mas viúva ou não viúva não tem... eu fui uma pessoa que perdi esse companheiro. O título... foi reconhecido mas isso não tem a menor importância, essa oficialização do status não é o que o conta. [...] Conta na reação de fato as relações de afeto, de estima, de consideração, de estima. (CRISPIM, 2014)

Pedrina

A gente nunca esquece, a gente sempre lembrar. Quando eu estava trabalhando, aí você pensa "Podia ser tão diferente". Você imagina, aqui a gente imaginava, quando casou né... fazer uma casa, ter os filhos, tudo isso. Eu mesma nunca pensei que fosse passar por isso, talvez nem ele. [...] Sim, me considero [viúva]. Marcou muito, muito mesmo. [...] Porque muito tempo, você quando está sozinha você pensa assim... aí você lembra e pensa "Será que morreu mesmo?", você fica na dúvida né. (de CARVALHO, 2014)

Isaura

Eu passei um ano chorando, um ano, com a morte dele. Até um ano eu chorava, de noite, de dia eu não chorava, de noite eu botava a cara no travesseiro e chorava, chorava, chorava, chorava, chorava até desabafar. Era quase todo dia aquela crise e choro, quase todos os dias, parece que se eu não chorasse tinha um troço aqui me apertando. [...] foi muito forte. Aí eu tinha que chorar para desabafar, limpar de dentro de mim, para eu respirar senão eu não conseguia nem falar, aquela coisa dentro de mim que eu não aguentava. [...] eu me sinto. Nunca me casei, sou tão viúva que eu nunca me casei. Eu me senti viúva sim, me sinto, nunca casei, nunca namorei mais. Eu tinha 30 anos quando mataram ele, não é que eu não achei não casamento, lá fora então cubano são doidos por estrangeiras mas eu não quis me envolver com ninguém. Eu achei que eu tinha duas filhas mulheres, não estava afim de me envolver com homem entendeu?! Eu tinha, eu me preocupava muito com as minhas filhas, elas eram pequenas. Eu sabia que o pai era muito amoroso, tinha muito amor por elas, era apaixonado pelas filhas, por mim... precisava ver as cartas dele que ele escrevia para mim falando em mim e nas meninas. [...] o pai gostava muito delas. Era apaixonado pelas filhas, eu tinha medo de casar e não dar certo, judiar das meninas. (COQUEIRO, 2014)

As experiências de Damaris diante da viuvez, da tortura ou do exílio refletem um objetivo que se destaca em todo o relato, a importância que os filhos tiveram em todas as escolhas que foram tomadas por ela. A sobrevivência era motivada pela responsabilidade que

Damaris assumiu em manter o bem estar de seus filhos, mesmo estando no exílio com os mais novos, em nenhum momento Ariston (o filho mais velho) foi esquecido. A mobilização em favor da vida de seu filho a vez criar redes de denuncia que auxiliaram na criação da Lei de Anistia e na sobrevivência de Ariston. A viuvez foi assumida como um status civil que permitia que Damaris recebesse seu direito a pensão e com a lei nº 9.140/95 a indenização pelo assassinato de seu marido.

O caso de Denise também analisa a viuvez como um status civil dado mas que não reflete a sua vivência quanto a situação. A interpretação a partir da perda de uma grande amor, os traumas por conta do assassinato de seus companheiras e pelas torturas sofridas fizeram com que Denise tomasse como prioridade a vida de sua filha Eduarda. Mais uma vez a motivação para a sobrevivência está ligada ao bem estar da prole.

Pedrina encara a viuvez como uma experiencia marcante em sua vida e o status que recebeu socialmente foi adotado por ela como parte de suas identificações. A perda do marido e a ruptura que a morte causou nos planos que fez para uma vida, transformaram os padrões que haviam sido construídos durante sua infância e juventude. As mudanças aceleradas de seu cotidiano movimentaram a desconstrução de ideais e a reconstrução de suas experiências a partir do percorrer da memória.

O relato de Isaura expõe emoções que normalmente estão vinculadas as representações de viuvez feminina. O luto assumido pela tristeza, a reclusão e a privação de buscar outro companheiro são características que faziam parte dos padrões descritos pelos livros manuais mas que não foram interpretados da mesma forma por Isaura. Assim como nos demais casos, Isaura tomou essas características primeiramente pelo fato de assumir a responsabilidade de manter o bem estar de suas filhas e as emoções expressas pela morte de Aderval que foi se companheiro, único namorado e homem com quem realizou o sonho do casamento.

Cada uma dessas mulheres construiu a partir da vivência sua própria interpretação sobre a situação de viuvez. Apesar dos padrões sociais e das representações que a viuvez feminina adquiriu no decorrer da história, as vivências traumáticas e as características identitárias construídas durante toda uma vida foram os fatos de maior relevância para a posição que tomaram no presente através de seus relatos. Todas essas experiências fraturadas proporcionaram a construção dessas mulheres como sujeitos, suas historias emergem de forma ímpar para complementar uma história repleta de discursos de vencidos e vencedores

sobre o período da Ditadura Militar no Brasil. permitiu que histórias que possuem uma história ímpar inclusa em uma história coletiva. Elas reconstruíram no presente relatos que traduzem suas múltiplas identificações (descentradas e fragmentadas) encontradas em seus discursos e no percorrer de suas memórias.

A viuvez é apenas uma das muitas identificações que estão presentes no processo contínuo de construção de identificação de *si*. Na atualidade, as perspectivas identitárias que vem recebendo críticas possuem visões de unidade, integralidade e originariedade. O motivo que leva a contínua discussão sobre esse assunto é pelo fato de que esse conceito ainda não foi dialeticamente superado, não havendo outros que o substitua e permitindo assim que este continue a ser pensado. O conceito é estratégico e posicional, aplicável no termo de *identificação*⁵⁵ possibilitando um processo de articulação com efeito de fronteira (HALL, 2000: 103, 106). Esse processo de articulação pode ser entendido como transformação e dinamização das relações de exclusões e inclusões para distinguir o *eu* e o *outro*, pensando não em uma forma estática, mas sim fluida (BARTH, 1998:188, 200) Essa articulação pode ser revista como um “delineamento do limite de transição das identidades vivenciadas pelos indivíduos frente às normas estabelecidas” numa transformação constante dos processos identitários (POSSAS, 2011). Hall destaca como a fragmentação das identidades colaboram para que a fluidez das experiências constitua uma posição relacional e não estáticas:

As identidades são, pois, pontos de apego temporário às posições-de-sujeito que as práticas discursivas constroem para nós [...] “Uma teoria da ideologia deve começar não pelo sujeito, mas por uma descrição dos efeitos de sutura, por uma descrição da efetivação da junção do sujeito às estruturas de significação”. Isto é, as identidades são as posições que o sujeito é obrigado a assumir, embora “sabendo” [...], que elas são representações, que a representação é sempre construída ao longo de uma falta, ao longo de uma divisão, a partir do lugar do outro e que, assim, elas não podem, nunca, ser ajustadas – idênticas – aos processos de sujeito que são nelas investidos. (HALL, 2002:112)

A viuvez feminina passa por essa construção discursiva mas permanece oculta, apenas ruídos sonorificam descrições modulares que não traduzem a mulheres enviuvada e as suas

⁵⁵ Hall passa a utilizar o termo identificação em vez de identidade por vê-lo como uma abordagem discursiva mais próxima do sentido de construção, processo, condicional ou alojada na contingência. Ele a compreende como produzida em seu local histórico e institucionais específicos, constituída por meio da diferença. Assim assumindo o termo identidade como forma de apego temporário as posições de sujeito construídas e impostas. (HALL, 2000)

identificações como parte suturada, reestruturada, construída e desconstruída de acordo com as experiências cotidianas. Ou seja, são posicionamentos estratégicos que os sujeitos ocupam da maneira que melhor possam adequar-se a suas necessidades.

As representações de viuvez feminina como estereótipos precisam ser questionadas para que possamos compreender a fluidez das experiências que, juntamente com outras situações, possibilitam um *outro olhar* sobre a história. O luto como parte do processo de enviuvamento nos permite analisar como o espaço e o tempo histórico auxiliam para desconstrução de imagens que remetem a personificação da morte na condição de enviuvamento feminino. Desta forma, compreender os rituais da morte colabora para que possamos penetrar no campo das experiências, que por sua vez são influenciadas pelo espaço em que são desenvolvidas, resultando em complexas situações de viuvez que diferem das que foram socialmente naturalizadas.

3.4 REPRESENTAÇÕES DA MORTE: O luto e os rituais da morte

*“Ó morte, tu vens de todas as partes
 Nos assediar teu estandarte
 Tremula sobre o universo inteiro,
 Ninguém jamais te faz frente
 Pela força ou pela astúcia, porque
 Tu sabes muito bem nos aterrorizar.
 Estejas perto ou longe
 Com a funda ou com a corriqueira,
 Tu destróis todos os nossos anteparos;
 Os cargos, tu os calças aos pés; tu preparas o caixão antes, lá
 Onde é esperado muito mais tarde.”*⁵⁶

⁵⁶ Verso 21 do poema *Os versos da morte* escrito entre 1194 e 1197 pelo monge-poeta francês Hélinand de Foidmont.. A obra contempla uma outra forma de descrever a representação personificada da morte além de demonstrar o medo que a morte proporciona aos seres humanos e reforçar o caráter de rompimento do cotidiano. Disponível em: <http://www.carcasse.com/sepia/versos4.htm> . Acesso em: 01/ago. 2014.

Os rituais da morte existem em todas as culturas, possuindo em cada uma delas suas próprias funções. O cerimonial proporciona as sociedades uma forma de controlar a morte, finalizando a vida e definindo novos papéis aos familiares (BEE, 1997:598) como no caso da viuvez. Essa eliminação da morte na sociedade ocorre pelo fato de que, o evento da morte acaba por abalar o ordenamento social, assim, os rituais servem como reorganização “preservando o equilíbrio individual e social dos vivos” (MORAIS; MOTTA, 2008:01; BACHIERI; GARAY; TUMINI, 2006:218). Simbolicamente, a morte é dominada para que esta seja aceita, reconhecendo a perda como efetiva e amenizando a intensidade da separação. Outro significado que os rituais possuem é o de despedida, que se faz necessário para que se encerre parte da história daquele que faleceu. A socialização do evento com a comunidade serve para compartilhar a morte e para a manifestação da solidariedade para com os familiares e amigos (BACHIERI; GARAY; TUMINI, 2006:216-217; ARIÈS, 1982:658).

A morte de um ente querido rompe com a rotina e define momentos que serão experienciados por essa situação de perda. Após o momento da morte, algumas questões são consideradas nas sociedades ocidentais contemporâneas como o velório, o sepultamento e o luto. No Brasil do século XVII a morte trágica e sempre preparação era muito temida, pois, caso os ritos não fossem realizados, poderiam apresentar perigo espiritual ou físico. Os ritos deveriam ser realizados para que marcasse a passagem do morto para o *outro mundo* (REIS, 1991:74). Cada parte integrante dos ritos possuem seu significado e o cuidado/tratamento com o corpo morto adquirem um lugar fundamental nas cerimônias (BACHIERI; GARAY; TUMINI, 2006:115).

Até meados do século XIX, “o corpo era visto como sagrado” e estava relacionado com a alma, seu cuidado era importante para o destino da alma. Com o avanço da medicina, transformações foram ocorrendo com os cuidados com o corpo e a alma foi relacionada apenas a mente como no dualismo cartesiano de Descartes quando dizia que a alma racional é distinta do corpo, mente e matéria (FRANCO, 2011:175-178). O corpo morto é um rompimento com a representação do corpo humano vivo, o que acarreta um abalo quanto ao contato direto com o defunto. Por isso, por muito tempo, o tratamento do cadáver esteve ligado ao destino da alma e a realização dos ritos como garantia da proteção espiritual (MORAIS; MOTTA, 2008: 01-02). Desta forma, a primeira providência era preparar o velório e o funeral tratando dos cuidados com o cadáver que outrora era lavado, vestido e adornado pelos familiares (REIS, 1991:114). Com o processo de medicalização, o corpo morto tornou-se repulsivo e os ritos que anteriormente eram domésticos, passaram a ser

realizados por especialistas. Além da perda, a decomposição do corpo e o contato com a morte tornaram-se empecilhos – para a família do defunto – manipulá-lo. Outra questão ligada aos cuidados é a preparação da aparência do defunto, através das técnicas de embalsamento procura-se manter a aparência natural, como se estive vivo e apenas dormindo. Isso se ocorre para que a morte seja disfarçada e o corpo mantenha um aspecto de vida (MORAIS; MOTTA 2008:05-06) para que as lembranças posteriores sejam as mais felizes. A sociedade contemporânea dedica-se a ocultação da morte como se esta pudesse se manter distante dos que estão vivos por isso os funerais e as sepulturas são de significativa importância.

O caixão ou esquife, como era chamado, era utilizado apenas para o transporte do corpo, mas a utilização contemporânea desse mesmo objeto trouxe outras significações (ARIÈS, 2000:242-243). Não apenas o transporte é realizado, mas também o préstito que é uma forma de homenagem no momento do deslocamento do corpo do velório ao local de inumação. A necessidade de enterrar o cadáver dentro do caixão se dá no Brasil no século XIX por indicações médicas já que a decomposição do cadáver acabava por contaminar o solo (FRANCO, 2011:174).

Segundo Vovelle (aput MORAIS; MOTTA 2008:02) os locais onde os corpos são enterrados – túmulos, sepulcros, sepulturas ou covas – exprimem a mentalidade fúnebre de uma época. No Brasil colonial manteve-se um costume medieval de *ad sanctos apud ecclesiam*⁵⁷ pois os cemitérios laicos eram precários e as condições de inumação eram péssimas, fazendo com que a procura, até mesmo por escravos, de um sepultamento cristão fossem frequentes. Os cemitérios afastados das cidades e principalmente fora das igrejas foi uma medida tomada por questões médicas e higienistas pelos vários surtos epidêmicos ocasionados após os falecimentos. Essa medida acabou por gerar diversos atritos entre a Igreja e a elite política-intelectual pela administração civil dos cemitérios (FRANCO, 2011:164-169,181). Enterrar os mortos adequadamente passou a ser uma forma de recordar e “honrar” seus entes querido (KOVACS, 1992:35-36). Entre os séculos XV e XVII passam a conservar lembranças através do “acumular” dos cadáveres, almejando resgatar a união da família, que se rompeu com a morte, no pós-vida (COCICOV, 2009:50). A questão da visitação e da memória dos mortos é retomada na Europa após a Revolução Francesa, que

⁵⁷ O termo significa *santos na igreja*, o que primeiramente implicava na inumação dos sacerdotes da igreja. Na antiguidade os mortos eram levados para necrópoles pagãs. Por fé na ressurreição do corpo e pelo culto dos antigos mártires, os corpos dos fieis passaram a ser enterrados em solo *sagrado* já que “o culto pagão aos túmulos se opunha ao dogma fundamental da ressurreição”. (ARIÈS, 1986:42-43)

toma destaque pelos “novos tipos de monumentos” e de “inscrições funerárias”. Posteriormente, com o fim da Primeira Guerra Mundial, a “comemoração funerária” toma uma *outra* forma ao estabelecer a criação do Túmulo do Soldado desconhecido, aclamando “um cadáver sem nome” como parte da memória comum e da história da nação. O monumento remete a memória, ao lembrar, evoca o passado e perpetua a recordação (LE GOFF, 2003: 456,460,526). Por meio do monumento, o “invisível” torna-se “visível”, ou seja, o túmulo toma a forma física do corpo enterrado e deteriorado que não mais se vê. As sepulturas asseguravam o destino do cadáver em um local para ser cultuado e conservava a identidade da pessoa morta (MORAIS: MOTTA, 2008:02). Apesar de anteriormente temer-se a morte sem sepultura por acreditarem que a alma vagaria pelo mundo dos vivos (REIS,1991: 171), desenvolveu-se um sentimento, relacionado a família, como forma de continuidade por intermédio da sepultura que passa a materializar o ausente (ZANELLA, 2009:165-166; CATELA, 2001:141). O cemitério permite que a pessoa morta possua nome e endereço (COCICOV, 2009:72), o espaço possui sua própria lógica ao sinalizar por meio de fotos, dizeres, monumento, etc que descrevam quem está sepultado naquele local (CATELA, 2001:141). Como local de visitação o cemitério e os demais monumentos tornam-se um “conservatório das memórias póstumas” (ZANELLA, 2009:165). Todos os cultos e práticas discutidas possuem expressiva relevância no processo de enlutamento, visto que os ritos auxiliam no processo de adaptação da perda (RUBIO, 2011:138).

Os rituais e locais da morte possuem sua importância na reconstrução da rotina que foi rompida pela morte de um ente. O processo do luto é necessário para que aquele que sofre a perda possa recuperar-se do rompimento ocasionado pela morte e consiga recomeçar (BALDIN, 2008:48). O enlutamento é um período difícil para quem o vivencia e as pessoas enlutadas possuem um histórico de rejeição por serem associadas a “sentimentos de pânico e de desespero”. Isso acaba reinterando o medo da solidão e do desamor que esses indivíduos interiorizam (PINCUS, 1989:45). O período ditatorial no Brasil provocou um rompimento nos costumes e tradições referentes a morte e seus rituais. As viúvas relataram as transformações ocorridas em suas experiências quanto a socialização da morte de seus maridos/companheiros nos quais foram impedidas de vivenciar como ocorrem frequentemente em nossa cultura.

Damaris presenciou a morte de seu marido executado diante de toda família com o tiro na cabeça. Após toda ação policial, a viúva foi levada para o DOPS e seus filhos ao juizado de menores. Durante 23 dias Damaris permaneceu presa até conseguir ser liberada pelo sequestro do cônsul japonês. Segundo entrevista cedida por A. Telma Lucena, filha mais nova de

Antonio e Damaris, o corpo de seu pai foi destruído por uma rajada de metralhadora e deixado apodrecendo em um caminhão em frente a delegacia de Atibaia. Posteriormente, diante de muitas reclamações dos vizinhos pelo mal cheiro que vinha do caminhão, os restos mortais de Antonio foram sepultados. Constava em documentos militares que o sepultamento de Antonio havia sido feito no cemitério de Vila Formosa e seu atestado de óbito constava como *causa mortis* anemia aguda. A exumação feita pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos constatou que os restos mortais de Antonio não estavam na cova indicada pelos documentos; até o presente momento não foi possível localizar o local onde a ossada foi sepultada. Damaris não vivenciou o velório, sepultamento e luta de seu marido já que a prisão e o exílio não permitiram que esses cerimoniais fossem realizados. Nem mesmo o direito de ter os restos mortais de Antonio em uma sepultura da família foi possível obter.

Pedrina também foi impedida de velar e sepultar o corpo de seu marido já que foi levada para a OBAN onde ficou detida cerca de um mês. Nesse período, nem mesmo sabia da morte de Devanir, posteriormente soube que seu sogro havia feito o enterro no cemitério de Vila Formosa. Nos documentos disponibilizados pelo BNM, consta que o sepultamento ocorreu no cemitério de Perus e que a *causa mortis* foi choque hemorrágico (ARQUIDIOCESE, [tomo V] 1985:91), ou seja, significativa perda de sangue que no caso de Devanir ocorreu por ter sido baleado pelos agentes repressivos. Durante sete anos Pedrina esteve exilada, assim como toda a família de Devanir. Passado cinco anos do sepultamento de seu marido, o pedido de exumação não foi feito por nenhum membro da família, os restos mortais de Devanir foram transferidos e até o momento não foram recuperados. Pedrina e seus filhos continuam a busca pela ossada de seu marido que possam sepultá-lo no jazigo da família.

A *causa mortis* de Bacuri descrita no atestado de óbito foi de hemorragia interna e fratura do crânio por ferimento perfuro (tiro de arma de fogo). Denise acompanhou o pai de Eduardo no enterro que orientado pela repressão que não deveria ser aberto o caixão durante o sepultamento. A ordem não foi seguida e Denise se deparou com um corpo severamente seviciado. Eduardo havia sofrido diversas torturas que causaram paralisia das pernas, olhos perfurados, uma orelha decepada e todo o corpo marcado pelas torturas. Denise nem mesmo reconhecia a fisionomia do belo rapaz por quem um dia havia se apaixonado. A violação do corpo de Bacuri revoltou Denise que entrou em contato com a edição de jornais convocando-os a comparecer ao cemitério de Areia Branca e analisarem como um corpo que havia sido entregue aos familiares com a versão de morte por tiroteio, encontrava-se em situação de extrema destruição por torturas. Assim como nos casos de Damaris e Pedrina, os restos

mortais do companheiro de Denise também foram perdidos no processo de exumação sem acompanhamento da família.

O retorno de Aderval ao país e o anúncio de sua morte causaram grande trauma em Isaura que foi juntamente com seu sogro para recuperar o corpo de seu marido. Isaura não teve condições emocionais para fazer o reconhecimento e deixou que seu sogro o fizesse. A viúva tinha a esperança que fosse um engano e que outra pessoa havia sido confundida com seu marido. O corpo pertencia a Aderval e não pode ser liberado para sepultamento por falta de um médico responsável para assinar a liberação em um domingo. Após uma semana a família conseguiu a liberação do corpo, o sepultamento foi feito rapidamente e o caixão foi aberto apenas um momento a pedido de Isaura que encontrava-se abalada emocionalmente. A exumação do corpo de Aderval foi feita no período em que Isaura estava exilada em Cuba e os documentos do óbito estavam com ela, o que impossibilitou que outros familiares pudessem realizar a intervenção e recuperar os restos mortais do militante.

A viuvez, como já foi dito, é uma das perdas mais difíceis que o ser humano passa e a reclusão e afastamento da mulher enviuvada mostra como essa experiência pode ser traumática. Na história do luto, segundo Ariès, nota-se que a o luto diante da morte domada era expressada publicamente, de forma violenta e desesperada (ARIÈS, 2000:169); na contemporaneidade essas expressões são vivenciadas apenas em âmbito privado. A viuvez feminina que foi representada por muito tempo como perpetuação da morte do cônjuge na vida da mulher, segundo Bee, foi analisada como uma difícil experiência do processo de enlutamento que recebeu dos estudiosos da psicologia a elaboração de um roteiro que abarca as fases dessa situação. O enlutamento analisado por pesquisadores como Bowlby e Sanders, que trabalham como desenvolvimento humano e dividido em etapas que os indivíduos enlutados percorreriam no processo de recuperação da perda. Segundo Bee, as etapas construídas por Bowlby e Sanders estão resumidas na seguinte tabela:

ESTÁGIOS DO LUTO PROPOSTO POR BOWLBY E SANDERS			
Estágio	Bowlby's Label	Sanders's Label	Descrição Geral
1	Entorpecimento	Choque	Característica dos primeiros dias, ocasionalmente mais longos; descrença, perturbação, inquietação, sensação de irrealidade,

			sensação de impotência.
2	Compaixão	Percepção da perda	O enlutado tenta recuperar a pessoa perdida; pode buscar ativamente ou perambular como que buscando; pode relatar que vê a pessoa morta. Também cheio de ansiedade e culpa, medo, frustração. Pode dormir mal e chorar com frequência.
3	Desorganização e desespero	Conservação e retraimento	Basicamente, tal período é o da depressão e do desespero; cessa a busca e a perda é aceita, mas a aceitação da perda traz depressão ou uma sensação de impotência. Costuma ser acompanhada de muito cansaço e de um desejo de dormir todo o tempo.
4	Reorganização	Cicatrização e renovação	Sanders vê aqui dois períodos; Bowlby apenas um. Ambas entender ser este o estágio em que o indivíduo assume o controle outra vez. Há certo esquecimento, uma sensação de esperança, aumento de energia, saúde melhor, melhores padrões de sono, diminuição da depressão.

Os estágios e as características de cada etapa do processo de luto foram encontrados em diversos indivíduos pesquisados por Bowlby e Sanders, o que colaborou para a construção de teorias que até os dias atuais são reconhecidas. Nesse processo, atesta-se que o sofrimento⁵⁸ é parte dessa experiência de perda e não vivenciar o luto constitui um sinal de não superação da ausência do ente querido. Bee afirma que “o luto não ocorre em estágios fixos” e mesmo que alguns dos estágios surjam no processo de luto, não é possível certificar que todos vivenciarão o processo dentro dessa estrutura. Recuperar-se de uma perda por morte também é algo que não é possível afirmar, nem todas as pessoas finalizarão o processo de enlutamento. (BEE, 1997:601-603). O prolongamento do luto também é visto como patológico, segundo Freud, o sofrimento extremo e o vazio são características próprias da melancolia. O conflito entre o indivíduo e os diversos sentimentos que o cercam – como um desânimo penoso, o desinteresse pelo mundo, o desamor, falta de autoestima, autorrecriminação, autoenvelhecimento, etc – posiciona-se em uma situação que se compara a de uma ferida aberta (FREUD, 1992) para onde as energias são redirecionadas e o sofrimento permanece.

As viúvas de militantes de organizações clandestinas foram impedidas de vivenciar os cerimoniais e rituais da morte como forma de despedida de seus maridos/companheiros. Nos casos de Damaris e Pedrina, nem mesmo puderam participar do sepultamento. Em todos os

⁵⁸ O sofrimento é uma forma de expressar a dor pela perda mas a falta de sofrimento pode indicar repressão ou negação desses sentimentos dolorosos (BEE, 1997:603)

casos, os restos mortais dos militantes foram perdidos/escondidos negando os direitos dessas mulheres de enterrarem e cultuarem seus mortos. Os monumentos de sepultamento conservariam certa relação entre os familiares e o militante falecido mantendo a memória do mesmo em evidência. A falta do corpo condiciona essas mulheres ao sofrimento de uma perda sem evidências próximas e concretas de uma morte, o que mantém um sentimento de ausência e não de término da vida. A sepultura seria um espaço de “relações de parentescos, sociais e culturais rompidos pela morte”, o que altera a vivência do luto e não permite uma normalidade ao cotidiano dessas famílias (CATELA, 2001:140-141).

A ausência do corpo alude também a uma ausência da memória e da identidade daquele que morreu (CATELA, 2001:152). A manutenção da memória dos militantes é feita pelas viúvas que permanecem como responsáveis por não deixar que as histórias da guerrilha sejam esquecidas. Diante de dados que muitas vezes são “negligenciáveis”, observamos em vestígios (GINZBURG, 1990:151) espalhados pelas residências das viúvas entrevistadas como a manutenção da memória é trabalhada no cotidiano dessas famílias. Essas mulheres mantêm em suas residências pequenos altares, quartos ou espaços reservados da memória. Os espaços *públicos* da memória evidenciados nos trabalhos de NORA evidenciam a cristalização da memória através dos lugares. Esses restos fazem parte da subsistência de uma memória comemorativa que é implantada pelos *lugares de memória* como forma de preservar uma memória que não se fez espontaneamente, mas foi construída para que o esquecimento não ameace a história de um grupo/sociedade (NORA, 1993:07,08,012,013). No Brasil, o *Memorial da Resistência*⁵⁹ criado com o intuito de preservar a memória da resistência e da repressão política no país (1989-atualmente) possui um projeto chamado *Lugares da Memória* que disponibiliza um banco de dados onde consta o nome do lugar da memória, a cidade onde ele se encontra e a categoria a qual pertence (aparelho, monumento, arquivo, escola, logradouro, centro médico, cemitério, etc). As homenagens feitas aos militantes assassinados na ditadura são, segundo Catela, formas de disputas pela memória do período, visando a soberania diante do espaço público, das legitimidades e dos critérios de demarcação deslocados pelo tempo (2001:208). As viúvas relataram algumas das homenagens que seus maridos/companheiros receberam nos últimos anos como uma rua na Bahia com o nome de Aderval Coqueiro, uma creche em Piraporinha que recebeu o nome de Devanir de Carvalho, inscrições com o nome de Antonio de Lucena no monumento inaugurado em São Paulo em dezembro de 2014 ou uma rua com o mesmo em Campo Grande/MS, ou então no caso de

⁵⁹ Disponível em: <http://memorialdarestenciassp.org.br/memorial/default.aspx>. Acesso em: 17/dez.2014.

Bacuri (Eduardo Leite) que recebeu o título de cidadão paulistano pela Câmara de São Paulo em 2010. Estes são alguns exemplos da manutenção da memória coletiva da sociedade brasileira e também como forma de denuncia para reafirmar as atrocidades cometidas pela Ditadura. “Para que não se esqueça. Para que nunca mais aconteça.”.

O assassinato dos maridos/companheiros das viúvas entrevistadas marcaram uma ruptura nos projetos familiares que os casais haviam construído. O corpo em uma sepultura é uma forma de “imobilizar a história” (COCICOV, 2009:72), perpetuando a lembrança e a identidade do defunto, assim como o monumento da sepultura também é um lugar da memória (MORAIS; MOTTA, 2008:02) as viúvas foram impediu ter os restos mortais de seus maridos/companheiros devidamente sepultados. Essas mulheres criaram outras formas de manter em seus lares a memória de seus maridos/companheiros através do que podemos chamar de *espaços privados da memória*, ou seja, quartos, altares, corredores decorados com lembranças, paredes principais das residências que se destacam com fotografias dos militantes assassinados. Os vestígios encontrados nesses espaços são práticas de recordação, homenagens e denúncias que tornaram-se constantes no cotidianos dessas mulheres. A ausência não foi relacionada ao esquecimento, a ausência foi ocupada pela incorporação de objetos que remetem a memória desses membros apartados da família. As fotografias tomam lugar de destaque entre os objetos que representam os maridos/companheiros falecidos, pelo fácil acesso e por remeterem “o fragmento de uma realidade” e “a perpetuação de um momento” congelado pelo registro fotográfico. A fotografia como imagem sobrevive aos avanços do tempo e mantém aquele que é retratado (KOSSOY, 1989:101.) com aspecto de um passado que não envelhece. Essas fotografias auxiliam na lembrança de fisionomias que foram destruídas pela tortura e que muitas vezes transformaram as lembranças dessas viúvas em constantes imagens de horror e trauma. Os retratos desses maridos/companheiros ainda jovens e belos colaboram para um *lembrar* mais próximo da realidade dos companheiros com quem viveram e não dos corpos destruídos e marcados pelo sofrimento ocasionado pela repressão.

A ausência do corpo e as lembranças traumáticas de um passado marcado pela violência modificaram os costumes e as lembranças dessas viúvas que transformaram seus cotidianos de modo a reconstruir novas identidades e permitir que a memória de seus maridos/companheiros seja preservada. Elas sentem-se responsáveis por manter em suas famílias esses membros que foram retirados do convívio com os filhos prematuramente. Por mais que o corpo físico tenha desaparecido, a história é mantida e repassada para cada

geração da família de modo que todos saibam da importância da vida e a consequência da morte na busca pela liberdade, democracia e o bem comum visado por esses militantes e tantos outros que morreram em busca de um ideal. As viúvas, entre militantes e não militantes acabaram adentrando a uma luta que parte do privado e busca denunciar como a ditadura foi responsável pelas fraturas em seus cotidianos e por romper com os projetos que essas mulheres possuíam antes da repressão assassinar seus maridos/companheiros. A luta por Verdade, Justiça e Memória é uma luta cotidiano incorporada pela viúvas que se sentiram responsáveis em propagar as histórias que tentaram ser silenciadas pela morte mas que se mantém viva por aqueles que conseguiram sobreviver aos Anos de Chumbo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A História nos trás mortos dos quais somos herdeiros, sujeitos que não receberam sepultamento histórico através de uma ato renovado trabalhado pelo (a) historiador(a) afim de buscar na memória e no luto uma forma de separar o presente e o passado para que possamos refletir sobre o futuro (RICOUER, 2007:506). A história da Ditadura Militar no Brasil vem sendo explorada através de diversos olhares para que possamos compreender a complexidade de um período que cerceou direitos civis e políticos, censurou, torturou, matou e desapareceu com muitos cidadãos que lutavam pelo direito a democracia. Ao atingir esses sujeitos, o Estado como “máquina de matar” atingiu diretamente famílias e grande parte da sociedade brasileira que viveram por 21 anos momentos de medo e privação.

A relação entre a Memória e a História auxilia na complexa tarefa de reconstrução dos fatos históricos. A memória como recurso de investigação auxilia na obtenção de novos dados sobre o passado, permite corrigir memórias equivocadas ou falsas e possibilita a utilização da memória como objeto de estudo (JELIN, 2002:63,64). As lembranças e experiências subjetivas contribuem para que tenhamos vários *olhares* sobre um mesmo período, possibilitando enxergar as sutis mudanças que ocorreram nas construções e desconstruções de identificações individuais e coletivas nos aproximando mais de uma “realidade histórica”.

Para trabalhar com mais proximidade de uma “realidade histórica” é necessário fugir dos essencialismos correntes na História e desenvolver uma multiplicidade de possibilidades

para uma reconstrução que adentre fluidamente as rupturas e permanências das experiências (BARTH, 1998:198,200). O cotidiano é parte significativa para que essa reestruturação possa ser pensada, já que a vida cotidiana encontra-se no centro do *acontecer histórico*. “A vida cotidiana é a vida do indivíduo”, e este compreende em si a particularidade e a genericidade. A particularidade corresponde a um complexo que assimila a *realidade dada* (genericidade) e sua *capacidade de “manipular” as coisas*, essa manipulação o leva a uma fragmentação de seus papéis (HELLER, 2000:94).

O objeto de estudos dessa pesquisa buscou na “viuvez compulsória institucionalizada” uma forma de evidenciar que os processos de viuvez feminina variam através do tempo, espaço, dos segmentos sociais e das experiências vivenciadas. Pensar a situação de viuvez como dada — construída sócio-culturalmente através de tradições religiosas, comportamentos e códigos legais — é *assujeitarmos* quem a vivencia (POSSAS, 2014:26). As fragmentações de papéis podem ser pensadas a partir do fenômeno paradoxal de identidade que Hall propõe. A identificação é vista como uma opção para refletirmos sobre a construção contínua no processo que as experiências proporcionam (HALL, 2000:106,109,112). Esse processo de articulação nos faz perceber que a situação de viuvez é uma das identificações presentes nas experiências das mulheres entrevistadas e que outras identificações também podem ser sustentadas concomitantemente. A multiplicidade dos sujeitos que vivenciam a situação de viuvez vai além das tradicionais representações de luto, pranto, sofrimento, vestimentas negras e comportamentos reclusos. As viúvas possuem “experiências intensas” que foram “menos teorizadas e estudadas”, necessitando que maior visibilidade seja dada a esses sujeitos múltiplos. Essas vivências construíram “modos de ação” política e cultural que foram menos perceptíveis (RAGO, 2013:28), os paradigmas indiciários são peças fundamentais para que essas histórias integrem as demais pesquisas sobre um período como o ditatorial brasileiro. Essa realidade complexa passa a ser remontada através de dados negligenciados como situações individuais que, “alcançam resultados que têm uma margem ineliminável de casualidade” que nos permite um novo olhar sobre esse momento histórico (GINZBURG, 1990:152).

Relatos são repletos de subjetividades e emoções, os discursos de Damaris, Denise, Pedrina e Isaura trazem nas histórias, nas palavras, nos gestos, nas lágrimas, nas expressões e nos adornos do lar características carregadas de emoções. As emoções nos permitem “desvelar a realidade subjetiva” das entrevistadas, elas são instrumentos de sociabilização e marcas de uma sociedade (ROSENWEIN, 2011:21,37,39). Esses surtos de sentimentos

surgem a partir de “estímulos externos” nos quais demarcamos na infância e por associação reagimos posteriormente (WALTON, 2007:16,20,23). No caso das viúvas nos Anos de Chumbo, essas emoções foram alteradas por meio da manipulação que essas mulheres exerceram sobre as prioridades daqueles momentos de efervescência. A identificação com a viuvez tornou-se secundária diante da necessidade de sobrevivência para exercerem o papel destinado a maternidade. Os filhos foram a razão pela qual essas mulheres continuaram a luta cotidiana. A alteração da vivência do luto e dos rituais foram modificados por cada uma delas para que a manutenção da memória do cônjuge fizesse parte da educação e da vida dos filhos.

Observa-se que as práticas e representações dos rituais e locais da morte possuem uma dinâmica complexa diante da rigidez de um Estado que violava os direitos dos cidadãos e que acabou por alterar significativamente algumas práticas tidas como costumeiras. Essa variação promoveu um rearranjo na construção do dinamismo traçado por um fenômeno social como a morte. O sepultamento foi de extrema importância nos séculos passados já que a ausência de sepultura significava “virar alma penada” (REIS, 1991:171). Nos casos de morte no período ditatorial, a ausência de sepultura ocasiona uma ruptura nos costumes de visitação de um local que corresponde ao culto da lembrança. O cemitério e os monumentos da sepultura compreendem a “transubstanciação” dos restos mortais materializados pelo túmulo, desenvolvendo “o sentimento de continuidade na família” (ZANELLA, 2009:165-166). A desaparecimento dos restos mortais de diversos militantes ocasionou um desarranjo no culto aos mortos, transpondo para as fotografias – presentes em todas as residências visitadas no momento das entrevistas – o significado que os monumentos têm para a perpetuação da recordação (LE GOFF, 2003: 526) e transmiti-la para as gerações seguintes (ARIÈS, 2000:169).

A memória necessita de suportes, se possível, materiais para sua perpetuação. Analisando os mortos e desaparecidos em ditaduras, como no Brasil e na Argentina, conclui-se que seus familiares e pessoas próximas ressignificaram os locais da morte a partir das fotografias, objetos e locais de memória coletiva (BACHIERI; GARAY; TUMINI, 2006:150). Os espaços dedicados aos mortos e desaparecidos como o Memorial da Resistência no Brasil e os diversos Lugares da Memória, possuem em âmbito coletivo, à significação da memória. Em âmbito privado, os quartos, altares, corredores, murais e outros espaços que são dedicados à recordação daqueles que faleceram, tornam-se locais da memória. As fotografias são instrumentos de recordação que recriam a presença (BACHIERI; GARAY; TUMINI, 2006:163), transcendem tempo e espaço e substituem o corpo físico,

materializando-o em imagem como forma de consolação (ZANELLA, 2009:169) que remetem a lembranças dos tempos em que seus entes queridos ainda estavam vivos.

Designadas como personificação do luto, as mulheres enviúvas foram representadas através da dor e do sofrimento durante muito tempo. Os livros manuais e as tradições passadas de geração em geração propagavam modelos de viuvez que não puderam ser vivencias pelas entrevistas por conta da perseguição e entraves ocasionados pela repressão. Diante das identificações e das vivencias pelas quais as viúvas entrevistadas passaram, podemos afirmar que a situação de viuvez feminina encontra-se em um âmbito de pluralidade ocultada pelas regras de interação e a tradição. Desta forma, compreendemos que as representações não são fixas ou homogêneas, mas sim que partilham de distintas temporalidades e circunstâncias que reivindicam sua especificidade diante da História. O exílio como parte significativa para recuperação das famílias e para mantê-las fora do alcance dos órgãos de repressão, foram essenciais para um momento de reflexividade sobre a vida, análise sobre o passado e o presente e de escolhas para a renovação do futuro. Os compromissos com a prole foram designados como de primeira importância e a responsabilidade que assumiram posteriormente de preservar a memória de seus maridos/companheiros fizeram com que essas mulheres militassem em busca da *verdade* e da *justiça*.

As buscas foram além das reparações econômicas disponibilizadas pelo Governo brasileiro, essas mulheres denunciaram os crimes que elas, seus maridos/companheiros e toda família, sofreram através da repressão e exclusão. A reparação simbólica significou para ela o reconhecimento dos crimes que o Estado cometeu, mas continuam em busca de receber as maiores e mais significativas reparações: o direito de enterrar seus mortos e saber quem foram os responsáveis pelo assassinato de seus cônjuges. As viúvas conservam seus testemunhos pois se veem na obrigação de falar por aqueles que não sobreviveram, ela sofre por estarem vivas, por terem passado pela situação de impotência de impedir que os crimes fossem cometidos e principalmente por terem uma história que seja socialmente reconhecida como parte da busca pela democracia no Brasil. elas e seus cônjuges falecidos ainda são parte de uma história oficial militar que está arraigada na sociedade brasileira e que sustenta uma visão que permite que violações dos Direitos Humanos continuem sendo parte do cotidiano. Essas mulheres lutam em busca da Verdade, da Justiça para que essas atrocidades não se repitam em nossa sociedade NUNCA MAIS.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABDULLAH, M. G. et all. Amy Vanderbilt. In: _____. **Encyclopaedia Britannica**. Disponível em: <http://www.britannica.com/EBchecked/topic/622926/Amy-Vanderbilt> . Acesso em: 22 de jul. 2014.

AGAMBEN, Giorgio. **Estado de exceção**: Homo Sacer II. São Paulo: Boitempo, 2004.

ALVES, Francisco Artur Pinheiro. Casamento religioso de divorciados no Brasil. **O Povo**: Jornal de Hoje, Fortaleza, 21 dez./2012. Disponível em: <http://www.opovo.com.br/app/opovo/opiniaio/2012/12/21/noticiasjornalopiniao,2975849/casamento-religioso-de-divorciados-no-brasil.shtml> . Acesso em : 30/jul. 2014.

ALVES, Maria Helena. **Estado e Oposição no Brasil**: 1964-1984. Bauru/SP: Edusc, 2005.

AMORIM, Anan Paulo. 1970 – Sequestro do Cônsul Japonês. Jornal do Brasil. Hoje na História. 11/mar. 2008. Disponível em: < <http://www.jblog.com.br/hojenahistoria.php?itemid=7500>>. Acesso em: 17/dez. 2014.

AMORIM, Felipe; MACHADO, Rodolfo. **Golpe de 64**: ‘Marcha da família com deus pela Liberdade’ completa 50 anos; saiba quem a financiou e dirigiu. OPERAMUNDI/UOL. Última instância. 21/mar. 2014. Disponível em: <<http://operamundi.uol.com.br/conteudo/reportagens/34445/golpe+de+64+marcha+da+familia+com+deus+pela+liberdade+completa+50+anos+saiba+quem+a+financiou+e+dirigiu.shtml>>. Acesso em: 17/dez.2014.

ANDRADE, Lucimary Bernabé Pedrosa de. Tecendo os fios da infância. In:_____. **Educação infantil**: discurso, legislação e práticas institucionais [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura acadêmica, 2010. 193 Disponível em: < <HTTP://books.scielo.org> >. Acesso em:17/dez/2014.

ARNS, Dom Paulo Evaristo. **Brasil**: Nunca Mais. 18 ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 1986.

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **Brasil Nunca Mais**. O Regime Militar, Tomo I, 1985.

_____. Perfil dos Atingidos, Tomo III, 1985.

_____. Perfil dos Mortos. Tomo V, 1985.

ARIÈS, PHILIPPE. **O homem diante a morte**. Tradução Ana Rahaça. Portugal: Publicações Europa-América, 2000.

_____. História da morte no Ocidente. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1982.

AURELL, Jaume. **A Escrita da História**: Dos positivismos aos pós-modernismos. Tradução Rafael Ruiz. São Paulo; Sita-Brasil, 2010.

BACHELARD, Gaston. **A Poética do Espaço**. Tradução de Antônio de Pádua Danesi. São Paulo: Martins Fontes, 1998. p.35.

BACHIERI, Carla Maria; GARAY, Lucía Soledad; TUMINI, María Carina. **Vivencias frente al límite**: los familiares de desaparecidos de Córdoba y sus construcciones de la identidad em torno al secuestro, La desaparición y las exhumaciones de los restos de sus familiares. Córdoba: Universidad Nacional de Córdoba, 2006.

BANDEIRA, Lourdes; MELO, Hildete Pereira de. **Tempos e Memórias do Feminismo no Brasil**. Presidência da República (Secretaria de Políticas para as Mulheres). Brasília: SPM, 2010.

BALDIN, Carla Borsoi; FORTES Vera Lucia Fortunato. Viuvez feminina: a fala de um grupo de idosas. **RBCEH**, Passo Fundo, v.5, n.1, p.43-54, jan/jun, 2008.

BARROS, José D'Assunção. **O Campo da História**: especialidades e abordagens. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

BARTH, F. Grupos Étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, P. **Teorias da etnicidade**. Seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth, Philippe Poutignat, Jocelyne Streiff-Fenard. Tradução de Elcio Fernandes. São Paulo: UNESP, 1998.

BEE, Helen. O ato de morrer, a morte e a consternação. In: _____. Trad. Regina Garcez. **O Ciclo Vital**. Porto Alegre: Artmed, 1997.

BERNARTT, Roseane Mendes. A infância a partir de um olhar sócio-histórico. IX Congresso Nacional de Educação- **EDUCERE**. III Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia. PUCPR 26 a 29 de outubro de 2009.

BERQUÓ, Elza. Arranjos familiares no Brasil: uma visão demográfica. In: NOVAIS, Fernando A.; SCHWARTZ, Lilia Moritz (org). **História da Vida Privada no Brasil**. v.4. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

BOURDIEU, Pierre. Permanencias y cambios. In: _____. **La dominación masculina**. Barcelona: Anagrama, 2000.

BRASIL. **Código Civil** Lei n.º 3.071, de 01 de janeiro de 1916. Com redação dada pelo decreto n.º 3.725, de 15 de janeiro de 1919 e alterações posteriores. Rio de Janeiro: Grafica Editora Aurora, 1959. (Coleção Lex nº02)

BRASIL. Decreto n.º 181, de 24 de janeiro de 1890. **Governo Provisório dos Estados Unidos do Brasil**. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-181-24-janeiro-1890-507282-publicacaooriginal-1-pe.html> . Acesso em: 30 jul./2014.

BRASIL. Resolução n.º 175, de 14 de maio de 2013. **Conselho Nacional de Justiça**. Brasília, 14 mai/ 2013. Disponível em: http://www.cnj.jus.br/images/resol_gp_175_2013.pdf . Acesso em: 30 jul./2014.

BRASIL. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. **Direito a Verdade e a Memória**: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade**: Lembranças de Velhos. 3 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

CAMARGO, Cristina. **Minha história**: Capitão que deixou Exército para entrar na luta armada lembra de atritos com Dilma. Folha de S. Paulo (Poder/50 Anos do Golpe). Disponível em: < <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/03/1429216-minha-historia->

[capitao-que-deixou-exercito-para-entrar-na-luta-armada-lembra-de-atritos-com-dilma.shtml](#)>. Acesso em: 17/dez. 2014.

CASTELLS, Manuel. **O Poder da Identidade**. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

CARDOSO, Irene. A geração dos anos 1960: peso de uma herança. **Tempo social**, Revista de Sociologia da USP, v.17, n.2, Nov.2005, p.93-107

CATELA, Ludmila da Silva. El círculo del exílio. **Diario de la memoria**. Editorial, Comisión y Archivo Provincial de la Memoria. Año V, n.6, Córdoba, dez.2012.

CATELA, Ludmila da Silva. **Situação limite e memória**: reconstrução do mundo dos familiares de desaparecidos na Argentina. São Paulo: Hucitec, Anpocs, 2001.

CARVALHO, César. Contracultura, drogas e mídia. **INTERCOM** – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Salvador/BA – 1 a 5 Set. 2002.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant. (org.). **A Família Contemporânea em Debate**. São Paulo: EDUC/Cortez, 2003.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural**: Entre práticas e representações. 2 ed. Alges/Portugal: DIFEL, 2002.

COCICOV, Giovanni Vitorio Baratto. Ortotanásia: Em busca da dignidade da morte. 2009. 196f. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Paraná – Faculdade de Direito, 2009.

COMBINATO, Denise S.; QUEIROZ, Marcos de S. Morte: uma visão psicossocial. Revista **Estudos de Psicologia**. Natal, v.11, n.2, p. 209-216, mai/ago. 2006.

COSTA, Albertina de Oliveira; et alii. **Memória das mulheres do exílio**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980

CLUTTERBUCK, Richard. **Guerrilheiros e Terroristas**. Tradução de Virgínia Bombeta. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1980 (Coleção General Benifício, v.183, publ. 503).

DAMATTA, Roberto. **A casa & a rua**: Espaço, cidade, mulher e morte no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1985.

D'AVILLA, Carmen. **Boas Maneiras**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S.A., 1942.

D'INCAO, Maria Ângela. Mulher e Família Burguesa. In.: PRIORI, Mary del. (org.); Bassanezi, Carla. (coord. de textos). **História das Mulheres no Brasil**. 9 ed. São Paulo: Contexto, 2008.

ELIAS, Norbert. **A solidão dos moribundos**, seguido de Envelhecer e morrer. Tradução Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

FERREIRA, Aurélio. B. H. **Aurélio século XXI escolar**: O minidicionário da língua portuguesa. 4 ed. rev. ampliada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

FRANCO, Maria da Conceição Vilela; RODRIGUES, Cláudia. O corpo morto e o corpo do morto entre a Colônia e Império. In: PRIORE, Mary del; AMANTINO, Márcia. (orgs.) **História do Corpo no Brasil**. São Paulo: Editora UNESP, 2011.

FREUD, Sigmund. Luto e Melancolia. Tradução de Marilene Carone. **Novos Estudos** – CEBRAP, mar/1992, n. 32, p. 128-142.

GASPARI, Élio. **A Ditadura Envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: UNESP, 1991.

GINZBURG, Carlo. Sinais: Raízes de um paradigma indiciário. In: _____. **Mitos, emblemas, sinais**: Morfologia e História. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar**: Como fazer pesquisa qualitativa em Ciências sociais. 11 ed. Rio de Janeiro: Record, 2009.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HALL, Stuart. **Quem precisa da identidade?** In: SILVA, Tomaz Tadeu (org. e trad.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

_____. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 7 ed. Rio de Janeiro. DP&A, 2002.

HELLER, Agnes. Estruturas da vida cotidiana. In: _____. **O Cotidiano e a História**. Tradução Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. 6 ed. São Paulo: Paz e Terra (Série: Interpretações da História do Homem), 2000.

JANDREICI, Majô. **Darci, uma mulher de luta**. #Participi, 19/ago/2014. Disponível em: < http://www.participi.com.br/Editorias/artigo.php?&tabela=tb_opinioao&id=157&artigo=Darci_uma_mulher_de_luta >. Acesso em: 17/dez/2014.

JELIN, Elisabeth. **Los trabajos de la memoria**. Madrid: Siglo XXI de España, 2002.

JODELET, Denise (org). **As Representações Sociais**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

KOFES, Suely; PISCITELLI, Adriana. Memórias de “Histórias Femininas, Memórias e Experiências”. **Revista PAGU**, Unicamp, Campinas/SP, ago/set, 1997: p343-354.

KOSSOY, Boris. **Fotografia e História**. São Paulo: Ática, 1989.

KOVÁCS, Maria Júlia. As atitudes diante da morte: visão histórica, social e cultural. In: _____. **Morte e desenvolvimento humano**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1992.

LAQUE, João Roberto. Morreu um herói. Blog do Laque. 27/mai.2013. Disponível em: <<http://blogdolaque.blogspot.com.br/2013/05/morreu-um-heroi.html>>. Acesso em: 17/dez.2014.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 5 ed. Campinas/SP: Editora da UNICAMP, 2003.

MACIEL, Wilma Antunes. Militares de Esquerda: Participação Política e Engajamento na Luta Armada. **Perseu**. N.09, ano 7, 2013.

MALUF, Marina; MOTT, Maria Lúcia. Recônditos do mundo feminino. In: SEVCENKO, Nicolau (org); NOVAES, Fernando A. **História da Vida Privado no Brasil**. v.3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. Manual de História Oral. 4 ed. São Paulo: Loyola, 2002.

MORAES, Lygia Quartrim de. Biografia e objeto de pesquisa. In: _____. **Memórias da repressão militar e da resistência política**.(org.) Campinas/SP: UNICAMP, Instituto de Filosofia e de Ciências Humanas, 2009 (série Ideias; 7).

MORAIS, Isabela Andrade de lima; Motta, Antonio. Significado do corpo e o sentido do consumo fúnebre. **26ª Reunião Brasileira de Antropologia**, jun, Porto Seguro, 2008.

MOTTA, Alda Britto. As idades da Mulher. Revista Feminismos. V.1, n.3, set/dez. 2013.

NAPOLITANO, Marcos. 1964 História do Regime Militar Brasileiro. São Paulo: Contexto, 2014.

NASCIMENTO, Claudia Terra do; BRANCHER, Vantoir Roberto; OLIVEIRA, Valeska Fortes de. A construção social do conceito de infância: algumas interlocuções históricas e sociológicas. **Revista linhas**, Vol. 09, n.01, jan/jun – 2008, p.04-18. Florianópolis.

NORA, Pierre. **Entre memória e história**. A problemática dos lugares. Proj. História. São Paulo, (10), dez. 1993.

OLIVEIRA, Carlos Fellippe. IPÊS e IBAD: A crise política da década de 60 e o advento do Golpe civil-Militar de 1964. **Revista Eletrônica História em reflexão**, vol. 2, n.3, jan/jun. 2008.

ORTIZ, RENATO. Revisitando o tempo dos Militares. In: REIS, Daniel A.; RIDENTI, Marcelo, MOTTA, Rodrigo P. S. **A Ditadura que mudou o Brasil**. 50 anos de Golpe de 1964.. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

PALMAR, Aluizio. Troca da liberdade do embaixador da Suíça, pela liberdade de 70 presos políticos. Documentos Revelados, 20/mar. 2012. Disponível em: < <http://www.documentosrevelados.com.br/repressao/forcas-armadas/troca-da-liberdade-do-embaixador-da-suica-pela-liberdade-de-70-presos-politicos/> >. Acesso em: 17/dez. 2014.

PALMAR, Aluizio. Sequestro do embaixador alemão libertou 40 presos políticos dos centros de tortura. Documentos Revelados, 18/jun.2012. Disponível em: < <http://www.documentosrevelados.com.br/repressao/forcas-armadas/sequestro-do-embaixador-alemao-libertou-40-presos-politicos-dos-centros-de-tortura/> >. Acesso em: 17/dez.2014.

PATAI, Daphne. **História Oral, Feminismo e Política**. São Paulo: Letra e Voz, 2010.

PERREIRA, Anthony W. ditadura e repressão – O autoritarismo e o estado de direito no Brasil, no Chil e na Argentina. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2013.

_____. Práticas da memória feminina. Ver. Brasileira de História. São Paulo, v.9, n.18, p.09-18, ago/set. 1989

PINCUS, Lily. **A Família e a Morte**: como enfrentar o luto. Tradução de Fátima Murad. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

PINSKY, Carla. **Mulheres nos Anos Dourados**. São Paulo: Contexto, 2014.

_____. Mulheres dos Anos Dourados. In.: PRIORI, Mary del. (org.); BASSANEZI, Carla. (coord. de textos). **História das Mulheres no Brasil**. 9 ed. São Paulo: Contexto, 2008.

POLLAK, Michel. Memória e Identidade. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.05, n.01, p.200-212, 1992.

_____. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.02, n.03, p.03-15, 1989.

POSSAS, Lúcia M. V. **A Viuvez: vivendo no limite entre a morte e a vida**. Brasil e Argentina nos “Anos de Chumbo”. Anos 60 e 80. Mai/2014. 84 páginas. Livre-Docência. Universidade Estadual Paulista – Faculdade de Filosofia e Ciências. Marília/SP: 2014.

_____. Vivências, Relatos de mulheres sobreviventes do drama argentino: do “Cordobazo” à cidade reprimida. **LASA**. Chicago, 2014.

_____. As blusas verdes e as marchadeiras. Movimentos de mulheres e participação política nos anos 30 e 60. **Revista Nuevas tendencias y Antropologia**, v.3, n.2012, p. 1-50, 2012.

_____. As Fronteiras: retomando a palavra e libertando significados. Quem sou eu? As mulheres e as identidades redescobertas. **Revista territórios e Fronteiras**, n. 1, v.4, jan/jul, 2011. p.59-70.

PRIORI, Mary del. **História do Amor no Brasil**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2006.

QUIROZ, Fernando. Estudios tanatológicos. **Intersalud**. Comunicação apresentada no 2º Congreso Virtual de Psiquiatria. Fev./2001. Disponível em: <http://www.psiquiatria.com/bibliopsiquis/handle/10401/181> Acesso em: 31/jul. 2014.

RAGO, Luzia Margareth. **A aventura de contar-se**: feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade. Campinas/SP: Editora Unicamp, 2013.

REIS, João José. As atitudes diante da morte. In: _____. **A morte é uma festa**: Ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

RIBEIRO, Gustavo Lins. **Do nacional ao global**. Uma trajetória (Memorial). *Série Antropologia*, v. 422. Brasília: DAN/UnB, 2008.

RICOUER, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas/SP: UNICAMP, 2007.

RIDENTI, Marcelo. As oposições à Ditadura: resistência e integração. In: REIS, Daniel A.; RIDENTI, Marcelo, MOTTA, Rodrigo P. S. **A Ditadura que mudou o Brasil**. 50 anos de Golpe de 1964.. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

ROLLEMBERG, Denise. “Memórias no exílio, memórias do exílio”. FERREIRA, Jorge; AARÃO REIS, Daniel. (Orgs.). **As Esquerdas no Brasil. Revolução e democracia (1964...)**. Vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007

ROSENWEIN, Barbara H. **História das emoções**: problemas e métodos. São Paulo: Letra e Voz, 2011.

RUBIO, Marcela Eiras; WANDERLEY, Kátia Silva; VENTURA, Maurício Miranda. A viuvez: A representação da morte na visão masculina e feminina. **Revista Kairós Gerontologia**, 14 (1), ISSN 2176-901X, São Paulo, março 2011: 137-147.

SAID, Edward W. **Reflexões sobre o exílio** - E outros ensaios. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SÁ MOTTA, Rodrigo Patto. O perigo é vermelho e vem de fora: O Brasil e a URSS. **Locus: Revista de História**, Juiz de Fora, v.13, n.2, p.227-246, 2007.

SANTOS, Washington dos. **Dicionário Jurídico Brasileiro**. Degredo. p.72. Belo Horizonte: Del Rey, 2001.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado**: cultura da memória e guinada subjetiva. Tradução Rosa Freire d'Aguilar. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.

SEIXAS, Jacy Alves de. Os tempos da memória: (dê)scontinuidade e projeção. Uma reflexão (in) atual para a História? Projeto História, São Paulo, (24) jan. 2002.

SPERBER, Dan. O Estudo Antropológico das representações: problemas e perspectivas. In: JODELET, Denise (org). **As Representações Sociais**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Revista Educação & Realidade**. Porto Alegre: v. 2, n. 20, p.71-99, Jul/Dez, 1995.

_____. In: História das Mulheres. In: BRUKE, Peter (Org). **A Escrita da História: Novas Perspectivas**. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

SOUZA-LOBO, Elisabeth. **A classe operária tem dois sexos**: trabalho, dominação e resistência. 2 ed3. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2011.

TÔRRES, Elisângela Matos. **A viuvez na vida dos idosos**. 2006. 160 f. Dissertação (Mestrado em Enfermagem), Salvador, Universidade Federal da Bahia – Escola de Enfermagem, 2006.

TEDESCHI, Losandro Antonio. **Alguns Apontamentos sobre História Oral, Gênero e História das Mulheres**. Dourados/MS: UFGD, 2014.

THOMPSON, Paul. **A voz do Passado**: História Oral. Tradução Lólio Lourenço de Oliveira. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

TÔRRES, Elisângela Matos. **A viuvez na vida dos idosos**. 2006. 160 f. Dissertação (Mestrado em Enfermagem), Salvador, Universidade Federal da Bahia – Escola de Enfermagem, 2006.

VAN-DERBILT, Amy. O luto. In: _____. **O livro de etiqueta**: um guia para a vida elegante. Tradução de abiah Lopes. Rio de Janeiro: distribuidora Record, 1958.

VASQUEZ-BRONFMAN, Ana. La Malédiction D’Ulysse. **Hermès**, n.10, 1991.

VIGOTSKI, L. S. **Teoria e método em psicologia**. São Paulo: Martins Fontes, 1996)

VILAÇA, Fabiano. Da difícil arte de ser educado. **Revista de História**. 2008. Disponível em: < <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/por-dentro-do-documento/da-dificil-arte-de-ser-educado> > Acesso em: 22 de jul. 2014.

WALTON, Stuart. **Uma história das emoções**. Rio de Janeiro: Record, 2007.

WELLER, Wivian. A atualidade do conceito de gerações de Karl Mannheim. **Revista Sociedade e Estado** , vol. 25, n.2, mai/ago, 2010.

WOLFF, Cristina S.; POSSAS, Lídia M. V. Escrevendo a história no feminino. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v.13, n.3, p.585-589, set/dez. 2005.

WOLF, Cristina S.; PEDRO, Joana M.; VEIGA, Ana. **Resistências, Gênero e Feminismos contra as Ditaduras no Cone Sul**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2011.

ZANELLA, Flávio Pestana. A decadência dos sentidos póstumos: transumância devotada à memória em um dia visitas aos mortos. **Bíblis**, Rio Grande, v. 23, n.01, p. 155-169, 2009.

FONTES:

SANTOS, Pedro. **Paredes Pintadas**. Documentário: 74 min. 2012. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=6dPaP8tGTa8> >. Acesso em: 17/dez. 2014.

MEDEIROS, Maria de. Repare Bem. Documentário: 95 min. 2013. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=SlvidXhvXbA> >. Acesso em: 17/dez. 2014.

CARVALHO, Pedrina. Depoimento. mai/2014. Entrevista concedida a Cláudia C. Robles Ribeiro.

COQUEIRO, Isaura. Depoimento. mai/2014. Entrevista concedida a Cláudia C. Robles Ribeiro.

CRISPIM, D. Depoimento. mai/2014. Entrevista concedida a Cláudia C. Robles Ribeiro.

LUCENA, Damaris. Depoimento. mai/2014. Entrevista concedida a Cláudia C. Robles Ribeiro.

LUCENA, Ângela Telma. Depoimento. Jul/2014. Email enviado a Cláudia C. Robles Ribeiro.

ANEXOS

A. Damaris Oliveira Lucena



Nascida em 22 de agosto de 1925 em Codó/MA. Damaris sofreu com as adversidades que a vida lhe trouxe, aos 4 anos presenciou a morte de seu irmão mais velho. Posteriormente, sua mãe veio a adoecer diante da triste situação da morte de seu filho. Muito fraca, mal alimentada e amamentando seu filho recém nascido, dona Guilhermina Quintanilha (mãe de Damaris) veio a falecer e por consequência, o recém-nascido também não resistiu. Em tão pouco tempo Damaris perdeu grande parte de sua família restando-lhe apenas uma irmã mais nova e seu pai. Pouco tempo depois, o senhor Manuel Oliveira desposou outra mulher para que esta pudesse cuidar da casa e de suas duas filhas. Damaris sofreu com as madrastas que teve, passou fome, estudou pouco e começou a trabalhar muito jovem.

Aos 16 anos foi trabalhar em uma fábrica para ajudar o pai nas despesas. Morou de favor na casa de suas tias e de conhecidos que a ajudaram. Moça muito revoltada com as injustiças, com a miséria e com a fome, Damaris apaixonou por Antonio, rapaz que trabalhava na mesma fábrica que ela e que também refletia sobre as injustiças que sofria.

Com algum tempo de namoro, Damaris e Antonio foram morar juntos. Damaris engravidou de seu primeiro filho, Ariston (1949). Diante de tanta pobreza e fome, seu filho veio a falecer. Pouco tempo depois Damaris vai para São Paulo com o marido para tentar melhorar a situação financeira da família. Em 1950 casa-se no civil com Antonio e passa a militar no Partido Comunista Brasileiro e no Sindicato dos Têxteis. Participou de várias greves, manifestações e comícios. Vendia livros comunistas, panfletava e foi representante

sindical de destaque sindicalizando mulheres nas fábricas na década de 1950 e 1960. Em 1951 deu a luz a um menino que chamou de Ariston (1951) e quase uma década depois teve um casal de gêmeos, Denise e Adilson.

Sofreu repressão por sua militância, chegando a ser despedida de seu emprego. Foi empregada doméstica e babá, trabalhou em diversos cargos para ajudar a completar a renda da família. O golpe de 1964 ocasionou mudanças irreversíveis em sua vida. O medo foi algo constante por conta da militância e por temer que algo de ruim pudesse acontecer a seus filhos. O senso de responsabilidade social não lhe permitiu desistir de lutar e a clandestinidade foi a melhor opção encontrada por Damaris. Em 1967 nasce Angela Telma sua filha mais nova, período em que toda família já se encontrava na clandestinidade. Mesmo com os filhos pequenos, Damaris continuou militando e cumprindo suas obrigações no partido. No mesmo ano Damaris e Antonio desvinculam-se do PCB e passam a participar da organização VPR.

A morte de seu marido, a tortura sofrida enquanto esteve presa e a separação de seus filhos foram alguns dos momentos vivenciados por Damaris no período ditatorial. O exílio, a luta pela própria sobrevivência e a dos filhos foram interpretados pela militante como formas de não desistir de seus ideais. A reconstrução de sua vida, a busca por justiça e verdade e o direito pela democracia continuam vivos em sua luta diária. Mesmo que as dificuldades tenham sido muitas, a coragem e persistência na busca pelos restos mortais de seu falecido esposo mantiveram-se presentes em seu discurso e suas ações até os dias atuais.

B. Antonio Raymundo de Lucena⁶⁰

Nascido na cidade de Colina/MA no dia 11 de setembro de 1922, Antonio mais conhecido como “Doutor” foi de família muito pobre, não pôde frequentar a escola pois muito cedo teve de trabalhar no campo. Aos 12 anos sofreu de uma úlcera ocular o que lhe causou a perda da vista direita, tendo que usar olho de vidro.

Casou-se pela primeira vez aos 23 anos e após três anos o relacionamento chegou ao fim. Pouco tempo depois conheceu Damaris e foram morar juntos. Casou no civil em 1950 com Damaris com quem teve 5 filhos (Ariston *in memoriam*, Ariston, Denise, Adilson e Ângela Telma.).

Trabalhou em diversos ramos como pedreiro, operário e, mesmo depois de aposentado por invalidez trabalhou como feirante. Foi militante do PCB de 1954 até o golpe em 1964 quando passou a discordar com a posição pacífica tomada pelo partido diante do golpe militar. Em 1967 passou a atuar como quadro da organização clandestina VPR juntamente com Damaris. Vivendo na clandestinidade com Damaris e seus filhos, Antonio participou de diversas ações armadas.

Na tarde chuvosa de 20 de fevereiro de 1970, a polícia chega até o sítio em Atibaia/SP em busca de um carro que havia sido expropriado para uso da organização. Antonio sai do quarto com uma FAL atirando nos policiais, mas é atingido por uma rajada de metralhadora no tórax e um tiro de “misericórdia” na têmpora. Sua morte foi presenciada por Damaris e três de seus filhos, Denise, Adilson e Ângela Telma. Em sua Certidão de Óbito consta que a *causa*

⁶⁰ BRASIL. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. **Direito a Verdade e a Memória:** Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007. P.117-119.

mortis foi anemia aguda e seus restos mortais, até o presente momento, não foram encontrados.

C. Denise Peres Crispim



Filha de José Maria Crispim e Encarnacion Lopez, Denise era a mais nova de três filhos (Joelson e Olga) . Nascida prematuramente no dia 08 de agosto de 1949 em Porto Alegre, morou em diversos Estados brasileiros clandestinamente por conta da militância de seus pais. Viveu durante muitos anos com nomes falsos e convivendo com a rotina da clandestina tendo contato com militantes, mudanças de nomes e de residências constantemente. Viveu em bairros e cortiços de segmentos sociais baixos onde era possível residir sem ser questionado e manter as aparências necessárias da clandestinidade.

Após o golpe de 1964 seu pai foi exilado na Argélia, sua mãe entra em uma grave crise de asma e necessidade de ajudar na renda familiar tornou-se imprescindível para Denise e seu irmão Joelson. Denise cursou apenas o ensino fundamental II já que precisou trabalhar muito cedo.

Sem terminar os estudos e sem uma profissão delineada, Denise passou a buscar uma identidade fora das circunstâncias da militância e da clandestinidade. Jovem criativa e com facilidade nos manejos com adereços, foi trabalhar como ajudante de aderencista no Teatro Ruth Escobar. Mesmo tentando atuar no campo das artes e afins, a militância nunca foi deixada de lado. Por ter vivido em um meio tão atuante nas questões sociais, Denise não deixou suas convicções mesmo que sua participação, em alguns períodos, tenha sido menos constante.

Frequentava, juntamente com seu Joelson, reuniões em “aparelhos” com diversas pessoas clandestinas ou não que colaboravam nos debates efervescentes de 1968. Nesse período Denise conciliava uma vida “normal” de ajudante de aderencista, morava com seus

amigos do teatro e frequentava as reuniões das organizações de esquerda. Em uma dessas reuniões viu pela primeira vez o homem por quem se apaixonaria, Eduardo Collen Leite mais conhecido como Bacuri.

O primeiro contato entre o casal foi extremamente rápido mas voltariam a se reencontrar algum tempo depois através da militância. Joelson mantinha contato com Bacuri e Denise que ainda mantinha contatos fora da organização tentou conciliar sua vida em uma semilegalidade. Quanto Bacuri e Denise resolveram ficar juntos, a clandestinidade foi necessária para não colocar em risco as ações da organização, suas vidas e as vidas de outros militantes.

Denise participou de ações e da logística das organizações pelas quais passou e que a deixou conhecida como “a terrorista” Célia. Nesse momento de grande agitação, perseguição e prisões de militantes, sua relação com Bacuri tornou-se intensa. Depois de diversas conversas, o casal decidiu que desejavam ter um filho juntos e pouco tempo depois Denise engravidou.

Em um processo de prisões em série muitos militantes foram detidos e a tortura potencializou o campo de busca dos órgãos de repressão. Denise, grávida de seis meses, foi detida em julho de 1970 em um “aparelho” que morava juntamente com seu companheiro Bacuri. Sozinha em seu apartamento foi rendida publicamente (veiculado pela TV e por jornais impressos) o que lhe garantiu por algum tempo a sobrevivência.

Mesmo grávida Denise não foi poupada das torturas e espancamentos. Permaneceu presa até o nascimento de sua filha, a quem deu o nome de Eduarda em homenagem ao companheiro. Após o nascimento de Eduarda, Denise tentou por diversas formas encontrar Bacuri que se encontrava preso e incomunicável. No dia oito de dezembro de 1970 seu companheiro é assassinado pelos órgãos da repressão do Estado do Rio de Janeiro que afirmavam ter baleado Eduardo em uma tentativa de fuga.

Seu pensamento fortemente ligado a sobrevivência de sua filha a levou a pedir asilo político para o Chile. Após o golpe foi exilada para Itália, país no qual reestruturou sua vida, educou sua filha e permaneceu até poucos anos atrás. Denise travou uma dolorosa luta pelo reconhecimento de paternidade de Eduarda, pelo direito a justiça e verdade pelo assassinato de seu irmão e seu companheiro além da busca por seus restos mortais que foram perdidos após a exumação.

D. Eduardo Collen Leite⁶¹

Nascido em Campo Belo/MG em 25 de agosto de 1945, mudou-se com sua família para São Paulo para estudar. Após ser incorporado ao exército em 1967, Eduardo formou-se técnico em telefonia e eletricidade, e iniciou sua militância na luta armada na POLOP. Passou pela VPR e em 1968, após discordâncias ideológicas, fundou e liderou uma pequena organização chamada REDE que agia em conjunto com organizações como ALN e VPR. Em 1969, com o fim da REDE, incorpora-se a ALN.

Como quadro atuante nas organizações, Eduardo participou ativamente na guerrilha urbana. Ações de expropriação e sequestros de diplomatas, cônsul japonês e embaixador alemão que foram motivos para uma busca frenética, por parte da repressão militar, ao “terrorista” conhecido pelo codinome Bacuri. Conhecido também como Américo, Edson, Milton, Euclides, Basílio entre outros nomes, Eduardo experienciou também uma relação amorosa com Denise Peres Crispim com quem teve uma filha, mas que nunca teve a possibilidade de conhecer.

Sua prisão ocorreu exatamente pelo medo de tortura e morte de sua companheira que estava grávida. Temendo pela vida de Denise e de sua filha, Eduardo passa a fazer ameaças constantes aos militares. Eduardo foi preso no dia 21 de agosto de 1970 no Estado do Rio de Janeiro. A equipe liderada por Sérgio Fleury foi a responsável pela prisão que resultaria em torturas constantes e morte de Bacuri em oito de dezembro de 1970. Sob falsa versão de morte

⁶¹ BRASIL. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. **Direito a Verdade e a Memória:** Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007. P.138-140

em tiroteio, Eduardo foi assassinado nas dependências do sítio do Delegado Fleury. Seus restos mortais foram enterrados no Cemitério de Areia Branca e foram perdidos após a exumação.

E. Isaura Silva Coqueiro



Filha mais nova de oito irmãos, Isaura nasceu no Estado de Minas Gerais em 21 de abril de 1941 mas foi criada no sul da Bahia. Morou em uma fazenda próxima ao Município hoje conhecido como Medeiros Neto, onde passou sua infância e adolescência. Não frequentou a escola pois a distancia entre a propriedade onde sua família morava e a escola, não permitiam o deslocamento diário para que Isaura pudesse estudar.

Educada para o lar, Isaura sabia desde muito nova realizar os afazeres domésticos. Após a morte de seu pai, os irmãos mais velhos e a mãe passaram a dedicar maior atenção a lavoura que era o sustento da família. Isaura, por ser a mais nova, ficava responsável pelas prendas de casa para garantir os cuidados necessários ao que se dedicavam a lavoura.

Em sua juventude, os encontros com amigos e vizinhos eram raros. A igreja era o local de socialização que permitia aos jovens casadouros e os demais moradores a possibilidade de entrosamento entre eles. Ocasões como festas de casamentos, batizados, festa junina, etc promovia encontros com pessoas de toda região que esperavam por esses dias de festa.

Em uma festa na igreja, Isaura aos 16 anos conheceu Aderval, um jovem de 20 anos que possuía laços com sua família. A mãe do rapaz era prima distante do falecido pai de Isaura e sua mãe, que já conhecia a família do rapaz, permitiu que o casal

iniciasse um namoro. Sob todo o cuidado da família, Isaura namorou durante seis meses e logo em seguida foi pedida em casamento.

Aos 17 anos Isaura casou-se apenas no religioso com seu primeiro e único namorado. Sua mãe preparou uma grande festa como parte dos costumes da região. Os noivos permaneceram na fazenda por pouco tempo e logo mudaram-se para a cidade. Aderval dedicava-se ao comércio e Isaura ao lar.

As dificuldades financeiras eram muitas, o nascimento de Sueli a primeira filha do casal e a necessidade de cuidar do sustento da família obrigou Aderval a vender o estabelecimento que possuía e ir trabalhar na construção civil em Brasília.

A chegada em Brasília trouxe algumas mudanças para a família. A primeira foi a realização do casamento no civil entre Isaura e Aderval. Os contatos com partidos e movimentos sindicais por parte de Aderval não eram sensíveis a realidade de Isaura que dedicava cuidados as filhas e aos afazeres do lar.

A vida profissional e sindical de Aderval influenciava significativamente na vida de Isaura. Mudaram-se para São Paulo e a militância tornou-se mais presente na vida da família. Mulher extremamente comprometida com seus papéis de mãe, esposa e dona de casa, Isaura não adentrou a militância política direta. Apoiava as decisões do marido, permitia que as reuniões fossem realizadas em sua casa e até chegou a conhecer militantes que frequentavam as reuniões.

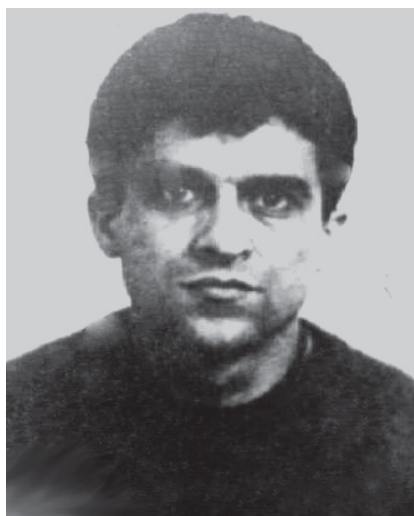
Aderval preferiu poupar a vida de Isaura e de suas duas filhas e desta forma aconselhou que seria melhor apenas ele dedicar-se a luta armada. A clandestinidade se fez necessária, a semilegalidade de Isaura e suas filhas era arriscada e por isso foram enviadas para o Mato Grosso para passar uma temporada com seus familiares de Aderval.

Isaura volta a São Paulo e Aderval é preso. As visitas ao presídio durante um ano foram marcantes e o exílio do marido um momento de incertezas. A volta inesperada de Aderval do exílio e sua morte foram traumas vivenciados por Isaura e suas filhas.

A sobrevivência tornou-se o foco. Fugas, exílio e mudanças constantes pelo Chile e por Cuba transformaram a vida de Isaura. O cotidiano se modificou, outros países, costumes, a volta ao trabalho externo, as amizades, a experiência de frequentar a escola, etc. Suas vivências delinearam as identidades múltiplas criadas para a sobrevivência de sua família. A luta continuou e o direito a verdade e a memória de

seu marido estão presentes em sua luta atual. A complexa resistência vivenciada tornou-se parte de suas novas experiências.

F. Aderval Alves Coqueiro⁶²



Nascido na cidade de Aracatu/BA no dia 18 de julho de 1937, Aderval era filho de professora, mas não pôde estudar por muito tempo. Trabalhou na lavoura e depois de casado com Isaura manteve um comércio no sul da Bahia. Em busca de melhorar a situação financeira da família, Aderval foi trabalhar na construção de Brasília. Em meados de 1961 mudou-se com a esposa Isaura e as duas filhas para São Paulo onde passou a trabalhar na construção civil e a militar no PCB. Após alguns rompimentos no partido, passou a fazer parte do Comitê Regional do PCdoB até meados de 1967.

Em 1968 passa a fazer parte da organização de esquerda Ala Vermelha e depois migrou para o MRT juntamente com os irmãos Carvalho. No ano de 1969 muitos militantes foram detidos pelos agentes da repressão inclusive Aderval. Sua prisão se deu no dia 29 de maio de 1969 em São Paulo pela Polícia do Exército e depois transferido para o DOPS onde foi barbaramente torturado.

Sua prisão durou cerca de um ano mas recebia notícias da família e da organização semanalmente através de Isaura. Em junho de 1970 o embaixador alemão Von Holleben foi sequestrado e trocado por 40 presos políticos, entre eles estava o nome de Aderval. Foi exilado na Argélia, passou por Cuba e Chile, e retornou ao Brasil no dia 31 de janeiro de 1971 como o primeiro banido político a retornar ao país.

Sem avisar os familiares, Aderval entrou em contato apenas com militantes de organizações no Rio de Janeiro e passou a morar em um apartamento no bairro de Cosme Velho onde foi localizado por agentes do DOI-CODI/RJ. No dia seis de fevereiro de 1971

⁶² BRASIL. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. **Direito a Verdade e a Memória:** Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007. P.145-146.

Aderval foi assassinado a tiros, sua morte foi anunciada pela falsa versão de resistência a prisão.

G. Pedrina José de Carvalho

Filha de comunista filiado ao PCdo B, Pedrina nasceu em Volta Redonda/RJ em 24 de janeiro de 1946 onde morou por quatro anos. Sendo a 5ª dos 12 filhos criados em um ambiente simples, Pedrina, assim como os demais, iniciou a vida profissional muito cedo. Aos 11 anos começou a aprender o ofício de tecelã com a irmã mais velha e foi trabalhar na indústria têxtil.

Seu maior sonho era ser professora, mas muito cedo teve de abandonar a escola para que pudesse complementar a renda da família com seu trabalho. Morou durante toda a adolescência em Diadema e aos 17 anos conheceu Devanir que era vizinho de sua irmã.

Pedrina e Devanir namoraram até a formação de Devanir no Tiro de Guerra. Em 1963 casaram e tiveram o primeiro filho que chamaram de Carlos e pouco depois Ernesto. Mudam-se para o Rio de Janeiro em 1965 onde permanecem até meados de 1967. A militância ativa de Devanir não incomodava Pedrina, que por muitas vezes o apoiou.

O medo que se tinha era pela segurança de seus filhos e por isso Pedrina resolveu não se integrar totalmente a organização. Auxiliava muitas vezes nos preparos para as reuniões que aconteciam em sua casa, lavava roupas e fazia comida para militantes clandestinos que estavam de passagem. Ajudava na infraestrutura sem manter contato com as ações da organização.

A partir de 1969 a família passa para a ilegalidade total. Pedrina deixa de frequentar a casa dos pais e dos irmãos por medo desses serem procurados pelos agentes da repressão. Muitos militantes passaram a ser presos e, diante das mais violentas torturas, delatavam integrantes das organizações e também os aparelhos onde estes se encontravam. Essa situação preocupante afetava Pedrina que temia pela segurança de seu marido e dos filhos.

As trocas de residência, as fugas durante a noite tornaram-se constantes. Em um desses dias de fuga Devanir sai com um militante em busca de um fogão para a família e não volta. Pedrina passou o dia a sua espera mas a notícia que viu na TV sobre seu marido foi uma das mais difíceis. Em um tiroteio Devanir foi morto, segundo algumas versões.

Pedrina foge com seus filhos e outros militantes com família mas acaba sendo pega pelos policiais. Seus filhos são enviados aos pais de Devanir e Pedrina é levada para a Operação Bandeirantes. Passou um mês presa sem ver os filhos e sem poder ir ao enterro do marido. Enquanto esteve detida seu pensamento esteve apenas na segurança de seus filhos, isso a motivou a fugir do país.

Exilou-se com seus filhos primeiramente no Chile até o golpe de Pinochet ocorrer. Com auxílio da ONU foi enviada temporariamente a Argentina e depois de algum tempo enviada para Portugal. A experiência do exílio transformou o cotidiano de Pedrina que voltou a trabalhar e a estudar, fez cursos de idiomas e conheceu pessoas de diversos países.

Seu retorno ao Brasil se deu no dia da Anistia 28 de agosto de 1979. A saudade da família e de seu país foram de extrema relevância para tomar a decisão de retornar. Já no Brasil, lutou por seus direitos como viúva e ainda luta em busca dos restos mortais de seu marido. As dúvidas que permeiam a história da morte de Devanir é um dos fatores que a incomodam e que a mantém na busca pela verdade e pela justiça.

H. Devanir José de Carvalho⁶³

Nascido na cidade de Muriaé/MG no dia 15 de julho de 1943 era o terceiro de cinco filhos (quatro homens e uma mulher) de Ely e Esther José de Carvalho. A família mudou-se para diadema/SP na década de 1950. Os quatro homens tornaram-se metalúrgicos e adentraram a política da mesma maneira, através das Associações e Sindicatos dos Metalúrgicos.

Devanir conheceu Pedrina aos 18 anos durante sua formação como soldado no Tiro de Guerra. Como rapaz de princípios morais delineado, foi até aos pais de Pedrina para pedi-la em namoro. No ano de 1963 formalizam a união da qual resultam dois filhos: Carlos e Ernesto.

Em 1964 ingressou no PCdoB enquanto residia no Estado do Rio de Janeiro. Diante das divergências ideológicas, surge uma dissidência da qual Devanir fez parte, a organização Ala Vermelha. A partir de 1967 a família toda retorna a São Paulo e partem definitivamente para a clandestinidade.

No ano de 1969 funda com seus irmãos e Aderval Coqueiro a organização MRT. Treinado na China para a guerrilha, Devanir fez parte de diversas ações armadas e expropriações realizadas pela Frente Armada Revolucionária (VPR, MRT, ALN).

No dia cinco de abril de 1971 segundo algumas versões, Devanir foi assassinado em um tiroteio com os agentes do DOPS/SP. Outras versões afirmam que ele encontrava-se

⁶³ BRASIL. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. **Direito a Verdade e a Memória:** Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007. P.155-156.

detido e foi morto nas dependências do DOPS no dia sete de abril do mesmo ano. Seus restos mortais foram enterrados no Cemitério de Vila Formosa mas se perderam após a exumação.

I. Modelo da entrevista semi-estruturada

Roteiro de entrevista

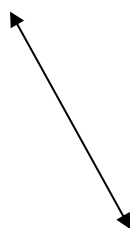
1. Nome, idade, profissão.
2. Historia de vida: onde nasceu, cresceu. Sobre a família (criação)
3. Primeiro contato: com o marido ou com a militância?

Marido**

1. Como se conheceram?
2. Casaram? Civil? Religioso?
3. Tiveram filhos?
4. Você entrou para a militância? Acha que a influencia veio do seu marido?
5. Militavam (ações ou infraestrutura) juntos? (filhos)
6. Você foi presa? Torturada?
7. Como foi a queda (morte) de seu marido?

Militância

1. Lutava pelo quê? (Revindicações)
2. Como tomou conhecimento da luta?
3. Era filiada a partidos ou Organizações?
4. Como conciliou a relação com seu falecido marido** e a militância?



Depois da Morte do marido

1. Como foi a morte?
2. Ele foi enterrado?
3. Você teve acesso a um atestado de óbito?
4. Foi em busca de indenizações?
5. Buscou soluções legais perante a justiça? (advogados, imprensa, etc)
6. Participou de algum grupo (feminista, de mães, anistia, etc) em busca de justiça pelo que fizeram a seu marido?
7. Falar sobre o grupo que participou*****
8. Como sobreviveu financeiramente após a morte de seu marido?
9. Como criou os filhos? Educar, sustentar, fazê-los entender o ocorrido com o pai.
10. Como você se viu como viúva?
11. A sua vivência como viúva te faz lembrar algo da viuvez que você conheceu no passado (ensinada)?
12. Existiu algum movimento de viúvas? Vocês de alguma forma se organizaram como grupo?
13. Você percebeu algum tipo de tratamento diferenciado por ser vista na condição de viúva?
14. A luta continuou?
15. Como é sua vida agora?

K. Militantes libertos pelo sequestro do embaixador alemão Ehrenfried Anton Theodor Ludwing Von Holleben (Aderval Coqueiro em evidência)



65

⁶⁵Fotografia retirada do Arquivo virtual Documentos Revelados. Disponível em: <
<http://www.documentosrevelados.com.br/wp-content/uploads/2012/06/sequestrosnaditadura-presospolc3adticoslibertados1.jpg>>. Acesso em:17/dez.2014.

L. Militantes libertos pelo sequestro do cônsul japonês Nobuo Okuchi (Damaris Lucena em evidência).



66

⁶⁶ Retirado do Jornal Brasil de 14 de março de 1970. Disponível em: <
<http://www.jblog.com.br/hojenahistoria.php?itemid=7500>>. Acesso em: 17/dez.2014